

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA LEVADA A EFEITO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ, REALIZADA AOS OITO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, TERÇA-FEIRA, COM INÍCIO ÀS 15:00 HORAS.....

“Sr. Presidente “Willian Souza”: Com quórum suficiente para a abertura dessa Sessão, declaro aberta a Sessão Ordinária do dia 8 de fevereiro de 2022, às 16h12. Solicito ao Exmo. Sr. Vereador Lucas Agostinho, Vice-Presidente da Mesa Diretora, que faça a invocação a Deus. Aqueles que puderem, quiserem e se sentirem à vontade, fiquem em pé, por gentileza. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Sr. Deus, meu amado Pai, nós lhe agradecemos por mais esse momento de vida que o Senhor nos tem dado; nós lhe pedimos pela pronta recuperação do Presidente, que está acometido pelo Covid, mas graças a Deus, está bem. Nós lhe pedimos sabedoria, Senhor, para que possamos conduzir o nosso papel no Legislativo da nossa Cidade. Agradecemos pela vida de cada um de nós! Em nome de Jesus, amém! **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Feita a invocação a Deus quero, aqui, em primeiro momento, justificar a minha ausência em Plenário, eu estou aqui de forma remota (que é um Decreto permitido pela Câmara que pode atuar de forma remota em momentos de Sessões), devido a estar com Covid-19; eu testei positivo na quarta-feira passada, junto com a minha família: minha esposa (Denise Souza) e minhas filhas e estamos em isolamento. Ainda não tive alta médica, sigo com alguns sintomas, mas vacinado, os sintomas são leves, porém, com risco ainda de transmissibilidade, com risco ainda das questões que são indicadas pelo médico e estou com atestado médico, que me impede de poder estar indo presencialmente à Sessão. Então, permaneço aqui de dentro de casa, mas vou fazer o possível para me dedicar e trabalhar o necessário. Agradeço a compreensão de todos os Exmos. Srs. Vereadores e também de toda a Câmara Municipal de Sumaré, como Servidores e trabalhadores que estão aqui empenhados; e agradeço a nossa população e todos aqueles que estão em oração, por mim e pela minha família, deixo registrado os agradecimentos. Em breve, espero retomar as atividades presencialmente, espero não ter nenhuma interferência ou dificuldade de forma *on-line*. Os Vereadores estão assegurados pelas suas questões de ordens e pedidos regimentais. Sobretudo, também, quero, aqui, de início da Sessão, comemorar uma atuação da Câmara Municipal que, na terça-feira passada, aprovou uma Lei impedindo os 13,7% de aumento na conta de água da nossa população. O Prefeito Municipal Luiz Dalben sancionou a Lei e hoje a reportagem do Jornal “O Liberal”, de Americana, traz a confirmação da concessionária da Legislação e dizendo que não pretende fazer a aplicação do aumento de água. Parabéns aos Nobres Vereadores! Parabéns àqueles que têm atuado e empenhado, em favor de toda a nossa população! E parabéns a esta Casa, a esta Casa que tem trabalhado para corrigir as desigualdades sociais e fazer a garantia dos direitos. Para isso, faço, com liberdade, tendo em vista que hoje teremos um tema tão importante, um tanto quanto, para decidir na Sessão da Câmara Municipal, mas gostaria aqui, se me permitem, de parafrasear a Bíblia Sagrada. No livro de Provérbios, capítulo 31 e o versículo 9º, diz o seguinte: “Abra a tua boca e julga retamente, defende o direito dos pobres e dos necessitados”. Isso é uma exortação para todos nós que estamos no cargo público, ouvir a Bíblia Sagrada e a orientação que foi nos deixado, para que a gente possa abrir a nossa boca e defender os necessitados e aqueles pobres, que têm dificuldades a cada dia. Então, parabéns à Câmara, que fez uma correção importante, e que à luz da Constituição Federal, da Lei Orgânica, do Regimento Interno e da Bíblia Sagrada possamos cuidar do nosso povo e usá-la para o bem. Então, que fica para a meditação dessa Escritura e desse Livro tão importante nesta tarde. Tendo dito isso e essas considerações iniciais, eu solicito que o Srs. Vereadores façam o voto da Sessão, da Ata da Sessão Ordinária do dia 1º de fevereiro de 2022. Está em votação a Ata da Sessão Ordinária do dia 1º de fevereiro de 2022. Vereador Rudinei Lobo, o voto de V. Exa. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Presidente, o senhor está falando, mas não está saindo o seu áudio. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: É que eu não estou falando com o

Plenário, Excelência, está tranquilo. Declaro encerrada a votação: 19 votos favoráveis, uma abstenção do Vereador Antônio dos Reis Zamarchi (eu imagino que seja pela sua ausência da Sessão passada), está aprovada a Ata por esta Casa de Leis. Solicito ao 1º Secretário que faça a leitura das Correspondências recebidas e dos Documentos protocolados nesta Casa de Leis e apresentados pelos Srs. Vereadores. Com a palavra, o Exmo. Vereador André. **“1º Secretário “André da Farmácia”:** Protocolo Administrativo n. 110/2022 na data do dia 03/02/2022, às 15h02. Requerente Exmo. Presidente Willian Souza. Assunto: Ofício 52/2022 do Gabinete do Willian Souza, que encaminha atestado médico informando teste positivo para a Covid. Ofício 52/2022, Gabinete Willian Souza, Sumaré, 3 de fevereiro de 2022. À Secretaria da Câmara Municipal de Sumaré, assunto: Informe de atestado médico: “Ao cumprimentar V. Sas., comunico à Secretaria da Câmara Municipal de Sumaré que testei positivo para o Covid-19. Em anexo, segue o atestado médico com respectivo CID (Classificação Internacional de Doenças), dando confirmação ao teste efetuado. O faço para dar conhecimento à Câmara Municipal de Sumaré e para que essa Secretaria tome as medidas necessárias. Como não há mais nada para tratar, certo do nosso pronto atendimento, renovamos os votos de elevada estima e consideração. Atenciosamente, Presidente Willian Souza”; Protocolo Administrativo n. 119/2022, na data do dia 08/02/2022, às 10h58. O Requerente, Willian Souza, Vereador. Assunto: Designando Vereadores para a apresentação em missão oficial. Ofício do Gabinete Hélio Silva, n. 3/2021, Sumaré 7 de fevereiro 2022, do Vereador Hélio Silva ao Exmo. Sr. Vereador Willian, Presidente da Câmara Municipal de Sumaré: “Sirvo-me do presente para solicitar, junto a V. Exa., a designação desse Parlamentar para a representação da Câmara Municipal de Sumaré em missão oficial, considerando a presença do Exmo. Sr. Secretário de Habitação do Estado São Paulo, para a entrega de Título de Regularização Fundiária do Programa Cidade Legal. Informo que a solenidade para qual esse Parlamentar pretende participar, será realizada no dia 8 de fevereiro de 2022, às 19h30, na Escola Municipal Professora Nilza Tomazini, situada na Av. Leonardo Antônio Schiavinatto, n. 116, Parque Residencial Regina, Sumaré, São Paulo. Requeiro, ainda, na forma regimental, o abono pela ausência na Sessão Ordinária da referida data. Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos e aproveito o ensejo para renovar os votos de elevada estima e consideração. Atenciosamente, Hélio Silva, Vereador”; Ofício n. 035/2022, GVLA, Sumaré, 8 de fevereiro de 2021. Ao Exmo. Sr. Presidente Willian Souza, Vereador. Considerando a presença do Exmo. Secretário de Habitação do Estado de São Paulo para a entrega do Título de Regularização Fundiária do Programa Cidade Legal, no dia 8 de fevereiro de 2022, às 18h, no anfiteatro administrativo de Nova Veneza, situada na Av. Brasil, n. 1111, Sumaré, São Paulo: “Sirvo-me do presente para solicitar a V. Exa. nomeação deste Parlamentar para a representação da Câmara Municipal de Sumaré em missão oficial, nos termos do Regimento Interno dessa Casa, requerendo, desde já, o abono dessa presidência pela ausência na Sessão da data em questão. Assino e coloco à disposição para mais esclarecimentos e aproveito o ensejo para renovar os votos de elevada estima e consideração. Vereador Lucas Agostinho”. “Exmo. Sr. Presidente, Vereador Willian Sousa, para a ciência e manifestação: A divisão da Legislação autoriza os Vereadores Hélio Silva e Lucas Agostinho à representação de missão oficial. Segue para a elaboração de Ato da Mesa Diretora. Sumaré, 8 de fevereiro de 2022. Exmo. Presidente Willian Souza”. Ato da Mesa Diretora n. 2, de 8 de fevereiro de 2022: “Designa Vereador para missão de representação da Câmara Municipal – perdão -, designa Vereador para emissão de representação da Câmara Municipal. A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Sumaré, no uso das atribuições conferidas por Lei, nos termos do Art. 18 da Resolução 311, de 16 de dezembro de 2022, baixa o seguinte Ato: Art. 1º) fica designado o Vereador Hélio Silva para a missão oficial de representação da Câmara Municipal de Sumaré na solenidade de entrega dos documentos de Legitimação Fundiária

dos moradores do Jardim Casa Verde, que realizar-se-á no dia 8 de fevereiro de 2022, às 19h30, na EMEI EMEF Professora Nilza Tomazini, situada na Av. Leonardo Antônio Schiavinatto, 116, Parque Residencial Regina, Sumaré; Art. 2º) a ausência do Vereador na Sessão Ordinária do dia 8 de fevereiro de 2022, por ser plenamente justificável, fica abonada pela presidência nos termos do Art. 45, Inciso I, Art. 22 6B do Regimento Interno; Art. 3) este Ato entra em vigor na data da sua publicação. Câmara Municipal de Sumaré, 8 de fevereiro de 2022”; Ato da Mesa Diretora n. 3, de 8 de fevereiro de 2022: “Designa Vereador para missão de representação Câmara Municipal. A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Sumaré, no uso das atribuições conferidas por Lei e nos termos do Art. 18, da Resolução 311, de 16 de dezembro de 2020, baixa o seguinte Ato: Art. 1) fica designado o Vereador Lucas Agostinho para a missão oficial de representação Câmara Municipal de Sumaré na solenidade de entrega dos documentos de Legitimação Fundiária dos moradores do Jardim Davina, que realizar-se-á no dia 8 de fevereiro 2022, às 18h, no anfiteatro do Centro Administrativo de Nova Veneza, situado na Av. Brasil, 1111, Sumaré, São Paulo; Art. 2) a ausência do Vereador na Sessão Ordinária do dia 8 de fevereiro de 2022, por ser plenamente justificável, fica abonada pela presidência, e Art. 45, Inciso I e Art. 22 6B do Regimento Interno; Art. 3) este Ato entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal de Sumaré, 8 de fevereiro de 2022”; Protocolo... Projeto de Lei 11/2022, autoria do Exmo. Vereador Alan Leal, que: “Institui a proibição da realização de tatuagens e aplicação de *piercing* em animal para fins estéticos e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 12/2022, autoria do Exmo. Vereador Rudinei Lobo, que: “Institui o Programa de Transparência no Trânsito e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 13/2022, autoria do Exmo. Vereador Rudinei Lobo, que: “Assegura o cuidador e o professor auxiliar, e também a matrícula para os alunos portadores com deficiência na escola municipal e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 14/2022, autoria do Exmo. Vereador Rudinei Lobo, que: “Dispõe sobre a instalação de banheiros químicos adaptados às pessoas com necessidades especiais nos eventos de qualquer natureza no Município de Sumaré”; Projeto de Lei n. 15/2022, autoria do Exmo. Vereador Sirineu Araújo, que: “Dispõe sobre a realização de exame oftalmológico, o teste do reflexo vermelho (conhecido teste do olhinho) em crianças recém-nascidas e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 16/2022, autoria do Exmo. Vereador Sirineu Araújo, que: “Fica instituído o Abril Marrom no Calendário Oficial de Eventos do Município de Sumaré e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 17/2022, autoria de Exmo. Vereador Silvio Coltro, que: “Cria o Programa de Preservação de Nascentes e Mananciais no Município de Sumaré”. Foram lidos todos os Documentos, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Feita a leitura de todos os Documentos apresentados pelos Srs. Vereadores, fica conferido aos Exmos. Srs. Vereadores Hélio Silva e Lucas Agostinho a conferência de missão oficial a serem cumpridas, a qualquer momento, na tarde de hoje. Os Srs. Vereadores estão munidos do respectivo Poder Parlamentar. No entanto, solicito ao 2º Secretário, o Exmo. Sr. Vereador Rodrigo Dorival Gomes, que faça a leitura e a apresentação do Plenário das Indicações apresentadas pelos Srs. Vereadores. **“2º Secretário “Rodrigo Dorival Gomes”**: Indicações do Vereador Toninho Mineiro, que estava ausente na Sessão anterior e são respectivas ao ano de 2021: Indicações de n. 16462 a 16477 - Vereador Toninho Mineiro: Assuntos diversos; Indicação número... de n. 372 a... **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi”**: Questão de ordem, senhor. Eu gostaria de [*Ininteligível*] leu em 2021, não é 2022? Senhor? **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Vereador Antônio dos Reis Zamarchi. **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi”**: É que parece que o senhor leu “2021”, só para correção: é 2022, né? **“2º Secretário “Rodrigo Dorival Gomes”**: Perdão! Perdão, Vereador. **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi”**: Desculpa, só para corrigir, viu? **“2º Secretário “Rodrigo Dorival Gomes”**: Não, mas só um minuto. Ô, Eliane, é 2021. **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi”**: Não, foi protocolado em 2022. Protocolo agora, em janeiro.

[*Manifestação fora do microfone*] **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: No documento de V. Exa., Vereador Rodrigo, está 2021 ou 22? [*Manifestação fora do microfone*] **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi”**: Não, mas acho que não fiz... **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Deixa eu explicar, Toninho. **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi”**: A maioria... bom, tudo bem. Então, teve 21 e 22, tá bom. **“2º Secretário “Rodrigo Dorival Gomes”**: Isso. Pelo número das Indicações, ficaram Indicações do ano passado que o senhor protocolou, e aí não veio na outra Sessão, então, não foi lida na Sessão anterior (pela ausência do senhor) e é obrigatória a leitura agora, que são respectivas a 2021, que é a de 16462 a 16477 (referente ao ano de 2021); a partir dessa Indicação n. 372, são as Indicações desse ano de 2022. [*Manifestações fora do microfone*] **“2º Secretário “Rodrigo Dorival Gomes”**: Indicação n. 372 a... n. 778 - Vereador Toninho Mineiro: Assuntos diversos; Indicação n. 779 - Vereador Lucas Agostinho: Pintura de solo na Rua José Maria Miranda, n. 12; Indicação n. 780 - Vereador Toninho Mineiro: Recapeamento na Rua Antônio Menuzzo, Parque Jatobá; Indicação n. 781 - Vereador Lucas Agostinho: Pintura de solo da Rua José Maria Miranda; Indicação n. 782 - Vereador Toninho Mineiro: Recapeamento da Rua Austrália, bairro Santa Maria; Indicação n. 783 - Vereador Tião Correa: Troca de lâmpada na Praça Sebastião Rodrigues; Indicação n. 784 - Vereador Lucas Agostinho: Pintura de solo na Rua Dom Barreto (cruzamento com Praça da República); Indicações de n. 785 e 786 - Vereador Toninho Mineiro: Recapeamento asfáltico; Indicação n. 787 - Vereador Lucas Agostinho: Pintura de solo na Rua Dom Barreto (cruzamento com a Rua Antônio Pereira de Camargo); Indicação n. 788 - Vereador Toninho Mineiro: Recuperação asfáltica na Rua Suíça; Indicações de n. 789 a 803 - Vereador Lucas Agostinho: Assuntos diversos; Indicações de n. 804 a 808 - Vereador Digão: Indicações de tapa-buraco, remoção de lixo e troca de lâmpadas; Indicações de n. 809 a 827 - Vereador Alan Leal: Assuntos diversos; Indicações de n. 828 a 832 - Vereador Silvio Coltro: Solicitando reparo em pavimentação asfáltica; Indicação de n. 833 - Vereador Pereirinha: Providenciar implantação de uma calçada na Av. Fuad Assef Maluf, Portal Bordon; Indicações de n. 834 a 843 - Vereador Silvio Coltro: Indicações de, solicitando reparo na pavimentação asfáltica em várias ruas; Indicações de n. 844 a 879 - Vereador João Maioral: Indicações de troca de lâmpadas queimadas; Indicações de n. 880 a 884 - Vereador Raí do Paraíso: Indicações de troca de lâmpadas; Indicações de n. 885 a... 941 - Vereador Alan Leal: Indicações de tapa-buraco, retirada de entulho... e tapa-buraco novamente; Indicações de n. 942 a 946 - Vereador Sirineu Araújo: Indicações de poda de árvore, nivelamento das bocas de lobo, recapeamento asfáltico, cobertura da entrada até a farmácia da UBS Florely e recapeamento da Rua Quatro; Indicações de n. 947 a 949 - Vereador Rodrigo Dorival Gomes: Indicações de troca de lâmpada; Indicação n. 950 - Vereador Rudinei Lobo: Indica ao Sr. Prefeito Municipal de Sumaré e no departamento competente para que seja feito um estudo de viabilidade de estacionamento 45, na Av. 7 de Setembro; Indicações de n. 951 a 957 - Vereador Alan Leal: Indicações de manutenção de iluminação; Indicações de n. 958 a 973 - Vereador André da Farmácia: Indicações de recapeamento asfáltico, tapa-buraco, troca de lâmpadas; Indicações de n. 974 a 976 - Vereador Rodrigo Dorival Gomes: Indicações de troca de lâmpada, de limpeza e retirada de entulho, e de Indicação de análise de viabilidade de corte de árvore na Rua A (na altura do n. 12); Indicações de 977 a 986 - Vereador Silvio Coltro: Todas as Indicações solicitando reparo em pavimentação asfáltica; Indicações de n. 987 a 989 - Vereador Gilson Caverna: Indicações de reparo de pavimentação asfáltica da Rua Campinas, Rua Dom Barreto; Indicações de n. 990 a... 1056 - Vereador Lucas Agostinho: Assuntos diversos; Indicações de n. 1057 a 1074 - Vereador Raí do Paraíso: Assuntos diversos; Indicações de n. 1075 a 1078 - Vereador Rodrigo Dorival Gomes: Indicações de operação tapa-buraco e recapeamento asfáltico; Indicações de n. 1079 a 1085 - Vereador Silvio Coltro: Indicações solicitando reparo na pavimentação asfáltica; Indicações de n. 1086 a 1090 - Vereador Sirineu

Araújo: Indicações de recapeamento asfáltico e poda de árvore; Indicação n. 1091 - Vereador Pereirinha: Limpeza na área pública da Rua Abílio Ferreira Quental (em toda a sua extensão), no bairro Planalto do Sol; Indicações de n. 1092 e 1093 - Vereador Fernando do Posto: Recape parte da Rua Vilma Vieira Cardoso e continua na Rua Francisco Bertoli; Indicações de n. 1094 a 1099 - Vereador Sirineu Araújo: Indicações de roçagem do gramado na Praça dos Ipês, remoção de lixo e entulho, tapa-buraco; Indicações de n. 1100 a 1109 - Vereador Lucas Agostinho: Indicações de pintura de solo; Indicações de n. 1110 a 1114 - Vereador Sirineu Araújo: Indicações de tapa-buraco, roçagem do gramado e instalação de grades de boca de lobo; Indicações de n. 1115 a 1124 - Vereador Raí do Paraíso; Indicação de limpeza e retirada de entulho, poda de árvore, roçagem, troca de lâmpadas; Indicações de n. 1125 a 1134 - Vereador Ulisses Gomes: Indicações de manutenção e limpeza de bueiro, reparo em asfalto, sinalização de solo, manutenção e limpeza, e troca de lâmpadas; Indicações de n. 1135 a 1142 - Vereador Silvio Coltro: Indicações solicitando operação cata-galho, limpeza e roçagem da área pública, e retirada de entulhos; Indicações de n. 1143, 1144, a 1149 - Vereador Valdir de Oliveira: Indicações de troca de lâmpadas, implantação de redutor de velocidade... e mais troca de lâmpadas; Indicações de n. 1150 a 1164 - Vereador Willian Souza: Indicações de cata-galho, limpeza, poda de árvore, redutor de velocidade, sinalização de lombada, sinalização de solo, tapa-buraco e troca de lâmpada; Indicações de n. 1165 a 1168 - Vereador Pereirinha: Indicações de limpeza e boca de lobo, operação cata-galho, operação tapa-buraco e operação de recapeamento asfáltico; Indicação n. 1169 - Vereador Fernando do Posto: Recape na Rua José Fagundes Moura; Indicação n. 1170 - Vereador Rodrigo Dorival Gomes: Indicação de limpeza, roçagem e manutenção no complexo das escolas municipais: José de Anchieta e Dr. Leandro Franceschini; Indicações de n. 1171 a 1186 - Vereador Willian Souza: Indicações de troca de lâmpada; Indicações de n. 1187 a 1197 - Vereador Lucas Agostinho: Assuntos diversos; Indicações de n. 1198 a 1206 - Vereador Alan Leal: Assuntos diversos; Indicações de n. 1207 a 1211 - Vereador Gilson Caverna: Indicações de reparo de pavimentação asfáltica; Indicações de n. 1212 e 1216 - Vereador Pereirinha: Indicações para providenciar operação tapa-buraco em várias ruas; Indicações de n. 1217 a 1225 - Vereador Gilson Caverna: Indicações de reparos na pavimentação asfáltica; Indicações de n. 1226 a 1232 - Vereador Lucas Agostinho: Todas Indicações de pintura de solo; Indicações de n. 1233 a 1247 - Vereador João Maioral: Indicações de retirada de materiais recicláveis, operação tapa-buraco; Indicação n. 1248 - Vereador André da Farmácia: Troca de lâmpadas queimadas na Rua Maria Gheller Mancini, Chácara Monte Alegre; Indicações de n. 1249 a 1253 - Vereador Gilson Caverna: Todas Indicações de reparo de pavimentação asfáltica; Indicações de n. 1254 a 1260 - Vereador João Maioral: Todas as Indicações de troca de lâmpadas queimadas; Indicação 1261 - Vereador Rodrigo Dorival Gomes: Indicação de troca de lâmpada na Rua Luís Romildo Vendramini, Jardim Residencial Veccon; Indicação n. 1262 - Vereador Willian Souza: Troca de lâmpada; Indicações de n. 1263, 1264 - Vereador Tião Correa: Indica instalação redutor de velocidade na Rua São Bernardo e na Rua Santo Ignácio de Loiola; Indicações de n. 1265 a 1269 - Vereador Lucas Agostinho: Pintura de solo da Rua Marcelo Pedroni com a Rua Rosa Franceschini Chebab, Marcelo Pedroni com a Rua Tiradentes, Marcelo Pedroni com Rua Valinhos, Marcelo Pedroni com Rua Vécio José Alves e Indicação de troca de lâmpada na Rua Vicente Ferreira da Silva; Indicações de n. 1270 a 1272 - Vereador Gilson Caverna: Indicações para reparo de pavimentação asfáltica na Rua Celso Pereira de Camargo, na Rua Celso Pereira de Camargo, em frente ao n. 65, em frente ao n. 92 e em frente ao n. 115; Indicações de n. 1273 a 1275 - Vereador Pereirinha: Indicações de operação tapa-buraco em várias ruas; Indicações de n. 1276 a 1278 - Vereador Gilson Caverna: Reparo de pavimentação asfáltica na Rua Celso Pereira de Camargo (em frente ao n. 175, em frente ao n. 185 e em frente ao n. 568); Indicações de n. 1279 a 1281 - Vereador

Alan Leal: Manutenção de iluminação troca de lâmpada na Rua Hélio José dos Santos, e manutenção para acessar vazamento de esgoto na Rua Almirante Tamandaré, 124, e manutenção de iluminação na Rua Alzira Pires Foffano; Indicações de n. 1282 a 1285: Vereador Lucas Agostinho: Pintura de solo e recapes, e reparo com tapa-buraco; Indicações de 1286, 1287 - Vereador Gilson Caverna: Reparo de pavimentação asfáltica na Rua Harris Mezaroup (em frente 115 e n. 416); Indicações de n. 1288, 1289 - Vereador Hélio Silva: Indicação para pintura de lombada da Rua Camila da Silva e Indicação para realização da sinalização de trânsito no Jardim Casa Verde; Indicações de n. 1290 a 1292 - Vereador Lucas Agostinho: Indicações de tapa-buraco na Rua João Gomes, Marcos Liasch e Rua Presidente Washington Luís; Indicações de n. 1293, 1294 - Vereador Gilson Caverna: Reparo de pavimentação asfáltica; Indicações de n. 1295 a 1298 - Vereador Pereirinha: Operação tapa-buraco e, assim que possível, recapeamento na Rua Fioravante Mancino, operação tapa-buraco e continuação do recapeamento na Rua Jatobá, operação tapa-buraco e possível continuação do recapeamento na Rua Sandro Ferreira da Cunha e operação tapa-buraco e continuação do recapeamento na Rua Juarez Roberto, no bairro Picerno 1; Indicação n. 1299 - Vereador Gilson Caverna: Reparo da pavimentação asfáltica da Rua Aluísio de Azevedo, em frente ao n. 84, Residencial Casarão. Sr. Presidente, foram lidas todas as Indicações apresentadas. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Feita a leitura de todas as Indicações apresentadas pelos Srs. Vereadores, passaremos, neste momento, à apresentação e apreciação do Plenário dos Requerimentos apresentados pelos Srs. Vereadores. Para tanto, solicito ao Exmo. Sr. Vereador André que faça a apresentação do Requerimento. **“1º Secretário “André da Farmácia”**: Requerimento n. 5/2022, autoria do Exmo. Presidente Willian Souza. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Solicito a V. Exa. a gentileza de ler, na íntegra, o Requerimento. **“1º Secretário “André da Farmácia”**: “Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sumaré, considerando que é papel dessa Casa de Leis legislar e fiscalizar questões relacionadas ao interesse público no âmbito do Município de Sumaré, e deste Parlamentar defender e fazer cumprir as Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica do Município e demais Legislações vigentes. Considerando que é de interesse dessa Casa de Leis que o saneamento básico seja estendido para todos os munícipes de Sumaré, uma vez que a garantia de água potável é um direito básico, bem como questão de saúde pública fundamental para o desenvolvimento do Município com qualidade de vida e bem-estar social. Requeiro, pelo presente, na forma regimental, após ouvido o Plenário, que seja oficiado o Exmo. Sr. Prefeito Municipal e a ele solicitado que encaminhe a BRK Ambiental Sumaré S.A., BRK Ambiental ou concessionária (Concessionária de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Município de Sumaré) os seguintes questionamentos dessa Casa de Leis: 1º) qual foi a arrecadação financeira total da concessionária de água e esgoto de Sumaré durante o ano de 2017?; 2º) qual foi a arrecadação financeira total da concessionária de água e esgoto de Sumaré durante o ano de 2018?; 3º) qual foi a arrecadação financeira total da concessionária de água e esgoto de Sumaré durante o ano de 2019?; 4º) qual foi a arrecadação financeira total da concessionária de água e esgoto de Sumaré durante o ano de 2020?; 5º) qual foi a arrecadação financeira total da concessionária de água e esgoto de Sumaré durante o ano de 2021?; 6º) qual o montante total de arrecadação entre os anos de 2017 e 2021, referente a residências estabelecidas em Sumaré?; 7º) qual o montante total de arrecadação entre os anos de 2017 e 2021, referente às indústrias e comércios estabelecidas em Sumaré? Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 2022. Exmo. Presidente Willian Souza”. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Obrigado, Excelência, pela leitura do Requerimento. O Requerimento de n. 5/2022, de autoria deste Vereador, pedindo informações à concessionária de água e esgoto no Município de Sumaré, está em discussão. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Presidente, pela ordem. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Exmo. Vereador Joel Cardoso. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Parabéns pelo Requerimento e

eu gostaria de estar assinando junto com o senhor, se o senhor permitir. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Será uma honra a assinatura de V. Exa. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: Questão de ordem, Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Exmo. Vereador Rodrigo Digão. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: A voz é parecida, Presidente, mas é o Alan Leal. *[Falas sobrepostas]* **Sr. Presidente “Willian Souza”**: É o Vereador Alan? Desculpa! Com a palavra, o Exmo. Vereador Alan. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: Presidente, parabéns pelo Requerimento; também gostaria de subscrevê-lo. **“Vereador “João Maioral”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Será um prazer a assinatura de V. Exa.! **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Questão de ordem, Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Exmo. Vereador Gilson Caverna. **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Presidente, parabéns pelo Requerimento, e eu também peço autorização para assinar com o senhor. Obrigado, Presidente. **“Vereador “João Maioral”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Será um prazer a assinatura de V. Exa. Questão de ordem do Exmo... **“Vereador “João Maioral”**: João Maioral. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Vereador João Maioral. **“Vereador “João Maioral”**: Quero parabenizá-lo pelo Requerimento e pedir autorização para assinar o referido Requerimento, Sr. Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Será uma honra a assinatura de V. Exa., Vereador João Maioral! Muito obrigado pelas palavras de V. Exas. O Requerimento continua em discussão. **“Vereador “Raí Stein Sciascio”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Vereador Raí Stein. **“Vereador “Raí Stein Sciascio”**: Queria parabenizar você pelo Requerimento e pedir para subscrever também. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Será um prazer a assinatura de V. Exa. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Pela ordem, Sr. Presidente. *[Falas sobrepostas]* **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Vereador Rodrigo Digão. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Agora sim! Peço permissão para falar do local mesmo. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Concedido, Excelência. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Presidente, primeiramente, parabenizar, mais uma vez, o senhor vem fazer um Requerimento, ter que fazer um Requerimento para essa empresa, né, a gente acaba toda Sessão tendo que discutir algo dessa empresa prestadora de serviço no Município. Peço permissão para subscrever e, mais uma vez, os meus parabéns! **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Obrigado, Excelência, por somar nessa luta tão importante que a Câmara tem feito na Cidade de Sumaré. Continua em discussão o Requerimento de n. 5/2022. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Questão de ordem, Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Exmo. Vereador Rudinei Lobo. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Eu peço autorização para falar daqui. Eu quero dar os parabéns ao senhor pelo Requerimento, dizer que eu já subscrevi (que passou do meu lado aqui) e dizer também que... pedir para o senhor, assim que chegar o Documento que a gente aprovou aqui no Plenário, sobre a Ares-PCJ, da semana passada, que a gente consiga trazer eles aqui para explicar aquele aumento que, graças a uma ação da Câmara Municipal em conjunto com a Prefeitura, com o Prefeito, a gente conseguiu travar esse aumento aí, trazendo essa vitória para a população da Cidade de Sumaré. Obrigado! **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Obrigado, Excelência! Nós estamos procedendo com o pedido de V. Exa. nos meios legais, para poder fazer a convocação da Ares-PCJ e assim que nós conseguirmos fazer o andamento, com certeza, nós já vamos expedir ao Plenário. O Requerimento de n. 5/2022 continua em discussão. **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Vereador Ulisses, com a palavra. **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Eu peço autorização para falar daqui mesmo. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Concedido, Excelência. **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Sr. Presidente, Nobres Vereadores,

quero parabenizar o senhor por esse Requerimento. É mais um enfrentamento que nós tem que fazer com essa empresa e esse Requerimento, ele vem numa boa hora, é de grande relevância. Então, nesse sentido, eu quero parabenizar V. Exa. e pedir autorização (o senhor já autorizou, eu já subscrevi, viu?). Então, esse Requerimento eu creio que vai ser subscrito por toda essa Casa porque ele é de grande importância! Parabéns, Presidente! Muito obrigado. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Obrigado, Vereador Ulisses, pelas palavras e por sempre também estarmos na luta, juntos, para conseguir garantir que a concessionária respeite a nossa população. A palavra, eu acho que foi o Vereador Hélio que pediu a questão de ordem. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”:** Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Com a palavra, Vereador Hélio. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”:** Peço permissão para falar do local **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Concedido, Excelência. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”:** Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pelo Requerimento, e quero, também, pedir autorização para subscrever o Requerimento; e parabéns, mais uma vez! **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Obrigado, Exmo. Vereador! É uma honra ter a assinatura de V. Exa. Continua em discussão o Requerimento de n. 5/2022. **“Vereador “José Adilson Pereira dos Santos”:** Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Questão de ordem do Exmo. Vereador Pereirinha. **“Vereador “José Adilson Pereira dos Santos”:** Peço permissão para falar daqui. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Concedido, Excelência. **“Vereador “José Adilson Pereira dos Santos”:** Quero parabenizar a V. Exa. por esse Requerimento, e pedir para estar subscrevendo. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Será um prazer ter a assinatura de V. Exa. **“Vereador “Fernando Carlos Xavier”:** Questão de ordem, Sr. Presidente. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Continua em discussão o Requerimento de n. 5/2022. **“Vereador “Fernando Carlos Xavier”:** Presidente, questão de ordem. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Questão de ordem do Exmo. Vereador Fernandinho. **“Vereador “Fernando Carlos Xavier”:** Quero parabenizar pelo Requerimento e também pedir permissão para estar subscrevendo. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Será um prazer ter a assinatura de V. Exa., Vereador, e está permitido a assinatura de toda essa Casa. O Requerimento de n. 5 continua em discussão. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Sebastião Alves Correa”:** Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Questão de ordem do Exmo. Vereador Sebastião Correa. **“Vereador “Sebastião Alves Correa”:** Peço autorização para falar daqui mesmo. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Concedido, Excelência. **“Vereador “Sebastião Alves Correa”:** Parabéns pelo Requerimento e gostaria de subscrever também o Requerimento, tá bom? **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Será um prazer ter a assinatura de V. Exa., que foi membro junto comigo, da CPI da Odebrecht. O Requerimento de n. 5/2022 continua em discussão. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”:** Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Questão de ordem do Exmo. Vereador Lucas Agostinho. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”:** Peço autorização para falar do local. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Concedido, Excelência. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”:** Presidente, queria te dar os parabéns (ao senhor e a toda sua equipe) pela elaboração do Requerimento, e autorização para poder estar subscrevendo. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Será um prazer ter a assinatura de V. Exa., que tem lutado bastante para a gente garantir esses serviços para a nossa Cidade. Continua em discussão. Não havendo mais oradores, o Requerimento de n. 5/2022, está em votação. Requerimento de autoria Vereador Willian Souza, que pede informações das condições financeiras da Concessionária BRK, está em votação. Declaro encerrada a votação: 20 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está aprovado o Requerimento de n. 5/2022. Nesse momento, terminada a leitura dos Requerimentos, passaremos à leitura e apreciação do Plenário das Moções. Porém, nós temos aqui um Documento recebido por essa Casa, datado no Ofício 018/2022 e assinado pelo Exmo. Sr.

Maurício Baroni Bernardinetti, que é presidente da Consimares; no teor do documento, já lido em outra ocasião pelo Exmo. Vereador André, na condição de 1º Secretário, então, permito-me não ler novamente, mas faço aqui uma... frisar o parágrafo 6º do Documento, que diz o seguinte: “Desta forma, nos colocamos à vossa disposição, caso haja interesse, para agendamento da reunião ao longo desse mês de janeiro ou do mês de fevereiro de 2022, para que possamos apresentar aos ilustres Vereadores os esclarecimentos que se fizerem necessários a respeito do projeto: de suas características, de suas vantagens e em relação as práticas atuais e os ganhos serem obtidos pelos cidadãos dessa nobre Cidade”. Então, é um Documento que, no parágrafo 6º, a Consimares envia para a Câmara pedindo uma reunião com os Nobres Vereadores. Após a leitura do Documento, eu apresentei ao Plenário esse pedido e o Plenário entendeu que seria melhor que eles viessem em dia de Sessão (de Sessão Câmara Municipal de Sumaré). Nesse sentido, nós enviamos um Ofício de n. 5/2022 ao presidente da Consimares, convidando eles para estarem na Sessão no dia 1º de fevereiro de 2022, às 15h. Então, nós temos na folha n. 8 do Processo (Processo 53/22) o convite para que eles estejam, estivessem na Câmara no dia 1º de fevereiro de 2022. No dia 1º de fevereiro, no dia – desculpa - no dia 27 de janeiro de 2022, às 16h31, a Câmara recebeu um Documento assinado pelo senhor superintendente do Consimares, Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani, dizendo que não poderia estar no dia 1º de fevereiro, devido ter um membro da equipe estar em Brasília para uma reunião com o Ministério de Minas e Energia, então, pedindo uma nova data. Nesse sentido, o Plenário da Câmara deliberou e autorizou que fosse na data de hoje. Nesse sentido, então, nós enviamos e-mails da Secretaria da Câmara Municipal de Sumaré ao Consimares informando a possibilidade da nova data, que seria para o dia de hoje (8 de fevereiro de 2022) e recebemos a confirmação do Consimares, através de um e-mail enviado à Secretaria, dizendo que estarão presentes na Plenária da Câmara Municipal no dia 8/02/2022, às 3h da tarde, os senhores: Valdemir Aparecido Ravagnani, que é superintendente do Consimares; o Sr. Fábio Chagas Orsi, secretário executivo do Consimares; e o Sr. Antônio Bolognesi, que é engenheiro responsável pelo projeto em questão. Nesse sentido, então, eu convido os ilustres senhores: Valdemir Aparecido Ravagnani (mais conhecido, carinhosamente, na nossa Cidade, como Mimo Ravagnani), o Sr. Fábio Orsi e o Sr. Antônio Bolognesi que se adentrem ao Plenário desta Casa de Leis. Sejam muito bem-vindos, as cadeiras preparadas para os senhores se acomodarem, para que a gente possa começar a apresentação. Quando os senhores se acomodarem, cumprimentarem os respectivos Vereadores (com cuidados sanitários, evidentemente), farei as orientações regimentais de como deve proceder o... esse momento de apresentação. Sejam muito bem-vindos! Desculpa não estar presencialmente para poder cumprimentá-los, mas acredito que os senhores também iriam preferir que eu não [*Risos*] estivesse nessa conjuntura. Sobretudo, acredito que os Ofícios que estão aqui recepcionados são em nome do Sr. Mimo, então, eu gostaria de pedir ao Dr. Clodovyl que direcionasse para ele, por favor, o microfone, para que eu possa conversar com ele, só para combinar aqui (publicamente, evidente) como deve proceder e ver se ele tem acordo de como devemos fazer. Boa tarde, Valdemir Aparecido, se me permitir chamá-lo de Mimo Ravagnani.

“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”: À vontade, Presidente. Boa tarde, Presidente, melhoras para você e sua família. Fico feliz de ser assintomático praticamente isso daí e fico feliz de, mais uma vez, estar aqui nessa Casa, já estive várias vezes como Secretário do Meio Ambiente, Chefe de Gabinete no passado, e agora como Superintendente Consórcio Consimares, para falar pouquinho dessa questão ambiental, da questão do tratamento de resíduos, de modo geral. Fico à disposição.

“Sr. Presidente “Willian Souza”: Mimo, muito obrigado! É um prazer vê-lo, e os demais membros da Consimares. Mimo, eu gostaria de propor para que a gente fizesse da seguinte maneira: vocês fizessem uma apresentação totalitária, explicando tudo o que vocês acham necessário, utilizar *slides*, utilizar tudo que é necessário e, em seguida, que a gente - se quiserem aí dar uma pausa de cinco

minutinhos para poder tomar uma água e ir ao banheiro -, e depois abrir para aos Vereadores fazerem as perguntas que eles acharem necessárias. Pode ser assim? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Plenamente concordo, Presidente, fiquem à vontade, os Vereadores também à vontade aí quanto a isso. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Não tem problema, né, eles podem fazer as perguntas que forem necessárias, né? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Que for tecnicamente, à vontade, estou à disposição. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Tá. Eu vou... eu estou tendo... eu estou... Dr. Clodovyl, alguma orientação jurídica? Mas eu acho podemos passar, então... Mimo, eu passo a palavra ao senhor, peço aos demais se manifestem e fiquem à vontade; se algum Vereador quiser interromper, fica garantido, aí eu só tenho que dizer aqui para o Mimo, para o Fábio e para o Antônio, que nós estamos dentro da Sessão, então, ela não funciona como uma Audiência Pública, né? Então, se eles tiverem questões de ordem e quiserem interromper, os Vereadores são autoridades máximas, eu vou sempre franquear a palavra para eles, em qualquer momento da apresentação, tá bom? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Eu acho que é válida essa questão, porque a apresentação pode gerar algumas dúvidas e eu acho que fiquem à vontade, viu, Vereadores? Não sei se é questão, norma da Casa ter que pedir questão de ordem, mas, se for o caso, pode ficar à vontade de questionar. Não sei, Presidente, se pode ser assim, pode ficar bem à vontade para fazer os questionamentos, tá? **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Isso! Eles vão direcionando a palavra regimental à Presidência-- [*Falas sobrepostas*] **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Certo. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: --e a Presidência vai franqueando a palavra, os senhores podem ficar à vontade, que eu vou presidindo. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Ok. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Pode ficar com a palavra, então, agora eu franqueio a palavra ao Sr. Mimo Ravagnani para que ele prossiga e, se se achar necessário, dividir a palavra com o Sr. Fábio e com o Sr. Antônio Bolognesi. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Exmo. Vereador Hélio. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Uma boa tarde a todos que estão presentes aqui da Consimares. Só frisando, mais uma vez, para reforçar, Sr. Presidente, isto não se trata de uma Audiência Pública, e sim apenas uma convocação para que vocês respondam algumas perguntas e façam a apresentação que os senhores quiserem fazer a respeito do Consimares. Obrigado, Sr. Presidente. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Ok, Hélio. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Fica à vontade, fica à vontade, Mimo. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: A palavra está com o nosso Secretário. **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: Boa tarde a todos! Me ouvem bem? Então, primeiramente, eu gostaria de agradecer a Deus por nós estarmos com vida, né? E também agradecer a essa Casa de Leis por estar nos recebendo. Depois de quase dez anos, depois de quase dez anos eu retorno a essa Egrégia Casa de Leis, e eu tive o prazer de muitos de vocês que são hoje Vereadores, nós tivemos prazer de: Ulisses, trabalhar junto na Prefeitura, eu, ali, na Secretaria de Governo, do ex-Prefeito Bacchin (o qual tenho um grande estima, um grande carinho); o Fernandinho, né? O Fernandinho, eu lembro que o Fernandinho era... trabalhava aqui na Câmara, ali, enchia os cartuchos. Olha que benção, Fernandinho! Rudinei Lobo, o Joel, eu vejo aqui o Lucas... Nossa! Tenho um grande carinho pelo Lucas, pela família, nos congregamos na mesma igreja (Igreja do Evangelho Quadrangular). Eu vejo aqui o João Maioral. João Maioral também tivemos a oportunidade de trabalhar juntos; eu vejo aqui Tião do Gás, do gás ali, que é também um parceiro aí. Então, eu fico muito feliz de voltar aqui nessa Casa de Leis, depois de dez anos. E, também, o próprio Presidente, né, Willian, que hoje, infelizmente, não está aqui conosco, mas também nós trabalhando juntos ali na Secretaria de Governo, ali, lutando ali, desde já, mesmo antes de ser Vereador, o Willian lutava ali pela população ali, especialmente na região do Matão, na Soma. E hoje nós vemos o resultado de todo aquele trabalho há dez anos atrás, como que passa, né, o tempo passa, e eu tenho uma grata satisfação de ver essas pessoas que nós trabalhamos

no passado e vendo vocês hoje aqui. E como o Willian citou o evangelho, a Palavra de Deus, em Provérbios 31 e 9, que é em prol dos necessitados, né? Que realmente a população de Sumaré veja em vocês, tenha em vocês o espelho para defender eles em todos os momentos, ok? Em nome do Consórcio Consimares, através do Exmo. Sr. Presidente do Consimares e Prefeito de Elias Fausto, Maurício Baroni, e demais prefeitos que integram o consórcio, a saber: os Municípios de Capivari, Elias Fausto, Hortolândia, Nova Odessa, Monte Mor, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré (nós somos em sete municípios). Através deles, eu gostaria de agradecer aos Nobres Vereadores, na pessoa do Sr. Presidente Willian Souza, a oportunidade de estarmos aqui neste Plenário para apresentar o projeto sobre a central de tratamento de resíduos do Consimares. Agradeço, também, o Vereador aqui (como eu citei o nome), o Rudinei Lobo, que é conselheiro fiscal do Consimares, o qual tem participado atividade de várias reuniões do consórcio. Também já foi mencionado que está conosco aqui o Bolognesi, que é o engenheiro responsável pelo projeto; o Mimo, né (carinhosamente conhecido), o Valdemir, que é o Superintendente do Consimares. E esse projeto, ele está, essa modelagem da central de tratamento dos resíduos sólidos, de resíduos, tem como base a Lei Federal n. 897/1995, e também a Lei Federal n. 1.179/2004. Todos os Vereadores aí receberam (praticamente todos) uma revista, que aí são, conta a história, nós estamos... no dia 22 de janeiro, nós completamos 13 anos do Consimares, e aí a revista conta a história de 12 anos do Consimares. Para vocês, aqueles que não conhecem, conhecerem um pouco mais o que é esse consórcio de resíduos sólidos da Região Metropolitana de Campinas. E, sem mais delongas, eu vou passar aqui a palavra para o Antônio Bolognesi, como eu já disse, é o engenheiro responsável pelo projeto, que irá fazer a apresentação, conforme o rito aí, conforme as “regras” - entre aspas - pré-estabelecidas, ele faz a apresentação; depois, no final, quem quiser ou tiver alguma pergunta, ou se achar necessário fazer interferência, fiquem à vontade. E, desde já, muito obrigado por estar nos recebendo nessa tarde. Que Deus nos abençoe! **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Obrigado. Obrigado, Fábio, pelas palavras iniciais, né? Nós vamos passar agora ao engenheiro responsável. Só para fazer uma correção: eu não sei se foi uma falta de vírgula ou uma falta de lembrança, mas eu nunca trabalhei na gestão do Prefeito Bacchin, nunca fui funcionário público e nem na Secretaria de Governo. Na sua saudação, eu não sei se faltou uma vírgula que trabalhamos juntos pela população, mas deu a entender que eu fui funcionário público, mas eu nunca fui. Só uma correção importante a ser feita na sua fala introdutória, e com a tentativa de aproximação, mas não foi, não é verdade essa parte, tá bom? Passo ao engenheiro a palavra. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: Viu, Presidente, não foi nesse sentido, não, eu estou falando de, quando eu falei de trabalhar junto, é que quando você vinha na Secretaria de Governo trazendo as demandas, a gente conseguia trabalhar, desenvolver projetos juntos em prol da população naquela-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Agora acho que todo mundo entendeu, faltou uma pequena vírgula aí. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: Desculpe, viu? **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: O engenheiro está com a palavra, fique à vontade. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Bom, boa tarde a todos! É uma honra muito grande estar aqui nessa Casa Legislativa da Cidade de Sumaré. É uma honra, também, poder apresentar para vocês uma proposta de um projeto de tratamento de resíduos, efetuada aqui para o Consórcio Consimares. Eu pediria, então, que fosse feita a apresentação, nós não temos aqui um projetor, mas eu acredito que a gente consiga usar os televisores, né? Mimo. Nós estamos aqui para contar para vocês a história - e como fala? - e contar também os detalhes desse projeto, tá? Vocês se sintam absolutamente à vontade, é óbvio, né, que vocês estão à vontade, vocês estão nas suas casas, né, na sua casa, mas eu também estou muito à vontade aqui para ser interrompido a qualquer momento, tá? É um projeto que eu acredito que realmente vá trazer benefícios aqui para a Região Metropolitana de Campinas. Vamos lá! Então, por favor, o primeiro *slide*. Vamos lá! Só desculpe, eu não enxergo tão

bem de longe, eu vou ter que ficar de pé para poder enxergar aqui. Tá bom, obrigado, viu? Bom, a primeira coisa é a motivação deste projeto. Por que é que esse projeto foi desenvolvido, né, e da forma que ele foi desenvolvido? A primeira coisa é a necessidade de uma solução de médio prazo para saturação dos aterros sanitários na Região, no médio prazo, tá? Não é uma emergência, né, mas é um problema que vai acontecer, e está acontecendo, não só nessa região, mas vai acontecer no Estado de São Paulo como um todo. O padrão de qualidade ambiental internacional também trazendo uma tecnologia consolidada para substituição dos aterros sanitários; a eliminação dos gases de efeito estufa dos aterros em alinhamento com a Cop 26; melhorar a qualidade de vida dos catadores da Região; investir na educação ambiental e aumentar os índices de reciclagem. E podemos dizer que o empreendimento está de acordo com toda a Legislação Nacional, Estadual e Regional, tá? Então, depois, obviamente, vocês vão ficar aqui com essa apresentação, e vão poder - como fala? - verificar todos esses detalhes que estão aqui, né, citados nesse quadro. Por favor, o próximo. Vamos lá! Bom, como começou essa - obrigado - como começou essa nossa aproximação Consimares, né? Nós fizemos um estudo de todos os consórcios do Estado de São Paulo; são 29 consórcios estudados, que foram checados com relação à quantidade de resíduos, tipo do resíduo, o PIB da região e tudo, as quantidades, população e a distribuição geografia, uma série de quesitos que foram analisados. Muito bem. Desses 29 consórcios analisados, fizemos um ranqueamento (em função dessas características objetivas de avaliação) e o Consimares ficou num dos primeiros lugares desse *ranking*, né? Levamos esse estudo para o Governo do Estado de São Paulo, precisamente para Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - com a participação da Cetesb - e pedimos uma orientação de qual deveria ser o consórcio que deveria ser estudado e feito uma proposta de modelagem de um projeto de tratamento de resíduos. Muito bem, o Governo do Estado, que tem interesse bastante grande nesse tipo de empreendimento, nesse tipo de proposta, preocupado com a questão da destinação final dos resíduos, né? **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: Questão de ordem, Presidente. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não? **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: Antônio, você poderia providenciar... passar esse material para que a gente possa imprimir-lo e os Vereadores possam apreciar? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Está com vocês já. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: Para que a gente *[Ininteligível]* acompanhar porque está muito pequeno ali. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Para mim também, fica, eu imagino, eu imagino. Realmente fica difícil. Mas está com vocês, está no computador de vocês, tá? **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: É, essa-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: --uma questão de ordem do Vereador Alan Leal, pergunto se... a Secretaria tem este documento? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Secretaria? Secretaria de Meio Ambiente? **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Não, a Secretaria da Câmara. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Ah, não sei! *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Vocês disponibilizaram? O computador que o senhor se refere é qual? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Está aqui, é o computador de vocês. **“Orador não identificado”**: Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Oi. **“Orador não identificado”**: Só uma questão de ordem: o técnico nosso, ele recebeu esse material, e nós vamos disponibilizar. Então, nesse momento, já vou encaminhar para a Diretoria de Comunicação, para encaminhar aos Vereadores. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Então, solicito à Diretoria Legislativa que encaminhe à Diretoria de Comunicação para que possa disponibilizar no celular dos Srs. Vereadores. Para tanto, eu suspendo a Sessão por três minutos para que o Documento chegue no celular dos Vereadores, para que eles possam acompanhar a apresentação em tempo real, junto ao material em mãos. Está suspensa a Sessão às 17h20. *[Sessão suspensa]* **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Estão faltando alguns Vereadores aí: o Vereador Rodrigo, o Vereador Hélio, Vereador João, Vereador Toninho, Vereador Valdir de Oliveira. Dr. Clô, eu vou reabrindo e eles vão registrando aí, tá? Pode transmitir,

Mesquita. Com quórum suficiente, declaro reaberta essa Sessão às 17h35. E, em posse dos Documentos em mãos, eu devolvo a palavra à Consimares para que continue a apresentação. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Por gentileza, poderia voltar a apresentação aqui? Muito obrigado. Isso! Nós paramos aqui nesse *slide*, né? Não tem importância muito o que está escrito aí, essa é apenas a relação dos consórcios que foram analisados, só para mostrar para vocês que o que foi entregue, né, para o Governo do Estado de São Paulo. Como eu falei, há um interesse bastante grande do Governo do Estado para, justamente, apresentar uma solução alternativa aos aterros sanitários, de modo que possamos atingir um padrão de saneamento equivalente aos dos países desenvolvidos, que já têm esse tipo de solução há muitos anos, há décadas, né? Então, vamos lá! O próximo, por favor. Bom, por que o Consimares, então, né, além da recomendação do Governo do Estado? O Consimares, ele tem como sua função (vamos dizer assim, né?) o manejo de resíduos sólidos, né, a gestão (como diz ali no estatuto deles, né?), a gestão associada de serviços públicos de manejo de resíduo sólidos, ou seja, é um consórcio formado exclusivamente para a gestão de resíduos sólidos. Isso é muito importante, né? Então, a dedicação do Consórcio do Consimares é exclusiva para resíduos sólidos; e eles têm, também, aqui, uma quantidade de pessoas envolvidas e de resíduos, que justificam e viabilizam economicamente esse tipo de empreendimento. Próximo. Bom, então, são sete municípios. Próximo. Então, o objetivo do projeto é cidades mais saudáveis, mais oportunidades de emprego, qualidade de vida, geração de riquezas; vai ter um investimento importante aqui na Região: educação e segurança para a toda a população no sentido de ambiental e saneamento. Bom, então, o proponente fez uma consulta ao Consimares, o Consimares pediu que fosse encaminhado formalmente uma proposta (e assim foi feito), essa proposta foi encaminhada lá no mês de junho de 2020 para o Consimares; o Consimares pegou a aprovação de todos os prefeitos na época, né, antes que pudesse fazer a resposta; e uma vez aprovado a proposta do estudo, encaminhou para o proponente a resposta dizendo que: “Ok, você pode fazer o estudo dentro dessas condições, dentro dessa Legislação” e publicou no Diário Oficial, né, o aviso de que a empresa estaria aprovada, ou melhor dizendo, estaria liberada para desenvolver o estudo de acordo com aquela proposta apresentada, tá? E isso foi feito lá no dia 13 de julho de 2020. Muito bem, o que é que é esse trabalho, esse estudo? O resumo é o seguinte: são quatro, ou melhor, cinco áreas que foram desenvolvidas: a primeira parte técnica, em que foi feita a escolha, justificativa de definição e tecnologias; definição técnica do projeto, capacidade, características, parâmetros de construção, de operação, de manutenção e tudo mais, ou seja, definiu o que é que é o projeto, tá? Na parte econômica foi feita toda uma análise, uma vez definida a tecnologia, se definiu qual é o investimento, qual é o custo de operação, plano de negócios, toda a parte econômica do empreendimento; na parte jurídica, se avaliou todas as condições legais dos Municípios envolvidos nesse projeto; com relação à questão da segunda jurídica, todas as leis que envolvem resíduos sólidos foram avaliadas, e a compatibilidade dessas leis com relação a todas as leis do Estado e da União, e foi feita toda uma parte da preparação para elaboração de um edital de licitação, caso o projeto fosse aprovado pelo Consimares. Toda a parte ambiental foi feita também uma análise locacional, para ver qual era o melhor local para instalação, em termos ambientais e termos sociais também; foi feito todo um levantamento preliminar da parte ambiental para ver emissões e tudo mais, se tinha problema, tudo isso daí, está tudo registrado; toda parte social foi feito um levantamento com relação ao pessoal, os *stakeholders* dar, foi conversado com catadores, foi conversado com todo o pessoal da área universitária e tudo mais, ou seja-- [*Falas sobrepostas*] **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Questão de ordem. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Presidente, posso estar falando? **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Exmo. Vereador Rodrigo Digão. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Já queria fazer um

parêntese sobre essa questão-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: --de ter, a questão social-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: --está especificado no projeto quem foi procurado de qual Cidade? Conversei com alguns donos de ferros-velhos (para ser específico) na Cidade de Sumaré, não vou citar nomes, mas três que eu procurei, nenhum deles teve nenhum tipo de contato com vocês. Será que seria possível isso ser aberto para a gente? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, claro, não tem nenhum problema. Na verdade, não houve uma conversa com todo mundo, é óbvio, não seria possível, nós temos aqui um milhão de pessoas, quase, tá? Então, não daria para, realmente, conversar. Isso é feito de uma forma, tem um critério para se fazer esse tipo de análise, tá? Obviamente, vai ser muito difícil mesmo você encontrar alguém que foi, participou, mas está lá, o trabalho tem toda... não fala um critério científico para se fazer essa avaliação, tá? **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Vale ressaltar que eu não procurei catadores, eu procurei proprietários, né, empresas-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Aham. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: --que são um pouco maiores, do nosso Município, por isso que eu fiz até o questionamento. Porque catadores tem milhões, até são perguntas que vão ser feitas um pouco mais adiante. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim, sim. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Então, eu queria saber se foi feito um conselho, se foi uma comissão, se procuraram essas empresas da Cidade, por isso que eu fiz essa interrupção. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não. Não, de fato, esse tipo de pessoal intermediário não faz parte desse tipo de análise social, tá? Até porque - como fala? - o foco não são eles, tá? É muito mais os catadores, né? É muito mais quem, os formadores de opinião, né, e eles não são considerados formadores de opinião. Mas eu não sou especialista nessa área, tá? Tem um trabalho que foi feito, tá? Mas isso-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Engenheiro? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Não interrompendo, achei muito propícia a pergunta do Vereador, e eu ia deixar até para falar no final minhas perguntas-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Claro. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: --mas quem serviam esses formadores de opinião? E se o senhor não tem aí na apresentação, onde que a gente encontra essas pessoas? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Então-- **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Porque assim, no mínimo, é uma Audiência Pública, ela serve para ouvir todos os setores da sociedade, né? Como nós tivemos aí, eu vejo que vocês estão muito bem baseados tecnicamente, por ora, embora eu tenha perguntas técnicas, jurídicas, também para fazer, mas a Audiência Pública que deveria acontecer, ela não aconteceu por falta de transparência, por falta de publicidade, por falta de incentivar que toda a população aconteça. Isso é incontestável, porque tem uma decisão judicial, né, que contesta a falta de publicidade e transparência a qual foi feita a Audiência, e nela poderia ir catadores. Quem são os catadores que foram ouvidos? De onde são? De que lado da Cidade? Uma ficha diagnóstica socioeconômica, eu me preocupo muito com essa questão dos catadores, se o senhor não tiver aí para responder, onde que eu encontro isso? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Tá, vamos lá. O senhor vai poder encontrar isso no EIA/Rima, né? Se o senhor for lá no endereço www.lixotemvalor.com/consimares-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Eu estou com ele impresso nas minhas mãos. Se o senhor direcionar a página, eu já abro. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: --Tá. Perfeito. Então... Não, eu não tenho ele aqui na mão, *[Risos]* vai ser meio difícil eu imaginar qual é a página, são mil e poucas página, né? Mas é-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: São mil e pouca, é que como, eu li e, praticamente, decorei, eu imagino que você, por ser um proponente do projeto, tenha mais habilidade, por isso que eu perguntei. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não, eu não sou... eu sou só o coordenador do projeto, nós temos uma equipe gigantesca que trabalha nesse projeto, justamente o pessoal que vai participar da Audiência

Pública, agora do próximo dia 24 de fevereiro, tem lá os especialistas nessa área que poderão responder isso com bastante propriedade, tá? E está lá. [Falas sobrepostas] **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Então, essa informação a Consimares não tem para nos passar agora e nem para indicar onde eu encontro no Documento? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, nesse momento, eu não tenho como indicar para o senhor, até porque eu não estou com o trabalho aqui na minha mão, tá? Mas é-- [Falas sobrepostas] **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Sem problema. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: --o senhor pode procurar lá no final, é um anexo, é um trabalho da Arquê(F), né, que é uma empresa especializada nesse tipo de levantamento social, tá? De análise social. [Falas sobrepostas] **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Tá bom, obrigado. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Mas o senhor vai encontrar lá, com certeza. **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Questão de ordem, Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Ok. Questão de ordem Vereador Gilson Caverna. [Falas sobrepostas] **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: Questão de ordem, Presidente. **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Presidente, engenheiro Antônio. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não. **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Como o senhor é o engenheiro desse projeto aí, o senhor poderia dar essa resposta para nós, o senhor deveria estar por dentro quem é os catadores que foram lá, como o senhor é engenheiro do projeto, o senhor deveria saber. Muito obrigado. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não, obrigado. Desculpe, o senhor imagina o seguinte: esse é um trabalho bastante grande, eu sou apenas o coordenador desse projeto e eu não tenho todas as informações, 100% delas aqui, nós precisaríamos estar com toda a equipe aqui presente para a gente poder responder todos os detalhes. Mas essa informação, ela é pública, tá? Ela está lá nesse endereço (que eu posso até repetir aqui), apesar do Presidente já ter feito essa avaliação do EIA/Rima, né? E endereço é: www.lixotemvalor.com/consimares-audiencia. Nesse endereço o senhor vai poder encontrar lá o EIA/Rima, o senhor faz, pode fazer *download* do EIA/Rima, e lá dentro desse documento, dentro do EIA/Rima, está lá esse levantamento, tá? São muitos os detalhes, o senhor me desculpe, realmente é impossível eu ter condição de ter na cabeça mais de mil páginas que foram - como fala? - geradas como uma espécie de um resumo, tá? Foram estudadas, se for colocar tudo o que foi feito em termos de trabalho, eu diria para o senhor que tem muito mais do que isso, nós estamos falando de mais de 5 mil páginas, tá? **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: Questão de ordem, Presidente. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Engenheiro, eu entendo, eu entendo completamente aí o que o senhor passou-- [Falas sobrepostas] **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Quem está falando? Ah, desculpe, é... Ah, tá! **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Está ouvindo? [Falas sobrepostas] **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Desculpe, agora eu estou. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Eu entendo completamente o que o senhor passou, né, mas nesse... eu estou com o estudo em mãos, né? Eu imprimi, eu tive o cuidado de imprimir antes mesmo dessa... não sou engenheiro responsável, nem o advogado responsável, enfim, mas eu li ele, todo, ponto a ponto, eu estudei, estou com ele em mãos, conforme o senhor está falando o seu *slide* sintético, eu estou aqui olhando, de forma detalhada, e comparando, né? A frase do senhor que diz: “identificação de eventos, problemas relacionados com a sociedade” parece uma frase um pouco perdida no meio de um *slide* de apresentação, porque para os senhores pode ser apenas uma frase técnica, mas para essa Casa de Leis tem toda a importância, por isso que vocês foram chamados aqui no Plenário. Dificulta uma apresentação se vocês acham que as pessoas não são formadoras de opiniões ou que não tenham o ponto importante. Eu preciso saber quem, da minha Cidade, que cata reciclagem de manhã para levar o pão para casa, foi ouvido. Eu não posso, não é uma coisa que... Ah, você dizer que é impossível saber um documento de mil páginas, eu vou dar um exemplo para o senhor: a Câmara tem uma série de Legislações. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Ok. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Se o senhor me perguntar algo aqui, eu vou saber responder, eu tenho propriedade daquilo que eu faço. **“Sr.**

Antônio Bolognesi”: Ok. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**”: Na matéria do jornal Correio Popular, do dia 12 de dezembro de 2021, o senhor deu uma entrevista como especialista e mostrando aqui toda uma habilidade sobre esse detalhe. Agora eu quero saber: se a habilidade dos senhores é apenas com a questão financeira, não me interessa, porque a minha questão é a socioeconômica das famílias e a questão ambiental da minha Cidade. Então, eu gostaria que, nós precisamos, Mimo Ravagnani, Fábio, que fez toda uma cortesia de saudação, que nós não estamos aqui numa festa, nós estamos aqui numa apresentação para discutir o futuro da Cidade, que são resíduos sólidos, é lixo, é coisa séria. Então, nós não vamos aqui, de maneira alguma, tocar uma Sessão que não tenha informações técnicas. Eu já qual é o Documento, então não está sendo apresentado de qualquer maneira, eu estou com o Documento impresso, eu estou com vários volumes aqui na mesa (gostaria de estar no Plenário para os senhores verem que nós sabemos o que estamos fazendo), agora, a pergunta do Vereador Digão, é uma pergunta, eu quero saber o que vai acontecer com os catadores de reciclagem-- **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Bom, vamos lá! Se-- [*Falas sobrepostas*] **“Sr. Presidente “Willian Souza”**”: --quero saber como que eles foram ouvidos! **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Se o senhor puder me... se o senhor permitir, eu posso, nós vamos chegar lá! [*Falas sobrepostas*] **“Sr. Presidente “Willian Souza”**”: Sim, vamos lá! **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Então, essa é uma apresentação, esse é apenas um introdutório, né? Então, se a gente chegar lá, nós vamos conseguir responder com mais propriedade, tá? **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**”: Presidente, questão de ordem, só para concluir também. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**”: Pode ficar à vontade, Vereador Alan. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**”: Aqui vocês falam “melhorar as condições de trabalho”, o que seria melhorar a condição de trabalho dos catadores, hoje? **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Tá, vamos lá! [*Falas sobrepostas*] **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**”: O que é que a Consimares, ela pretende? O que é que é isso? Que a gente gostaria que você explanasse sobre o assunto. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**”: Vereador, na verdade, nós temos um Plano Intermunicipal de Resíduos, obtido e aprovado recentemente, foi uma revisão, e os Municípios vão ter que implantar para atender a Política Nacional de Resíduos Sólidos, todos os Municípios de consórcio e 19 cooperativas. E isso está, estará no edital que o ganhador vai ter que ajudar, vai ter que implementar essas cooperativas, repassando para os Municípios. **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi”**”: Eu gostaria de uma questão de ordem. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**”: Sendo que, no máximo, 30 catadores por cooperativas, para entender com equipamentos, tudo. Então, tem, no Plano Intermunicipal (que isso aí vai ligar no Plano Intermunicipal), vai ter 19 cooperativas dentro do âmbito do consórcio, no qual Sumaré, Hortolândia são os Municípios que mais cooperativas vão ter que ter. Existe o catador avulso de um modo geral, mas aí, assim, não necessariamente você vai conseguir incluir esse catador, mas é uma tentativa. Quem, Ulisses, por exemplo, que participa, participa disso, nós precisamos trabalhar a questão nas cooperativas, porque isso é uma coisa que tem se passado muito de pai para filho - quem é de movimento, né, Ulisses, sabe um pouco disso -, e a partir do momento que você inclui um catador na cooperativa, ele passa a ter alguns direitos. Silvio Coltro que é contador, acho que pode até explicar melhor que eu (que sou engenheiro), mas ele passa a ter alguns direitos(*) sociais, pensar numa aposentadoria, pensando nisso. Então, nós temos que, vocês e nós, temos que incentivar eles que se adiram, façam participação dessas cooperativas, que eles vão trabalhar coletiva seletiva dentro dos Municípios, que a coleta em si, não é obrigação desse empreendimento, continua sendo coleta, esse projeto, ele não mexe com coleta; a coleta, sim, continua com os Municípios. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**”: É, porque na apresentação aqui, Mimo... **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**”: Você... Bom, vai parecer que tem uma central de tratamento dentro do empreendimento. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**”: Não, sim, mas eu digo, porque aqui vocês colocam “melhorar a condição de trabalho”, então, assim, subsentende(*sic*) que

vocês têm um plano-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Tem. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: --e não-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Vamos lá! **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: --e não que vá depender-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Eu posso fazer o seguinte? Só uma sugestão. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: --deixa eu só concluir, engenheiro, por favor? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: E não que nós vamos ter que criar isso em conjunto com o Município, com a Câmara, eu acho que ficou vago, Mimo. De verdade, eu acho que vocês precisam ser mais claros no documento que vocês apresentam para essa Casa-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Tá. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: --porque aqui nós estamos tratando de vidas, são pessoas que são trabalhadores e que merecem ser respeitados, e muitos dali vivem diariamente do seu sustento, que é a reciclagem. Tenho outra pergunta também, que eu vou deixar também, para você depois explicar, aqui vocês falam: “estrutura... a infraestrutura viária será readequada para atender o empreendimento”, isso já foi feito um estudo, tem o estudo? Vocês fizeram? Vocês têm como apresentar? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Tem! Está no EIA/Rima. Está no EIA/Rima, o senhor pode observar lá, acessar lá, o senhor vai encontrar lá. Muito bem-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi”**: Eu poderia fazer um... faço logo ou depois? O senhor quer concluir? Depois eu faço, eu ia fazer uma colocação. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não. **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi”**: Eu não ia, na verdade, nem fazer pergunta, porque *[Ininteligível]*, ainda nem vim na Sessão passada, ainda estou me livrando do Covid ainda, mas embora já estou liberado, mas a gente ainda começa com sequela, segura um pouquinho. Mas eu atentei numa colocação que vocês fizeram no início, que eu acho que nós já vamos adiantar bem mais o assunto aqui, para ficar mais fácil a gente discutir. Senão nós vamos ficar nesse vai e vem, vai e vem aqui, nós vamos ficar aqui a noite inteira e eu acho que vai chegar num acordo. A primeira colocação que o senhor fez, eu prestei atenção (que eu anotei), vocês disseram que foi feito um estudo, teve aprovação de todos os Prefeitos para fazer esse estudo? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim. **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi”**: Esse é o ponto principal! Se teve a aprovação de todos os Prefeitos, ótimo! A mesma(*) pergunta, excelente! E teve, e após feito esses estudos foi apresentado: “Ah, isso foi feito”, porque talvez poderia ser e foi o seguinte: um próprio entendimento do próprio Município ajudar nesse sentido, que o interesse é de todos! O interesse não é só de vocês, o interesse é da população no geral, o interesse vai ser que o meio ambiente. Eu, como sou do Partido Verde - o Mimo sabe -, a gente quer o meio ambiente saudável para Cidade, e nós queremos no geral. Isso, então, eu acho que é um compromisso de todos: de Prefeito, de Vereador, de população, de todos. E eu acho que ficaria talvez mais fácil os próprios Municípios ter o estudo dentro deles com as cooperativas deles, que é mais fácil, que vocês talvez não tem o conhecimento – talvez o Mimo tenha, porque ele mora aqui em Sumaré, mas quem está fazendo outro Município que não mora lá, ele não sabe nem como funciona lá naquela região -, então, talvez é *[Ininteligível]* saber: se foi feito esse estudo, foi aprovado pelos Prefeitos, e o projeto foi também aprovado, pelo, porque o estudo é uma coisa, o projeto é outra. Acho que nós chegaria num denominador comum melhor. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Foi. Foi, foi aprovado o estudo, foi apresentado várias vezes, tem várias Atas de reunião do Consimares em que o que estudo foi aprovado por unanimidade, tá? Muito bem, o estudo, o projeto, tá? Agora, vocês é que vão aprovar a implementação disso daí, porque isso vai para uma licitação ainda, tá? Isso não é, não é eu falar: “Não, vamos sair daqui amanhã pondo o primeiro tijolo lá”. Não, não é isso, tá? Isso aqui ainda vai para uma licitação, ainda, o edital ainda vai ser avaliado juridicamente; depois ainda isso daí vai para uma consulta pública e depois vai ser publicado edital para uma licitação. Então, tem todo um procedimento legal estabelecido na Lei-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Antônio dos Reis**

Zamarchi”: Isso com a aprovação das Prefeituras? **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Isso, perfeitamente!

“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi”: Desses 13... são 19 município, né? **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Sete, sete Municípios. **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi**”: Desses sete municípios que faz parte da-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Se os sete Municípios não aprovarem-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi**”: --Região Metropolitana ou têm em outras regiões? **“Vereador “Joel Cardoso da Luz**”: Vereador Toninho? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Não, não, não, só os sete Municípios. **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi**”: Então, mas só Região Metropolitana ou tem mais? **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Só os sete. **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi**”: Então, vão sete, e eles estão na Região Metropolitana? **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Não, não, não. *[Manifestações fora do microfone]* **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi**”: Cinco? Ah, ótimo! **“Sr. Presidente “Willian Souza**”: Vereador, Vereador Antônio dos Reis, é o que abrange o Consimares, os Municípios. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Isso, os sete Municípios. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza**”: Atrás da revista... atrás da revista que o senhor, está na mesa do senhor (que daqui eu estou vendo) tem o nome dos Municípios. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz**”: Presidente, só aproveitando uma fala do Sr. Antônio, quando ele fala de licitação, isso aí vai ser uma concessão, né? **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Sim, uma concessão de serviço públicos-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Joel Cardoso da Luz**”: Por quantos anos, previsto? **“Sr. Antônio Bolognesi**”: 30 anos. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz**”: E pode ser renovado ou não, por igual período? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Pode, pode, mas - como fala? Como fala? - a vida útil desse equipamento é prevista em torno de 40 anos. Terminada essa concessão, o equipamento é de vocês, tá? Vocês decidem se vocês querem renovar a mesma concessão ou querem fazer uma outra concessão, daqui a 30 anos. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz**”: Vai ser uma concessão simples ou PPP? **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Não, é uma concessão simples, uma concessão simples. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz**”: Simples, tá. Depois eu vou ter mais outras perguntas. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Pois não. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva**”: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Posso continuar? **“Sr. Presidente “Willian Souza**”: Questão de ordem do Vereador Hélio. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Ah, pois não! **“Vereador “Hélio Pereira da Silva**”: Como é que o nome do senhor, engenheiro? **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Antônio. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva**”: Antônio. Sr. Antônio, Plano Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei é 12.305/2010, é isso? **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Sim, é isso. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva**”: Tá. Deixa eu ver aqui... no Art. 54 da Lei, o que diz? O senhor sabe, se recorda? Não? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Desculpe, isso aí eu precisaria pegar ele aqui e ler. *[Risos]*. Eu já li esse Artigo, eu acho que ele tem uma vinculação com o Art. 9º, se eu não me engano. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva**”: Ao que consta no Art. 54 da Lei de Resíduos, “o prazo para uma cidade pertencente a uma Região Metropolitana apresentar o Plano de Gestão de Resíduos seria o dia 2 de agosto de 2021”. *[Manifestações fora do microfone]* **“Vereador “Alan dos Santos Leal**”: Presidente, seu áudio está aberto. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva**”: Correto o Artigo? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**”: Então, o Plano Do Consórcio Das Sete Cidades de Resíduos Sólidos, ele data de 2012 e ele foi refeito agora, em 2021. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva**”: Certo. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**”: Tá. Nós já tínhamos um Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos com data de 2012. Eu acho que foi um dos primeiros consórcios no Brasil a fazer um Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos, naquela época (em 2012). Foi 2012, aprovado em janeiro de 2013. Salvo a minha memória, janeiro de 2013, passou tudo por as Audiências Públicas e foi aprovado; e agora ele foi atualizado, revisto-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Hélio Pereira da Silva**”: Em 2013, o senhor falou? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**”: --Em 2013. **“Vereador**

“Hélio Pereira da Silva”: 2013, certo. Teve Audiências Públicas em quais regiões? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Nas sete cidades, no período. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: O senhor tem certeza disso, né? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Tenho. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Tá, continua. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: E agora foi feito a revisão, em 2021. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Que data? O senhor se recorda? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Eu acho que foi... acho que foi em setembro ou outubro. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: Foi outubro, mas nós fizemos Audiência Pública também, em todas as-- **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Precisa da revista para poder-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: Não, eu acho que não tem, não contempla a revista. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Não tem, viu, Vereador? Eu acho que foi feita-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Não, porque existe um prazo no Artigo, né? Você viu o prazo? Olha, eu vou ler de novo: “Ao que consta no Art. 54 da Lei de Resíduos, o prazo para uma cidade pertencente a uma Região Metropolitana apresentar o Plano de Gestão de Resíduos seria o dia 2 de agosto de 2021”. Foi-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Nós tínhamos-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: --foi respeitado o prazo? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Nós temos, já tinha um plano de 2013. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Certo. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Então, já tinha, se é de 2013... **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Hum. Mas foi renovado? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Foi renovado, se você tem um plano, a gente fez a revisão dele-- **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Certo. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: --o plano vale por dez anos, então, ele estava valendo ainda. A gente só fez a revisão dele. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Certo, em 2013, então, teve Audiência Pública aqui na nossa Cidade? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Teve. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Mas pública ou como vocês iam fazer quando a gente entrevi lá? Porque lá não estava sendo público, porque lá não tinha ninguém no local! **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Só... o plano é uma coisa; a Audiência Pública, aquilo lá quem convoca não é a Consimares é o Consema, tá, que é o Conselho Estadual. Então, são coisas distintas: o plano... **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Certo. Como nossa Cidade também não tinha não tinha previsão nem previsto nenhuma Audiência Pública! **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Inclusive, foi retransmitido aqui, nessa Câmara. E quando a gente fez a apresentação, Joel, Rudinei - quem mais estava com vocês, na apresentação, lá em Nova Odessa? -, tinham três Vereadores que chegaram a ser presencial, participando em Nova Odessa, na reunião. Sr. Joel. Tem dois Vereadores que chegaram a participar, por uma parte do período, dessa... e foi retransmitida em todos os Municípios. **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: A transmissão saiu a Câmara Municipal de Nova Odessa-- **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Nova Odessa. **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: --e, ao mesmo tempo, foi retransmitido em todos os Municípios, toda... tinha Elias Fausto, tinha lá o representante, tinha... em todos os Municípios tinha a... **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: A retransmissão. **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: Essa retransmissão A retransmissão. E aqui vocês estavam representados, na época, pelo Rudinei e pelo Joel, em Nova Odessa. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Nova Odessa. **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: Eles fizeram lá. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Questão de ordem, Vereador. É assim, olha: eu faço parte do Consimares, né, sou do conselho lá (até já falei aqui no Plenário, agradeço aos Vereadores que votou para que eu estivesse lá, e a Mesa que indicou eu também), eu fui em algumas apresentações: algumas eu cheguei a tempo, outras não cheguei no tempo, né? A apresentação deles, em si, até eu fui no Fildi Hotel (até não podia estender mais para as pessoas por causa do Covid) e chegou lá, estava eu lá, o Prefeito foi, o Deputado foi, todo mundo assistiu. A apresentação em si, é bacana, entendeu? Só que depois que acaba, fica um monte de

dúvidas e pergunta no ar, e eu acho que é interessante o que a Casa está fazendo hoje, mas eu queria propor aqui para o Presidente (se ele tiver me ouvindo) para que eles falem, o pessoal da Consimares, para depois a gente perguntar, né? Eu acho que aí acredito que vai fluir mais rápido, e a gente vai tirar todas as dúvidas. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Eu tenho acordo também, Vereador, porque a gente pode ir anotando as perguntas e depois fazê-las de uma vez, né? Às vezes a pergunta que nós estamos fazendo, pode ser que ele esclareça na apresentação, né? Pode ser assim, Vereadores? Alguma objeção? Se algum Vereador for contra, se manifeste, por gentileza. *[Falas sobrepostas]*

“Vereador “Hélio Pereira da Silva”: Questão de ordem, Presidente. Vereador Hélio. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Vereador Hélio. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Sr. Presidente, na realidade, eu estou em acordo também, com essa Casa, não tem problema algum. É que eu tenho questionário de 19 perguntas, e eu vou, daqui a pouco, partir para uma missão representando a Câmara fora da Sessão, lá no bairro, mas eu voltarei em seguida, eu vou representar a Câmara, vou ser muito breve lá, e vou voltar para cá para poder dar continuidade. Caso não dê tempo das minhas perguntas... eu deixarei minhas perguntas na mão do meu amigo e Vereador Rudinei Lobo, para que faça as devidas perguntas, que eu tenho questionário de 19 perguntas para vocês aí. Obrigado, Sr. Presidente. **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: Nobre Edil Hélio, antes do senhor sair, por gentileza, a Audiência Pública foi realizada, da revisão do Plano, no dia 22 de outubro de 2021, ela aconteceu das 9h30 da manhã até às 12h30, que era o horário, mas ela teve o término por volta das 11h da manhã; começou às 9h30, o período era de três horas, mas acredito que finalizou por volta de 11h da manhã... no dia 22 de outubro de 2021. Tá bom? A revisão do Plano, aquele Plano que nós, que os Prefeitos aprovaram, teve Audiência Pública no dia 1º de fevereiro de 2013, e, depois, como ele vale por dez anos, a gente fez a revisão no ano passado, e foi, teve consulta pública antes de vencer o prazo, no dia 22 de outubro de 2021. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Ok, obrigado. **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: Obrigado você! **“Sr. Antônio Bolognesi”**: É, o Consimares foi mais, foi muito diligente, né, que não esperou vencer o prazo, e revisou antes de vencimento do prazo. Bom, vamos lá! Por gentileza, vamos, então, continuar a apresentação. Então, vamos lá! Depois eu volto a falar. Por favor, o próximo. Então, o projeto Consimares foram estudadas várias alternativas tecnológicas e foi escolhida a tecnologia mais confiável, a mais utilizada e a com melhor desempenho ambiental. O tratamento de resíduos domésticos, só vão ser tratados resíduos domésticos e públicos, não vai ter tratamento de resíduo industrial ou qualquer outro tipo de resíduo que não seja doméstico e público, tá? O projeto foi desenvolvido com base em análise de resíduos; não foi feita uma avaliação puramente - como fala? - conceitual, mas foi feito um levantamento, uma análise gravimétrica, foram feitas análises físico-químicas e todos os levantamentos a respeito das qualidades dos resíduos. Bom, vamos falar um pouco, então, sobre a tecnologia a ser utilizada - próxima. Para a gente falar um pouco disso, vamos ver o que está acontecendo no mundo, tá? Na Europa, que é uma referência em termos de gestão de resíduos, a gente observa esses gráficos aqui. Então, se a gente pegar o comportamento aí de quase 20 anos, a gente observa o seguinte: que a quantidade de aterros sanitários, ela está reduzindo, assim, bastante acentuadamente, tá? Então, a tendência do mundo desenvolvido é acabar com o aterro sanitário, tá? Não é o nosso caso aqui no Brasil, o Brasil ainda vai demorar mais 50 anos para fazer isso, tá? E nem é objetivo nosso acabar com o aterro sanitário, na verdade, o aterro sanitário ainda é uma boa alternativa, mas nós estamos propondo para o caso do Consimares uma alternativa superior, tá? Já preparando a população aqui dessas sete cidades para uma realidade já de primeiro mundo e trazendo para vocês uma realidade de país desenvolvido, tá? E, também para, isso, esse tipo de empreendimento, ele está de acordo com todos os preceitos do ESG e, com isso, vai atrair investimentos que estejam baseados também nesse tipo de princípio da ESG, tá? A gente observa que há um aumento também significativo da

reciclagem e da compostagem, se vocês veem lá o tanto que desce a rampa vermelha, que são os aterros sanitários (a redução do número de aterro sanitário), há, proporcionalmente, um aumento da reciclagem, e o amarelo, também, um aumento da recuperação de energia de resíduos, que é a tecnologia que a gente está propondo, tá? Então, não estamos falando nenhum absurdo aqui, na verdade, é isso que nós estamos propondo para os sete municípios, não é nada mais do que o mundo desenvolvido está fazendo, no caso da Europa, tá? Se a gente pegar isso no caso dos Estados Unidos, nós vamos encontrar gráficos parecidos com esses, tá? Por exemplo, na Europa, o objetivo deles, em 2035, é ter menos do que 10% de aterro sanitário, tá? Óbvio que no caso do Brasil isso não vai acontecer. De acordo com o Planares, para a gente chegar com 50% de aterros sanitários no Brasil, isso, nós vamos conseguir de acordo com as metas do Planares, isso em 2040, tá? Ou seja, daqui, aproximadamente, 20 anos. Isso não significa que a gente está querendo criticar o aterro, ou querendo mistificar o aterro como sendo uma péssima solução, não, não é. Para o Brasil, nós ainda temos 3 mil lixões, né, onde as pessoas jogam lixo a céu aberto, é muito ruim isso daí. E temos também o que chamam de aterro controlado, que é um lixão disfarçado, tá? Apenas pouco mais da metade dos resíduos no país estão sendo colocados de forma adequada. Vocês aqui não percebem muito isso porque vocês são privilegiados: vocês têm aqui aterros sanitários como de Americana, como de Paulínia, por exemplo, que são considerados aterros de boa qualidade e de bom projeto de engenharia, tá? Que são aterros que são muito bem operados, foram muito bem construídos, são referências, tá? Mas, mas eles têm vida útil, né? E eles têm alguns problemas que são típicos do próprio projeto de engenharia, que é, por exemplo, nem todos os gases, todo o gás metano consegue ser captado, uma parte vaza, tá? Produzindo efeitos, gases de efeito estufa, tá? Então, isso é um problema que foi levantado na Cop 26 e que está sendo questionado no mundo todo, tá? Próximo, por favor. Então, aí, ó, uma carta produzida aí por 35 cientistas encaminhados ao Governo dos Estados Unidos, né, durante a Cop 26, criticando a questão dos aterros sanitários e exigindo que o Governo dos Estados Unidos se posicione com relação à questão dos aterros sanitários. Tanto é assim que lá, eu li ainda essa semana aqui, que existe uma legislação em curso no Senado justamente para investir mais nesse tipo de projeto que nós estamos propondo aqui para vocês, tá? Então, não é uma coisa que nós estamos aqui inventando da cabeça da gente, não, isso aqui é uma coisa que a gente está trazendo uma solução completamente consolidada no primeiro mundo, tá? Próxima. E a gente fez essa análise de tratamento por tipo de tecnologia e nós estamos aqui propondo trazer para vocês, tá, aquilo que se usa em 93% do mundo, que é feito o tratamento de resíduo, tá? É, simplesmente, 95%. Nós temos 2.500 plantas dessa daqui no mundo, aí você fala: “Ah, mas por que não tem nenhuma no Brasil?”, porque o Brasil, todos vocês sabem que, pela primeira vez na história do Brasil, nós estamos aqui discutindo questão de saneamento. Esse fato aqui não é só uma discussão de um projeto, esse fato aqui é um fato histórico, tá? Nós estamos aqui discutindo na Cidade de Sumaré hoje uma questão de saneamento, né? Quantas vezes nós discutimos isso aqui, em termos de saneamento de resíduos, né? Nunca, eu acredito que poucas vezes, eu não estou aqui, obviamente, tá? Mas poucas vezes isso daqui, e se foi aqui, porque aqui é uma cidade desenvolvida, vocês são privilegiados, tá? Mas no Brasil, como de modo geral, é um assunto, saneamento básico é um assunto completamente esquecido e está voltando à tona agora, de forma muito intensiva, tá? Próximo, por favor. Bom, o que é que é o resumo do projeto, tá? Esse projeto, ele tem três linhas de tratamento: a primeira linha é uma linha que justamente é aquela que a gente estava discutindo agora, que envolve os catadores, que é a partir da coleta seletiva. Então, a coleta seletiva será entregue para uma cooperativa, né? O empreendedor, de acordo com o edital, ele deve construir um galpão, que está lá especificado: que tem que ter uma esteira, tem que ter todas as instalações sanitárias, é isso que a gente falou que é melhor qualidade de vida para os catadores, tá? Tem que ter uma esteira, tem

que ter iluminação, tem que ter ventilação adequada, tem que ter acesso adequado, tem que ser protegido todo o solo, tem que ser devidamente - como fala? – cuidado, né, para que a qualidade de vida das pessoas que estejam lá dentro sejam adequadas, é isso, tá? Então, esse galpão, que vai ser instalado lá no empreendimento em Nova Odessa, vai ser replicado em cada uma das cidades, vai ter um galpão desse daí, isso vai ser obrigado: o cara que ganhar a licitação vai ter que construir isso daí, tá? E isso é um privilégio, vamos dizer assim, para os catadores trabalharem num galpão novo, com esteira nova, com prensa, com todos os equipamentos para eles trabalharem com dignidade, tá? De uma forma limpa, tá? E eles vão se apropriar do material que vai ser reciclado, tá? O empreendedor não vai encostar a mão naquilo lá, então não é problema do empreendedor, tá? A mesma coisa com relação aos resíduos orgânicos, que são resíduos de poda, resíduos de feiras-livres, resíduos de mercados, que sobram, tá? Todos os resíduos orgânicos vão ser direcionados para uma compostagem e produção de um resíduo orgânico de primeira qualidade, tá? Esse resíduo não vai também ser vendido, ele vai ser doado pelo empreendedor para a agricultura familiar orgânica, tá? Então, esse resíduo vai ser um composto orgânico de primeiríssima qualidade. Então, todas as instalações vão ser pagas e vão ser instaladas pelo empreendedor que ganhar a licitação. E a linha principal é a linha que nós chamamos de tratamento térmico, tá? Esse tratamento térmico vai ser colocado numa câmara, né, de temperaturas muito elevadas e o resíduo vai ser, não existe uso de combustível nenhum, o próprio resíduo, o próprio lixo é o combustível, né, e temperaturas de mil graus - ou superiores a isso, tá? - o que sobra lá é apenas uma cinza, e essa cinza pode ser utilizada, ou uma escória, né, que é uma espécie de uma areia grossa, né? Essa escória, ela pode ser utilizada na construção civil. É, pode ser usada, na Europa, por exemplo, eles usam muito isso daí, essa escória, para colocar na base da estrada, antes de você fazer um asfaltamento, você põe lá, joga lá toda essa escória e joga o asfalto em cima, tá? Existem muitos países em que se fazem bloquetes de concreto para fazer calçamento, para fazer praças. Existem países onde se fazem essas manilhas de esgoto, postes de luz, tudo isso daí, tudo é feito com lixo, percebe? Então, é uma reciclagem do que sobra do tratamento térmico, né? Além disso, também sobra uma sucata metálica, que ela é separada dessa escória, e essa sucata metálica é reciclada. E a energia produzida, porque um calor desse tamanho lá dentro, ele pode produzir vapor na caldeira, né, numa caldeira, e esse vapor, ele vai acionar uma turbina a vapor, que, por sua vez, vai estar conectada num gerador de energia e vai produzir energia. Muito bem, essa energia a ser produzida aqui nesse empreendimento é de, aproximadamente, 20 megawatts, né? Você fala 20 megawatts, muita gente não tem noção do que significa esse número, tá? Se nós pegarmos toda, pegarmos aqui, tem uma referência nacional pela empresa de pesquisas energéticas que diz que a... tem um consumo médio familiar, tá? Por cada unidade consumidora no país. Então, se a gente pegar esse consumo médio familiar (que deve valer, aproximadamente, aqui para a região do Consimares, né?) e dividirmos por essa energia que nós temos aqui, nós vamos chegar à conclusão que a energia produzida pelo projeto Consimares vai ser suficiente para abastecer praticamente a metade da população da região, tá? Quando a gente fala, obviamente, não envolve indústria, não envolve comércio, tá? Nós estamos falando das casas. Então, nós conseguiremos, das 940 mil pessoas, a metade vai ser abastecida pelo seu próprio lixo, entendeu? Então, isso é um grande benefício ambiental e um grande benefício para a população, né? Aí, bom, muito bem, depois nós vamos falar de mais alguns detalhes, tá? Por favor. Bom, já falamos da melhoria de condições de trabalho, já falamos também da parte do composto orgânico. Agora o filme, por gentileza, esse filme dá para vocês terem uma ideia do que é que é o empreendimento, a parte principal do empreendimento. [Apresentação de vídeo] **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: O som, o som saiu. **“Apresentação de Vídeo”**: Nessa parte do processo da gestão... **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Colocar o vídeo, por gentileza. Está sem som. **“Apresentação de Vídeo”**: Nessa parte do

processo da gestão integrada de resíduos sólidos, todo o lixo coletado nas casas da cidade chegam na central de tratamento para controle de acesso e inspeção e pesagem. Tratamento para controle de acesso e inspeção e pesagem. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Isso, agora é só voltar o vídeo, por gentileza. **“Apresentação de Vídeo”**: Quer saber como funciona o sistema de tratamento de lixo? Nessa parte do processo da gestão integrada de resíduos sólidos, todo o lixo coletado nas casas da cidade chegam na central de tratamento para controle de acesso, inspeção e pesagem. Onde, então, é descarregado e depois armazenado em uma câmara especial de pressão atmosférica negativa, que impede o vazamento de odores, pó e contaminantes no meio ambiente. Nesse mesmo lugar também são recebidos os rejeitos da coleta seletiva e do tratamento biológico. A partir dessa câmara, o lixo é levado até a área de tratamento térmico, onde é submetido a um processo autossustentável com temperaturas extremamente altas, superiores a mil graus *Celsius*, exterminando completamente todos os contaminantes. Esse calor é aproveitado para a produção de vapor na caldeira que é levado pelos tubos até as turbinas para a produção de energia elétrica no gerador. A energia produzida é transmitida para a rede elétrica. Onde retorna para as casas, empresas, comércios, enfim, toda a sociedade. Cada tonelada de lixo pode gerar entre 520 a 700 *quilowatts*/hora de energia; o vapor utilizado pela turbina é resfriado e condensado, retornando como água para o circuito fechado, onde todo o processo recomeça em eficiente sistema sustentável de reaproveitamento da energia térmica. Após o tratamento, o lixo é reduzido em 90%, restando apenas material inerte e não poluente. Os resíduos metálicos são separados e são reciclados em novos produtos, enquanto o restante pode ser aproveitado como mistura no asfalto e concreto para a construção de infraestrutura. Esse sistema de última geração mantém rigoroso controle, garantindo emissões muito abaixo dos limites estabelecimentos, protegendo a vida humana e o meio ambiente. O sistema de tratamento de gases remove todos os contaminantes e metais pesados. Uma eficiente câmara filtrante, composta por centenas de camadas, filtra os gases deixando-o totalmente livres de partículas. Durante todo o processo, a sala de controle acompanha ativamente as emissões através de um sistema contínuo de monitoramento, cujos dados são enviados em tempo real para os órgãos de controle ambiental. O sistema também controla todo o processo de tratamento de resíduos de forma automatizada, a fim de garantir a mais alta eficiência. Essa tecnologia é mundialmente reconhecida como a única capaz de mitigar completamente a emissão de gases de efeito estufa produzidos nos aterros sanitários. Portanto, a energia produzida nesse processo é considerada uma energia renovável, limpa, segura e sustentável. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Próximo, por favor. Muito bem. Esse quadro aqui - que eu acho que ele está desconfigurado aí na apresentação, mas vamos lá - esse quadro aqui, ele mostra o Planares, que é o Plano Nacional de Resíduos Sólidos até 2040, né, a partir do ano passado. Essa parte em preto, que está aparecendo aí, são os aterros, ou melhor, são lixões, que eles esperavam, né, o plano esperava que até 2024 seria acabar com os lixões, isso não vai acontecer, né? Mas também esse mesmo plano, ele imagina que nós iríamos ter em torno de 26% de reciclagem e tratamento biológico, né, até 2040. Esse, nós esperamos que aconteça, nós vamos trabalhar para isso aconteça, ou seja, quando eu falo “nós”, nós falamos sociedade brasileira, né? Nós queremos isso, né? Outra coisa também que fala nesse mesmo plano é que até 2040, 15% dos nossos resíduos serão feitos tratamento através de sistemas iguais a esses que nós estamos propondo para o Consimares, tá? Próximo. Ou seja, nós estamos trabalhando exatamente de acordo com o Planares, nós estamos querendo trazer para a sociedade da região do Consimares um projeto que se enquadre precisamente em cima daquilo que é o melhor que se espera em termos ambientais. Esse projeto, ele está completamente aderente à legislação vigente, tá? Em termos de política nacional, Conama, Novo Marco Legal do Saneamento, legislação regional, Planares e tudo mais. Por favor, mais um. Bom, benefícios do projeto. A população da região que nós temos aqui, em torno de 940 mil habitantes -

isso daqui é 2020 tá? - a quantidade de resíduos vai ser tratada em torno de 240 mil toneladas de lixo por ano, aqui envolve todos os tipos de resíduos, né? Uma planta dessa daí que nós estamos propondo, ela tem uma vida útil em torno de 40 anos, essa é uma vida útil garantida pelo fabricante, tá? Existem empreendimentos desse tipo na França, por exemplo, que já está fazendo 60 anos, né? Então, isso exige equipamentos da mais alta qualidade e operação da mais alta eficiência para que você possa atingir padrões de qualidade tão exigentes para aguentar 60 anos de operação, tá? A de vocês vai ser operada, se implantada, vai ser operada por empresas extremamente especializadas porque não é uma operação convencional, exige muitos cuidados para que esse empreendimento, ele seja bem operado. Uma potência elétrica bruta, como eu falei, em torno de 20 *megawatts*, uma geração de energia desse 137, 140 mil *megawatts* hora/ano, tá? Próximo. O potencial de reciclagem ao longo desse período, nós estamos falando em algo quase, mais de um milhão de toneladas de resíduos produzidos depois do tratamento térmico, né, dessa areia que sai do processo de tratamento. A quantidade de metais, nós estamos falando de algo como 106 mil toneladas, e nós deixando de mandar para o aterro algo como 9 milhões de toneladas, tá, durante esse período. Já falei de energia, é a mesma coisa que a gente evitar - em termos de gases de efeito estufa, né? - é a mesma coisa da gente evitar uma emissão de 13 milhões de toneladas de carbono equivalente, tá? Isso é muito grande, esse número, tá? E a gente também evita de ocupar 45 mil hectares daqui da região para fazer aterro. Vocês têm ideia, né, do que significa 45 mil hectares ao longo de 40 anos, e vocês vão... se vocês não tiverem esse empreendimento, vocês vão ter que fazer isso, tá? Em alguns desses nossos municípios aqui, dos sete municípios, vai ter que ter uma área de 45 mil hectares ocupadas com aterros sanitários, ao longo desses 40 anos. Isso aqui é cálculo, é matemática. Nós estamos falando de compensação para essa emissão de carbono, algo como 40 milhões de árvores equivalentes que deveriam ser plantadas para ter o mesmo efeito em termos de captura de carbono, ou 180 mil veículos, que também teriam que deixar de rodar aqui na região para que tivesse o mesmo efeito que vai trazer essa planta para vocês. O próximo. O empreendimento, depois de uma longa e exaustiva busca de terrenos para poder instalar esse empreendimento, ele tinha que ser mais ou menos nessa região, próxima da divisa de Sumaré e Nova Odessa, tá? Foi escolhido esse terreno por várias razões e tem as razões técnicas principais, são: que ele fica em uma área industrial; passa uma linha de transmissão na frente, que vai facilitar a conexão elétrica do empreendimento; tem uma conexão de esgoto bem na frente da Coden, né? Então, ele não vai ter nenhum risco de contaminação aí, absolutamente nada; é bom que se diga que esse empreendimento é um empreendimento que não usa quase a água, a quantidade de água é muito pequena, vai ser captada no poço artesiano, mas é apenas água para fazer o uso, para a lavagem da área, para os banheiros dos operadores e coisas desse tipo, tá? Porque o circuito da água, como vocês viram lá no filme, o circuito de água é fechado, ele não... ele não é aberto. Então, a água, ela circula, ela é refrigerada num radiador e volta para o circuito de novo, tá? Ou seja, não há... a reposição é muito pequena, é como se fosse um grande radiador de carro, tá? Bom, essa é uma... em termos logísticos, né, é muito importante porque essa área fica ao lado da via Anhanguera e o acesso é bastante fácil para todos os municípios e, praticamente, não vai mudar grande coisa no percurso dos caminhões que fazem a coleta, ou seja, a coleta, ela vai sofrer quase nada em termos de alteração, tá? E é importante que se diga o seguinte: esse empreendimento, ele é um empreendimento, vamos dizer assim, em termos de incômodo para a sociedade, ele é quase invisível, tá? O próximo, por favor. Ele não traz nenhum tipo de incômodo. Esse aqui é um desenho, é um desenho técnico, tá? Vai ser instalada a planta, o projeto é esse do lado direito; o do lado esquerdo é apenas uma previsão de uma futura expansão, caso algum dos outros municípios queiram participar do Consimares, o Consimares poderá fazer uma duplicação desse empreendimento no futuro. Só para vocês saberem, por exemplo, no caso de Paris, que é uma cidade

mais sofisticada do mundo, e que vive as custas de... vive às custas de turismo, não é? Ela tem, dentro da cidade, dentro da área da cidade interna, né, três usinas dessas, tá? Então, quem já teve o privilégio de conhecer Paris, não viu essas usinas, porque elas são invisíveis, tá? Elas são invisíveis por quê? Elas não têm cheiro, não têm cheiro, ela não tem barulho e ela não tem fumaça, então, ninguém vê, tá? Ela, esses empreendimentos são empreendimentos completamente amigáveis com o meio ambiente, tá? É a mesma coisa a mesma coisa - próximo -, a mesma em Mônaco, que é a cidade mais rica e mais sofisticada do mundo, tem lá do lado do palácio do príncipe uma usina dessa, né? Quem assiste corrida, passa, vê em frente passar da usina e não percebe, porque ela está escondida lá, tá? Não se nota. Então, esse tipo de tecnologia foi desenvolvida para trazer conforto para a sociedade, para acabar com o seu resíduo e acabar com eventuais problemas de mau cheiro, de ocupação de área, porque vocês queiram ou não, fora a produção de gases de efeito estufa, tem uma ocupação de uma área, quando você faz um aterro, né? Essa área está condenada por alguns séculos, né? Ou talvez para sempre, vai ficar lá o lixo enterrado, né? É uma coisa meio estranha, né? Um material que eu poderia gerar energia com aquele material e eu estou jogando ele debaixo da terra, tá? Próxima. Também, essa aqui é uma outra usina na Dinamarca. Próxima. O modelo de operacional aqui é uma concessão, né, onde que vai ter uma empresa que vai receber o Contrato de Concessão e uma Agência Reguladora, que pode ser, aqui nós colocamos uma agência regional aqui, mas pode ser uma agência que vocês criem, tá? Por exemplo, aqui com o Consimares cria uma Agência Reguladora, não tem problema nenhum, tá? Essa aqui é uma decisão que cabe a vocês que são do corpo legislativo das cidades, né? Vocês decidem se querem ter a própria Agência Reguladora, ou querem usar uma Agência Reguladora já existente, isso é uma decisão de vocês. Próximo. Bom, eu acredito que esse seja um benefício importante, né? Para a sociedade e é isso que a gente tinha para falar, óbvio que isso é um resumo bastante resumido, né, do que é que é o empreendimento, obviamente é uma coisa bastante sofisticada, mas existem diversas empresas de nível internacional que estão interessadas em desenvolver esse projeto aqui para vocês, tá? Então, vocês, é como eu costumo falar: vocês terão, aqui na região, um projeto igual o que tem na Alemanha, que tem na Suíça e tudo mais, tá? É um projeto de primeiro mundo. Obrigado aí pela, pela oportunidade. **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Mimo, Fábio, têm alguma informação a mais que queriam acrescentar? Ou a gente pode começar a fazer as perguntas? **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: Não, estamos à disposição. **“Vereador Alan dos Santos Leal”**: Questão de ordem, Presidente. **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Questão de ordem do Vereador Alan. **“Vereador Alan dos Santos Leal”**: Questão técnica é o engenheiro, né? Esse projeto que vocês apresentaram aqui da gestão avançada, quem é a empresa responsável? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não existe ainda uma empresa responsável, porque isso daqui é um, vai ser feito uma licitação, tá? A empresa ganhadora que vai trazer a tecnologia. Nós temos aí um... como fala? Nós nos, para poder desenvolver o projeto, nós nos baseamos em tecnologias europeias, tá? Quem nos forneceu dados para poder desenvolver todos os cálculos e tudo mais foi a *Babcock & Wilcox Volund*, é uma empresa americana-dinamarquesa, tá? Inclusive, aquela última imagem que nós mostramos lá é uma usina construída por eles, tá? Mas eles, eles vão participar da licitação, não eles diretamente, tá? Eles só... eles só forneceram as informações para nós porque - como fala? - porque nós conhecemos as pessoas que trabalham lá, mas não é uma... como fala? Não existe compromisso com ninguém ainda, tá? **“Vereador Alan dos Santos Leal”**: Tá. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Mas isso vai ser licitado. **“Vereador Alan dos Santos Leal”**: Mas no documento que você enviou aqui, a proposta para a Consimares, tem aqui uma autorização de realização de estudo. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: De estudo, de estudo. **“Vereador Alan dos Santos Leal”**: Isso, mas o assunto é projeto de gestão avançada. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim, sim. **“Vereador Alan dos Santos Leal”**: Então, ele fez o estudo em cima do projeto. **“Sr. Antônio**

Bolognesi”: Não, não, eu pensei que você estava falando da tecnologia. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**”: Não, não. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Você está falando da empresa que apresentou isso aí-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**”: Isso, isso. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: É LBR que chama a empresa, *[Ininteligível]* LBR Engenharia e Consultoria Limitada. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**”: Tá. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Ela é o que nós chamamos de um desenvolvedor, tá? Do estudo! Do estudo! Não, não do empreendimento, o empreendimento vai ser licitado, tá? Porque são coisas, são duas coisas: por que é que o Brasil tem problema, por exemplo, a turma fala assim: “Ah, não acontecem - como fala? - as PPPs-- **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**”: Aham. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: --com os consórcios ou as concessões, elas acabam em pizza, no Brasil, né? Porque não existem projetos bem estruturados, tá? Então, o que é que acontece? Ou não aparece um investidor, porque se o investidor olha para o projeto, ele não está bem estruturado, ele não tem todos os detalhes de como ele foi estruturado, de como foi desenvolvido, todas as licenças e tudo mais, tá? Não aparece investidor. Tem dinheiro, muito dinheiro no mundo, tá? mas para o investidor trazer o dinheiro, ele precisa trazer segurança, tá? E é justamente isso que nós estamos fazendo: nós estamos trazendo um trabalho em que existe, trazendo segurança para o investidor, tá? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza”**”: Engenheiro, só uma pergunta-- **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Pois não. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**”: O senhor disse que quem fez o estudo pode participar da licitação? **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Pode, pela Lei das Concessões, sim. É uma manifestação de interesse privado, ele participa, se ele perder, se ele perder, ele pode participar ou não, essa é uma decisão dele, tá? **“Sr. Presidente “Willian Souza”**”: Tá. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Se ele participar e ele perder, né, a Lei das Concessões garante para ele que o dinheiro que ele gastou para fazer o estudo vai ser reembolsado por quem - não pela sociedade, tá? - por quem ganhou a licitação. Então, isso daí é uma coisa que está lá na lei, né? Simplesmente assim. Agora, é óbvio que ele vai querer achar alguém que vá junto com ele para fazer o empreendimento acontecer, tá? Mas não existe nenhuma garantia para ele, tá? Que ele vai fazer o empreendimento, até porque essa é uma empresa de consultoria, ela não é uma empresa de implantação de empreendimentos, tá? **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**”: A minha pergunta se baseia no-- **“Sr. Antônio Bolognesi**”: É um contrato de risco, exatamente. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**”: --se baseia, porque o sócio da empresa, o Orlando La Belle Filho-- **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Aham. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**”: --ele é sócio de inúmeros consórcios. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Tá. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**”: Então, por isso que é a nossa indagação, né? **“Sr. Antônio Bolognesi**”: É. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**”: E outra: a empresa já, ela responde por inúmeros aqui, chega não dá nem para falar a quantidade de improbidade administrativa, né? Por isso que é o nosso receio também-- **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Aham. Tá. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**”: --e o questionamento em cima dessa empresa aqui. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Tá. Essa foi uma decisão, Vereador, foi uma decisão deles financiar esse estudo. É um risco deles, é um contrato de risco, como o senhor falou, né? É um risco para eles, tá? Eles podem conseguir algum tipo de resultado participando da licitação ou não, no mínimo eles não perdem, porque eles declaram para o Consimares o que eles gastaram, isso tem que ser comprovado, porque depois o Ministério Público vai checar todas as contas e tudo mais, tá? É um negócio completamente transparente e aberto. É... **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**”: Não, a minha pergunta foi isso mesmo, é que eu-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Não, o senhor tem razão, o senhor tem razão. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**”: O Ministério Público mesmo que pediu ressarcimento ao erário público. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: É. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**”: Então, assim, Prefeitura Municipal de São Paulo, inclusive, né? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi**”: É. Na verdade, na verdade, ele não tem garantias, né, de que ele vai receber o... - como

fala? - dos empreendedores, de quem ganhar a licitação, além daquilo que ele gastou, mais nada, tá? Ele não tem garantia nenhuma, é um risco para ele, tá? **“Vereador “Alan dos Santos Leal”:** Entendi. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”:** Houve um valor-- **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Oi? **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”:** --Houve um valor pré-estabelecido desse estudo que eles já fizeram? Há isso definido? **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Foi um valor - como fala? - um chute inicial que foi colocado na carta e agora todas as empresas têm que ser comprovadas, tá? Não é um negócio é... como fala? Não, ele escolhe, ele fala-- **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”:** Mas tem um valor, qual é? **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Tem. O valor gasto até agora? **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”:** É. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Putz, agora eu acho que foi algo como uns R\$ 2 milhões, mais ou menos, tá? **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”:** Isso está nessa carta? Esse valor está fixado, a princípio, de 2 milhões ou esse valor está em aberto? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Não, não, esse valor... não, não, esse valor aí é um valor que ele tem que ser declarado pela empresa e tem que ser comprovado pela empresa para ser colocado no edital, tá? **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”:** Entendi. Mas só para *mim* entender, não sei se você pode responder isso pela Consimares-- **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Pois não. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”:** --ou se um dos dois que está ao lado aí, vocês deram cheque em branco, ele gastava o que queria com o dinheiro desse município? **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Não, não. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”:** Então, tem um princípio, tem um ponto de partida. **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Sim. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”:** Esse valor que nós gostaríamos de saber. Qual o ponto de partida para esse estudo? **“Sr. Antônio Bolognesi”:** O ponto de partida foi quanto? 680 mil, mais ou menos. **“Orador não identificado”:** 672 mil. **“Sr. Antônio Bolognesi”:** 672 mil, foi o valor declarado inicialmente, tá? Eu acho que já foi gasto perto de 2 milhões nesse empreendimento, tá? Nesse estudo, aliás, porque tem muitas contratações de profissionais especializados e tudo mais, tá? E... e muitos estudos que já foram realizados e taxas cobradas pela... não estão nesse valor declarado, taxas da Cetesb, por exemplo, as taxas da Cetesb são muito altas, tá? Por exemplo, só para dar entrada no estudo ambiental eles cobram algo como R\$ 600 mil, tá? Para poder dar licença ambiental (esse gasto ainda não foi, não aconteceu ainda), mas esse, eles cobram 0,5% do empreendimento, e isso daí dá mais de R\$ 2 milhões, tá? **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”:** Olha, eu vou te... eu vou falar para você só alguns aqui, ó: Consórcio Modera, Consórcio Gerenciador, Consórcio Conservação, Consórcio Infra, Consórcio LBR, Consórcio Qualidade Rio Pinheiros, Consórcio Saeb, Consórcio DSTP, Consórcio Esteio, Consórcio LBR Consultoria, Translato, Emissoras de Leste Paulista, ou seja, todos-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Eu não respondo pela LBR. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”:** --praticamente todos os estudos que eles fizeram, eles ganharam. **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Não, não, não. Não foi todos os estudos que eles ganharam, não, isso tem milhares de competições que eles participaram, eu não posso aqui nem responder por eles, nem muito bem, nem muito mais defendê-los, tá? Na verdade, eles fizeram uma coisa que está de acordo com a lei, se não estivesse de acordo com a lei, o Ministério Público já teria feito parar, tá? **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”:** Não, por isso que eu te questionei, viu? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** É que a gente-- **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Porque tem-- **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** É que a gente ainda não acionou. Engenheiro, só para eu entender, eu quero passar para os Vereadores, mas antes eu nem entrei nas minhas perguntas. No Jornal Correio Popular, do domingo, dia 12 de dezembro de 2021, nós temos uma matéria que fala: “Cidades da Região Metropolitana se unem para promover a gestão do lixo. Prefeituras criam consórcio para construir uma central que transformará resíduos em energia” - já eu entro nesse ponto da energia - mas ao recorrer da matéria, nós temos uma letra em destaque que fala: “especialista”,

né? E nessa parte que fala “especialista”, nós temos aqui a apresentação do senhor, que é Antônio Bolognesi. [*Falas sobrepostas*] **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não. Sim. **“Sr. Presidente Willian Souza”**: E o senhor fala como um especialista, né? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Aham. **“Sr. Presidente Willian Souza”**: E o senhor ainda, sobretudo, aqui, fala sobre vários pontos, que eu quero perguntar sobre essa entrevista. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não. **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Mas eu gostaria, se possível, o senhor se apresentasse para a gente: quem é o senhor, para quem o senhor trabalha-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Tá. Tá. Pois não. **“Sr. Presidente Willian Souza”**: --aonde mais o senhor fez esses estudos, qual a especialização que o senhor tem sobre esse assunto; queria uma, se o senhor puder, gentilmente, se apresentar-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Tá. Não, claro! Sim. **“Sr. Presidente Willian Souza”**: --pessoalmente, para a gente entender quem é o especialista que fala com a imprensa e que nos fala nessa tarde. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não, vamos lá. Eu sou engenheiro de formação, sou engenheiro eletricitista, formado em 1979. Trabalhei a vida toda com energia, eu já, inclusive, trabalhei na Light, comecei a minha carreira na Light; trabalhei depois na Eletropaulo; a Eletropaulo, depois, quando ela foi cindida e privatizada uma parte, eu trabalhei na EMAE; eu fui superintendente da Eletropaulo, eu ocupei vários cargos na Eletropaulo, né, de gerência, de superintendência; eu estive também Diretor da EMAE; eu estive Diretor da Cesp; eu estive, também, presidente da EMAE; eu estive conselheiro de várias empresas do setor, inclusive, do ONS, que é o Operador Nacional do Sistema. Ou seja, eu estive vários, durante 40 anos, né, trabalhando no setor elétrico. Como formação, eu tenho - como eu falei, eu sou engenheiro - eu tenho MBA na área de gestão de negócios de energia; também sou, tenho um mestrado na área de administração; e eu tenho também experiência nessa área de resíduos sólidos, há mais de 15 anos que eu venho trabalhando com esse tipo de empreendimento, porque eu, como Diretor da EMAE, eu queria trazer esse tipo de empreendimento, essa nova fonte de geração de energia para que a empresa pudesse investir também nesse segmento de produção de energia, tá? Então, eu já venho há mais de 15 anos, estive em vários, visitando vários empreendimentos; participei de desenvolvimento de vários projetos aqui no Brasil e também no exterior, tá? Nós temos uma empresa especializada nessa área, que faz esse tipo de trabalho, de desenvolvimento de projetos de tratamento de resíduos, tá? Então, esse é a nossa especialidade. Temos aí um quadro de pessoas que trabalham conosco que são também especialistas nessa área, nós temos hoje aí, doutores nessa área; temos pessoas que são PhDs e pós-doutorados nessa área também de tratamento de resíduos, que trabalham conosco e... e aí, só para os senhores terem ideia que realmente os senhores estão junto com uma equipe que conhece esse assunto, tá? Tenho várias pessoas que trabalham com a gente que estão fora do Brasil: o meu sócio mora na França; nós temos lá um outro sócio que mora no Líbano; nós temos várias pessoas que trabalham aqui no Brasil com a gente, tá? Então, realmente, nós estamos bastante bem-preparados para fazer o desenvolvimento de trabalhos dessa natureza e é por isso, temos aí um grande *network* nessa área, né, de tratamento de resíduos; temos aí conhecimento com os principais fabricantes e fornecedores de tecnologias e fornecedores de equipamentos no mundo todo, tá? Conhecemos, profundamente, projetos desse tipo, e temos essa expertise tá? Então, não, não - como fala? - não estamos, assim, fazendo uma coisa que a gente não conheça, tá? É só isso. **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Ok. Não, eu pedi a apresentação do senhor para a gente entender sobre a especialidade, que, daí em diante, a gente não pode alegar nenhuma ignorância sobre os fatos. Sobretudo, então, eu quero passar aqui, franquear, continuar franquendo aqui aos Vereadores, o engenheiro, então, o senhor está a serviço da Consimares, é isso, né? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim, na verdade, o contratante-- **“Sr. Presidente Willian Souza”**: O senhor foi contratado pela Consimares? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: --Não, eu fui contratado pela LBR, esse é o meu

contratante. **“Sr. Presidente *“Willian Souza”***: Então, o senhor responde pela LBR? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, eu não posso responder pela LBR porque eu não sou LBR, eu sou contrato deles. Eu trabalho para o projeto Consimares, tá? Mas eu não sou a LBR, nós temos a... a nossa empresa foi contratada. **“Sr. Presidente *“Willian Souza”***: Por que é que foi escolhida a LBR? Isso que eu não... **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, é como eu falei desde o início: a LBR fez um trabalho, ela nos contratou para fazer esse trabalho, ela levou esse estudo para o Governo do Estado, e o Governo do Estado orientou que fosse escolhido o Consimares, foi dessa forma. **“Sr. Presidente *“Willian Souza”***: Ok. Pode, os Vereadores têm perguntas? Depois eu vou para as demais. **“Vereador *“Everton Rodrigo dos Santos”***: Um aparte, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente *“Willian Souza”***: Vamos lá, Vereador Rodrigo Digão. **“Vereador *“Everton Rodrigo dos Santos”***: Fiquei com algumas dúvidas aqui, engenheiro Antônio, gostaria de ter o esclarecimento. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não. **“Vereador *“Everton Rodrigo dos Santos”***: O Presidente fez a pergunta, o senhor falou que era um contratado da Consimares. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não, não. **“Vereador *“Everton Rodrigo dos Santos”***: Da LBR? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Da LBR. **“Vereador *“Everton Rodrigo dos Santos”***: Então, eu fiquei na dúvida: era Consimares ou LBR? O senhor, por mais que não preste serviço à LBR (que é um contratado), mas acabou de falar que você era da Consimares. Então, assim, o senhor trabalha para as duas empresas? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não, não. Não trabalho para as duas empresas. **“Vereador *“Everton Rodrigo dos Santos”***: O senhor poderia nos passar qual a empresa que o senhor trabalha para a gente possa entender, por gentileza? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim, pois não. Eu trabalho com duas empresas, tá? São duas nossas que prestam esse tipo de serviço. **“Vereador *“Everton Rodrigo dos Santos”***: Correto. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Uma é a WTEEC Engenharia, tá? WTEEC Engenharia, e a outra é Operman Engenharia e Consultoria. Essas duas empresas, que são do nosso grupo prestam serviço para o Consimares, ou melhor, prestam serviço para a LBR. **“Vereador *“Everton Rodrigo dos Santos”***: E essas duas empresas estão envolvidas no projeto? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Estão envolvidas no projeto. **“Vereador *“Everton Rodrigo dos Santos”***: Então, as duas empresas, ok. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Isso. Como consultoras, tá? Contratadas pela LBR. **“Vereador *“Everton Rodrigo dos Santos”***: O senhor falou que participou de vários estudos, eu gostaria de saber se a empresa do senhor-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Aham. **“Vereador *“Everton Rodrigo dos Santos”***: --desse estudos, já implantou esse projeto em alguma cidade do nosso país; se implantou, qual cidade? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não. A nossa empresa não implantou nenhum, até porque a nossa empresa não é uma empresa que implanta, ela é uma consultoria. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador *“Everton Rodrigo dos Santos”***: Mas os estudos que foram, os estudos que foram feitos teve êxito em alguma cidade desse país? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, no Brasil, não! Como eu falei: infelizmente, no Brasil, não tem nenhum desse tipo de empreendimento ainda. Esse empreendimento aqui do Consimares seria um projeto pioneiro, tá? Não existe no Brasil, infelizmente, em toda a América Latina, dos Estados Unidos para baixo não existe nenhum empreendimento desse tipo ainda. **“Vereador *“Joel Cardoso da Luz”***: Digão, Digão, só um aparte na sua pergunta, o senhor pode me *[Ininteligível]*? **“Vereador *“Everton Rodrigo dos Santos”***: Claro! Fique à vontade, Vereador Joel. **“Vereador *“Joel Cardoso da Luz”***: Sr. Antônio, eu não entendo-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Quem está falando, desculpa? **“Vereador *“Joel Cardoso da Luz”***: --o senhor está falando de tecnologia só a estrangeira. Por que é que é que não tem nenhuma empresa que tem *[Ininteligível]* no Brasil que possa fazer um projeto dessa envergadura? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não tem. No Brasil ainda não tem. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador *“Joel Cardoso da Luz”***: No seu vídeo, no seu vídeo que o senhor mostra ali, não sei de que era do vídeo, fala que as perdas vão ser de 10%. **“Sr. Antônio Bolognesi”**:

Como? **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: A perda de escória e *[Ininteligível]* é 10%. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Isso. 10%. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Mas já tem tecnologia no Brasil que perde só 3%. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não existe. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Como que não é melhor? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não existe. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Se tem... existe tecnologia melhor do que essas que o senhor está falando de importar. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Desculpa. Desculpa, nesse assunto eu sou, eu sou bem-informado. Isso não existe. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Bom, o senhor está falando, mas já tem a Usina Verde, lá no Rio de Janeiro, que perde só 3%; no seu vídeo perde 10%. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não, não existe. Esse é o padrão medido, inclusive, esse número de 10%, na verdade, ele foi medido através de ensaios físico-químicos, que eles são, os resíduos são feitas amostras, eles são queimados e eles são medidas as quantidades de cinza, tá? **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Você acha que não tem *[Ininteligível]* brasileira que comporte essa usina? Saindo do Brasil, essa tecnologia, tem que ser tecnologia... **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não existe, não existe no Brasil essa tecnologia ainda. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Então, mas o senhor não é da área, não pode desenvolver uma *[Ininteligível]* do Brasil poder? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, esse é o grande problema no Brasil, tá? *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Mas a gente não pode dar crédito para o povo brasileiro, então? Tem que ser tudo importado? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não, então, vamos fazer o seguinte: o carro que o senhor usa, o senhor tem um carro, não tem? **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Tenho. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Que marca é o seu carro? **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: É Fiat. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: É Fiat, a Fiat é italiana. Então, o carro seu, ele foi projetada na Itália, tá? Ele não é brasileiro, ele foi produzido-- **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Mas a fábrica é aqui, a fábrica é aqui! *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Isso-- **“Vereador “Joel Cardoso”**: Então! Então! *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Só que nós não temos ainda fábrica, porque nós não temos demanda ainda, entendeu? *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Joel Cardoso”**: Então, vocês têm que desenvolver alguma tecnologia que vai ser feita no Brasil, não trazer coisa importada. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: A Fiat... Então, mas a Ford quando ela... quando a Ford fez o primeiro carro, ela trouxe para cá, ela foi produzida lá nos Estados Unidos; aqui, a usina é a mesma coisa: e tem 2.500 no mundo. Então, nós estamos falando de uma tecnologia que já existe no exterior e está completamente consolidada, tá? O que vem para o Brasil, na verdade, é a tecnologia; a fabricação, ela vai ser 95% brasileira, percebe? A responsabilidade pela performance desse projeto será de fora, tá? De uma empresa de fora; agora a fabricação, não teria sentido trazer de fora, ela vai ser fabricada aqui no Brasil. Então, nós temos, por exemplo, aqui no Brasil nós temos empresas de excelência, como é o caso da Weg, por exemplo, tá? Toda parte de turbina, gerador, painéis, transformadores, sistemas de controle, tudo fabricação da Weg, tá? Que ela é competitiva, ela vende para fora do Brasil, né? Porque é que alguém vai querer comprar de fora se tem aqui a Weg no Brasil? Então, a Weg vai fornecer toda essa parte elétrica, turbinas, geradores e tudo mais. Na parte de caldeiraria, nós temos aqui Estado de São Paulo, em Sertãozinho, indústrias muito bem-estruturadas, que conseguem, inclusive, fabricar peças para os exterior! Por que é que nós vamos trazer coisa do exterior se nós podemos fabricar aqui, em Sertãozinho, tá? Isso na parte de caldeiraria. Na parte de infraestrutura, de montagem, nós temos empresas aqui no Brasil que montam plataformas de petróleo, por que é que nós vamos trazer uma empresa de fora para montar um projeto desse? Esse projeto vai ser montado por empresas brasileiras, tá? Que tem estrutura aqui no Brasil, até porque que não teria sentido trazer alguém de fora para montar um negócio desse-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Usando da tecnologia brasileira. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: --ou seja, o que é que vai ser trazido de fora? Apenas algumas partes que são críticas,

que ainda não se pode fabricar aqui no Brasil, como, por exemplo, a grelha onde o resíduo é queimado, né? Ele é um metal extremamente sofisticado e tem três empresas no mundo que fabricam esse metal. Isso vai ser importado, mas isso representa 2% do empreendimento, tá? Ou seja, nós estamos falando, quando a gente fala de tecnologia importada, nós estamos falando da tecnologia, tá? Como a Fiat que o senhor usa, tá? A tecnologia é italiana, né, mas o carro é brasileiro, tá? Esse caso dessa usina é exatamente a mesma coisa, tá? **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Na sua apresentação, o senhor só falou de Paris, de outro país, não falou nada do Brasil *[Risos]*. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, porque não tem, no Brasil não tem. Lamentavelmente, no Brasil não tem, deveria ter. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: O senhor tem duas empresas que toca isso aí e tem outras que poderia desenvolver uma tecnologia brasileira, que não teria que trazer nada de fora. Na minha concepção, né? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, nós não estamos falando de uma tecnologia brasileira, nós estamos falando de uma tecnologia, como eu falei, dos veículos que nós usamos, particulares. A tecnologia não é brasileira, o carro é brasileiro; essa usina será brasileira, mas a tecnologia não é brasileira, tá? Porque aqui no Brasil não existe, tá? **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Questão de ordem, Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Vereador Rudinei Lobo. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Antônio? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: A gente já se conhece já, né? A gente já se viu em algumas audiências. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim, claro, é verdade. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Agora eu... você falou algumas coisas aí e eu anotei aqui, só para você tirar uma dúvida minha: você presta serviço para uma Operman, é isso? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: É. E WTEEC Engenharia. Essas duas empresas que você trabalha - que é sua, sócio, não sei - presta serviço para a LBR. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Então, a LBR, ela é só uma ponte até a licitação da usina? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: No caso da LBR ganhar a concessão, ela pode vender a tecnologia que ela ganhou-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: --para uma terceira? Igual a Odebrecht fez com a BRK, aqui em Sumaré? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não. Na verdade-- **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Porque aqui em Sumaré, aconteceu assim: a empresa, a Odebrecht, ela ganhou a concessão do DAEE e, depois de um tempo, ela passou todo o trabalho que ela tinha de saneamento básico aqui em Sumaré para uma outra empresa. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Aham. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Então, isso não ocorre: se a LBR ganhar a licitação, é ela quem vai construir? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, a LBR não tem porte para fazer um empreendimento desse. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Então, mas se ela participar da licitação e ela ganhar, ela vai ter que-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, ela não vai participar dessa licitação, ela vai, se ela entrar numa licitação (se ela entrar, tá?)-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: - -Não, é que eu entendi que se ganhasse-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: --Não, não. Não, deixa, deixa eu só explicar o seguinte-- *[Falas sobrepostas]* - próxima. Para a gente falar um pouco disso, vamos ver o que está acontecendo no mundo, tá? Na Europa, que é uma referência em termos de gestão de resíduos, a gente observa esses gráficos aqui. Então, se a gente pegar o comportamento aí de quase 20 anos, a gente observa o seguinte: que a quantidade de aterros sanitários, ela está reduzindo, assim, bastante acentuadamente, tá? Então, a tendência do mundo desenvolvido é acabar com o aterro sanitário, tá? Não é o nosso caso aqui no Brasil, o Brasil ainda vai demorar mais 50 anos para fazer isso, tá? E nem é objetivo nosso acabar com o aterro sanitário, na verdade, o aterro sanitário ainda é uma boa alternativa, mas nós estamos propondo para o caso do Consimares uma alternativa superior, tá? Já preparando a população aqui dessas sete cidades para uma realidade já de primeiro mundo e trazendo para vocês uma realidade de país desenvolvido, tá? E, também para, isso, esse tipo de

empreendimento, ele está de acordo com todos os preceitos do ESG e, com isso, vai atrair investimentos que estejam baseados também nesse tipo de princípio da ESG, tá? A gente observa que há um aumento também significativo da reciclagem e da compostagem, se vocês veem lá o tanto que desce a rampa vermelha, que são os aterros sanitários (a redução do número de aterro sanitário), há, proporcionalmente, um aumento da reciclagem, e o amarelo, também, um aumento da recuperação de energia de resíduos, que é a tecnologia que a gente está propondo, tá? Então, não estamos falando nenhum absurdo aqui, na verdade, é isso que nós estamos propondo para os sete municípios, não é nada mais do que o mundo desenvolvido está fazendo, no caso da Europa, tá? Se a gente pegar isso no caso dos Estados Unidos, nós vamos encontrar gráficos parecidos com esses, tá? Por exemplo, na Europa, o objetivo deles, em 2035, é ter menos do que 10% de aterro sanitário, tá? Óbvio que no caso do Brasil isso não vai acontecer. De acordo com o Planares, para a gente chegar com 50% de aterros sanitários no Brasil, isso, nós vamos conseguir de acordo com as metas do Planares, isso em 2040, tá? Ou seja, daqui, aproximadamente, 20 anos. Isso não significa que a gente está querendo criticar o aterro, ou querendo mistificar o aterro como sendo uma péssima solução, não, não é. Para o Brasil, nós ainda temos 3 mil lixões, né, onde as pessoas jogam lixo a céu aberto, é muito ruim isso daí. E temos também o que chamam de aterro controlado, que é um lixão disfarçado, tá? Apenas pouco mais da metade dos resíduos no país estão sendo colocados de forma adequada. Vocês aqui não percebem muito isso porque vocês são privilegiados: vocês têm aqui aterros sanitários como de Americana, como de Paulínia, por exemplo, que são considerados aterros de boa qualidade e de bom projeto de engenharia, tá? Que são aterros que são muito bem operados, foram muito bem construídos, são referências, tá? Mas, mas eles têm vida útil, né? E eles têm alguns problemas que são típicos do próprio projeto de engenharia, que é, por exemplo, nem todos os gases, todo o gás metano consegue ser captado, uma parte vaza, tá? Produzindo efeitos, gases de efeito estufa, tá? Então, isso é um problema que foi levantado na Cop 26 e que está sendo questionado no mundo todo, tá? Próximo, por favor. Então, aí, ó, uma carta produzida aí por 35 cientistas encaminhados ao Governo dos Estados Unidos, né, durante a Cop 26, criticando a questão dos aterros sanitários e exigindo que o Governo dos Estados Unidos se posicione com relação à questão dos aterros sanitários. Tanto é assim que lá, eu li ainda essa semana aqui, que existe uma legislação em curso no Senado justamente para investir mais nesse tipo de projeto que nós estamos propondo aqui para vocês, tá? Então, não é uma coisa que nós estamos aqui inventando da cabeça da gente, não, isso aqui é uma coisa que a gente está trazendo uma solução completamente consolidada no primeiro mundo, tá? Próxima. E a gente fez essa análise de tratamento por tipo de tecnologia e nós estamos aqui propondo trazer para vocês, tá, aquilo que se usa em 93% do mundo, que é feito o tratamento de resíduo, tá? É, simplesmente, 95%. Nós temos 2.500 plantas dessa daqui no mundo, aí você fala: “Ah, mas por que não tem nenhuma no Brasil?”, porque o Brasil, todos vocês sabem que, pela primeira vez na história do Brasil, nós estamos aqui discutindo questão de saneamento. Esse fato aqui não é só uma discussão de um projeto, esse fato aqui é um fato histórico, tá? Nós estamos aqui discutindo na Cidade de Sumaré hoje uma questão de saneamento, né? Quantas vezes nós discutimos isso aqui, em termos de saneamento de resíduos, né? Nunca, eu acredito que poucas vezes, eu não estou aqui, obviamente, tá? Mas poucas vezes isso daqui, e se foi aqui, porque aqui é uma cidade desenvolvida, vocês são privilegiados, tá? Mas no Brasil, como de modo geral, é um assunto, saneamento básico é um assunto completamente esquecido e está voltando à tona agora, de forma muito intensiva, tá? Próximo, por favor. Bom, o que é que é o resumo do projeto, tá? Esse projeto, ele tem três linhas de tratamento: a primeira linha é uma linha que justamente é aquela que a gente estava discutindo agora, que envolve os catadores, que é a partir da coleta seletiva. Então, a coleta seletiva será entregue para uma cooperativa, né? O empreendedor, de acordo com o edital, ele deve

construir um galpão, que está lá especificado: que tem que ter uma esteira, tem que ter todas as instalações sanitárias, é isso que a gente falou que é melhor qualidade de vida para os catadores, tá? Tem que ter uma esteira, tem que ter iluminação, tem que ter ventilação adequada, tem que ter acesso adequado, tem que ser protegido todo o solo, tem que ser devidamente - como fala? – cuidado, né, para que a qualidade de vida das pessoas que estejam lá dentro sejam adequadas, é isso, tá? Então, esse galpão, que vai ser instalado lá no empreendimento em Nova Odessa, vai ser replicado em cada uma das cidades, vai ter um galpão desse daí, isso vai ser obrigado: o cara que ganhar a licitação vai ter que construir isso daí, tá? E isso é um privilégio, vamos dizer assim, para os catadores trabalharem num galpão novo, com esteira nova, com prensa, com todos os equipamentos para eles trabalharem com dignidade, tá? De uma forma limpa, tá? E eles vão se apropriar do material que vai ser reciclado, tá? O empreendedor não vai encostar a mão naquilo lá, então não é problema do empreendedor, tá? A mesma coisa com relação aos resíduos orgânicos, que são resíduos de poda, resíduos de feiras-livres, resíduos de mercados, que sobram, tá? Todos os resíduos orgânicos vão ser direcionados para uma compostagem e produção de um resíduo orgânico de primeira qualidade, tá? Esse resíduo não vai também ser vendido, ele vai ser doado pelo empreendedor para a agricultura familiar orgânica, tá? Então, esse resíduo vai ser um composto orgânico de primeiríssima qualidade. Então, todas as instalações vão ser pagas e vão ser instaladas pelo empreendedor que ganhar a licitação. E a linha principal é a linha que nós chamamos de tratamento térmico, tá? Esse tratamento térmico vai ser colocado numa câmara, né, de temperaturas muito elevadas e o resíduo vai ser, não existe uso de combustível nenhum, o próprio resíduo, o próprio lixo é o combustível, né, e temperaturas de mil graus - ou superiores a isso, tá? - o que sobra lá é apenas uma cinza, e essa cinza pode ser utilizada, ou uma escória, né, que é uma espécie de uma areia grossa, né? Essa escória, ela pode ser utilizada na construção civil. É, pode ser usada, na Europa, por exemplo, eles usam muito isso daí, essa escória, para colocar na base da estrada, antes de você fazer um asfaltamento, você põe lá, joga lá toda essa escória e joga o asfalto em cima, tá? Existem muitos países em que se fazem bloquetes de concreto para fazer calçamento, para fazer praças. Existem países onde se fazem essas manilhas de esgoto, postes de luz, tudo isso daí, tudo é feito com lixo, percebe? Então, é uma reciclagem do que sobra do tratamento térmico, né? Além disso, também sobra uma sucata metálica, que ela é separada dessa escória, e essa sucata metálica é reciclada. E a energia produzida, porque um calor desse tamanho lá dentro, ele pode produzir vapor na caldeira, né, numa caldeira, e esse vapor, ele vai acionar uma turbina a vapor, que, por sua vez, vai estar conectada num gerador de energia e vai produzir energia. Muito bem, essa energia a ser produzida aqui nesse empreendimento é de, aproximadamente, 20 megawatts, né? Você fala 20 megawatts, muita gente não tem noção do que significa esse número, tá? Se nós pegarmos toda, pegarmos aqui, tem uma referência nacional pela empresa de pesquisas energéticas que diz que a... tem um consumo médio familiar, tá? Por cada unidade consumidora no país. Então, se a gente pegar esse consumo médio familiar (que deve valer, aproximadamente, aqui para a região do Consimares, né?) e dividirmos por essa energia que nós temos aqui, nós vamos chegar à conclusão que a energia produzida pelo projeto Consimares vai ser suficiente para abastecer praticamente a metade da população da região, tá? Quando a gente fala, obviamente, não envolve indústria, não envolve comércio, tá? Nós estamos falando das casas. Então, nós conseguiremos, das 940 mil pessoas, a metade vai ser abastecida pelo seu próprio lixo, entendeu? Então, isso é um grande benefício ambiental e um grande benefício para a população, né? Aí, bom, muito bem, depois nós vamos falar de mais alguns detalhes, tá? Por favor. Bom, já falamos da melhoria de condições de trabalho, já falamos também da parte do composto orgânico. Agora o filme, por gentileza, esse filme dá para vocês terem uma ideia do que é que é o empreendimento, a parte principal do empreendimento. [Apresentação de vídeo] “Vereador “Joel Cardoso da Luz”: O

som, o som saiu. **“Apresentação de Vídeo”**: Nessa parte do processo da gestão... **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Colocar o vídeo, por gentileza. Está sem som. **“Apresentação de Vídeo”**: Nessa parte do processo da gestão integrada de resíduos sólidos, todo o lixo coletado nas casas da cidade chegam na central de tratamento para controle de acesso e inspeção e pesagem. Tratamento para controle de acesso e inspeção e pesagem. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Isso, agora é só voltar o vídeo, por gentileza. **“Apresentação de Vídeo”**: Quer saber como funciona o sistema de tratamento de lixo? Nessa parte do processo da gestão integrada de resíduos sólidos, todo o lixo coletado nas casas da cidade chegam na central de tratamento para controle de acesso, inspeção e pesagem. Onde, então, é descarregado e depois armazenado em uma câmara especial de pressão atmosférica negativa, que impede o vazamento de odores, pó e contaminantes no meio ambiente. Nesse mesmo lugar também são recebidos os rejeitos da coleta seletiva e do tratamento biológico. A partir dessa câmara, o lixo é levado até a área de tratamento térmico, onde é submetido a um processo autossustentável com temperaturas extremamente altas, superiores a mil graus *Celsius*, exterminando completamente todos os contaminantes. Esse calor é aproveitado para a produção de vapor na caldeira que é levado pelos tubos até as turbinas para a produção de energia elétrica no gerador. A energia produzida é transmitida para a rede elétrica. Onde retorna para as casas, empresas, comércios, enfim, toda a sociedade. Cada tonelada de lixo pode gerar entre 520 a 700 *quilowatts/hora* de energia; o vapor utilizado pela turbina é resfriado e condensado, retornando como água para o circuito fechado, onde todo o processo recomeça em eficiente sistema sustentável de reaproveitamento da energia térmica. Após o tratamento, o lixo é reduzido em 90%, restando apenas material inerte e não poluente. Os resíduos metálicos são separados e são reciclados em novos produtos, enquanto o restante pode ser aproveitado como mistura no asfalto e concreto para a construção de infraestrutura. Esse sistema de última geração mantém rigoroso controle, garantindo emissões muito abaixo dos limites estabelecimentos, protegendo a vida humana e o meio ambiente. O sistema de tratamento de gases remove todos os contaminantes e metais pesados. Uma eficiente câmara filtrante, composta por centenas de camadas, filtra os gases deixando-o totalmente livres de partículas. Durante todo o processo, a sala de controle acompanha ativamente as emissões através de um sistema contínuo de monitoramento, cujos dados são enviados em tempo real para os órgãos de controle ambiental. O sistema também controla todo o processo de tratamento de resíduos de forma automatizada, a fim de garantir a mais alta eficiência. Essa tecnologia é mundialmente reconhecida como a única capaz de mitigar completamente a emissão de gases de efeito estufa produzidos nos aterros sanitários. Portanto, a energia produzida nesse processo é considerada uma energia renovável, limpa, segura e sustentável. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Próximo, por favor. Muito bem. Esse quadro aqui - que eu acho que ele está desconfigurado aí na apresentação, mas vamos lá - esse quadro aqui, ele mostra o Planares, que é o Plano Nacional de Resíduos Sólidos até 2040, né, a partir do ano passado. Essa parte em preto, que está aparecendo aí, são os aterros, ou melhor, são lixões, que eles esperavam, né, o plano esperava que até 2024 seria acabar com os lixões, isso não vai acontecer, né? Mas também esse mesmo plano, ele imagina que nós iríamos ter em torno de 26% de reciclagem e tratamento biológico, né, até 2040. Esse, nós esperamos que aconteça, nós vamos trabalhar para isso aconteça, ou seja, quando eu falo “nós”, nós falamos sociedade brasileira, né? Nós queremos isso, né? Outra coisa também que fala nesse mesmo plano é que até 2040, 15% dos nossos resíduos serão feitos tratamento através de sistemas iguais a esses que nós estamos propondo para o Consimares, tá? Próximo. Ou seja, nós estamos trabalhando exatamente de acordo com o Planares, nós estamos querendo trazer para a sociedade da região do Consimares um projeto que se enquadre precisamente em cima daquilo que é o melhor que se espera em termos ambientais. Esse projeto, ele está completamente aderente à legislação vigente, tá? Em termos de política nacional, Conama, Novo

Marco Legal do Saneamento, legislação regional, Planares e tudo mais. Por favor, mais um. Bom, benefícios do projeto. A população da região que nós temos aqui, em torno de 940 mil habitantes - isso daqui é 2020 tá? - a quantidade de resíduos vai ser tratada em torno de 240 mil toneladas de lixo por ano, aqui envolve todos os tipos de resíduos, né? Uma planta dessa daí que nós estamos propondo, ela tem uma vida útil em torno de 40 anos, essa é uma vida útil garantida pelo fabricante, tá? Existem empreendimentos desse tipo na França, por exemplo, que já está fazendo 60 anos, né? Então, isso exige equipamentos da mais alta qualidade e operação da mais alta eficiência para que você possa atingir padrões de qualidade tão exigentes para aguentar 60 anos de operação, tá? A de vocês vai ser operada, se implantada, vai ser operada por empresas extremamente especializadas porque não é uma operação convencional, exige muitos cuidados para que esse empreendimento, ele seja bem operado. Uma potência elétrica bruta, como eu falei, em torno de 20 *megawatts*, uma geração de energia desse 137, 140 mil *megawatts* hora/ano, tá? Próximo. O potencial de reciclagem ao longo desse período, nós estamos falando em algo quase, mais de um milhão de toneladas de resíduos produzidos depois do tratamento térmico, né, dessa areia que sai do processo de tratamento. A quantidade de metais, nós estamos falando de algo como 106 mil toneladas, e nós deixando de mandar para o aterro algo como 9 milhões de toneladas, tá, durante esse período. Já falei de energia, é a mesma coisa que a gente evitar - em termos de gases de efeito estufa, né? - é a mesma coisa da gente evitar uma emissão de 13 milhões de toneladas de carbono equivalente, tá? Isso é muito grande, esse número, tá? E a gente também evita de ocupar 45 mil hectares daqui da região para fazer aterro. Vocês têm ideia, né, do que significa 45 mil hectares ao longo de 40 anos, e vocês vão... se vocês não tiverem esse empreendimento, vocês vão ter que fazer isso, tá? Em alguns desses nossos municípios aqui, dos sete municípios, vai ter que ter uma área de 45 mil hectares ocupadas com aterros sanitários, ao longo desses 40 anos. Isso aqui é cálculo, é matemática. Nós estamos falando de compensação para essa emissão de carbono, algo como 40 milhões de árvores equivalentes que deveriam ser plantadas para ter o mesmo efeito em termos de captura de carbono, ou 180 mil veículos, que também teriam que deixar de rodar aqui na região para que tivesse o mesmo efeito que vai trazer essa planta para vocês. O próximo. O empreendimento, depois de uma longa e exaustiva busca de terrenos para poder instalar esse empreendimento, ele tinha que ser mais ou menos nessa região, próxima da divisa de Sumaré e Nova Odessa, tá? Foi escolhido esse terreno por várias razões e tem as razões técnicas principais, são: que ele fica em uma área industrial; passa uma linha de transmissão na frente, que vai facilitar a conexão elétrica do empreendimento; tem uma conexão de esgoto bem na frente da Coden, né? Então, ele não vai ter nenhum risco de contaminação aí, absolutamente nada; é bom que se diga que esse empreendimento é um empreendimento que não usa quase a água, a quantidade de água é muito pequena, vai ser captada no poço artesiano, mas é apenas água para fazer o uso, para a lavagem da área, para os banheiros dos operadores e coisas desse tipo, tá? Porque o circuito da água, como vocês viram lá no filme, o circuito de água é fechado, ele não... ele não é aberto. Então, a água, ela circula, ela é refrigerada num radiador e volta para o circuito de novo, tá? Ou seja, não há... a reposição é muito pequena, é como se fosse um grande radiador de carro, tá? Bom, essa é uma... em termos logísticos, né, é muito importante porque essa área fica ao lado da via Anhanguera e o acesso é bastante fácil para todos os municípios e, praticamente, não vai mudar grande coisa no percurso dos caminhões que fazem a coleta, ou seja, a coleta, ela vai sofrer quase nada em termos de alteração, tá? E é importante que se diga o seguinte: esse empreendimento, ele é um empreendimento, vamos dizer assim, em termos de incômodo para a sociedade, ele é quase invisível, tá? O próximo, por favor. Ele não traz nenhum tipo de incômodo. Esse aqui é um desenho, é um desenho técnico, tá? Vai ser instalada a planta, o projeto é esse do lado direito; o do lado esquerdo é apenas uma previsão de uma futura expansão, caso algum dos outros

municípios queiram participar do Consimares, o Consimares poderá fazer uma duplicação desse empreendimento no futuro. Só para vocês saberem, por exemplo, no caso de Paris, que é uma cidade mais sofisticada do mundo, e que vive às custas de... vive às custas de turismo, não é? Ela tem, dentro da cidade, dentro da área da cidade interna, né, três usinas dessas, tá? Então, quem já teve o privilégio de conhecer Paris, não viu essas usinas, porque elas são invisíveis, tá? Elas são invisíveis por quê? Elas não têm cheiro, não têm cheiro, ela não tem barulho e ela não tem fumaça, então, ninguém vê, tá? Ela, esses empreendimentos são empreendimentos completamente amigáveis com o meio ambiente, tá? É a mesma coisa a mesma coisa - próximo -, a mesma em Mônaco, que é a cidade mais rica e mais sofisticada do mundo, tem lá do lado do palácio do príncipe uma usina dessa, né? Quem assiste corrida, passa, vê em frente passar da usina e não percebe, porque ela está escondida lá, tá? Não se nota. Então, esse tipo de tecnologia foi desenvolvida para trazer conforto para a sociedade, para acabar com o seu resíduo e acabar com eventuais problemas de mau cheiro, de ocupação de área, porque vocês queiram ou não, fora a produção de gases de efeito estufa, tem uma ocupação de uma área, quando você faz um aterro, né? Essa área está condenada por alguns séculos, né? Ou talvez para sempre, vai ficar lá o lixo enterrado, né? É uma coisa meio estranha, né? Um material que eu poderia gerar energia com aquele material e eu estou jogando ele debaixo da terra, tá? Próxima. Também, essa aqui é uma outra usina na Dinamarca. Próxima. O modelo de operacional aqui é uma concessão, né, onde que vai ter uma empresa que vai receber o Contrato de Concessão e uma Agência Reguladora, que pode ser, aqui nós colocamos uma agência regional aqui, mas pode ser uma agência que vocês criem, tá? Por exemplo, aqui com o Consimares cria uma Agência Reguladora, não tem problema nenhum, tá? Essa aqui é uma decisão que cabe a vocês que são do corpo legislativo das cidades, né? Vocês decidem se querem ter a própria Agência Reguladora, ou querem usar uma Agência Reguladora já existente, isso é uma decisão de vocês. Próximo. Bom, eu acredito que esse seja um benefício importante, né? Para a sociedade e é isso que a gente tinha para falar, óbvio que isso é um resumo bastante resumido, né, do que é que é o empreendimento, obviamente é uma coisa bastante sofisticada, mas existem diversas empresas de nível internacional que estão interessadas em desenvolver esse projeto aqui para vocês, tá? Então, vocês, é como eu costumo falar: vocês terão, aqui na região, um projeto igual o que tem na Alemanha, que tem na Suíça e tudo mais, tá? É um projeto de primeiro mundo. Obrigado aí pela, pela oportunidade. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Mimo, Fábio, têm alguma informação a mais que queriam acrescentar? Ou a gente pode começar a fazer as perguntas? **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: Não, estamos à disposição. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: Questão de ordem, Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Vereador Alan. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: Questão técnica é o engenheiro, né? Esse projeto que vocês apresentaram aqui da gestão avançada, quem é a empresa responsável? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não existe ainda uma empresa responsável, porque isso daqui é um, vai ser feito uma licitação, tá? A empresa ganhadora que vai trazer a tecnologia. Nós temos aí um... como fala? Nós nos, para poder desenvolver o projeto, nós nos baseamos em tecnologias europeias, tá? Quem nos forneceu dados para poder desenvolver todos os cálculos e tudo mais foi a *Babcock & Wilcox Volund*, é uma empresa americana-dinamarquesa, tá? Inclusive, aquela última imagem que nós mostramos lá é uma usina construída por eles, tá? Mas eles, eles vão participar da licitação, não eles diretamente, tá? Eles só... eles só forneceram as informações para nós porque - como fala? - porque nós conhecemos as pessoas que trabalham lá, mas não é uma... como fala? Não existe compromisso com ninguém ainda, tá? **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: Tá. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Mas isso vai ser licitado. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: Mas no documento que você enviou aqui, a proposta para a Consimares, tem aqui uma autorização de realização de estudo. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: De estudo, de estudo. **“Vereador “Alan dos**

Santos Leal”: Isso, mas o assunto é projeto de gestão avançada. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Sim, sim. **“Vereador “Alan dos Santos Leal**”: Então, ele fez o estudo em cima do projeto. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Não, não, eu pensei que você estava falando da tecnologia. **“Vereador “Alan dos Santos Leal**”: Não, não. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Você está falando da empresa que apresentou isso aí-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Alan dos Santos Leal**”: Isso, isso. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: É LBR que chama a empresa, *[Ininteligível]* LBR Engenharia e Consultoria Limitada. **“Vereador “Alan dos Santos Leal**”: Tá. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Ela é o que nós chamamos de um desenvolvedor, tá? Do estudo! Do estudo! Não, não do empreendimento, o empreendimento vai ser licitado, tá? Porque são coisas, são duas coisas: por que é que o Brasil tem problema, por exemplo, a turma fala assim: “Ah, não acontecem - como fala? - as PPPs-- **“Vereador “Alan dos Santos Leal**”: Aham. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: --com os consórcios ou as concessões, elas acabam em pizza, no Brasil, né? Porque não existem projetos bem estruturados, tá? Então, o que é que acontece? Ou não aparece um investidor, porque se o investidor olha para o projeto, ele não está bem estruturado, ele não tem todos os detalhes de como ele foi estruturado, de como foi desenvolvido, todas as licenças e tudo mais, tá? Não aparece investidor. Tem dinheiro, muito dinheiro no mundo, tá? mas para o investidor trazer o dinheiro, ele precisa trazer segurança, tá? E é justamente isso que nós estamos fazendo: nós estamos trazendo um trabalho em que existe, trazendo segurança para o investidor, tá? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza**”: Engenheiro, só uma pergunta-- **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Pois não. **“Sr. Presidente “Willian Souza**”: O senhor disse que quem fez o estudo pode participar da licitação? **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Pode, pela Lei das Concessões, sim. É uma manifestação de interesse privado, ele participa, se ele perder, se ele perder, ele pode participar ou não, essa é uma decisão dele, tá? **“Sr. Presidente “Willian Souza**”: Tá. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Se ele participar e ele perder, né, a Lei das Concessões garante para ele que o dinheiro que ele gastou para fazer o estudo vai ser reembolsado por quem - não pela sociedade, tá? - por quem ganhou a licitação. Então, isso daí é uma coisa que está lá na lei, né? Simplesmente assim. Agora, é óbvio que ele vai querer achar alguém que vá junto com ele para fazer o empreendimento acontecer, tá? Mas não existe nenhuma garantia para ele, tá? Que ele vai fazer o empreendimento, até porque essa é uma empresa de consultoria, ela não é uma empresa de implantação de empreendimentos, tá? **“Vereador “Alan dos Santos Leal**”: A minha pergunta se baseia no-- **“Sr. Antônio Bolognesi**”: É um contrato de risco, exatamente. **“Vereador “Alan dos Santos Leal**”: --se baseia, porque o sócio da empresa, o Orlando La Belle Filho-- **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Aham. **“Vereador “Alan dos Santos Leal**”: --ele é sócio de inúmeros consórcios. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Tá. **“Vereador “Alan dos Santos Leal**”: Então, por isso que é a nossa indagação, né? **“Sr. Antônio Bolognesi**”: É. **“Vereador “Alan dos Santos Leal**”: E outra: a empresa já, ela responde por inúmeros aqui, chega não dá nem para falar a quantidade de improbidade administrativa, né? Por isso que é o nosso receio também-- **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Aham. Tá. **“Vereador “Alan dos Santos Leal**”: --e o questionamento em cima dessa empresa aqui. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Tá. Essa foi uma decisão, Vereador, foi uma decisão deles financiar esse estudo. É um risco deles, é um contrato de risco, como o senhor falou, né? É um risco para eles, tá? Eles podem conseguir algum tipo de resultado participando da licitação ou não, no mínimo eles não perdem, porque eles declaram para o Consimares o que eles gastaram, isso tem que ser comprovado, porque depois o Ministério Público vai checar todas as contas e tudo mais, tá? É um negócio completamente transparente e aberto. É... **“Vereador “Alan dos Santos Leal**”: Não, a minha pergunta foi isso mesmo, é que eu-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Não, o senhor tem razão, o senhor tem razão. **“Vereador “Alan dos Santos Leal**”: O Ministério Público mesmo que pediu ressarcimento ao erário público. **“Sr. Antônio Bolognesi**”: É. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Alan dos Santos Leal**”: Então,

assim, Prefeitura Municipal de São Paulo, inclusive, né? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: É. Na verdade, na verdade, ele não tem garantias, né, de que ele vai receber o... - como fala? - dos empreendedores, de quem ganhar a licitação, além daquilo que ele gastou, mais nada, tá? Ele não tem garantia nenhuma, é um risco para ele, tá? **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: Entendi. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Houve um valor-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Oi? **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: --Houve um valor pré-estabelecido desse estudo que eles já fizeram? Há isso definido? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Foi um valor - como fala? - um chute inicial que foi colocado na carta e agora todas as empresas têm que ser comprovadas, tá? Não é um negócio é... como fala? Não, ele escolhe, ele fala-- **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Mas tem um valor, qual é? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Tem. O valor gasto até agora? **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: É. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Putz, agora eu acho que foi algo como uns R\$ 2 milhões, mais ou menos, tá? **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Isso está nessa carta? Esse valor está fixado, a princípio, de 2 milhões ou esse valor está em aberto? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não, esse valor... não, não, esse valor aí é um valor que ele tem que ser declarado pela empresa e tem que ser comprovado pela empresa para ser colocado no edital, tá? **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Entendi. Mas só para *mim* entender, não sei se você pode responder isso pela Consimares-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: --ou se um dos dois que está ao lado aí, vocês deram cheque em branco, ele gastava o que queria com o dinheiro desse município? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Então, tem um princípio, tem um ponto de partida. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Esse valor que nós gostaríamos de saber. Qual o ponto de partida para esse estudo? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: O ponto de partida foi quanto? 680 mil, mais ou menos. **“Orador não identificado”**: 672 mil. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: 672 mil, foi o valor declarado inicialmente, tá? Eu acho que já foi gasto perto de 2 milhões nesse empreendimento, tá? Nesse estudo, aliás, porque tem muitas contratações de profissionais especializados e tudo mais, tá? E... e muitos estudos que já foram realizados e taxas cobradas pela... não estão nesse valor declarado, taxas da Cetesb, por exemplo, as taxas da Cetesb são muito altas, tá? Por exemplo, só para dar entrada no estudo ambiental eles cobram algo como R\$ 600 mil, tá? Para poder dar licença ambiental (esse gasto ainda não foi, não aconteceu ainda), mas esse, eles cobram 0,5% do empreendimento, e isso daí dá mais de R\$ 2 milhões, tá? **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Olha, eu vou te... eu vou falar para você só alguns aqui, ó: Consórcio Modera, Consórcio Gerenciador, Consórcio Conservação, Consórcio Infra, Consórcio LBR, Consórcio Qualidade Rio Pinheiros, Consórcio Saeb, Consórcio DSTP, Consórcio Esteio, Consórcio LBR Consultoria, Translato, Emissoras de Leste Paulista, ou seja, todos-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Eu não respondo pela LBR. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: --praticamente todos os estudos que eles fizeram, eles ganharam. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não, não. Não foi todos os estudos que eles ganharam, não, isso tem milhares de competições que eles participaram, eu não posso aqui nem responder por eles, nem muito bem, nem muito mais defendê-los, tá? Na verdade, eles fizeram uma coisa que está de acordo com a lei, se não estivesse de acordo com a lei, o Ministério Público já teria feito parar, tá? **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Não, por isso que eu te questionei, viu? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: É que a gente-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Porque tem-- **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: É que a gente ainda não acionou. Engenheiro, só para eu entender, eu quero passar para os Vereadores, mas antes eu nem entrei nas minhas perguntas. No Jornal Correio Popular, do domingo, dia 12 de dezembro de 2021, nós temos uma matéria que fala: “Cidades da Região Metropolitana se unem para promover a gestão do lixo. Prefeituras criam

consórcio para construir uma central que transformará resíduos em energia” - já eu entro nesse ponto da energia - mas ao recorrer da matéria, nós temos uma letra em destaque que fala: “especialista”, né? E nessa parte que fala “especialista”, nós temos aqui a apresentação do senhor, que é Antônio Bolognesi. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não. Sim. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: E o senhor fala como um especialista, né? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Aham. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: E o senhor ainda, sobretudo, aqui, fala sobre vários pontos, que eu quero perguntar sobre essa entrevista. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Mas eu gostaria, se possível, o senhor se apresentasse para a gente: quem é o senhor, para quem o senhor trabalha-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Tá. Tá. Pois não. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: --aonde mais o senhor fez esses estudos, qual a especialização que o senhor tem sobre esse assunto; queria uma, se o senhor puder, gentilmente, se apresentar-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Tá. Não, claro! Sim. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: --pessoalmente, para a gente entender quem é o especialista que fala com a imprensa e que nos fala nessa tarde. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não, vamos lá. Eu sou engenheiro de formação, sou engenheiro eletricista, formado em 1979. Trabalhei a vida toda com energia, eu já, inclusive, trabalhei na Light, comecei a minha carreira na Light; trabalhei depois na Eletropaulo; a Eletropaulo, depois, quando ela foi cindida e privatizada uma parte, eu trabalhei na EMAE; eu fui superintendente da Eletropaulo, eu ocupei vários cargos na Eletropaulo, né, de gerência, de superintendência; eu estive também Diretor da EMAE; eu estive Diretor da Cesp; eu estive, também, presidente da EMAE; eu estive conselheiro de várias empresas do setor, inclusive, do ONS, que é o Operador Nacional do Sistema. Ou seja, eu estive vários, durante 40 anos, né, trabalhando no setor elétrico. Como formação, eu tenho - como eu falei, eu sou engenheiro - eu tenho MBA na área de gestão de negócios de energia; também sou, tenho um mestrado na área de administração; e eu tenho também experiência nessa área de resíduos sólidos, há mais de 15 anos que eu venho trabalhando com esse tipo de empreendimento, porque eu, como Diretor da EMAE, eu queria trazer esse tipo de empreendimento, essa nova fonte de geração de energia para que a empresa pudesse investir também nesse segmento de produção de energia, porque a EMAE era uma empresa voltada exclusivamente para a produção de energia, tá? Então, eu já venho há mais de 15 anos, estive em vários, visitando vários empreendimentos; participei de desenvolvimento de vários projetos aqui no Brasil e também no exterior, tá? Nós temos uma empresa especializada nessa área, que faz esse tipo de trabalho, de desenvolvimento de projetos de tratamento de resíduos, tá? Então, esse é a nossa especialidade. Temos aí um quadro de pessoas que trabalham conosco que são também especialistas nessa área, nós temos hoje aí, doutores nessa área; temos pessoas que são PhDs e pós-doutorados nessa área também de tratamento de resíduos, que trabalham conosco e... e aí, só para os senhores terem ideia que realmente os senhores estão junto com uma equipe que conhece esse assunto, tá? Tenho várias pessoas que trabalham com a gente que estão fora do Brasil: o meu sócio mora na França; nós temos lá um outro sócio que mora no Líbano; nós temos várias pessoas que trabalham aqui no Brasil com a gente, tá? Então, realmente, nós estamos bastante bem-preparados para fazer o desenvolvimento de trabalhos dessa natureza e é por isso, temos aí um grande *network* nessa área, né, de tratamento de resíduos; temos aí conhecimento com os principais fabricantes e fornecedores de tecnologias e fornecedores de equipamentos no mundo todo, tá? Conhecemos, profundamente, projetos desse tipo, e temos essa expertise tá? Então, não, não - como fala? - não estamos, assim, fazendo uma coisa que a gente não conheça, tá? É só isso. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Ok. Não, eu pedi a apresentação do senhor para a gente entender sobre a especialidade, que, daí em diante, a gente não pode alegar nenhuma ignorância sobre os fatos. Sobretudo, então, eu quero passar aqui, franquear, continuar franqueando aqui aos Vereadores, o engenheiro, então, o senhor está a serviço da Consimares, é isso, né? **“Sr. Antônio Bolognesi”**:

Sim, na verdade, o contratante-- **Sr. Presidente “Willian Souza”**: O senhor foi contratado pela Consimares? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: --Não, eu fui contratado pela LBR, esse é o meu contratante. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Então, o senhor responde pela LBR? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, eu não posso responder pela LBR porque eu não sou LBR, eu sou contrato deles. Eu trabalho para o projeto Consimares, tá? Mas eu não sou a LBR, nós temos a... a nossa empresa foi contratada. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Por que é que foi escolhida a LBR? Isso que eu não... **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, é como eu falei desde o início: a LBR fez um trabalho, ela nos contratou para fazer esse trabalho, ela levou esse estudo para o Governo do Estado, e o Governo do Estado orientou que fosse escolhido o Consimares, foi dessa forma. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Ok. Pode, os Vereadores têm perguntas? Depois eu vou para as demais. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Um aparte, Sr. Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Vamos lá, Vereador Rodrigo Digão. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Fiquei com algumas dúvidas aqui, engenheiro Antônio, gostaria de ter o esclarecimento. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: O Presidente fez a pergunta, o senhor falou que era um contratado da Consimares. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não, não. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Da LBR? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Da LBR. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Então, eu fiquei na dúvida: era Consimares ou LBR? O senhor, por mais que não preste serviço à LBR (que é um contratado), mas acabou de falar que você era da Consimares. Então, assim, o senhor trabalha para as duas empresas? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não, não. Não trabalho para as duas empresas. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: O senhor poderia nos passar qual a empresa que o senhor trabalha para a gente possa entender, por gentileza? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim, pois não. Eu trabalho com duas empresas, tá? São duas nossas que prestam esse tipo de serviço. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Correto. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Uma é a WTEEC Engenharia, tá? WTEEC Engenharia, e a outra é Operman Engenharia e Consultoria. Essas duas empresas, que são do nosso grupo prestam serviço para o Consimares, ou melhor, prestam serviço para a LBR. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: E essas duas empresas estão envolvidas no projeto? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Estão envolvidas no projeto. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Então, as duas empresas, ok. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Isso. Como consultoras, tá? Contratadas pela LBR. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: O senhor falou que participou de vários estudos, eu gostaria de saber se a empresa do senhor-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Aham. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: --desses estudos, já implantou esse projeto em alguma cidade do nosso país; se implantou, qual cidade? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não. A nossa empresa não implantou nenhum, até porque a nossa empresa não é uma empresa que implanta, ela é uma consultoria. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Mas os estudos que foram, os estudos que foram feitos teve êxito em alguma cidade desse país? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, no Brasil, não! Como eu falei: infelizmente, no Brasil, não tem nenhum desse tipo de empreendimento ainda. Esse empreendimento aqui do Consimares seria um projeto pioneiro, tá? Não existe no Brasil, infelizmente, em toda a América Latina, dos Estados Unidos para baixo não existe nenhum empreendimento desse tipo ainda. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Digão, Digão, só um aparte na sua pergunta, o senhor pode me *[Ininteligível]*? **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Claro! Fique à vontade, Vereador Joel. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Sr. Antônio, eu não entendo-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Quem está falando, desculpa? **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: --o senhor está falando de tecnologia só a estrangeira. Por que é que é que não tem nenhuma empresa que tem *[Ininteligível]* no Brasil que possa fazer um projeto dessa envergadura? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não tem. No Brasil ainda não tem. *[Falas*

sobrepostas] **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: No seu vídeo, no seu vídeo que o senhor mostra ali, não sei de que era do vídeo, fala que as perdas vão ser de 10%. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Como? **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: A perda de escória e *[Ininteligível]* é 10%. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Isso. 10%. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Mas já tem tecnologia no Brasil que perde só 3%. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não existe. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Como que não é melhor? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não existe. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Se tem... existe tecnologia melhor do que essas que o senhor está falando de importar. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Desculpa. Desculpa, nesse assunto eu sou, eu sou bem-informado. Isso não existe. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Bom, o senhor está falando, mas já tem a Usina Verde, lá no Rio de Janeiro, que perde só 3%; no seu vídeo perde 10%. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não, não existe. Esse é o padrão medido, inclusive, esse número de 10%, na verdade, ele foi medido através de ensaios físico-químicos, que eles são, os resíduos são feitos amostras, eles são queimados e eles são medidas as quantidades de cinza, tá? **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Você acha que não tem *[Ininteligível]* brasileira que comporte essa usina? Saindo do Brasil, essa tecnologia, tem que ser tecnologia... **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não existe, não existe no Brasil essa tecnologia ainda. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Então, mas o senhor não é da área, não pode desenvolver uma *[Ininteligível]* do Brasil poder? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, esse é o grande problema no Brasil, tá? *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Mas a gente não pode dar crédito para o povo brasileiro, então? Tem que ser tudo importado? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não, então, vamos fazer o seguinte: o carro que o senhor usa, o senhor tem um carro, não tem? **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Tenho. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Que marca é o seu carro? **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: É Fiat. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: É Fiat, a Fiat é italiana. Então, o carro seu, ele foi projetada na Itália, tá? Ele não é brasileiro, ele foi produzido-- **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Mas a fábrica é aqui, a fábrica é aqui! *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Isso-- **“Vereador “Joel Cardoso”**: Então! Então! *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Só que nós não temos ainda fábrica, porque nós não temos demanda ainda, entendeu? *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Joel Cardoso”**: Então, vocês têm que desenvolver alguma tecnologia que vai ser feita no Brasil, não trazer coisa importada. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: A Fiat... Então, mas a Ford quando ela... quando a Ford fez o primeiro carro, ela trouxe para cá, ela foi produzida lá nos Estados Unidos; aqui, a usina é a mesma coisa: e tem 2.500 no mundo. Então, nós estamos falando de uma tecnologia que já existe no exterior e está completamente consolidada, tá? O que vem para o Brasil, na verdade, é a tecnologia; a fabricação, ela vai ser 95% brasileira, percebe? A responsabilidade pela performance desse projeto será de fora, tá? De uma empresa de fora; agora a fabricação, não teria sentido trazer de fora, ela vai ser fabricada aqui no Brasil. Então, nós temos, por exemplo, aqui no Brasil nós temos empresas de excelência, como é o caso da Weg, por exemplo, tá? Toda parte de turbina, gerador, painéis, transformadores, sistemas de controle, tudo fabricação da Weg, tá? Que ela é competitiva, ela vende para fora do Brasil, né? Porque é que alguém vai querer comprar de fora se tem aqui a Weg no Brasil? Então, a Weg vai fornecer toda essa parte elétrica, turbinas, geradores e tudo mais. Na parte de caldeiraria, nós temos aqui Estado de São Paulo, em Sertãozinho, indústrias muito bem-estruturadas, que conseguem, inclusive, fabricar peças para os exterior! Por que é que nós vamos trazer coisa do exterior se nós podemos fabricar aqui, em Sertãozinho, tá? Isso na parte de caldeiraria. Na parte de infraestrutura, de montagem, nós temos empresas aqui no Brasil que montam plataformas de petróleo, por que é que nós vamos trazer uma empresa de fora para montar um projeto desse? Esse projeto vai ser montado por empresas brasileiras, tá? Que tem estrutura aqui no Brasil, até porque que não teria sentido trazer alguém de fora para montar um negócio desse-- *[Falas*

sobrepostas] **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Usando da tecnologia brasileira. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: --ou seja, o que é que vai ser trazido de fora? Apenas algumas partes que são críticas, que ainda não se pode fabricar aqui no Brasil, como, por exemplo, a grelha onde o resíduo é queimado, né? Ele é um metal extremamente sofisticado e tem três empresas no mundo que fabricam esse metal. Isso vai ser importado, mas isso representa 2% do empreendimento, tá? Ou seja, nós estamos falando, quando a gente fala de tecnologia importada, nós estamos falando da tecnologia, tá? Como a Fiat que o senhor usa, tá? A tecnologia é italiana, né, mas o carro é brasileiro, tá? Esse caso dessa usina é exatamente a mesma coisa, tá? **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Na sua apresentação, o senhor só falou de Paris, de outro país, não falou nada do Brasil [*Risos*]. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, porque não tem, no Brasil não tem. Lamentavelmente, no Brasil não tem, deveria ter. [*Falas sobrepostas*] **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: O senhor tem duas empresas que toca isso aí e tem outras que poderia desenvolver uma tecnologia brasileira, que não teria que trazer nada de fora. Na minha concepção, né? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, nós não estamos falando de uma tecnologia brasileira, nós estamos falando de uma tecnologia, como eu falei, dos veículos que nós usamos, particulares. A tecnologia não é brasileira, o carro é brasileiro; essa usina será brasileira, mas a tecnologia não é brasileira, tá? Porque aqui no Brasil não existe, tá? **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Questão de ordem, Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Vereador Rudinei Lobo. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Antônio? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: A gente já se conhece já, né? A gente já se viu em algumas audiências. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim, claro, é verdade. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Agora eu... você falou algumas coisas aí e eu anotei aqui, só para você tirar uma dúvida minha: você presta serviço para uma Operman, é isso? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: É. E WTEEC Engenharia. Essas duas empresas que você trabalha - que é sua, sócio, não sei - presta serviço para a LBR. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Então, a LBR, ela é só uma ponte até a licitação da usina? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: No caso da LBR ganhar a concessão, ela pode vender a tecnologia que ela ganhou-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: --para uma terceira? Igual a Odebrecht fez com a BRK, aqui em Sumaré? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não. Na verdade-- **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Porque aqui em Sumaré, aconteceu assim: a empresa, a Odebrecht, ela ganhou a concessão do DAEE e, depois de um tempo, ela passou todo o trabalho que ela tinha de saneamento básico aqui em Sumaré para uma outra empresa. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Aham. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Então, isso não ocorre: se a LBR ganhar a licitação, é ela quem vai construir? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, a LBR não tem porte para fazer um empreendimento desse. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Então, mas se ela participar da licitação e ela ganhar, ela vai ter que-- [*Falas sobrepostas*] **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, ela não vai participar dessa licitação, ela vai, se ela entrar numa licitação (se ela entrar, tá?)-- [*Falas sobrepostas*] **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: --Não, é que eu entendi que se ganhasse-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: --Não, não. Não, deixa, deixa eu só explicar o seguinte-- [*Falas sobrepostas*] **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Eu também entendi que ela que ela pode participar, sim. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Com quórum suficiente para a abertura, reabertura dessa Sessão, declaro a Sessão reaberta às 8h13. Algum Vereador gostaria de... estava com a palavra? Posso fazer algumas perguntas-- [*Falas sobrepostas*] **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Questão de ordem. [*Falas sobrepostas*] **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Questão de ordem. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Vamos lá, quem pediu a questão de ordem? **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Caverna, primeiro. **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Pode ser, Presidente? Pode ser [*Ininteligível*]? **“Sr. Presidente “Willian**

Souza”: Pode Vice-Presidente? Vereador Gilson Caverna, com a palavra. **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Eu queria fazer uma pergunta para vocês aí, o Mímo, o Antônio e o Fábio: eu estou aqui, na mão aqui com o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, e tenho uma inscrição, e tem uma inscrição aqui que está escrito: matriz; e ela fica na Avenida João Pessoa, 777, eu creio que esse endereço aí é a Prefeitura de Nova Odessa. Essa sede fica dentro da Prefeitura de Nova Odessa? Essa é uma pergunta; a segunda: Da onde sai a renda da Consimares e quanto cada município paga? E mais uma: Tanta informação, por que a pressa da Audiência Pública? E eu tenho aqui, na minha mão aqui, uma relação dos cargos e empregos públicos, está aqui, tem um superintendente e tem dois secretários executivos, quem são eles? **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: A primeira questão, em relação ao endereço: até setembro de 2021, o Consimares estava sediado em uma sala dentro da Prefeitura de Nova Odessa. Desde quando nós criamos o Consimares 2009, nós, a Prefeitura de Nova Odessa, em 2012, nos contemplou com uma sala (tanto é que a sede do consórcio é em Nova Odessa), e agora nós fizemos essa mudança em dois mil e... em setembro de 2021, só que ainda, não está atualizado ainda o cadastro o CNPJ. Então, isso daí é a questão só, a questão mesmo de burocracia para a gente ir lá na Receita Federal e alterar esse cadastro. Qual que era a outra questão? Ah, o Contrato de Rateio? Eu não tenho os valores aqui, mas (eu posso até tentar levantar aqui no computador e já passo para você) é calculado pela população, por exemplo: Sumaré, hoje, ele paga em torno (eu posso conferir) R\$ 17 mil (em torno de R\$ 17 mil) por mês; Nova Odessa, paga em torno de R\$ 4 mil por mês; aí Hortolândia, Santa Bárbara paga em torno de R\$ 13 mil por mês, então, são mais ou menos um parâmetro entre os municípios. Os cargos, nós tínhamos oito cargos em comissões, nós não temos nenhum concursado, nós temos, teríamos oito cargos em comissões. O Tribunal de Contas fez um apontamento de que os cargos de assessor 1 e assessor 2, eles não competia a nomenclatura deles, e sugeriu: ou a gente trocava, fazia uma adequação na descrição dos cargos ou suprimisse. Daí, os Prefeitos falam assim: “Olha, vamos tirar esses cargos (esses cargos de assessor 1 e assessor 2), então, daí de oito cargos nós tínhamos, hoje nós temos três cargos: que é ocupado um por mim, que eu sou Secretário Executivo, e o superintendente, que é o Valdemir Ravagnani. E uma outra questão? Ah, e o outro cargo assumiu agora recentemente, a Mariana Calunga(F), Mariana Calunga(F) (que até então nós não tínhamos o preenchimento desse cargo), a Mariana-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: Questão de ordem. A sede nova que você falou, onde é lá? **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: É Rua Independência, 637, sala 2, em Nova Odessa, porque o Consimares, como ele foi implantado em Nova Odessa (criado), a gente não... e está no Estatuto, a gente tem que ficar na cidade de Nova Odessa. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: É estatutário, então? **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: Estatutário. Então, é rua, é do lado, como referência de em frente ao Campo do Progresso, ao lado do Sindicato dos Servidores Municipais. E qual que era a outra pergunta? **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: A outra, Fábio, porque tanta informação que tem essa Consimares, tudo que vocês estão falando aí, e vocês têm tanta pressa em Audiência Pública? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: A partir do momento que você entra com o pedido de licença na Cetesb, quem marca a Audiência Pública... Olha, a Audiência Pública é do EIA/Rima, não é... quem marca é o Consema (Conselho Estadual de Meio Ambiente), então, a agenda não é nossa, é deles, tá? Eles que escolhem as datas. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Quase um ano atrás já, o processo já entrou há quase um ano atrás, o processo do EIA/Rima, tá, o pedido de estudo, porque o processo começa assim, você fala: “Eu quero fazer um licenciamento de um empreendimento ‘X’”, tá? Você não precisa dizer qual é o empreendimento, nem como que é, aí você, a Cetesb abre uma espécie de uma ficha lá, tá? Aí fala: “Ok, agora você me diz que empreendimento você quer fazer?”. Aí você preenche um formulário, né, esse formulário contém duas páginas só, contém coisas muito básicas assim, né? E aí, a Cetesb dá início a um processo lá dentro, tá, ela dá um número do processo, coisa

desse tipo, né? E aí, ela vai, ela parte para a segunda fase, que é a preparação de um Termo de Referência, aí ela diz: “Ok, para esse tipo de processo, para esse tipo de empreendimento, eu quero que você faça isso, isso, isso, isso, isso”, tá? Então, uma receita gigantesca de bolo, do que é que ela quer que conste dentro do processo, do estudo ambiental, tá? E você tem que seguir aquilo à risca-- [Falas sobrepostas] **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Ô Antônio, e quem... **“Sr. Antônio Bolognesi”**: --porque senão ela já - como fala? - ela reprova de cara, tá? Então, você segue precisamente aquele Termo de Referência, aí você, no final, você entrega isso daí, que foi o que aconteceu ano passado. **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Tá. [Falas sobrepostas] **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Antônio, e quem vai-- [Falas sobrepostas] **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: --e quem vai formalizar esse Termo de Referência? É a LBR? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não, não, isso é tudo, a partir do momento que você entrou com o processo na Cetesb, esquece! Não tem mais... passou a ser pública a coisa. Então, quem comanda-- [Falas sobrepostas] **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Então, mas quem vai [Ininteligível] esse Termo de Referência? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não, o Termo de Referência quem faz é a Cetesb, não é... [Falas sobrepostas] **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Da concessão inteira? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Como? [Manifestação fora do microfone] **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Do licenciamento. Ah, tá bom. Tá. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: É tudo interno da Cetesb, não tem nada, aí a empresa contratada para fazer o estudo (que no caso é a Manancial, né?), ela segue *ipsis litteris* aquilo que está no Termo de Referência, tá? Então, ela vai querer saber: qual é o tamanho, qual é a emissão, se tem problema de... qual é o uso de água, se vai ter interferência, como é que vai ser, tem tudo, até uma lista gigantesca, isso daí está, inclusive, no processo da Cetesb, tá? Isso é tudo público, você encontra lá todos os documentos, tá? **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Tá. Viu, Antônio, mas vamos supor, ela fala: “Tal dia vai ter Audiência, mês, eles dão uns dias de antecedência, né? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim, sim... **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: E por que é que vocês não avisam os municípios, que tal dia vai ter Audiência, para ter propaganda, para ter uns folders para a população, que nem aconteceu agora, que nós ficamos sabendo no dia? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: É, na verdade, foi publicado no Diário Oficial... É que, na verdade, veja só, a gente segue uma cartilha do Consema, tá? Não é uma opção do Consimares isso daí, o Consema marca e ele fala: “Olha, eu marquei para o dia 24 de fevereiro”, tá? E ele publica com, a Lei manda publicar 20 dias úteis antes da Audiência, né? E ele dá 15 dias para, no caso o interessado (no caso o Consimares, né?), ele dá 15 dias úteis (a Lei, né, na verdade, as regras do Consema), 15 dias úteis para publicar nos jornais locais, tá? Então, ou seja, você tem cinco dias ali para você... depois que o Consema decidiu e publicou, você tem cinco dias para publicar nos jornais locais. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: E quem não lê jornal? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, tem o rádio, da outra vez, por exemplo, foi publicado, foi colocado no rádio, foi colocado nos jornais, foi colocado na... - como fala? - faixas pelas cidades, teve carro de som, teve Whatsapp, teve uma série de mecanismos, né, que foram utilizados para comunicar a população a respeito disso, e tudo isso seguindo regras do Consema, tá? [Falas sobrepostas] **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Ah, tá-- [Falas sobrepostas] **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Presidente, questão de ordem. **“Orador não identificado”**: Quem pediu? **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Lucas. Ô Antônio. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Eu até concordo com vocês que foi feita a publicação, mas não foi feito de acordo com o que pedia a Lei, porque, até mesmo o que nós conseguimos através da Câmara, o pedido do cancelamento da Audiência Pública por conta disso. Então, o questionamento é o seguinte: Por que é que não foi feito da maneira que era para ser feito? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Então, de qual falha que houve do processo da...? **“1º Vice-Presidente**

“Lucas Vieira Agostinho”: Não foi feito da forma que foi pedido. Porque se tivesse... *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Porque foi publicado nos jornais, tudo certinho. **“Vereador “Sirineu de Araújo Santos”**: Um aparte, Vereador. Eu mesmo fiquei sabendo dessa publicação no dia que a gente, que o Presidente da Casa, né, fez uma comunicação falando que tinha sido barrada essa Audiência na Justiça. Então, assim, não foi comunicado à Câmara e nem à população de Sumaré por essas redes de comunicação, eu desconheço. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Se ela tivesse seguido todos os ritos, a Justiça não teria cancelado a Audiência. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, na verdade, a Justiça só deu uma-- *[Falas sobrepostas]* **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Suspendido. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, a Justiça não julgou, a Justiça deu uma liminar, porque o juiz, ele pelo princípio da precaução, né - e aqui tem advogados, eu não sou advogado -, mas pelo princípio da precaução ele dá a liminar, tá? Não houve o julgamento do Processo, porque o Processo se estingue por si só, a partir do momento que o Consema reconhece a situação e remarca dentro dos critérios legais, tá? Então, eu não consegui entender de que o juiz deu a liminar porque tinha alguma coisa irregular, mas sim pelo princípio da precaução, e falar: “Ok, vocês estão dizendo, eu aceito e vou em frente”, mas eu não estou aqui para discutir a sentença de juiz e nem nada, tá? Ok, acho que vocês tem todo o direito de se sentir prejudicados, não foram avisados ou não se sentiram comunicados, eu acho que isso é legítimo da parte de vocês, né? É óbvio, que isso aí pode ter sido uma falha de quem é, de toda a parte de comunicação, que deveria talvez ter planejado uma Audiência, como essa daqui, que nós estamos fazendo agora, deveríamos ter feito lá atrás, né, lá em dezembro, provavelmente, ou melhor em novembro, né? De modo que vocês ficassem sabendo e pudessem comunicar os municípios, né, de forma efetiva. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Dentro desse assunto de Audiência Pública, as demais cidades que fazem parte da Consimares tiveram todas as Audiências Públicas, todas estão em Atas as Audiências Públicas que foram feitas? Ou todas foram-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Que se fala... como assim, Audiência? **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Não, porque quando você diz Audiência Pública, eu-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Você fala, por exemplo, hoje não é uma Audiência Pública, né? **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: --Não, não, eu não estou falando de hoje, eu estou falando das demais cidades que fazem parte de consórcio. Porque-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim, sim, **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: --porque é muito ruim quando você fala Audiência Pública, e faz tudo em Nova Odessa. É muito longe de Elias Fausto, Capivari. Porque a população-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, isso é Lei. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: --Não, deixa eu falar. **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: Mas está *on-line*, disponível para todos. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Sim. Mas você concorda que nem todos tem um acesso à internet? **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: Por isso que pode até presencialmente em Nova Odessa. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não. É porque precisa-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Então, quando se trata de Audiência Pública, eu acho que tem que ter transparência com a população; quando se diz “transparência”, você pode fazer dentro da própria cidade, porque assim, só respondendo a minha pergunta: Todas as demais cidades participaram exclusivamente de uma única Audiência Pública destinada às suas cidades? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim, porque foi tudo virtual. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Não, legal, eu gostaria, depois eu vou ver até com o Presidente, uma forma jurídica, de nós pedirmos essas Atas, porque é interessante saber a proporção de cada morador de cada cidade que pode representar a sua cidade, entendendo um pouquinho mais do que é esse projeto, né? Porque isso impacta por 30 anos cada cidade. **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Sr. Antônio, questão de ordem. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: A Audiência Pública, ela não

aconteceu, na verdade, né? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: Não aconteceu, foi cancelada, então. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Então, só teve uma Audiência Pública marcada para todas as cidades, que foi aquela? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Isso, é. Foi aquela lá. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Ah, entendi! **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Questão... questão, Sr. Antônio. **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: Exatamente, só aquela que foi cancelada. **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Sr. Antônio. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim, pois não. **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Então, em Nova Odessa, naquele dia lá era uma Audiência Pública, não era? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não... não. **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Audiência Pública para todos os municípios? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não estava acontecendo em Nova Odessa, estava num... *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Não, não, estava em São Paulo, via Nova Odessa. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: É. **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Aí chegamos lá, não tinha ninguém do povo de Nova Odessa, ninguém estava sabendo de nada! **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Porque lá não era o ponto. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Só estava vocês lá e os funcionários da Consimares, da Prefeitura. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: A Audiência Pública não é para o povo? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não estava acontecendo em Nova Odessa a Audiência Pública. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Não, eu sei, mas estava acontecendo em São Paulo. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: A internet. É. **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: A internet. Mas... tá. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Lá só é um ponto, pela exigência do... pelo - como fala? - Legislação, não é Legislação, na verdade, isso aí é uma regulação, né, do Consema, né? Você, no município do empreendimento, tá, no município do empreendimento, tem que ter um ponto de comunicação, tá? Por que qual é o princípio deles? É que tem munícipe, por exemplo, que não tem acesso à internet, tá, então, ele vai ter que ir até lá, naquele ponto onde vai ter o empreendimento e ele pode conversar, ter o direito de se comunicar, tá? **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Tá. Será que o povo de Nova Odessa foi convidado para ir lá, nesse ponto lá? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim, foi feito publicação, foi feito toda... teve carro de som na rua-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Tá. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: --teve publicação na rádio, isso tem tudo provas, né? Porque, inclusive-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Sim... **“Sr. Antônio Bolognesi”**: --como esse é um processo público, né, o Consema exige que foi... as provas de todas as publicações, porque isso daí é uma, como fala, é uma exigência legal deles, né? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Só para... **“Sr. Antônio Bolognesi”**: E a gente tem que responder por isso. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Vereadores e engenheiro, eu fico meio em dúvida, às vezes, eu acho que o senhor, com todo o respeito, às vezes o senhor, para escapar de alguma resposta, o senhor fala que não é da área; mas aí, quando é para defender as suas ações o senhor-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, eu não falo isso. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Não, porque o senhor falou: “Eu não quero discutir direito”, mas aí na argumentação-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Eu não sou advogado, eu não posso-- **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: --Deixa eu só falar, por gentileza? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Desculpe. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Eu não interrompo o senhor. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Desculpe. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Quando o senhor fala, o senhor fala: “Eu não sou advogado”, mas aí o senhor faz juízo de valores da decisão, dizendo: “Olha, o que a juíza fez foi uma antecipação de tutela, uma liminar”. Não. Então, eu vou pedir para o senhor para, primeiro, essa Casa ganhou a liminar, suspendendo, e a decisão da Magistrada, da Juíza Ana Lia Beal, da 3ª Vara do Município de Sumaré, ela deixa muito clara, muito clara a decisão dela! Então, não é porque, os senhores não cumpriram, vamos deixar claro isso, está

na decisão! Os senhores não cumpriram a transparência, os senhores não divulgaram a Audiência Pública, foi colocado faixa por funcionários (bom, não vou entrar em detalhes), mas a toque de caixa, correndo, foi colocado em rádios, correndo, nós juntamos todas as provas necessárias, a Câmara recebeu na mesma semana a comunicação oficial, foi juntado os e-mails; e a decisão da Magistrada, ela deixa muito claro o seguinte: “Há dúvida, portanto, no tocante à efetiva publicidade da Audiência Pública, o que implica na suspensão dela, na data de hoje”. Olha só, ela deixa claro que faltou a transparência, não dá dúvida aí! Ela não está abrindo margem, houve a discussão, e se você pegar aqui a manifestação do Ministério Público, ele deixa mais evidente ainda! Então, nós temos aqui um ponto, deixando muito claro essa situação, de que não houve transparência. Então, nós não estamos aqui discutindo uma decisão liminar, que é porque pediu uma liminar e foi correndo a situação. Não! Não é essa a questão. O ponto 15 da Petição da Câmara, diz o seguinte: “Especialmente nos casos dos Vereadores, estes devem” não, é, olha: “devem ser convidados para participar da Audiência, na força do Art. 16, do Inciso I, da Deliberação do Consema, Normativa n. 1/2011, que estabelece normas para a solicitação convocação e realização de Audiências Públicas em matéria ambiental no Estado de São Paulo”. Detalhe: nós não somos convidados, não é se a gente, se vocês quiserem, vocês nos convidam, é obrigatório nos convidar! E no Art. 16 da Resolução do Consema, Normativa, ela estipula os prazos que foram colocados, e o detalhe: a Câmara Municipal de Sumaré recebeu o convite da Consimares no dia 6/12/2021, às 19h11, que foi a hora que nós recebemos o e-mail, e a realização da Audiência seria no 13/12, isso é menos de cinco dias de antecedência, o que interfere. Essa foi a base legal que a Câmara usou para solicitar para a juíza a suspensão, uma das causas. O senhor dizer, em Plenário da Câmara, que cumpriu todas as obrigações da transparência e da publicidade, o senhor está querendo tapar o sol com a peneira e enganar um Parlamento inteiro! **“Sr. Antônio Bolognesi”**: De forma alguma! Me desculpe. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza””**: O que me dá crédito para desconfiar de todas as outras demais informações que o senhor está passando. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, de forma alguma, me desculpe. Não... **“Sr. Presidente “Willian Souza””**: Então - eu não lhe dei a palavra, corta o microfone, que eu não lhe dei a palavra -, então, o senhor tem duas opções: o senhor fale a verdade diante de tudo, ou o senhor coloca em descrédito todas as palavras que está jogando ao vento. Eu não estou aqui discutindo e não sou obrigado a acreditar em todas as teorias que o senhor está passando, trata-se de toneladas de lixo que serão colocadas, distribuídas na Cidade de Sumaré; trata-se de caminhões de lixo que atravessarão a nossa Cidade; trata-se de área industrial que divide a nossa Cidade de polo de crescimento econômico da nossa Cidade; trata-se de uma rodovia que margeia a Cidade de Sumaré (que é a segunda maior da Região Metropolitana de Campinas, a mais importante do Consimares); trata-se de uma Câmara que deve dar uma concessão de 30 anos (ou não) para uma entidade tocar o resíduo sólido (que eu não sei se é ou lixo). Eu não posso aceitar que um engenheiro, que eu não conheço e que não tem nenhum tipo de proximidade com a população da minha Cidade, diga que a Câmara, que a juíza simplesmente deu a Normativa, porque ela usou um método jurídico para antecipar o pedido de tutela; foi falta de transparência, foi nas escuras, foi escondido da Câmara e não foi querendo que a Câmara participasse, ponto! Isso está decidido. Se a Consimares não concordasse com essa decisão, teria recorrido e não dado o tempo que tinha o prazo para poder fazer a defesa, e dado como perca de objeto. Vocês perderam o prazo de se justificar, não tinha como justificar o injustificável, nós queremos saber aqui muitas informações. Para o senhor, na sua própria fala (elitista completamente) menosprezou a atitude dos catadores, dizendo que os formadores de opiniões que tem que ser colocado; para mim a D. Maria que pega a garrafa para colocar o pão de casa, ela muito mais formadora de opinião do que o senhor, por exemplo. Então, eu quero dizer ao senhor que nós temos que aqui fazer um esclarecimento(*) e não vai adiantar um pingue-pongue para

tapar o sol com a peneira, o projeto de Paris é importante, os projetos aqui colocados pelo senhor é importante, nós temos conhecimento, eu estou gostando de ouvi-lo e de apontar uma lista de contradições, agora não dá para menosprezar aqui que a Câmara ganhou a decisão; e se não fizer direito, nós vamos ganhar novamente. O senhor já fez um outro erro jurídico rasgando os princípios que norteiam a Administração Pública, dizendo que a LBR (a empresa que o senhor trabalha, é terceirizado para ela, mas trabalha para ela, ela te contratou para fazer esse projeto), que ela poderia participar da licitação do que ela fez - o senhor falou isso, está em Ata, eu já conferi -, e não pode, isso é completamente ilegal com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, a população que nos assiste (diversas pessoas), a imprensa, eu estou preocupado, por quê? O Estado não está liberando para Sumaré uma escola, os viadutos, não está liberando para Sumaré um hospital, não está liberando para Sumaré nada disso, está liberando um lixão! Ah, Willian, não fale que é um lixão. Até que eu entenda que não é um lixão, eu vou falar o que é um lixão! Eu quero entender melhor isso. Agora, eu não vou aceitar mais os Vereadores perguntar, e o senhor não quiser abordar alguns assuntos, e o senhor dizer daqui há pouquinho assim: “Olha, não, o que a juíza fez não foi isso”. Foi sim, e tem uma decisão. Então, o senhor engula essa decisão, por gentileza, mastigue bem ela e entenda que faltou transparência! Se o senhor não quiser mais perder decisões judiciais, faça transparência, divulgue com prazo, convide a Câmara, porque nós não vamos aceitar que se pontue dessa maneira! Isso aqui é um Parlamento, nós fomos eleitos pela população, eu não trabalho para a LBR, eu não trabalho para setor econômico do lixo, não respondo nenhum processo de improbidade administrativa (como a empresa que contratou o senhor responde), então, eu não vou aceitar que o Parlamento seja colocado isso. Quero entender, de perto, isso. Ainda falta muita gente ser ouvida, esse é o pontapé inicial. Vou dizer uma coisa para o senhor, para o senhor entender como o seu trabalho corre um risco: hoje, se fosse hoje, eu ia fazer uma campanha total para a Câmara de Sumaré rejeitar esse consórcio; se fosse hoje em votação, eu não aceitaria de maneira alguma que isso fosse aprovado, de maneira alguma! Então, se a gente não aceitar, conforme a reportagem aqui também colocada, que aqui está do Jornal Todo Dia, que a gente pode aqui colocar do dia 8 de dezembro de 2021, dizendo que: “Para viabilizar a construção do convênio, deve ser aprovado pelas Câmaras Municipais, antes da abertura do Edital”, ou seja, se a gente não aprovar, não vai ter a abertura do Edital. Então, é melhor explicar direito, é melhor fazer as explicações, porque nós estamos aqui para representar a população, eu quero ouvir ainda a Associação Comercial e Industrial da Cidade de Sumaré (a Acias), para a gente entender; quero ouvir a Secretaria de Planejamento do Município de Sumaré; quero ouvir a Companhia Paulista de Força e Luz; quero ouvir o Comdema; quero ouvir a BRK, é muita gente para ser ouvida. Então, é importante saber que se não tiver transparência se tentar dilubriar(*sic*) a Legislação ou vender uma história que não está colando até agora, nós não vamos aceitar o tal do lixão. A sereia é bonita, usa uma bela maquiagem, faz uma cantoria linda, mas quando o homem chega perto dela, ele leva para o fundo do mar cheio de poluentes e com muita destruição; eu não caio no canto da sereia, o canto da sereia não “cola” para mim. Então, eu peço que o senhor use todo o seu currículo, todo o seu MBA e toda a sua experiência que adotou e que colocou aqui para explicar, pontualmente, aquilo que de direito, não menospreze a decisão judicial que essa Casa ganhou! Falta de transparência a gente ganha na Justiça, e a gente já provou isso para vocês! Então, eu peço ao senhor, mais uma vez, que interprete direito juridicamente: a decisão da magistrada é pontual, ao dizer que vocês não obedeceram os princípios da transparência; não existe decisão *mea culpa*, não existe uma decisão que vocês não tenham ganhado por tempo não apresentar defesa não existe uma decisão que ela colocou porque estava precavendo e tinha que dar uma medida judicial. Não. Ela é muito enfática ao dizer que faltou transparência e que não tinha como ser realizada a Audiência Pública. Sobretudo, abriu prazo para

recurso e não houve os recursos necessários: quem cala, consente. Então, eu peço esse respeito pela população. E quem nos assiste, eu estou engolindo essa história de lixão há muito tempo, porque para mim, até que prove o contrário, é um lixão. Eu não vou aceitar que a Cidade de Sumaré, no cartão de entrada da Cidade, à margem da Anhanguera, tenha um lixão; nós queremos conhecer esse projeto. Não é porque o senhor acredita no projeto que o senhor escreveu, que eu tenho que acreditar; depois a mesma história que o senhor está contando, foi a história que construíram da BRK, foi a história que fizeram da concessão da água e esgoto, dizendo que até 2022, nós teríamos o esgoto da Cidade tratado 100%, e até agora nenhuma obra andou. Então, a responsabilidade que eu carrego nas mãos e o sangue da nossa gente, do povo trabalhador de Sumaré, que já passa por maus bocados com concessões, está em jogo aqui. Se vocês têm interesse de aprovar isso, respeite o Parlamento dessa Casa, responda as perguntas, abaixe o tom com o Legislativo, porque senão a gente sabe subir o tom, e os remédios que a gente usa são, muitas vezes, amargos, amargos e doem muito, porque são remédios constitucionais, garantidos por Lei. Eu não tenho medo de defender o meu povo, o versículo que o senhor usou, Fábio, para poder contextualizar e tentar construir uma boa vizinhança (que até achei muito antiético da sua parte a citação dos Vereadores), tem que ser instruída dentro dos corredores da Consimares, para que vocês entendam o Poder Legislativo. É a primeira vez que vocês sentam aí e trazem um engenheiro para menosprezar a decisão dessa Casa?! Mais respeito com o Legislativo! Então, eu vou devolver a palavra ao senhor e peço ao senhor que responda apenas as perguntas e não entre em méritos absurdos, e contraditórios, como o senhor tem feito ao longo dessa fala! **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Alô. Ok, vamos lá nas perguntas, vamos lá. Realmente aqui... *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Sim, é só isso que o senhor pode mesmo. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Aqui é um momento de transparência. Ok, eu acho que todos nós aqui temos o direito de não concordar com o próximo, né? Eu reservo o meu direito de não concordar com o que o senhor falou, mas ok, eu estou aqui para... **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: O direito do senhor de não concordar comigo, o senhor tem que nomear um advogado, entrar com um processo e me contestar. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não, imagina! Nós não estamos aqui para brigar, nós estamos aqui para somar. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Então, então, se o senhor não consegue fazer isso, não tem direito mesmo; o direito do senhor é contestar, o senhor não conseguiu, então, só responda as minhas perguntas. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, mas nós vamos fazer isso sim. Nós estamos aqui para-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Por hora, por hora nós estamos aqui num tom com vocês de uma, estamos com tom amigável. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: --nós estamos numa boa! Desculpa, nós não estamos, nós não colocamos aqui em nenhum momento, nenhuma situação de confronto, muito pelo contrário! **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Ok, é que o senhor fala manso, mas as falas mansas do senhor são um pouco tendenciosas, isso não me engana. Bom, vamos lá para as perguntas. Quem mais tem pergunta, por gentileza? *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: Questão de ordem, questão de ordem, Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem, qual Vereador, por gentileza? *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: Eu: Alan. **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Questão de ordem, Sr. Presidente **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Vereador Alan, pois não. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: A minha pergunta é para o Mimo Ravagnani. Mimo, a Consimares, ela foi fundada (pelo menos aqui no cadastro dela) em 2007, certo? Vocês falaram que ela foi fundada em 2012? Eu não entendi isso. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Bom, as tratativas para iniciar o consórcio começou na Região Metropolitana de Campinas, com os ex-Prefeitos: Bacchin, o Manoel Samartin, Ângelo Perugini, Rodrigo Maia (que é de Monte Mor), o Erick (que era de Americana) - E quem mais? Não, Capivari é de outro - e de Santa Bárbara, o Mário Reis. Só que o que aconteceu? Em 2007, as primeiras tratativas, daí criou-se

um CNPJ, tudo, só que os Prefeitos, iam, a maioria deles iam para a reeleição no ano seguinte, daí o que é que... vamos fazer assim: “Olha, antes de construir um consórcio, vamos ver o resultado da eleição, tudo, e daí a gente toca se vai construir, porque não adianta a gente começar um processo, se a gente perde a eleição, aí vem outro Prefeito com outra mentalidade não vai tocar aquilo na frente, não vai tocar isso adiante”. Então, essas conversas foram... porque os problemas, os municípios como são conurbados, os problemas são os mesmos. Então, teve a eleição, no caso o Bacchin foi reeleito, Manoel Samartin foi reeleito, Rodrigo Maia foi reeleito e o Mário Reis perdeu a eleição, foi um... (não, ele que venceu acho que era, ele venceu a eleição, ele que venceu a eleição), o Largueza perdeu, e o Ângelo Perugini foi reeleito, e o único Prefeito novo foi o Diego Denadai; tanto é que depois, logo após a eleição, em 2008, eles se reuniram, e por isso que a data do consórcio que a gente considera (embora tem o CNPJ em 2017), a fundação dele é dia 22 de janeiro de 2009, nós consideramos essa data que foi a primeira diretoria (primeira diretoria). E aí, por isso que a gente considera, por isso que a gente fala que nós completamos agora 13 anos. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: Entendi. Deixa eu só, eu vou concluir as minhas perguntas, porque tem mais Vereadores querendo fazer também. Qual é o trabalho hoje da Consimares (a minha pergunta)? E qual é o investimento inicial desse projeto, que a gente está aqui falando? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: *[Ininteligível]* o trabalho do consórcio, você viu que nós somos em duas pessoas, a gente trabalha com o estudos de todos os municípios, e auxiliando o município na questão de gestão de resíduos sólidos, basicamente, é isso. Porque nós somos em dois, tanto é que nós pedimos uma terceira pessoa, porque realmente a demanda tinha aparecido, principalmente, o que tem ocorrido, vocês têm acompanhado, afinal de contas tem apontado muitas coisas na questão de tratamento de resíduos, é uma coisa que é uma tendência... e antigamente, você fazia uma licitação para coleta, destinação, agora tem que ser separado: a coleta, destinação, coleta seletiva, tratamento orgânico, tudo isso está mudando; então, a gente tem estudado muito isso e tem tentado auxiliar os municípios nessas questões. Então, basicamente, ela trabalha com estudo para os municípios. Não exercemos nenhum, hoje, nenhum contrato de programa, que seria, por exemplo: eu vou fazer coletados dos municípios. Não. Vamos receber dos municípios, até hoje não fazemos nenhum tipo de... **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: E o investimento desse projeto qual é? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: O investimento disso aí, está previsto na faixa de 500 milhões, que isso aí pode ser variado, mas a questão de dólar, tudo essas coisas. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: Obrigado. **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Vereador Ulisses. **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Não, é que na sua fala, você foi muito bem na sua fala, mas eu ainda queria acrescentar mais alguma coisinha. Se nós não ganha, a Câmara não entra na Justiça e nós não ganha aquela liminar, hoje não estava discutindo isso aqui; aquela Audiência Pública ia acontecer, e o projeto ia vir para nós votar e a população não ia ficar sabendo de nada! Então, por isto aquela decisão da juíza foi em prol da nossa Cidade, em prol dessa Casa, para poder debater o Projeto! Nós estamos aqui para debater o Projeto, para conhecer o Projeto, para saber como é que nós vamos defender a nossa população! Se aquilo não acontece, porque foi feito correndo? Eu vi, o Vereador fez a pergunta: Mas por que fizeram correndo? Por que tinha o interesse de fazer correndo? Porque tinha... se acontece a Audiência Pública, nós não ia ser chamado para nada! Nós não ia ser ouvido, o Projeto ia chegar aqui para a gente votar. O que é que orienta uma concessão? São as Audiências Públicas. Então, quando o Presidente fala que cometeram o erro, não foi transparente, porque foi exatamente aí que a juíza pegou para poder dar liminar, porque não foi transparente, porque queria empurrar o projeto goela abaixo aqui na Câmara de Vereador de Sumaré, porque no Correio Popular já tinha publicado que as Prefeituras, que os sete municípios já tinham concordado com o projeto, e não tinha sido aprovado

ainda. **“Vereador “Sirineu de Araújo Santos”**: Um aparte da sua fala, Vereador. **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: É nesse sentido que eu queria dizer que aquela Audiência Pública, nós hoje não estava aqui debatendo, se ela tivesse acontecido. **“Vereador “Sirineu de Araújo Santos”**: A empresa-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Fala, Nobre Vereador. **“Vereador “Sirineu de Araújo Santos”**: --tem que entender que aqui nós estamos em 21 Vereadores, estamos atentos do que está acontecendo dentro do nosso Município, né? Hoje, cada gabinete nós temos um técnico, que são advogados, que conhece as Leis; e também nós temos um corpo técnico bem preparado aqui dentro dessa Câmara, nada se passa nas costas dos Vereadores aqui da Cidade de Sumaré! Deixando bem claro, não só com a Consimares, mas para as demais empresas que tentar entrar dentro da Cidade de Sumaré, sendo “Judas”, pelas costas dos Vereadores (aqueles que foram eleitos pelo voto popular da Cidade de Sumaré), nós não vamos aceitar! **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Presidente, o senhor me permite, eu queria fazer um aparte à fala do senhor? **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Sim, se o senhor quiser, sim, aí eu gostaria de fazer as perguntas aqui, porque aí depois eu acho que nós podemos, até os Vereadores, depois das perguntas, a gente pode fazer as falas políticas, né? Pode ser? **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Pode ser. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Fica à vontade, Rodrigo Digão. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Aproveitar esse momento-- **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Presidente. Eu pedi a palavra, várias vezes, eu vou se permitir depois o Digão que, eu posso fazer? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Vereador Silvio, me perdoa, eu não vi, a imagem do senhor não apareceu e eu não vi o senhor pedindo. Me perdoa, eu vou passar para o Vereador Rodrigo Digão, e depois eu já passo, em seguida, para o senhor. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Questão de ordem de transparência, o Presidente falou aí que a gente precisa realmente de ter um pouco mais de transparência. Eu posso estar errado, né, eu e o Vereador Alan também (ao meu lado aqui) estava junto comigo, quando a gente tentou olhar o balanço de contas no site de vocês, e o último balanço está referente ao ano de 2018, está aqui. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Da Consimares. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Da Consimares, tá, estamos tratando com a Consimares. E foi feito essa Audiência Pública (que a gente sabe que foi no mês de dezembro) e a última Ata publicada também foi no dia 24/11, não foi aberto nenhum tipo de Ata mesmo para falar que foi suspenso a Audiência Pública, eu acho que está faltando um pouco de transparência, porque se a gente viu, pode ser que algum morador, algum munícipe que tenha interesse também, tenha procurado informações nesse sentido. E o Presidente falou de chamar algumas pessoas, algumas empresas, alguns prestadores de serviço, para falar sobre esse assunto, já deixou claro que vai convocar a CPFL, DAE, BRK - me perdoa. E tem uma Associação que saiu no jornal aqui, no dia 25 de janeiro, na Tribuna Liberal, que diz que nós temos engenheiros, que estão à frente desse projeto. Queria, Presidente, deixar aqui registrado que seriam importantes esses engenheiros que estão à frente do projeto aqui também (no jornal está descrito da nossa Cidade), eles podem dar informações, de repente, até mais claras, se eles saíram até em nota de jornal, eles devem ter conhecimento amplo sobre o assunto, que a gente ainda não recebeu. Era só isso, Presidente. Muito obrigado, até o momento. **“Vereador “Valdinei Pereira da Silva”**: Presidente-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Presidente, depois tem a minha inscrição também. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Com a palavra do Vereador Silvio Coltro, depois eu passo para o Vereador Ney do Gás. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Obrigado, Sr. Presidente. Peço autorização para estar falando daqui mesmo. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Concedido, Excelência. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Desculpa que hoje eu estou meio rouco também. Boa noite, Mimo! Boa noite, Sr. Antônio, Fábio. Eu gostaria de fazer uma pergunta: Vocês falaram bastante na questão da tecnologia que vai ser implantada: Qual

é a tecnologia que vai ser utilizada? Porque eu não ouvi falar: é tal tecnologia que vai ser utilizada.

“Sr. Antônio Bolognesi”: Tecnologia, o nome, eu vou falar o nome em inglês, né, chama *Mass Burning*, né? Essa tecnologia, ela pressupõe que você não mexe no resíduo, tá? Você... do jeito que ele é coletado, ele é encaminhado para essa câmara de tratamento de alta temperatura, né, do mesmo jeito que ele coletou, ele vai para lá, tá? Por isso que chama *Mass*, né, em inglês é massa, né? *Burning* é queima. Então, ele é-- [*Falas sobrepostas*]

“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”: É semelhante...

“Sr. Antônio Bolognesi”: --Esse é o nome da tecnologia: “queima em massa”, tá?

“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”: Seria semelhante à pirólise? Seria isso?

“Sr. Antônio Bolognesi”: Não, nada a ver com pirólise.

“Vereador “Sirineu de Araújo Santos”: Não?

“Sr. Antônio Bolognesi”: Pirólise, ela não funciona para lixo urbano, tá? A pirólise, ela é uma tecnologia dedicada a resíduos homogêneos, tanto a pirólise quanto a gaseificação--

“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”: Tá.

“Sr. Antônio Bolognesi”: --são dedicadas para resíduos homogêneos, né? O lixo é um resíduo extremamente heterogêneo, então, ele... para esse tipo de... como fala, de resíduo, né, tão heterogêneo como o lixo, só esse tipo de tecnologia que funciona, não é a toa que, no mundo, 93% usa essa tecnologia, tá? As outras tecnologias, elas pressupõem, elas pressupõem um pré-tratamento do lixo, então, você tem que pegar o lixo, picar ele para jogar dentro da fornalha.

“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”: Tá.

“Sr. Antônio Bolognesi”: Tá? Essa queima em massa, não, você não põe a mão nela, então, isso torna o processo mais barato-- [*Falas sobrepostas*]

“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”: No sistema que você passou no vídeo, que eu vi lá-- [*Falas sobrepostas*]

“Sr. Antônio Bolognesi”: Isso, exatamente! Isso!

“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”: --o caminhão chega, vai lá, cai na baixa temperatura, tudo automatizado.

“Sr. Antônio Bolognesi”: Isso, tudo automatizado.

“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”: Não tem nenhum processo manual-- [*Falas sobrepostas*]

“Sr. Antônio Bolognesi”: Nada.

“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”: --presente no exercício do... lixo.

“Sr. Antônio Bolognesi”: Não, ele fica tudo... o lixo chega, ele fica em uma câmara de pressão negativa, para não sair cheiro para fora.

“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”: Certo.

“Sr. Antônio Bolognesi”: Né? E lá dentro não fica ninguém, nenhum ser humano fica dentro daquela área onde está o lixo, né?

“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”: É o *Mass Burning*, né, o senhor falou?

“Sr. Antônio Bolognesi”: *Mass Burning*, chama. É.

“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”: E qual país hoje tem aplicado isso daí, que o senhor mencionou?

“Sr. Antônio Bolognesi”: Olha...

“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”: Alguma cidade assim que nós poderíamos pegar na internet consultar?

“Sr. Antônio Bolognesi”: Tá. Ok, pode procurar, o senhor procura como *Mass Burning*, a tecnologia que o senhor vai achar “recuperação de energia *Mass Burning*”, tá? Em inglês se o senhor quiser procurar é: “*Waste-to-energy*” tá, (WTE); se você só puser “WTE”, o senhor já vai conseguir achar bastante referência. Muito bem...

“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”: Tem alguma cidade, assim, que...

“Sr. Antônio Bolognesi”: O senhor pode, por exemplo, é que aqui não dá tempo de a gente discutir, porque--

“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”: Não, só para a gente...

“Sr. Antônio Bolognesi”: Não, o senhor pode procurar, por exemplo, Amsterdam, põe lá: “WTE Amsterdam”, o senhor vai encontrar lá exatamente um projeto igual esse daqui, tá? Amsterdam. Se o senhor quiser também, em Paris tem... é mais fácil perguntar aonde não tem.

“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”: Certo.

“Sr. Antônio Bolognesi”: Tá? Na Europa.

“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”: Não, só para a gente...

“Sr. Antônio Bolognesi”: Eu diria para o senhor que, na Europa, são... eu diria que pouquíssimos lugares não têm.

“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”: Certo. Só a Câmara de Sumaré que não havia sido consultada? Ficou nós preteridos aí na...?

“Sr. Antônio Bolognesi”: Não, não, não, desculpa! Eu sou obrigado a concordar com o Presidente, e nós falhamos na comunicação, tá, nós fomos, deixamos a legalidade tomar conta das nossas ações e nós

falhamos na comunicação, sim, tá? E isso eu sou obrigado a concordar, que houve realmente uma falha, porque isso que nós estamos fazendo aqui hoje, a gente já deveria ter feito isso aqui ano passado, tá? **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Correto. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Isso é uma falha nossa, sim, realmente é uma falha nossa de comunicação com vocês, porque é uma - como fala? -, quem quer aprovar um projeto dessa envergadura e dessa magnitude, né, precisa realmente explicar para as pessoas como é que funciona, como é que é, e tudo mais. Eu concordo que a gente realmente falhou nisso daí, tá? Nós fomos seguindo preceitos legais e, tudo mais, e isso está errado, né? As pessoas não são máquinas, elas não são códigos legais, na verdade, foi uma falha nossa, sim, de não ter feito esse tipo de comunicação; eu não, eu não digo nem com a Audiência Pública, não, a gente deveria ter começado isso lá em janeiro do ano passado, tá, mostrando para a sociedade tudo isso daí através de um projeto de comunicação mais efetivo, né? O Mimo vem falando isso há bastante tempo já – né, Mimo? – e, realmente, houve uma falha, sim, de comunicação, e eu concordo que esse é um ponto que eu venho batendo bastante forte e eu acho que a gente realmente falhou nesse ponto aí; tem que, esse tipo de atividade que nós estamos tendo aqui hoje não é um direito de vocês só, é um dever de quem quer fazer um projeto desse, tá? **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Certo. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: O direito de vocês é líquido e certo, vocês sabem disso muito melhor do que eu. Aliás, todos os discursos que vocês fizeram aqui hoje, justamente no sentido de mostrar que vocês têm esse direito, tá? Agora, nós pecamos no dever de não mostrar para vocês, com mais antecedência e com mais transparência, tá? **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Certo. Só uma outra pergunta, como os senhores devem ter percebido, existe uma preocupação muito grande com relação à rota, você imagina caminhão de Capivari, Elias Fausto, Monte Mor, e própria Hortolândia que iriam utilizar, cortar o Município de Sumaré. Existe uma preocupação, um estudo que isso poderia ser feito uma rota, através da Rodovia dos Bandeirantes, entrando na SP-104, se não me engano, que liga que liga Piracicaba a Americana... **“Sr. Fábio Chagas Orsi”**: Luiz de Queiroz. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Luiz de Queiroz, para vir até aqui no aterro, sem cortar o Município de Sumaré? Porque hoje o pessoal já sofre, principalmente na região do Dall'orto, que a principal rota hoje do lixo - é a principal não, é a rota, né? -, é a rota do lixo em Sumaré, e há de concordar com quem mora lá, é impossível, é o dia inteiro cheiro de chorume no asfalto lá! Pega dias de chuva, que chove nos caminhões e vaza, você não aguenta, e aquilo a enxurrada acaba levando, e não fica só no trajeto, aí começa todas as ruas a estar com esse cheiro. Houve esse estudo ou não houvesse estudo? Existe essa possibilidade, não tem essa possibilidade? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Esse estudo foi feito, nesse EIA/Rima tem os estudos das rotas, tem os estudos dos impactos dessas rotas, está tudo lá, tá, no EIA/Rima. Isso foi feito, tá, e se for o caso, se vocês quiserem ter mais detalhes, nós podemos trazer o técnico que fez isso aqui, tá? Não tem nenhum problema isso, é um assunto totalmente-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Eu acho que esse é um assunto que me preocupa muito aqui, eu acho que cabe uma discussão somente desse assunto. Eu acho interessante. *[Falas sobrepostas]* **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Porque a quantidade de caminhões que nós teríamos transitando dentro do Município de Sumaré seria gigante, principalmente de Hortolândia (que é mais ou menos o mesmo porte de Sumaré, pouca diferença), aí você soma com Monte Mor, você soma com Capivari, soma com Elias Fausto, ainda que sejam quantidades menores, mas é aquela história, né, “água mole em pedra dura...” **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Está certo. Seria a base de 100 caminhões/dia, acredito eu, tá? Por um número bem rápido, seriam 100 caminhões/dia, mas eu acho que é uma coisa que tem que se estudar, até na parte... eu não entendo a parte Legislativa, que os Vereadores poderiam criar uma legislação específica proibindo certas rotas, né? *[Ininteligível]*-- *[Falas sobrepostas]* **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Eu acho... Mimo, assim, eu acho

desnecessário a gente criar uma Lei para proibir trânsito de caminhão dentro do Município de Sumaré. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Direito de ida e vinda garantido para todo mundo, também não pode proibir. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: E assim-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: --*[Ininteligível]*, criou, passou o projeto acabou. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: --Não, e outra: ele acaba sendo... ele acaba sendo até inconstitucional: tirar o direito de ir e vir de um caminhão é impossível! O que nós precisaríamos estar, dentro desse contexto, ter traçado já a rota dos caminhões. Eu acho que isso aí poderia fazer parte, até mesmo do Termo de Referência constando o que Capivari iria fazer, o que Monte Mor iria fazer, para que Sumaré não ficasse penalizado. Não adianta nada nós aqui conseguimos Emenda para reformar as nossas ruas, semanas depois caminhão vem aqui destruir tudo. **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Vai chamar nós tudo de incompetentes por concordar com uma situação dessa, porque agora que é hora de debater e não debate, aí depois proíbe. Não existe isso aí! **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Questão de ordem. Silvio, só para acrescentar na sua fala aí, no mandato passado a gente fez essa Lei, eles derrubaram a Lei nossa. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Sim. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Cabe ao Prefeito determinar o passeio dos carros ou não, aí vem aquela Lei de ir e vir que você falou, aí é por isso que em São Paulo lá tem o rodízio, teria que fazer o rodízio. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Sim. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Então, é complicado esse negócio de Termo de Referência que você falou-- *[Falas sobrepostas]* **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Eu acho que tinha que estar determinado dentro do estudo, do próprio, fazer parte do EIA/Rima aí, e estar constando a rota desses caminhões; não é só Sumaré, para que Hortolândia não fosse penalizado, para que Monte Mor não fosse penalizada, não adianta a gente pensar em nós, temos que pensar no contexto todo. Eu acho que vale a pena isso daí. Não vamos aqui defender Sumaré, vamos defender todos! Muito embora, hoje, nós estamos discutindo a nossa posição enquanto Cidade de Sumaré, mas a proposta, acho que ela vale para todos os outros municípios também, porque o problema que tem aqui vai ter lá. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Uma coisa importante é que o estudo de impacto ambiental, ele levou em conta essas rotas todas, tá, mas uma coisa que se observou é que o empreendimento, que é o objeto do licenciamento, ele não alterou muito essas rotas; e eu compreendo perfeitamente a angústia de vocês, porque esse empreendimento não vai trazer uma mudança significativa nessas rotas, ou seja, os caminhões vão continuar passando por dentro de Sumaré e tudo mais, tá? **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Está certo. O senhor mesmo já reconhece... *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Eu percebi isso daí. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: O senhor mesmo já reconhece que isso não é nenhuma possibilidade, isso vai acontecer. Então, antes que aconteça, antes que isso se torne realidade, nós temos a oportunidade de mexer isso aí dentro do Termo de Referência, é melhor gastar 3, 4, 5, 6, 10 litros de óleo diesel a mais, e poupar os municípios, do que a gente continuar insistindo nisso aí. Isso é um ponto que eu defendo por Sumaré e para os outros municípios também, nós temos, hoje, grandes rodovias aqui no entorno que tem como a gente fazer o deslocamento desses caminhões sem afetar as cidades. **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Só um aparte, Vereador. Um aparte. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Pois não, Vereador Ulisses. **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: O que acontece é que Monte Mor, Capivari vai cair tudo aqui dentro do Sumaré! **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: É o que eu estou falando, Vereador, eu estou falando, a rota-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Vai cair isso aqui, eles não estão preocupados, porque eles estão saindo da cidade deles e vindo para dentro da nossa Cidade. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: É a rota, é a rota. **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Então é essa a preocupação que nós temos aqui. *[Falas sobrepostas]* **“2º Vice-Presidente “Silvio**

Cesar Coltro”: O engenheiro Antônio está-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Eu não sei se eles estão preocupados lá com isso, mas nós estamos, porque eles vão vir todo mundo passar aqui dentro! Vai deixar todo o ônus aqui para nós, então, é essa preocupação que nós tem que ter, porque nós já somos penalizados com isso já, você entendeu? **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Eu acho que assim, nós temos a oportunidade de tentar melhorar isso aí, né, dentro do Termo de Referência, fazer o estudo. Eu acho que aqui, dentro dos questionamentos, a Câmara de Sumaré tem uma posição firme (conforme o Presidente acabou de mencionar anteriormente, os demais Vereadores também), só que nós também somos, vamos dizer, nós prezamos pela boa cordialidade, a gente, acho que nós temos que chegar no bom senso, desde que não seja prejudicado, esse é o ponto. Uma pergunta é a questão da LBR (como vocês mencionaram), é ela que está elaborando o estudo, é ela que está fazendo todo projeto de implantação, como é o funcionamento, tal. Não seria importante a LBR também estar presente aqui? Muito embora o Sr. Antônio Bolognesi é engenheiro que presta serviço para a LBR, mas eu acho que tem outras questões que eu acho que se a LBR estivesse presente, ela também poderia estar respondendo determinadas questões. Não sei se vocês concordam com isso. Mas, de todo, Sr. Presidente, eu acho que poderia convocar os representantes da LBR também, para estar presente aqui na Câmara. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Eu posso transmitir isso para eles, sem nenhum problema, e dizer... é que, na verdade, o que acontece que o coordenador desse projeto lá na LBR, ele está com problema de saúde, e ele acabou não podendo participar; mas, com certeza, ele pode vir aqui sim, não há nenhuma objeção por parte deles. Inclusive, o Mimo tem constatado isso aí, todos, inclusive, os outros Vereadores que já viram, participaram de outros eventos, sempre tem alguém da LBR presente, tá? Eu estou aqui para defendê-los, mas-- *[Falas sobrepostas]* **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Não, não, não é nem questão de defender, Sr. Antônio, eu acho que, conforme o Presidente falou, nós gostaríamos que fosse o quanto mais claro e transparente possível. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Eu acho que é um direito de vocês, eu concordo. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Não, não, não é nem questão de direito, eu acho que é uma questão de que isso seria importante para todos. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim, sim, concordo plenamente. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: E eu acho que nesse momento nós podemos estar corrigindo, buscando mais informações, mais conteúdo para que todos ficassem sabendo como isso vai funcionar. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Claro, claro! **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Existe o problema da solução do lixo? Ótimo, ok. Mas também existe uma outra ponta: que é os catadores, é aqueles que sobrevivem disso. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim, sim. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Então, é um conjunto que não parece, mas são pessoas e muitas pessoas, né? Eu entendi, dentro da colocação, que vai ter um estudo, cada cidade vai ter a sua base, o seu trabalho, isso aí eu entendi, achei bacana. Agora, a teoria, ela é uma coisa, na prática é outra situação. Então essas questões que a gente tem que estar atento, porque como o Vereador Ulisses falou: aprovou, não adianta chorar. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, deixa eu só colocar uma coisa, Vereador Silvio, né, desculpe? **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Isso, isso. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Vereador, é o seguinte, essa questão dos catadores aí, vai ser feito uma, colocado no Edital, né, para que o - como fala? - o empreendedor faça isso, se ele não fizer, ele não está cumprindo o Contrato de Concessão, ele vai ter obrigação de fazer. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: É, deixa eu só completar um detalhe para o senhor: existem algumas circunstâncias que nós não podemos fechar os olhos, ainda mais nós, Vereadores, que nós estamos aqui para defender o povo de Sumaré, né, o senhor imagina que um catador de lixo vai ler edital em jornal? Vai ter acesso a internet? Eu acho que aí nós precisaríamos incluir a Secretaria de Inclusão Social do Município, né, estar fazendo um trabalho, essas empresas também estarem fazendo um trabalho junto a esses ferros-velhos, em cadastrais pessoal, esse é um

pessoal que não tem o acesso que nós temos. Nós temos que entender que hoje nós somos privilegiados, e esses catadores de papelão, eles ganham o dia ou talvez nem o dia, talvez meio dia.

“Vereador “Sirineu de Araújo Santos”: Um aparte da fala do Vereador. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”:** Só depois você continua, Sirineu, desculpa. Então, o que é que acontece? Nós temos que entender as limitações de cada um dentro desse processo. Eu não posso entender, e não acredito e não vou concordar - o senhor me desculpa minha franqueza -, mas um simples catador de papelão, catador de garrafa ou seja lá o que for, ele jamais vai ter acesso a um Edital, nós temos é que protegê-los, eles são, hoje, eles estão à margem da sociedade, nós temos que proteger, e é dever nosso, dever do Poder Público dar amparo para essas pessoas, então, nós não podemos, nós temos que criar alguns meios de facilitação de que nós possamos ingressar esse pessoal dentro do contexto, né? **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Perfeitamente. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”:** Pode falar, Sirineu. **“Vereador “Sirineu de Araújo Santos”:** Dentro da conversa do Vereador, eu quero saber do Sr. Antônio se tem um estudo técnico dentro desse projeto para ecoponto nessas cidades. Porque aqui em Sumaré a gente sabe, né, a dificuldade que a população tem sobre esses pontos, e a gente já vem batendo já há um bom tempo, conversando sobre isso, e aí eu quero saber se vocês têm esse projeto, esses ecopontos. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”:** Sirineu, o consórcio tem um projeto – Sirineu e... a questão dos catadores e dos ecopontos, é uma coisa que acaba se interligando. O consórcio tem os estudos, lá do passado, que mostra como deve ser feita essa questão de gestão dos catadores, tem cidades do consórcio que avançam mais, tem cidades que avançam menos. E eu falo para vocês: eu fico contente de ouvir essa fala aqui no Município de Sumaré, porque Sumaré, hoje, talvez seja a única Cidade da Região Metropolitana que não tem uma coleta seletiva implantada. Então, tudo isso se começa numa organização e um assunto. No plano nosso, se vocês pegar o plano do Consimares (que foi feito lá atrás), ele começa a seguir as metas do Plano Nacional de Resíduos, que é obrigação dos municípios a implementar coleta seletiva. Tanto é, que o Tribunal de Contas fez voltar o Edital de Sumaré, da coleta destinação, tudo, mandou separar tudo, e obrigou Sumaré colocar coleta seletiva dentro do Edital; não só a coleta seletiva em si, do recicláveis, como a coleta seletiva dos orgânicos também, tá? Então, eu acho que tudo isso é um caminho, a administração, a gente tem conversado com eles sobre esse assunto, assim, e é uma coisa que você, assim, se vocês abraçarem, é uma coisa que eu acho que o Município ganha muito. Por exemplo, tem algumas comunidades que estão pré-organizadas para receber isso, que tem catadores e tudo. Por exemplo, eu participei de uma discussão que, de uma - como é que fala? -, de regularização de uma área aqui de Sumaré, que a empresa que está ajudando a regularizar essa área, eles querem discutir essa questão de montar uma cooperativa ali, dentro aí. E isso, gente, eu falo para vocês, se vocês quiserem conhecer, por exemplo, o Santa Bárbara que tem uma cooperativa que é modelo, que foi um trabalho lá atrás que a Prefeitura no começo não aceitou, foi a contratação, via consórcio, não é que a Prefeitura não aceitou, a Prefeitura queria mais o jurídico, a legislação do consórcio saiu, porque tem um Projeto Vir a Ser, uns predinhos de Santa Bárbara, não é por falar nada não, nós sai daqui amanhã, vamos cedinho lá, a hora que abrir vocês vão ver o chão mais limpo do que muita casa de muita gente, sabe? A organização que é, e a maioria das pessoas são mulheres que sustenta lá, negros que estão lá... Eu falo para vocês, até arrepia, porque assim, eu vi aquilo acontecendo. E que lá está se tornando um modelo a nível Brasil, assim, eu vi... Para vocês terem uma ideia, aqui nós temos uma cooperativa, está instalado num lugar público, tem equipamentos que estão sendo perdido lá, por quê? Por questão judicial, para vocês terem ideia, e nunca foi usado, que poderia estar sendo usado. Mas assim, eu não entendo da parte jurídica em si, o que acontece no processo jurídico, mas eu fico contente de ouvir essa questão, que nós precisamos avançar muito nessa parte. E os catadores (que eu falo) tem que ser organizado, tem os catadores que não vão querer se organizar, mas como eu

falei (Ulisses, que é do movimento, o Willian, que é do movimento), é importante, você que é contador(*sic*), de estar organizados que eles têm que buscar uma aposentadoria, um acidente, tudo isso-- *[Falas sobrepostas]* **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Essa é a função nossa, Mimo. A função nossa é preservar eles que estão fora do contexto da sociedade-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Trazer eles. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: --Incluir eles, incluir eles para o contexto-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Isso está especificado, viu, Vereador? Isso está especificado no projeto, porque, isso que o Mimo falou é muito importante (muito importante!), isso que ele falou de arrear, eu já tive essas experiências em cooperativas em São Paulo, como é o caso, por exemplo, da Coopercap (não sei se vocês já ouviram falar, fica na Capela do Socorro de São Paulo), que a gente realmente fica emocionado de ver aquilo lá, tá? Lá tem catadores lá, que segundo o Presidente que trabalha lá dentro, ele *[Ininteligível]* na frente de todo mundo, é quase uma família aquela cooperativa, muito bonito o trabalho deles lá, eles ganham lá entre 2,5 mil a R\$ 3 mil cada catador, tá? **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Uma renda, uma excelente renda. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não, espera um pouquinho, você não sabe a continuidade disso. Tem lá famílias que trabalham lá, que tem pai, mãe e dois filhos, e eles tiram lá de 10 a R\$12 mil por mês, a família; eles têm apartamento, tem carro zero quilômetro, tudo. Mas por que isso? Por causa disso que o Mimo falou: é a organização de uma cooperativa, é isso que a gente quer trazer para esse projeto, é uma capacitação dessas pessoas, né? Inclusive, o Presidente dessa Coopercap, que ele é o Presidente nacional da Associação sei lá das quantas lá, de catador (qualquer coisa, um negócio assim), a gente quer contratar ele, para ele mostrar como é que se monta uma cooperativa para ganhar dinheiro, tá? **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Importante trazer alguém com experiência. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Entendeu? Então, é isso que a gente quer trazer. Está especificado lá! Então, o empreendedor que ganhar essa licitação, ele vai ter que fazer isso, e vocês vão estar no dever (aí já não é nem mais direito), mas no dever de cobrar dele de que ele implante isso dessa forma, porque vai estar especificado, ele vai ter que fazer, entendeu? **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Eu tenho uma outra pergunta. **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi”**: Eu queria depois um-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Só uma coisa-- *[Falas sobrepostas]* **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Só para uma coisa-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi”**: Presidente, eu estou na fila também, aqui do-- *[Falas sobrepostas]* **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Deixa eu só completar aqui, depois vocês choram o quanto vocês quiserem no microfone, que aí eu vou acabar, vocês já falaram bastante. Mimo, você falou do ICMS Verde que já é compartilhado, já faz parte da Lei e tal, mas vamos falar que Nova Odessa ficaria com a maior fatia. Por que não partilhar como é feito nas rodovias hoje, por tonelagem de município? O município que produz mais... **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Não, não, mas aí quando é consórcio, vai ser as metas do consórcio. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Tá. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Então, aí vai ser igual para todo mundo, a nota vai ser igual para todo mundo. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Vai ser dividido por igual? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: é. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Porque nós vamos, eu acredito que, dentro do contexto que o engenheiro Antônio falou, nós vamos ter praticamente quase que 50% da energia gerada dentro da nossa Região, isso em torno de 1 milhão de habitantes (vamos arredondar o número aí, certo?). Então, nós estamos falando que nós estamos deixando para CPFL metade do consumo à disposição do mercado, que possivelmente, ou não necessariamente, ficaria para a nossa Região, certo? Então, essa partilha vai ser por igual, Nova Odessa partilha da mesma forma que Sumaré...? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: No ICMS Verde, né? **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: No ICMS Verde. E nessa questão da

energia? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Não sei te dizer isso. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Veja bem, a energia, ela, no Brasil, ela é um sistema que nós chamamos de interligado, tá? Não existe uma, essa energia, ela não fica aqui em Nova Odessa ou aqui em Sumaré, ela entra no Sistema Brasileiro, tá? Então-- *[Falas sobrepostas]* **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Sim, mas nós conseguimos medir o quanto nós estamos produzindo? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Conseguimos medir. Sim, sim, com certeza. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Então, a CPFL, que é a nossa concessionária aqui-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Vocês vão ter direito a um *royalty*. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: --ela sabe que nós estamos disponibilizando-- *[Falas sobrepostas]* **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Isso! É isso que eu queria... **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Lógico, com certeza! Inclusive, o empreendedor que for vender essa energia no leilão, né, ele vai ser cobrado por essa geração de energia. *[Falas sobrepostas]* **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Justamente. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Porque se ele não gerar essa energia, ele vai pagar uma multa horrorosa, a multa é muito pesada, tá? E a vantagem dessa usina é que, diferentemente de uma usina solar, por exemplo, que de noite ela não funciona, eólica de dia quase não funciona, essa usina é 24 horas por dia, tá? Quando a gente fala gerar 20 megawatts, ela gera 20 megawatts o dia inteiro, o ano inteiro, tá? Vai parar 15 dias para fazer uma limpeza e manutenção. Então, ela é um empreendimento muito interessante em termo de geração de energia, tá? E se ela vai gerar ICMS para o consumidor final, vocês vão se beneficiar disso de alguma forma, tá? Esse ICMS Verde vai dar, além do ICMS normal, mais um pouco de ICMS Verde, vamos dizer assim, tá? Então, eu acho que esse é um privilégio que vocês vão ter também, porque vocês vai ter o que nós chamamos de *“royalties”*, né, de geração. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Que uma coisa é fato, né, a gente só, nós só estamos pensando tudo numa situação, mas, para a própria empresa que vai administrar isso daí, que vai fazer a geração, para ela é barato, porque ela está recebendo o lixo de graça, né? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não é bem assim, porque veja bem, esse empreendimento, ele é um empreendimento que tem uma taxa de retorno muito baixa (para os padrões nacionais, tá?). **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Certo, certo. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: O empreendedor nacional, dificilmente ele vai se interessar muito por esse empreendimento. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Qual é o nível de retorno? O senhor tem ideia? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Uma faixa mais ou menos de, vai variar de 9 a 10%. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: É um bom rendimento, hoje, a nível de mercado. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não é-- *[Falas sobrepostas]* **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Podemos dizer que-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não é... se pegar, por exemplo, um aterro sanitário, é... *“putz”*, não vou nem falar, é infinitamente maior que isso, tá? **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Sim, sim. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Entendeu? Então, esse é um empreendimento, vamos dizer assim, industrial convencional, vamos chamar assim, tá? **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Nós estamos buscando uma solução, na verdade, para o lixo. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: É, é para empreendedores conservadores, tá? Só vai aparecer aqui fundo de investimento de pensão... **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Entendi. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Fundo de investimentos de empreendedores conservadores, entendeu? Que 10%, você fala 10% ao ano... **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Estão falando em dez anos para ter um, para você fechar o investimento e depois ter lucratividade. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: isso. Você sabe qual é o *“playback”* de um empreendimento desse? 18 anos. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Sim. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: É muita coisa, não é para qualquer um. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Não. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Tá? **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Está certo. Uma outra pergunta, hoje nós temos sete municípios que fazem parte do consórcio. Esses sete municípios, eles vêm contribuindo desde lá do

início, o projeto começou a andar, está ficando lindo, maravilhoso, a coisa está indo, amanhã Americana quer entrar, vocês falaram: “Não, ótimo! Que a Americana entre, porque nós vamos ter mais resíduos, vai ter mais...”, e isso não pode trazer um acúmulo dentro do processo projetado, hoje, para em torno de 1 milhão? Ou vai ter um lastro disso daí, logicamente que nós temos que prever um crescimento anual, nós estamos falando de um empreendimento de 40 anos, nós estamos falando de quanto? 3% ao ano, para depois chegar num montante aí de 3, 4, milhões, 5 milhões de habitantes ao longo dos 40 anos, ou talvez isso se estagne aí, de alguma forma? Como é que fica esse município que quer entrar (como Americana)? **“1º Secretário “André da Farmácia”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. O tempo de Expediente está expirando. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Muito obrigado, pela questão de ordem, Vereador André, eu ia suspender aqui, ainda bem que o senhor ajudou. Coloco em votação a prorrogação do Expediente por até mais uma hora e meia: os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Está aprovado a prorrogação do Expediente, sem objeção. Só vamos organizar, Vereadores, deixa o Vereador Silvio terminar para a gente passar. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Eu estou escrito aí, Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Sim, V. Exa. vai logo em seguida do Vereador Silvio. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Americana, nesse projeto em si, ele já não entra mais, porque ele é fechado. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Certo. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Aí quando você tem o crescimento da população, e o crescimento de geração de resíduos, isso tem todo um método de cálculo, que se você pegar o plano nosso (o plano do consórcio)... **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Certo. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Ele tem toda a metodologia que os municípios vão ter que implementar para reduzir a questão, que eles vão ter que tirar os recicláveis para manter essas coisas, tem toda metodologia, por isso que nós precisamos dos 19 galpões implementados nos municípios, para a gente, toda essa geração de resíduo que vai crescer aí, populacional, nós vamos tirar em recicláveis desse material. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Tá, nós temos que pensar nisso daí, porque como no passado já aconteceu em Sumaré, aprovou-se o loteamento 3 por 4 e nós não tínhamos capacidade de água. Então, só que aí é uma situação diferente e contrária, estamos fazendo um investimento de 500 milhões, né, para tratar dos resíduos desses municípios, e amanhã nós temos um gargalo fechado, porque não se pensou no crescimento populacional. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Não, não, mas, então, pensamos. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Então, isso daí tem que ser demonstrado, tem que estar claro lá, porque a gente tem que entender isso daí, porque é fatal 3, 4% aí no crescimento da população, tem município que não chega a isso, mas, hoje, se você pegar Sumaré, Hortolândia, que vem vindo num crescimento rápido, Nova Odessa também, que está tendo um boom lá em Nova Odessa, então, nós não podemos deixar de prever isso daí, que amanhã nós temos um investimento de 500 milhões (igual nós já vimos em outros municípios) que não vá atender a demanda, e não vai atender a demanda, o dinheiro foi utilizado (ainda que seja fundo de pensão, seja lá a modalidade do investimento), mas ele não vai atender a expectativa que está sendo esperada. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Tem esses cálculos de crescimento lá, tem os cálculos de crescimento populacional, e juntamente com o cálculo de crescimento de resíduos, de 2, 0,2%, de 0,5%, tem vários cálculos que foi feito em cima disso aí. Porque toda vez que a economia cresce, a geração de resíduo... e, geralmente quando a economia baixa, dificilmente cai a geração de resíduos, é uma coisa... **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Se mantém. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Se mantém. Porque é assim, porque assim, ainda tem um professor meu que ele falou para mim: “Sabe o que acontece? Quando a economia da pessoa cresce, ela compra bolacha ‘A’, para família lá, quando, se a economia baixar, ela vai comprar a marca aqui do supermercado, mas ela continua gerando, gerando resíduos, sabe?”. **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: O resíduo.

“**Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**”: Então, é uma coisa que é interessante, comportamental. “**2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro**”: Minha última pergunta: a previsão de tonelada dia ou mês vocês têm? Não? “**Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**”: É dia, 659, pode chegar até 700 toneladas/dia. “**2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro**”: Toneladas/dia? Tá bom. “**Vereador “Rudinei Olívio Lobo**”: Silvio, só para complementar o que você falou aí: na última vez que eu estive lá em Nova Odessa (acho que foi quinta-feira passada, né?), eu questionei mais ou menos em cima disso que você falou, que a gente está na eminência aí (e eu falei lá) a respeito do Plano Diretor, depois tem o Plano de Saneamento (que diz que já mandaram para Prefeitura, pessoal da BRK falou aquele dia aqui), depois tem o Plano de Mobilidade Urbana (que a gente votou também), então, assim, a gente tem que conhecimento de tudo, né, para uma coisa englobar a outra, para não ficar prejudicado esse futuro que você comentou aí. “**2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro**”: Eu estou, enquanto nós estávamos aqui, meu assessor estava ouvindo lá, me mandou uma foto das usinas de energia, que está sediada na Europa aqui (eu só ainda não localizei aqui a cidade que está implantada aqui), e... não sei se o senhor vai... Não é? Mas é semelhante. Tá. Tá. Mas está bom, é aqui na WT então, por isso que eu... *[Manifestações fora do microfone]* “**2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro**”: Não tem, só tem essa, só tem essa. Não, mas está bom. “**Vereador “Joel Cardoso da Luz**”: Presidente, pela ordem, Presidente. “**2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro**”: Da minha parte, Presidente, estou satisfeito, obrigado; passo a palavra aí para os Nobres Companheiros. “**Vereador “Joel Cardoso da Luz**”: Presidente. “**Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi**”: Eu queria fazer umas perguntas, não vai ser muito-- *[Falas sobrepostas]* “**Sr. Presidente “Willian Souza**”: Obrigado, Vereador Silvio. Agora é o Vereador Joel, em seguida o Vereador Ney do Gás, em seguida o Vereador Antônio dos Reis Zamarchi. “**Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi**”: Desculpe, Sr. Presidente, eu pensei que era eu, por isso que eu ia falar. “**Vereador “Joel Cardoso da Luz**”: O Mimo disse que vai ser, a geração de resíduo por dia vai ser de 700 toneladas, Mimo? 700 toneladas? Isso gera quanto de quilowatts/hora, Sr. Antônio? O senhor tem ideia? É por dia? “**Sr. Antônio Bolognesi**”: 20 megawatts. Na verdade-- *[Falas sobrepostas]* “**Vereador “Joel Cardoso da Luz**”: Por dia? Por dia? “**Sr. Antônio Bolognesi**”: Não, não, por dia a gente tem que multiplicar por 24 horas, tá, megawatt/hora; 20 megawatts é o que nós chamamos de “potência instalada”, tá? Na verdade, os 20 megawatts, ela é potência instalada líquida, porque normalmente a gente instala uma potência superior àquilo que a gente vai gerar, né? Então, nós devemos ter, mais ou menos, uns 22 megawatts. Porque, por que é que a gente faz isso? Porque essa planta, ela consome uma parte da energia que ela gera dentro da própria planta, lá dentro tem bombas, tem ventiladores, tem a ponte que vai pegar o lixo, tem... sei lá, iluminação, tem uma série de cargas do próprio processo, tá, que varia de 10 a 15%, mais ou menos, da produção de energia. Então, quando a gente fala 20 megawatts, a gente usa a expressão “exportável”, tá, ou seja: é aquilo que pode sair fora da usina e vai entrar na rede. “**Vereador “Joel Cardoso da Luz**”: É essa-- *[Falas sobrepostas]* “**Sr. Antônio Bolognesi**”: Desconta o que foi produzido para consumo próprio. “**Vereador “Joel Cardoso da Luz**”: --e essa energia (o senhor já respondeu para o Vereador Silvio), ela vai ser rateada com os municípios, essa energia? “**Sr. Antônio Bolognesi**”: Não, não, essa energia, ela vai ser vendida num leilão, tá? “**Vereador “Joel Cardoso da Luz**”: Mas quem é que vai ficar com esse dinheiro? “**Sr. Antônio Bolognesi**”: Não, é o empreendedor, porque tem que pagar a conta do investimento. “**Vereador “Joel Cardoso da Luz**”: Então, a energia produzida e os créditos de carbono não vai vir nada para os municípios? Porque aqui não foi falado de crédito de carbono também. *[Falas sobrepostas]* “**Sr. Antônio Bolognesi**”: Não, não, não, aí... Não, não. Não, não, o crédito de carbono vai ser compartilhado com os municípios. “**Vereador “Joel Cardoso da Luz**”: Com os municípios? “**Sr. Antônio Bolognesi**”: É. “**Vereador “Joel Cardoso da Luz**”: A energia

produzida não? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, a energia não. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: É só do empreendedor? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: A energia é o que a gente chama de base, vamos dizer, base do empreendimento, né? A base do empreendimento é a tarifa que vem do cidadão mais a venda da energia. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Foi isso que eu, eu já ia entrar nessa questão da tarifa. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Tá. **“Vereador “Josué Cardozo”**: Então, não é taxa, é a tarifa que vai ser cobrada? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: A tarifa, é como tarifa de energia elétrica, tarifa de água... **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: E quem que vai... e a Consimares que vai emitir os boletos dessas-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Vai ser o próprio Município? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, isso daí, o que está sendo previsto é uma cobrança na conta de água, porque é uma, a conta de água é o saneamento. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Então, não é mais o Município que vai tocar, então, não é mais o Município que vai tocar a questão do resíduo sólido, quando foi instalada essa planta, essa usina, o Município hoje, os municípios que tem hoje a tarifa vai passar a ser o Consimares que vai tocar essa tarifa, é isso? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: É, só para destinação final, para coleta não; a coleta você tira fora a parcela da coleta, e aí o cidadão assume só a parte da destinação final, tá? **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Tá. Essa usina a ser construída (suposta usina a ser construída), ela vai ter financiamento público ou privado? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Privado, 100%. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: E é só de bancos brasileiros ou é de bancos estrangeiros? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não sabemos ainda, porque isso vai depender do empreendedor, isso quem decide é o empreendedor. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Mas o senhor, no começo, o senhor disse (do que eu estou lembrando aí), seria através de recurso de fora, foi o que eu entendi. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não, não, a tecnologia vem de fora. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Mas o financiamento? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: O recurso, o recurso não, o recurso, veja bem, o empreendedor, geralmente esse empreendimento, ele funciona, o investimento, ele funciona da seguinte forma: geralmente o próprio banco exige que o empreendedor coloque uma parte do dinheiro dele (do bolso dele, tá?), e esse dinheiro é mais ou menos, varia dependendo do banco, né, vamos pegar o BNDES, por exemplo, como é o caso, né? O BNDES exige que o empreendedor coloque em torno de 30%, e ele financia 70%, tá? E o cálculo econômico, ele é considerado como se fosse 100%, tá, mas, 70% é financiado, então, o empreendedor vai pagar juros para o BNDES, vai pagar tudo de acordo com aquelas, vamos dizer assim, aquelas linhas de crédito que são-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Então, o financiamento vai ser de banco brasileiro? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, pode ser de banco brasileiro, o BNDES tem todo interesse. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Mas pode ser de banco estrangeiro também? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pode ser, pode ser. Sabe por que dificilmente vai ser de banco estrangeiro? Porque, por causa do câmbio, tá? O nosso câmbio, se fosse num outro país podia até ser, mas, no Brasil, o câmbio, ele é muito volátil, tá? Então, o empreendedor, independente se o empreendedor vai ser estrangeiro ou vai ser brasileiro, ele vai tender usar financiamento nacional porque não fica exposto a câmbio, entendeu? **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Tá bom. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: O câmbio é um risco muito alto, tá, para-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Volúvel, né? Variável. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: --um empreendimento desse, tá? E digo de passagem o seguinte: a partir do dia que assinou o Contrato de Concessão com Consimares, o risco é todo do empreendedor, qualquer coisa que der errado, o azar é dele, tá? O Consimares, não tem nada a ver com isso, então, se ele fez a besteira de pegar dinheiro fora e ele não fez um seguro de garantia dessa - como fala? -, dessa variação cambial, né, ele pode quebrar, né, pode ter um problema. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Então, mas o senhor já sabe de alguma planta que ia ser instalada e quebrou, e não conseguiu instalar, e os municípios teve que arcar com

algum prejuízo ou não? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não existe caso desse tipo, porque, como eu falei, os empreendedores desse tipo de empreendimento são muitos conservadores, tá? Eles vão escolher os caminhos de menor risco possível, né, porque eles querem ficar de bem com vocês durante 30 anos. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: No mínimo, né, ou pode ser renovável. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pode ser até renovado, então eles querem ser amigo de vocês, eles não querem arrumar encrenca com vocês, eles são conservadores, tá? **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Uma outra pergunta: Essa concessão vai ter o valor de outorga? E quanto seria o valor dessa outorga? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não tem valor de outorga. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Não tem? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não existe isso. Não. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Tá. Então, a energia vai, tudo produzida vai ficar para eles, e os créditos de carbono vai ser dividido, rateado-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Vai ser dividido. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: --os municípios consorciados? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Isso, os municípios consorciados. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Por enquanto, Presidente, eu estou satisfeito, por enquanto. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não é só crédito de carbono, não, viu? **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Sim. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Tem também a venda de metais, tem também a... **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Uma outra coisa que eu esqueci: o senhor fala que uma parte vai ser, tudo vai ser aproveitado, mas o que sobrar vai ser enterrado nessa planta de Nova Odessa? Porque alguma coisa vai sobrar de escória, que vai ser que ser enterrada, e vai ser enterrada nesse terreno? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não, não, o que tiver que sair, vamos dizer assim, que não tenha utilidade, tá, vai ter que ir para um aterro de inertes. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Então, não vai ficar nessa planta? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Não vai ser enterrada ali? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Nada, vai ter que ser encaminhada para um aterro específico, se for escória que sobra, sei lá, nenhum de vocês vai quer a escória, tá, por alguma razão, né, vocês não tem onde por, vocês já estão com todas as estradas asfaltada, né, não querem fazer bloquete para fazer parque, não querem nada, então essa escória vai ter que ser mandada para um aterro sanitário, tá? Não sanitário, mas um aterro de material inerte, tá, que é mais barato, bem mais barato. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: E o Município - agora eu estava esquecendo, eu estava lembrando, eu lembrei -, o Município vai pagar para depositar esses resíduos sólidos lá? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, é tudo por conta do empreendedor, tudo. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Empreendedor. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Vocês. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Só vai pagar para empresa coletar e transportar até o... **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Isso, até a porta da usina. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Mas o senhor me disse que no vídeo (eu estava vendo aqui), que o que pegar, o caminhão pegar já vai direto para a usina. Como que vai ter a parte de reciclável nessa história? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Se pega direto do setor lá do setor, já vai direto para usina. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: É coleta seletiva, são duas coletas separadas, tá: uma vai ser a coleta seletiva, que essa não vai para lá, essa coleta seletiva vai ser, vai distribuir pelas cooperativas, né, de catadores; e a outra coleta é a coleta de lixo, a lixo, só coleta de lixo vai para lá, tá? **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Presidente. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Os ecopontos também vão para os catadores. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Presidente, naquela proposta que o senhor falou lá, de chamar mais algumas entidades, eu pediria para o senhor colocar também alguma associação ou cooperativa de catadores aqui de Sumaré também, para participar. Obrigado, Presidente. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Eu acho muito bom isso. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Está anotado, está anotado, sempre Presidente Joel, estou anotando aqui a sugestão do senhor, e as demais aqui colocadas; acho que o Vereador Silvio também a pontuou. Vereador, com a palavra, o Vereador Ney do Gás, agora. **“Vereador “Valdinei Pereira da Silva”**: Sr. Presidente, obrigado. Sr.

Antônio, começamos aqui falar sobre transparência, logo no começo o Vereador Rudinei até citou que nós temos algumas Audiências Públicas sobre Plano Diretor, Plano de Mobilidade, a gente faz Audiência Pública em toda a Região, todos os quatro pontos da nossa Cidade, mesmo para ter transparência com a nossa população. Como foi dito pelo senhor, teve uma Audiência Pública em Nova Odessa (que não foi feito em Nova Odessa, foi feita em São Paulo e retransmitida para a Cidade Nova Odessa), correto, né? Então, eu acho para ter um pouquinho mais de transparência, teria a possibilidade de ter uma Audiência Pública em cada cidade do consórcio? Eu acho que é o mínimo de transparência possível para essa Cidade. [Falas sobrepostas] **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Você fala o quê? Uma retransmissão? **“Vereador “Valdinei Pereira da Silva”**: Não, Audiência Pública. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Olha-- [Falas sobrepostas] **“Vereador “Valdinei Pereira da Silva”**: Porque como a gente vai ter uma Audiência Pública lá em São Paulo e retransmitida aqui? Eu acho que o correto, cada cidade franqueada pelo consórcio teria que ter sua Audiência Pública dentro da própria Cidade. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Eu, nós, não somos nós que decidimos isso, na verdade, tá? Eu, aí sim, aí eu entro na parte do processo legal, vamos dizer assim, eu não sei como é que, qual é o critério do Consema (que é o Conselho Estadual de Meio Ambiente), que ele usa para fazer a marcação das Audiências Pública, tá? O que eu sei é o seguinte, o que me falaram, né (uma das pessoas lá), é que isso complica muito o processo, tá? Tem consórcio, por exemplo, que tem 40 municípios, 50 municípios, o que ficaria absolutamente inviável, né? No nosso caso aqui são sete (tem menos, né?), mas eu acredito que isso tornaria o processo muito lento; mas não somos nós que decidimos isso, não, tá? Esse é um assunto que é para ser levado para o Consema, não é para nós. **“Vereador “Valdinei Pereira da Silva”**: Não, eu entendi, vocês preocupam um pouco com critério de demora, a complicação, mas nós preocupamos mais com transparência com nossa população. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não sou eu que me preocupo, desculpa. **“Vereador “Valdinei Pereira da Silva”**: Não, sim, eu falo “vocês”, falo o grupo em geral, ok. Sobre o impacto ambiental: Foi feito algum estudo de impacto ambiental onde vai ser instalada essa indústria? E quais as contrapartidas de compensação por um devido, por um suposto impacto ambiental, tanto em Sumaré, quanto em Nova Odessa? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Tá. Foi feito sim, nesse EIA/Rima, aliás, o objetivo do EIA/Rima é justamente isso. O EIA é: Estudo de Impacto Ambiental, tá? O Rima é: Relatório de Impacto ao Meio Ambiente. Foi feito esse estudo, tá, ele é considerado um empreendimento de baixa, entre baixo e médio impacto, ou seja, é uma, é como se fosse uma indústria de carro, vai, uma montadora de carro, tem o mesmo poder de impacto, né, e ela - como fala? - dentro desse estudo de impacto está tudo descrito lá, quais são esses impactos e o que é que vai precisar ser feito em termos de - como fala? - de modificação, etc. e tal, da região, tá, para que esse impacto seja mitigado e seja minimizado, né? Agora, em termos de compensação ambiental, quem decide isso é o Consema, tá? O Consema e a Cetesb, eles (em conjunto) decidem se vai ter ou não vai ter, e quanto vai ser essa compensação ambiental, tá? Tem uma Lei que já determina uma, tem uma prévia, vamos dizer sim, né, de mais ou menos 2%, que chama Lei do Snuc, né? Essa Lei, ela já determina, se eu não me engano, não sei se é - não, desculpa - é 0,5% do valor do empreendimento, como sendo uma compensação ambiental para algum tipo de atividade local aonde vai ser implantado o empreendimento, tá? E isso pode ser que seja um pouco, se a Cetesb achar que merece ter mais alguma coisa além disso, ela vai determinar, tá? Mas quem determina isso não é o empreendedor, e nem somos nós (da consultoria), quem determina isso daí é a Cetesb. **“Vereador “Valdinei Pereira da Silva”**: Ok, Sr. Antônio, muito obrigado. Sr. Presidente, eu tinha várias perguntas para fazer, mas fui contemplado em várias delas, e como o tempo está correndo, e sei que o senhor ainda tem muita pergunta, eu vou passar à frente, tá? Agradeço pela atenção e pelo tempo, obrigado. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Obrigado, Excelência. Vereador Antônio dos Reis

Zamarchi. **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi”**: Sr. Antônio. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pois não. **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi”**: Eu ia fazer um, eu não sei se cabe ao senhor, ao Mimo, quem caber vocês respondem. A gente tem uma certa preocupação, eu sei que todas as preocupações aqui são importantes, mas a gente tem mais uma certa preocupação com taxa. É tanta taxa que se passa nesse Município, e assim vem por diante, é taxa, mais taxa... Nós temos aqui um problema sério em Sumaré (que não é o caso de vocês, mas é um problema, foi criado em Sumaré), na década de 90, nós conseguimos colocar esgoto, praticamente, na cidade inteira. E desde então, nós vem pagando novamente o esgoto e não tem, viu? *[Ininteligível]* Pagando, pagando, pagava para o DAE, aí virou para a BRK, continua pagando, e tratamento nada! Nós só temos usou(*) prejuízo, nada tem a contrapartida. Nós temos aí o IPTU, no qual ele é pago para cuidar da cidade, é lógico, sem dúvida nenhuma! Cuidar das nossas vias públicas, cuidar da nossa limpeza. Hoje nós temos aí, a taxa da CIPA(*sic*) que vem, CIP, e antes nós não pagava, a CPFL trocava até uma lâmpada, hoje pra você trocar uma lâmpada é um absurdo, e nós pagamos para a Prefeitura e, infelizmente, não tem as lâmpadas trocadas. E eu *[Ininteligível]* falando isso, porque eu tenho levantamento, são 2 mil lâmpadas queimadas, viu? Eu andei a noite na cidade e levantei, são 2 mil lâmpadas queimadas, mais de 2 mil, 2 mil e pouco. Então, a gente tem esse levantamento. Então, a gente tem a preocupação. Então, aonde eu quero chegar? Depois tem aí por diante, eu vou falar aqui, tem números, IPVA, paga a população(F) para conservação das rodovias, hoje nós paga, paga o IPVA e agora paga o pedágio, mesma coisa que é, a mesmo imposto para fazer os dois, na verdade... Tudo bem, tem as rodovias boas, mas nós já paga o IPVA, hoje nós tem que pagar também, e assim por diante. E o povo vem sempre sendo taxado, sobre taxado. Chega até o ponto que nós está na rua, e o povo não acreditar em política, eu vou ser sincero, eu sou político: “Ah, tudo que entrou política no meio, não funciona. Tudo que entrou política no meio, a Fifa entrou política no meio e não funciona, *[Ininteligível]*, política no meio e não funciona”. Por quê? É muitas vantagens querendo levar para órgão público e o povo fica do lado. As vantagens só vem... isso vem lá de cima já, viu, não é daqui não, viu! Tem um marco aí que foi criado aí, o Marco de Saneamento Básico, esse Marco de Saneamento Básico tem a ver com essa taxa? Os resíduos sólidos que vai ser cobrado, os resíduos sólidos urbanos? Então, e nós hoje temos a nossa coleta de lixo que é feita, é lógico! Ah, mas quem paga coleta de lixo é a Prefeitura? Sim. E a Prefeitura paga com qual dinheiro? Será que algum Prefeito tira dinheiro do bolso? Será que Vereador tira dinheiro do bolso? Que eu saiba não! É com o dinheiro dos impostos que o povo paga! *[Risos]* Aí nós temos problema na saúde, e nós não temos saúde (agora mesmo eu saí correndo para resolver dois problemas de saúde, mandar para a outra cidade), infelizmente aqui resolve a coisa assim, a gente é 24 horas no ar, nós não para, então, a gente fica preocupado com essas taxas. É mais uma taxa que vem. E vai resolver? Então, essa taxa *[Ininteligível]*, aí eu quero chegar na minha pergunta. Qual seria o registro de um estudo, de que forma será cobrada essa taxa? Mais ou menos, o valor que ela pode ser um ônus no bolso do contribuinte, entendeu? O retorno, nós sabemos que é pouco o retorno, nós sabemos isso aí, que o retorno que eu estou vendo quem vai pagar é o povo, que a energia (Joel acabou de falar lá) vai ser vendida, não sou contra, a energia é deles, eles fazem o que eles querem. Só que quem vai pagar para montar isso aí, em princípio, é a população. Que vai montar essa usina, que seja, um *[Ininteligível]* para ser uma usina de lixão (o que for), mas até então, nós vamos conhecer o processo. E aí nós vimos uma certa situação: Pagamos, o povo paga por essas taxas, ela vai ser uma taxa apartada, é mais uma taxa. A nossa coleta de lixo seletivo hoje é feito pela Prefeitura, provavelmente vai ser feita agora ou vai ser incluído tudo junto ou não, ou é separadamente, cada um, um é outro. Então, eu gostaria de saber o valor dessa taxa para que a gente *[Ininteligível]*, responder lá fora para o nosso contribuinte, porque é taxa mais taxa e o negócio vai ficando cada vez mais difícil. Parece que quanto mais nós paga, antes não pagava a taxa

da CIP e ligava para o CPFL, dois dias trocava a lâmpada; hoje nós paga e não tem a troca da lâmpada. *[Risos]* Já viu como que é? Paga e não tem, antes não pagava, tinha! Nós não pagava, obviamente, a Prefeitura pagava (a CPFL não vai trocar lâmpada de graça, lá), só que pagava, a Prefeitura pagava com o quê? Dinheiro nosso, dinheiro do povo que paga os seus impostos. A gente fica preocupado com essa situação, então, é muitas coisas que acontecem e a gente acaba ficando num jogo aí sem saída. Então, eu gostaria que se tivesse, mais ou menos, o valor mais ou menos que vão lá no bolso de cada um; e outra, e quando será cobrado essa taxa; e qual a projeção, digamos que nós aprove os projetos aqui, um exemplo, daqui um mês, qual a projeção dessa usina estar funcionando e aí poder cobrar a taxa, porque acho que enquanto não tiver funcionando, não pode cobrar taxa! *[Ininteligível]* não está funcionando! É essa a minha pergunta. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Só falar um pouquinho da questão do Novo Marco do Saneamento. *[Manifestação fora do microfone]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: A pergunta foi claríssima, foi claríssima! **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi”**: Eu falo muito rápido é um jeito de eu falar muito rápido e eu embanano as questões. Se tiver dúvida, pergunta, eu falo de novo, viu!? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Então, essa é uma questão, Toninho, assim, o novo Marco do Saneamento, ele trouxe algumas obrigações para o Poder Público que passa por vocês, que lá fala que: a coleta e a destinação de resíduos, o tratamento de resíduos ou destinação tem que ser cobrada à parte. E os Prefeitos tiveram, inclusive, o consórcio fez o estudo das *[Ininteligível]* de todos os municípios e apresentou, e aqui em Sumaré em 2020 foi criado uma taxa de resíduos. Então, agora, assim... só que assim, nós temos que pensar, porque, assim, hoje, né, coloca o lixo já fora na porta de casa, ele tem um custo para coletar e um custo para destinar. Porque geralmente a população, em si (eu me coloco no lugar de vocês), ela acaba não entendendo muito essa questão de: Ah, a taxa do lixo, né? Então, assim, o marco trouxe essa obrigação para os Prefeitos. E aí eu acho que é um quebra de paradigma, que tem que ter essa cobrança, porque, assim, e começar a diferenciar. Porque a Lei trouxe, isso é importante, a pessoa que gera pouco, ela vai pagar pouco. A pessoa que gera mais, ela vai pagar mais. E quem não pode pagar, não vai pagar; então, é importante ter esses números e poder fazer, entendeu? Então, quando você traz essa questão da taxa, vai ter tudo isso colocado, né, então, nós temos que pensar que quem não paga, vai continuar não pagando, e aí quem paga mais. Quem, por exemplo, a Lei de Sumaré tem uma coisa que eu acho interessante: quem... Sumaré coleta cinco vezes no Centro, por semana no Centro e três vezes nos bairros. Quem está no Centro vai pagar um valor maior de quem está nos bairros. Eu acho que é justo isso. Porque se a gente soubesse, aí a gente começa a criar, assim, nós temos que criar a mentalidade nossa de saber gerenciar nossos resíduos... Por que o caminhão não pode passar uma vez por semana em cada casa, não ficaria um custo menor? Então, é uma coisa que a gente vai ter que trabalhar com a educação ambiental no futuro e pensar nisso aí. Assim, então, essa questão aí da taxa hoje, eu sei que vai surgir... *[Manifestação fora do microfone]* **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Então, e eu que moro no Centro, vou pagar mais caro que você, Toninho, porque passa cinco vezes por semana. Que eu também concordo com você isso aí, então, são coisas que vão ter que começar. Quem dirá, uma vez por semana? Então, é coisa que a gente vai, no futuro, ter que pensar, cada vez mais, nessa questão, então, é essa a questão. Você quer falar sobre...? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, vou falar. Esse estudo, né, que a preocupação do Vereador (que eu acho que é bastante legítima), aliás, toda a população vai ficar preocupada com isso, né: “Espera aí, o que é que eu vou pagar? O que é que eu vou pagar? E quanto eu vou pagar”, tá? Dessa parcela do tratamento de resíduos nós fizemos um estudo, né, junto com o dados aqui do Consimares, né, aproximadamente, para poder cobrar na conta de água, né, dá em torno de, mais ou menos, que vai variar de 7 até 9%, mais ou menos, tá? Do que paga hoje a conta de água, né? É um número até que bastante aceitável, eu diria, porque...

[*Manifestação fora do microfone*] **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Hã? É. Então, eu acho que esse é um número bastante aceitável, que eu acho que ele deve reduzir bastante com o crédito de carbono, tá, ele vai reduzir muito, se é que ele não vai zerar, tá? O crédito de carbono vai ter um impacto muito importante nesse percentual, tá? Agora, eu diria que ele é um percentual baixo, porque, eu, por exemplo, eu moro em Santo André, em Santo André a tarifa que eu pago, ela é 100% da minha conta de água, o tanto que eu pago de água e esgoto, eu pago de lixo, tá, é a mesma coisa. Ou seja, eu pago caro para caramba lá em Santo André, tá? Então, eu diria para vocês que se vocês conseguissem aqui ficar com taxa de uns 8%, mais ou menos, para fazer tratamento e mais uns 8% de coleta, o cidadão aqui tem que erguer a mão para o céu. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Sem falar que Santo André tem taxa de drenagem urbana também. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Tem, tem, é muito cara, Santo André, Santo André é uma cidade muito cara! **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Outra coisa que no futuro vai cair sobre nós também: taxa de drenagem urbana. [*Falas sobrepostas*] **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Os cidadãos de Sumaré são privilegiados! [*Manifestação fora do microfone*] **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Ah, detalhe: essa taxa, ela só pode ser cobrada a partir do dia que a usina entra em operação, tá? Antes, não pode cobrar. Então, nós temos que ter aquilo que nós chamamos de “operação comercial”, tá? Quem vai dizer se ela está pronta para a operação comercial ou não é o Mimo. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: É o Consimares. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: É o Mimo, quando eu falo “o Mimo” é o Consimares. Então, ele vai dizer: “Olha, está pronto”. E isso a gente estima que seja, mais ou menos, daqui... vamos dizer que vocês aprovassem o mês que vem isso daí, tá, entre fazer toda a parte de licitação e tudo mais disso daí, nós imaginamos que mais uns quatro anos, tá? **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Vereador Antônio dos Reis Zamarchi, concluiu? **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi”**: Posso falar uma coisinha só, Sr. Presidente, o senhor me permite? **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Sim, sim. **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi”**: Essa não é nem pergunta, é só... eu estava aqui ouvindo as ideias, o negócio dos caminhões e eu tive uma ideia aqui (porque eu já fui caminhoneiro, a gente conhece bem as rotas aqui) [*Risos*], como nós estamos: Capivari, Monte Mor, Hortolândia e Santa Bárbara, nós já tem quatro problemas resolvidos, ali pode cair tudo na SP, indo pela Bandeirantes, cai na rodovia ali do SP na 104 e daí não passa em Sumaré, tem que só fazer essa rota. [*Manifestação fora do microfone*] **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi”**: Tem a solução, não é difícil. Monte Mor você já está SP-101. Monte Mor está na SP-101, Capivari liga a SP-101, aí você já cai na rodovia do açúcar, que liga ali. Acabou. Resolveu o problema. E não vai aumentar muito quilômetro. Esses quatro aqui, né, [*Ininteligível*] já vai cair direto na 104, não vai cair em Nova Odessa. É, então! Já cai ali direto. Beleza? Essa é uma ideia, obrigado! Obrigado, Sr. Presidente! Está concluída a minha parte. **“Vereador “João Maioral”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Obrigado. Eu vou passar ao Vereador João Maioral, só para fazer aqui o justo comentário. A questão que o Vereador Antônio dos Reis Zamarchi coloca, e acaba jogando indiretamente na Câmara (principalmente na Legislatura passada), sobretudo, dizer que, nós temos muita responsabilidade em tudo que nós vamos fazer, e eu estava no mandato passado, ele não estava. Quando a gente assume a gestão, entre Executivo e Legislativo, a Cidade estava toda apagada, destruída, sem lâmpada alguma na Cidade. A Prefeitura de Sumaré atribuiu tudo, não fomos nós que criamos a taxa de iluminação pública, não foi o Prefeito Luiz Dalben e não foi a Câmara que autorizou essa questão. **“Vereador “Antônio dos Reis Zamarchi”**: Governo da Cristina. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Então, sobretudo (e uma série de discussões que tem diversos outros municípios), mas que o Prefeito conseguiu colocar em ordem a questão da iluminação na gestão passada. Quando, agora, vence o contrato da empresa que assume a responsabilidade da iluminação da pública, o que é que acontece? A outra empresa entra na Justiça e suspende o contrato. Essas questões jurídicas acabam

atrapalhando e burocratizando o serviço público. Você acha que o Prefeito da Cidade (que tanto colocou a casa em ordem) vai querer que a Cidade esteja com lâmpadas apagadas? Claro que não! Evidente que não! A gestão é dinâmica, trabalha, se dedica pela Cidade, faz um trabalho essencial e, sobretudo, tem conseguido trazer avanços históricos para a Cidade de Sumaré. O Prefeito Luiz Dalben já exigiu de novos empreendimentos, com Legislação aprovada por essa Casa (de autoria, inclusive, de coautoria do Vereador Rudinei Lobo), para que novos empreendimentos tenham lâmpadas de led, a Prefeitura já fez uma licitação para adquirir essa compra, já iluminou vários pontos da Cidade que, outrora, sequer indicações eram feitas, e, em breve a Cidade vai parar de sofrer com isso, tirando o grande imbróglgio jurídico que vive entre duas empresas que brigam na justiça para assumir essa responsabilidade. Mesmo sendo assim, a equipe continua trabalhando com 156 (que foi criação da Prefeitura, do Prefeito Luiz Dalben) para atender toda a nossa população. Sobretudo, ainda dizer, que as questões de taxas, é importante dizer: não fomos nós que criamos e nem queríamos fazer votações como essas, e o Mimo, foi muito importante a sua fala, quando se traz o Marco do Regulamento do Saneamento, o que é que a gente tem? A imposição às Prefeituras para fazer a administração e a imposição de taxas, de arrecadações. Veio do Governo Federal! Se não aprova a Legislação (como algumas cidades fizeram), cancelamentos de CND, vindas de recursos, então é muito fácil. Eu sempre falo uma coisa, é muito fácil a gente criticar, a gente sempre estar apontando, sempre fazendo a crítica, fazendo populismo, mas na hora que tem a caneta na mão, a responsabilidade (que não é muita gente que chega lá), aí o sapato aperta: tem que administrar com cuidado, com dor de dono, com responsabilidade, para acabar não faltando dinheiro em outro lugar. E com esse monte de taxa e imposto, eu concordo com o Vereador, que é uma discussão fiscal do Brasil inteiro. E é por isso que muita gente dá um jeitinho de lavar o dinheiro, tem muita gente que faz um jeitinho de dilubriar(*sic*) a Receita Federal. Muita gente que explica até como que faz, pega o dinheiro aqui, põe ali. Então, não vamos entrar nesse mérito agora, porque a gente está aqui discutindo essa questão, e não vamos fazer esse discurso político, porque temos que ter essa responsabilidade. Sobretudo, eu passo ao Vereador Lucas a palavra. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Presidente, posso fazer um comentário? **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Pode sim, Mimo. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: A questão da taxa da tarifa de lixo, era até 31 de dezembro, os municípios tinham que apresentar para a ANA (Agência Nacional das Águas, que é de saneamento agora), todos os municípios tinham por obrigações, até 31 de dezembro, que foi prorrogado até 28 de fevereiro, apresentar da onde vai sair o custo de coleta e destinação final de resíduos. Sobre a pena de: perder recursos federais, não receber Emendas Parlamentares, e tudo. Então, é que nem o Presidente falou, vem uma punição: se você não fizer isso, vai acontecer isso. Eu vejo, por exemplo, a Câmara de Santa Bárbara e a Câmara de Monte Mor não aprovaram. Eu até tive em Monte Mor tentando fazer um convencimento para eles e falando: “Quem não paga, não vai continuar pagando, quem gera muito vai pagar mais”, porque quando a gente fala essa questão “quem gera mais”, por exemplo, não é justo eu pagar um valor de uma residência igual a um supermercado, uma rede de supermercado, ela tem pagar mais. Que tem uma indústria grande que vai pagar o mesmo valor que um cidadão em si. Então, quando você traz essa questão da Legislação você começa a colocar esses valores... por isso que tem que ser uma quebra de paradigma essa questão da taxa ou tarifa de lixo, para mostrar realmente que eu vou deixar, tirar dinheiro da saúde, da segurança e da educação, se sim, quem usa vai pagar, e quem usa muito mais vai pagar mais isso daí. Então, nesse sentido o Governo Federal falou: “Quem não fizer essa lição de casa, a partir de início(*) de fevereiro está sujeito a um monte de situações, de penalidades nessa questão aí. Só para deixar assim, se vocês forem cobrados nessa questão da tarifa do lixo, se quiserem colocar que isso foi até um estudo feito pelo consórcio, que indicou para os municípios realmente fazer isso daí, tá?

Tem um estudo jurídico em cima disso, pode colocar que isso aí é uma indicação do Consórcio Consimares, tá? **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Eu passo a palavra ao Vereador Lucas, para que a gente possa otimizar a Sessão. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Eu vou ser breve na minha fala. Primeiro, eu queria falar para o Mimo, para o Antônio, para o Fábio, que esse Parlamento não é contra, em momento algum, à questão da abertura da usina de resíduos sólidos (do lixão, enfim). A nossa ideia é entender o que é que está acontecendo, saber o que é que vai ser feito, para o futuro a gente não sofrer igual nós sofremos com a questão da concessão do DAE e BRK. Pelo que eu entendi nas falas anteriores, crédito de carbono e todo o recurso gerado com venda dos materiais recicláveis, será distribuído pelos municípios, é isso? Só os metais. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Assim, o que é coleta seletiva antes, vai ser tudo dos catadores de cooperativa, tá? **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Correto. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Tudo, tudo, tudo. Vai aparecer latinhas não metais (que é alumínio) que vai acabar passando, que não vai passar para a coleta seletiva, vai cair lá esse metal e ele vai ser uma receita acessória. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Certo. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Mas não é que a gente vai pegar... só metal. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Tá, só metal. Então, vamos lá: papelão, plástico, enfim, isso vai-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não, isso é dos catadores. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: --para as cooperativas, 100% para as cooperativas? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Isso, 100%. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Mas a coleta seletiva tem que ser feita para não chegar esse material lá **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Correto, beleza. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: --nós não queremos esse material. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Se conseguir tirar todos os metais... **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Também não vai. *[Falas sobrepostas]* **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Também não vai. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Isso. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não vai para lá, não vai ter nada lá. *[Falas sobrepostas]* **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: E o que for para a usina, será... e o recurso gerado pela venda-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: É acessória. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: --desse material-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: É acessória. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: --é acessória, que vai ser devolvido para os municípios, correto? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Isso. Exato, correto. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Como o crédito de carbono também. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Da mesma forma o crédito de carbono, isso vai ser dividido entre... **“Sr. Antônio Bolognesi”**: O empreendedor e os municípios. Isso. *[Falas sobrepostas]* **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: O empreendedor e os municípios, beleza. A energia gerada 100% do empreendedor? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim, a energia, ela corresponde a três quartos da receita do empreendimento. Três quartos. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Três quartos, correto? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Isso. Então, a energia, ela é praticamente o que paga a conta do empreendimento, tá? **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Certo. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Inclusive, essa é uma coisa que é importante dizer que a Associação Brasileira de Recuperação de Energia de Resíduos (que é uma associação relativamente nova no Brasil, né, deve ter uns três, quatro anos, mais ou menos, né?), ela batalhou junto ao Ministério de Minas e Energia para poder ter uma tarifa no leilão, uma tarifa melhor do que as outras fontes, tá? Então, isso foi uma coisa muito importante, se não tivesse essa tarifa - vamos chamar assim, entre aspas -, “especial” para esse tipo de empreendimento jamais poderia ser feito um empreendimento desse tipo, porque senão, seria o contrário, né? A energia seria uma parcela pequena e o custo do tratamento seria muito alto. O que permite que custo fique na faixa de valor de um aterro sanitário hoje, é que a energia é bem cara, vamos dizer assim, do que uma fonte convencional tipo hidrelétrica ou solar, ou

qualquer coisa do gênero, tá? Isso é muito importante! Como nós estamos falando para o Brasil de uma quantidade de energia marginal, aqui para a região pode ser importante, mas para o Brasil, como um todo, 20 megawatts num país que tem 150 milhões, né, 20 é nada. Então, isso não impacta no custo de energia final, tá? **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Correto. Deixa eu fazer uma outra pergunta: Vocês já fizeram um cálculo, mais ou menos, previsto do valor gerado, vamos se dizer assim, um retorno bruto da energia? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Como assim, o que é que você quer dizer? **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: O valor arrecadado anual, o valor bruto. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Ah tá. Tá. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Já foi feito? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Já, já, isso tem tudo no que nós chamamos num “plano de negócio”, tá? **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Tá. Você tem esse número, hoje, aí ou não? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Temos, temos. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Qual que é o valor. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Olha, eu vou te falar aproximadamente, tá? **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Certo. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Eu... não a venda da energia, a venda da energia particularmente eu não me lembro, eu me lembro, mais ou menos, do total, tá? O total dessa planta, ela deve ter, mais ou menos, 80, se não me engano, 85, 83 milhões por ano. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Por ano? Correto. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Esse é o valor da receita. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Certo. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: E o custo de operação dessa usina, ela é a metade disso, tá? Metade do custo da receita, a metade é o custo de operação. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Certo. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: E a outra metade é para pagar o investimento, tá? Então... **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Correto. Tá, então, em torno de 40 milhões, 45 milhões por ano em cima disso daí. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: É... isso, exatamente. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Tá. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Se você pegar, considerar que isso é três quartos, né, então, é fácil de fazer uma conta de quanto representa a energia nesse processo. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Outra coisa, o senhor falou que a tecnologia que nós vamos usar aqui, que vai ser usada aqui nessa usina, ela não é nacional, ela é estrangeira. Você sabe se no Brasil tem algum modelo desse, alguma tecnologia parecida ou similar a essa ou não? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não. Infelizmente, não. O que tem no Brasil são muitas tentativas de se desenvolver tecnologias, tá? Existem protótipos dessa tecnologia, eu não sei quem aqui citou a Usina Verde, por exemplo, que tem lá na... É, foi o senhor, não é? Que tem lá na Universidade Federal do Rio de Janeiro, né, que, infelizmente, ela não funciona, foi uma tentativa de copiar essa energia, mas ela não funciona, eles fizeram um protótipo lá diante de uma verba que tinha de pesquisa e desenvolvimento, desenvolveram aquilo lá, mas não funciona, eles não conseguem botar aquela usina para funcionar durante um dia incompleto. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Essa usina do Rio de Janeiro, então, esse protótipo da Faculdade do Rio de Janeiro, ela não funciona? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não. Não funciona, não funciona, nós já testamos isso aí, nós estudamos muito esse assunto aqui, tá? Como eu falei para você, eu já tenho mais de 15 anos que nós estamos estudando esse assunto. E as outras tecnologias que também estão tentando desenvolver como, por exemplo, tem lá na cidade de Mafra, em Santa Catarina, tentaram desenvolver lá uma tecnologia de gaseificação, não funcionou também, não consegue manter esse tipo de operação 24 horas por dia, de forma contínua, entendeu? E detalhe: essa tecnologia que a gente está trazendo para cá, que a gente está recomendando que seja aplicada, ela tem mais de 100 anos de idade, tá? Você fala: “Bom, é a mesma tecnologia de 100 anos?” Não, não é! Ela foi sendo aperfeiçoada, se gastou bilhões e bilhões de unidades de moedas, né, para chegar até o dia de hoje. Hoje ela é uma “usina invisível” – vamos chamar entre aspas, tá? -, ela é “invisível”, porque ela não causa nenhum tipo de transtorno para a sociedade. Mas para chegar até o dia de hoje essas empresas investiram muito dinheiro e perderam

muito dinheiro também, tá? Ou seja, o que a gente está trazendo para cá, é todo aquele cabedal de conhecimento e experiência que aqueles caras tiveram ao longo dos últimos séculos, entendeu? **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Entendi. **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Questão de ordem. Quem está conduzindo? Terminou, não, né? **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Rapidinho. **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Não, não, não, tranquilo. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Aqui vocês falaram que nesse portfólio aqui da usina, a vida útil da planta é 40 anos, correto? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Isso. É uma vida útil estimada, vamos dizer. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Estimada a 40 anos? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: É. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: A concessão seria por 30 anos, correto? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim, correto. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Tá. Renovável por mais 30? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não. Isso não está escrito no Processo, acabou a concessão, acabou. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Acabou, acabou. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Acabou, acabou. A usina é de vocês. Se vocês quiserem-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Mas o Projeto de outra cidade pode ser renovado, está na outra Lei, de outro município. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: --Não, não, se vocês quiserem chamar o concessionário de volta, falar: “Fica aí mais 30”, ele vai falar: “Tá bom, tudo bem. Eu vou ter que fazer uma reforma nessa usina para ela aguentar mais 30”, tá? Mas só que não vai ser o mesmo custo que ele tinha lá no começo, obviamente, ele vai gastar, sei lá, 40% para poder botar ela em dia(*). **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Tá. Então, quer dizer que existe a possibilidade de fazer a concessão de 30 para mais 30? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pode, desde que vocês queiram, essa é uma decisão de vocês. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: O senhor vê a responsabilidade nossa? Nós estamos falando de um Projeto, de uma situação para, teoricamente, por 60 anos, então, provavelmente a possibilidade de ter alguns dos Vereadores vivo aqui no final-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: É pequena, né? **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: --desse contrato é, né? Então, é muito difícil! Então, a gente, por isso que a gente preza muito pela transparência do processo. Nós não somos contra, nós precisamos entender o que é que está acontecendo. Quem que definiu Nova Odessa? Foi o consórcio, foi vocês, foi a empresa LBR? Da onde que saiu a ideia de fazer na cidade? O porquê aquele local? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Tá. Explica isso. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Na verdade eu estava explicando para ele que você teve que sair, por isso que... essa pergunta foi respondida. Mas assim, na verdade, teve vários locais que foram estudados, né? E um terreno que foi possível fazer a implementação foi naquele. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Esse terreno já foi comprado pela...? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Não, não foi comprado. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Não foi comprado? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: É um terreno que foi cedido, alugado para... ele foi cedido, a pessoa aceitou que fizesse o projeto ali em cima dele. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: No terreno dele? Então, esse terreno, ele vai ser locado? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Ele vai ser... quem vencer a licitação tem que comprar o terreno. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Prioridade na compra, então, aí eles vão vender. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Por isso que... Exatamente. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Isso já foi feito o contrato junto com a Consimares? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Como você fala? **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Essa garantia de compra. Porque vamos supor que chega lá no dia lá e... **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Sim, tem um contrato, tem um contrato-- **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Mudou de ideia. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: --que eles cedem isso por dois anos, para se fazer o estudo e poder acontecer. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**: Então, esse contrato, ele tem dois anos de... se não acontecer nesses próximos

dois anos, e aí vai ter que fazer um novo estudo em outro local, ou nesse mesmo local, para a renovação do contrato? Entendi. Por ora só por isso. Obrigado. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”:** Presidente, eu [*Ininteligível*] que com seis anos paga a usina, depois só vai tocar a manutenção, né? Que se é 80 milhões por ano, 80 por seis anos, dá 480 milhões. A margem(*) não custa 500 milhões? **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Vamos lá, 80 milhões, só que aí você, veja bem, sobra 40 (mais ou menos 40, tá, o que sobra), esses 40 você tem que pagar o custo do investimento, tá? Se você fizer - e mais os juros, né? -, se você fizer uma conta, assim, uma conta de padeiro, vamos dizer assim, você fala: Bom, o custo do investimento é 500 milhões, você pegar 40, daria 12 anos para você pagar, tá? Isso seria o *payback*, vamos dizer assim, o *payback* simples, né? Se você fizer, colocar juros, colocar todos os custos financeiros, colocar também uma margem do próprio empreendedor, esse *payback* vai para 18 anos, mais ou menos, tá? 16... por baixo. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”:** Questão de ordem, rapidinho(*)-- [*Falas sobrepostas*] **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Isso vai ser mostrado tudo no estudo. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”:** --só para... sim, só para poder finalizar. Pelo o que eu estou vendo, é projeto muito bonito (pelo menos é o que está no papel), mas o que não dá para entender é o seguinte: esse retorno, ele não fecha muito a conta, esse período para o empreendedor ter um retorno é muito alto, é um tempo muito longe. **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Sim, sim. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”:** Então, ele vem e faz o investimento pesado, e outra, pelo que eu entendi nas falas anteriores é que o investimento inicial é de 500 milhões. **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Isso. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”:** Eu cheguei ler num jornal, né, alguma coisa que pode chegar a 800, 900 milhões de investimento. Nós estamos-- [*Falas sobrepostas*] **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Se chegar aí, talvez ele não se viabilize, tá, porque vai ter que... por isso que vai ter uma licitação, né? **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”:** Sim. **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Então, se você, se você não tiver uma licitação, aí você põe o que quer, né? **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”:** Sim. Mas aí, o empreendedor vem, se ele colocar esse dinheiro na poupança, se bobear, ele tem o retorno antes dos 11 anos. [*Risos*] **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Não, não, dificilmente. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”:** É um retorno muito demorado, mas enfim. **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Dificilmente ele vai ter, na verdade... porque se você pegar, por exemplo, um empreendedor japonês, por exemplo, o japonês, no Japão o juro é negativo, tá? Você deixar o dinheiro no banco, no ano seguinte, você tem menos dinheiro, tá? Se você estiver, por exemplo, na França, você vai ter 1% ao ano, né? Se você estiver na Itália, é menos do que isso. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”:** Mas se ele vem para o Brasil, ele tem quanto? **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Ou seja, se ele vem para o Brasil, ele vai ter de 8 a 10%, entendeu, num empreendimento desse. Isso é muito baixo para nível Brasil, porque o risco Brasil é muito alto, então, só empreendedores conservadores vão chegar aqui no Brasil, tá? Para o Brasil, normalmente, os empreendedores, eles exigem margens de receita, de taxa de retorno de investimento de 15% para cima, esse investimento não vai chegar a isso, de jeito nenhum! De jeito nenhum. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”:** Vocês já têm esse cálculo? Vocês já têm... **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Sim. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”:** E como que a gente faz para ter acesso a isso? **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Esses cálculos - como fala? - já estão prontos, se vocês quiserem, eles ainda não são públicos, vamos dizer assim, tá, porque isso daí tem que ser submetido a uma consulta pública, né? Mas se alguém quiser a gente pode trazer e mostrar, não tem problema. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”:** Posso... podemos fazer um Ofício da Casa e enviar para...? **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Eu acho que a gente pode fazer uma apresentação para vocês, não tem nenhum problema, a gente pode mostrar para vocês. Porque não adianta nada eu mandar para você uma planilha que ninguém vai entender nada, tá? São planilhas extremamente complexas, tá, extremamente complexas. **“1º Vice-Presidente**

“**Lucas Vieira Agostinho**”: Nós temos um contador aqui nota mil! “**Sr. Antônio Bolognesi**”: Não, talvez ele consiga, mas eu estou falando, são planilhas extremamente complexas, poucas pessoas vão conseguir entender, tá? “**1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho**”: Entendi. “**Sr. Antônio Bolognesi**”: Vai precisar de alguém mostrar, então, a gente se dispõe a mostrar para vocês, não tem nenhum problema, tá? “**1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho**”: Tá bom, obrigado. “**Sr. Presidente “Willian Souza**”: Eu quero... [Falas sobrepostas] “**Vereador “Ulisses Nunes Gomes**”: Questão de ordem. “**Sr. Presidente “Willian Souza**”: Eu já passo para os Vereadores, tem o Vereador João, tem outros, eu gostaria de fazer algumas perguntas aqui para eu não ficar perdido lá. Vamos lá, algumas, engenheiro, Mimo e Fábio, algumas talvez eu seja repetitivo, mas eu gostaria de uma resposta mais enfática para a gente ter a ideia. A minha primeira pergunta é: Quem é o empreendedor? Qual é o nome do empreendedor? “**Sr. Antônio Bolognesi**”: Não tem ainda, o empreendedor vai ser decidido através da licitação. “**Sr. Presidente “Willian Souza**”: Não tem o empreendedor? “**Sr. Antônio Bolognesi**”: Não, não tem. O empreendedor, só depois da licitação que a gente vai saber quem é ele. “**Sr. Presidente “Willian Souza**”: Se nós não temos um empreendedor (que foi o que eu imaginei, ele é necessário primeiro ter o processo licitatório), o porquê é que no plano de vocês, no Rima (no Relatório de Impacto Ambiental) vocês dizem: “O empreendedor tem um plano de melhorias com realização de obras, como pavimentação de vias devido ao tráfego, a ser gerado pelo empreendimento”. Como que vocês dizem que o empreendedor tem um plano, se o empreendedor não existe? “**Sr. Antônio Bolognesi**”: Tá. Não, vamos lá, então, tem que dar uma explicação aí, aí cabe uma explicação e vocês vão entender porquê. Nesse caso, alguém precisava apresentar esse estudo de impacto ambiental, não podia ser a LBR, por exemplo. A LBR, ela não tem - como fala? - ela não tem autonomia para fazer isso, e não teria valor esse impacto, porque seria uma empresa privada, né? Então, quem apresentou para efeito (para efeito) de licenciamento ambiental, quem é o empreendedor é o Consimares, tá? Então, o Consimares aparece, para efeito da Cetesb, como empreendedor, tá? Por que é que é importante isso aí? Isso foi, inclusive, uma orientação jurídica, tá? Porque isso neutraliza a questão do empreendedor, ou melhor, neutraliza a questão da licitação, porque se você coloca alguém já pré-definido, poderia ser interpretado isso como um direcionamento, e não é? Então, ficando no nome do Consimares é público, entendeu? Então, o-- [Falas sobrepostas] “**Sr. Presidente “Willian Souza**”: Então, entende-se, toda vez que eu ler a palavra “empreendedor” no Rima, ou em alguma questão aqui pontual, eu trato do Consimares, é isso? “**Sr. Antônio Bolognesi**”: Consimares. Por enquanto, é. “**Sr. Presidente “Willian Souza**”: Tá. Então, tá. Então, toda vez que eu ler “empreendedor”, por ora, esse “empreendedor” leia-se: Consimares. A minha pergunta seguinte, no Rima consta que o consumo de água será, terá um pico nas obras, no máximo de 110 metros cúbicos/dia e que será fornecido um poço profundo artesiano a ser construído pelo empreendedor, que já solicitou ao DAEE a outorga. A minha pergunta: Foi autorizado isso? Será possível a utilização, o Departamento do Estado autorizou que o empreendimento utilize um poço artesiano? “**Sr. Antônio Bolognesi**”: Sim, foi feito um pedido, em nome do Consimares, porque tudo está em nome do Consimares, tudo, tá? Para poder justamente neutralizar essa questão da participação de outras empresas privadas, né? “**Sr. Presidente “Willian Souza**”: Tá. Então-- [Falas sobrepostas] “**Sr. Antônio Bolognesi**”: O Consimares fez, através do Consimares... [Ruído de fundo] “**Sr. Antônio Bolognesi**”: Parar ou não? “**Sr. Presidente “Willian Souza**”: Não, tudo bem, pode continuar. “**Sr. Antônio Bolognesi**”: Tá. Através do Consimares foi feito um pedido para o DAE para poder, justamente, dar um parecer de viabilidade de construção desse poço. Foi feito isso, o DAE deu esse parecer de que esse poço, ele é viável, né, e que ele pode ser construído sim, e para ter outorga ele precisa primeiro ser perfurado. Aí quem vai realmente perfurar o poço é o empreendedor final, vamos dizer assim. Agora o DAE, o Consimares está como

empreendedor intermediário, tá? **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Ok. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Aí ele vai perfurar, aí ele tem a outorga, mas ele já tem o direito de outorga, vamos chamar assim, tá? **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Tá. É um bom precedente, Vereadores, eu observo esse ponto, porque se o Consimares consegue esse tipo de liberação, os empreendimentos que querem vir para Sumaré também conseguem, porque às vezes eles ficam inviabilizados por conta de ter que fazer uma longa ligação de água e tal. Então, vamos até pedir a cópia dessa outorga para a gente usar como exemplo e ajudar os empreendedores que querem construir empresas, indústrias na Cidade de Sumaré. Então, nada com esse assunto, mas isso me chama a atenção aqui no Rima de vocês. Eu gostaria de entender um pouquinho sobre essa questão, já volto aqui nessa questão - já volto aqui naquela questão do Rima -, mas quero pontuar a seguinte pergunta. Já respondeu em muitos termos técnicos, até se o senhor engenheiro quiser ser objetivo, fique à vontade, para a gente otimizar o tempo, porque já foi bem explicado alguns pontos alguns pontos, mas eu queria saber o seguinte: A quantidade de lixo que vai gerar será o suficiente para gerar energia para a área que está no domínio? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Tá, vamos lá. Como eu falei, essa energia que vai ser produzida na planta, ela vai ser injetada no sistema interligado nacional. Então, ele, não existe um direcionamento para quem vai essa energia, ela vai entrar no sistema da CPFL que, por sua vez, está interligado no sistema brasileiro, tá? Então, o elétron, como fala, é o que produz energia, né, ele não sabe para onde vai, na verdade, ele entra na rede e acabou. Então, não existe um direcionamento, falar: “Olha, essa energia que está sendo produzida aqui vai para tal lugar”, não existe isso, tá? O sistema, quando você liga a energia - vamos assim, num absurdo, vai - que você para de consumir toda a energia aqui na região de Campinas, e a usina continua injetando energia na rede, quem vai consumir essa energia é alguém lá do Rio de Janeiro, tá? É mais ou menos assim, então, não existe uma... **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Então, a região não ganha um benefício com geração de energia? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, deixa eu só colocar, é que aí eu vou falar um pouco de “engenharez”, né? O que o-- [Falas sobrepostas] **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Não tem problema, pode usar o diálogo técnico do senhor, que o nosso corpo técnico está acompanhando e eles vão nos orientar. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: --Então, maravilha! Excelente, maravilha! O que vai acontecer é que o sistema elétrico da região vai ficar mais robusto, tá, ele... você vai ter uma fonte de energia dentro da tua área de consumo. Isso faz com que você tenha, primeiro, menor necessidade de trazer linhas de transmissão para a ampliação do consumo aqui. Então, vamos dizer que você tenha uma indústria que queira se implantar aqui em Sumaré próximo ali da planta do Consimares, tá, da usina do Consimares, né, ele vai se sentir muito mais seguro de se instalar ali, porque ali tem uma fonte de energia confiável e firme, 24 horas por dia, tá? Isso faz com que o risco de apagão, naquele momento, naquele ponto próximo dali onde tem a usina, ele seja muito menor, porque você tem um suprimento de energia poderoso, vamos dizer assim, que vai garantir o consumo naquela região. O sistema elétrico interligado nacional, ele se desliga, no caso de uma falha ele vai se desligando como se fosse um dominó. Ele vai, só que ele vai pegando pelas beiradas, assim, né, então, ele vai pegando cargas que são maiores e ele vai tirando fora, tá? E quando chega aqui, por exemplo, perto de Sumaré, você vai ter uma quantidade de energia sendo produzida aqui na região, que vai fazer... isso eu estou falando, tudo, isso é fração de segundo, tá, que acontece, né? O sistema de proteção, ele vai interpretar o seguinte: Eu posso abrir os circuitos que estão ao redor dessa produção de energia e eu vou deixar essa produção de energia suprimindo a carga de Sumaré, por exemplo (Sumaré, Nova Odessa, essa redondeza aqui). Isso traz o que nós chamamos de “robustez” para o sistema elétrico. Então, esse é o grande ganho em termos de energia que Sumaré vai ter. Então, cada dia que passa, né, ou melhor, o dia que esse empreendimento entrar em operação, a probabilidade de você ter um apagão em Sumaré vai reduzir, tá? Então, vai acontecer, por exemplo, eventualmente ter um apagão

numa cidade mais distante, sei lá, tipo Jaguariúna, por exemplo, mas é pouco provável que você vá ter um apagão em Sumaré e Nova Odessa, tá? Essa é a grande vantagem, porque você tem uma fonte forte de produção de energia local, tá? **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** O aterro sanitário é uma das mais caras energias que se gera hoje, diante de tantos outros mecanismos criados para poder fazer a geração de energia. Essa conta vai acabar chegando para a população? Ela é mais cara, isso em inúmeras discussões, talvez você que venda essa ideia vai dizer que não, mas ela é uma das mais caras na geração. Essa conta chega para a população de que maneira? Como? É um pouco da pergunta que foi falada. Essa conta, a gente observa aqui, você deu o exemplo de Santo André, e aí eu posso até emendar com outra pergunta. Hoje, hoje a população diretamente não paga por isso, diretamente não é taxada por isso. Isso vai aumentar mais uma taxa para a população e, sobretudo, vai tornar mais cara? E a nossa energia terá alguma alteração? **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Não, não, na sua energia, não. Você, veja bem, você tem dois consumidores no Brasil, tá? Tem o consumidor livre e o consumidor cativo, né? O consumidor livre é, na maior parte deles, são indústrias. Indústrias que têm um grande consumo, então, ele adquire o poder de poder negociar com os geradores de energia preços melhores, vamos dizer assim. Tem uma espécie de leilões instantâneos que vão acontecendo e o cara vai comprando a energia conforme a oportunidade aparece, isso varia de acordo com o preço do dia, tá? E tem o consumidor cativo, que somos a maioria de nós aqui, são os cidadãos normais, vamos dizer assim, e as indústrias pequenas, e também o comércio, tá, esses são os cativos. Esses daí, de alguma forma, eles vão pagar por toda a energia que vai participar dos leilões da Aneel. A Aneel, ela tem responsabilidade de comprar a energia para o mercado cativo. E, agora, esse tipo de geração de energia, que vai custar mais caro, sim, ela é mais cara do que a energia eólica, por exemplo, ela vai ser compartilhada pelo Brasil todo (Brasil todo!). Agora, você imagina o seguinte: essa usina daqui da região do Consimares, ela representa uma parcela tão ínfima da carga do consumidor cativo, que isso vai representar alguns milésimos de centavos, não tem nem como medir o quanto isso vai representar no aumento da conta de luz do cidadão de Sumaré, tá? Isso vai ser distribuído por todo o Brasil, entendeu, todo o sistema interligado vai pagar, de alguma forma, essa conta, tá? É óbvio que, hoje, você... o Brasil vai pagar a conta de Sumaré. Mais adiante, Sumaré vai pagar conta do cidadão do Rio de Janeiro, que vai pagar a conta do cidadão de São Paulo, e aí vai, assim por diante, entendeu? Então, não existe nenhuma, nenhum milagre, como diz o americano: “não tem almoço de graça”, tá? É óbvio que isso aí tem uma tarifa mais alta e isso alguém vai pagar essa conta. Mas isso, por ser, a gente costuma dizer que esse não é o empreendimento de geração de energia, ele é empreendimento de saneamento básico. O objetivo dele é resolver o problema do lixo definitivamente, é eliminar a produção de gases de efeito estufa, é evitar que você tenha a criação de chorume, é evitar que você tenha mal cheiro. Ou seja, tem uma infinidade de benefícios que trazem um empreendimento desse daí, que essa parcela milimétrica de aumento de tarifa de energia, ela passa a ser absolutamente insignificante e irrelevante, diante dos benefícios que vão sendo trazidos. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Ok. Engenheiro, eu entendi bastante as suas explicações, acho que a gente pode ser objetivo. Vou resumir essa pergunta diante de tanto que você disse. Tem uma taxa nova para a população? **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Tá. Mas aí é a taxa de tratamento. A taxa de energia... **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Ok, mas tem, ela vai existir? **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Sim, mas ela é imensurável, para o cidadão é absolutamente imensurável. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Ok, isso... Deixa eu falar uma coisa para o senhor, tem gente que, com 1 real, agora, na Vila Soma... deixa eu dizer-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Não, não, isso não é um real, nós estamos falando de milésimos de centavos. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** --Ah, que seja! Eu vou dizer aqui, com 10 centavos, 15 centavos tem gente juntando agora para poder comprar alguma coisa. Então, para o senhor pode ser imensurável,

pode ser incalculável, para gente 1 centavo vai fazer questão, e somando centavo a centavo dá milhões. Então, eu só quero saber: Tem taxa? Se o senhor acha que é muito ou pouco, isso é uma avaliação do seu bolso, do seu salário. Eu quero saber se tem. Eu gostaria que o senhor fosse mais objetivo, porque o senhor está tentando, na verdade fantasiar, o negócio. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não, eu fui objetivo. **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Tá. Então, só explica para mim vai: Tem ou não tem? Se o senhor... não precisa calcular! *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Tem. Eu posso garantir para o senhor, eu posso até fazer a conta agora para o senhor o quanto representa isso. **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Não, não quero a conta! Eu não quero a conta, eu quero saber se tem. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: É milésimo, não é milésimo de real, tá, é milésimo de centavo, né? É muito baixo! **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Tem a taxa, engenheiro? Vai ter a taxa, a população vai pagar por isso a mais? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: O brasileiro, não a população daqui. **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Não, eu não quero saber do brasileiro, eu não sou Deputado Federal, sou Vereador da Cidade de Sumaré, o senhor está na Câmara Municipal de Sumaré. Eu quero saber desse lixão que vocês estão construindo-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim, sim, é óbvio! O senhor-- **“Sr. Presidente Willian Souza”**: --vai ter taxa para a população? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Tá. Enquanto uma geração de biomassa custa 400 reais o megawatt hora, essa energia vai custar 600, então, vai ser 50% mais caro no leilão de energia. Então, é óbvio que isso daí vai ter um impacto, mas vai ser um impacto absolutamente insignificante para o Brasil. **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Aos seus olhos, tá bom. Então, olha-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não. Perfeito, tá bom. **“Sr. Presidente Willian Souza”**: --então, a gente fica aqui com duas perguntas pontuais, a primeira: Ela é a mais cara, a gente tem pontuação, e terá mais uma taxa que é, pode-se dizer que é pouco ou menos, mas-- **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Tá bom. Vai lá, Mimo. **“Sr. Presidente Willian Souza”**: *[Risos]* Diga, Mimo. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Ok. Vamos pensar o seguinte: a questão do tratamento de resíduos, a questão de aterros, nós temos que ter uma preocupação grande aqui na nossa região. Nós temos hoje dois aterros aqui próximos, um pouco mais longe, próximo a São Paulo, menor que 70 quilômetros, em Rio das Pedras. Cada vez que diminuir um aterro desse aqui ou elimina um aterro, a tendência é esse custo ficar muito caro. Então, em relação à questão, sim, se vai pagar alguns milésimos de centavos na conta de energia, mas se a gente não tomar cuidado, a gente vai passar a pagar muito caro a questão da destinação final de resíduos. Isso é notório! O aterro de Paulínia está passando por uma situação que talvez ele não tenha a documentação; Sumaré está numa emergencial; Hortolândia está numa emergencial; daqui uns dias, Nova Odessa tem que falar a licitação. Se esse aterro de Paulínia não conseguir reunir a documentação e acertar toda a documentação, isso é muito preocupante, porque eu acho que aí você diminui muito a concorrência. Isso vai impactar muito nas contas dos municípios aí. Então, isso é preocupante, então, nós temos que torcer que essas documentações ocorram certinho, para a gente poder ter concorrência nessas situações aí, questão de destinação final, né, não de coleta. Só para ter uma noção, Às vezes, mesmo que surja um Projeto desse, a nível... que não seja do Consimares, que seja em outros locais, diminui as concorrências dos aterros sanitários, isso desafoga os aterros sanitários. Não sei se eu fui... **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Tá. Ô Mimo... foi, foi claro. É isso que a gente precisa, ser claro e enrolar menos, e você tem muita propriedade para isso, e sabe conduzir isso como ninguém. Sobretudo, vamos lá, perguntar aqui o seguinte, você citou a Estre. Na matéria do Jornal Todo Dia, de 8 de dezembro, e na matéria do Jornal Correio Popular, do dia 12 de dezembro, a gente vê frases entre os meios sendo discutido que a Estre está sobrecarregada e a ponto de não conseguir mais fazer a arrecadação do lixo da região e do lixo da nossa Cidade, propriamente. Vocês afirmam isso? A Consimares afirma isso em nome da Estre? *[Falas sobrepostas]* **“Sr.**

Valdemir Aparecido Ravagnani”: Não. Não, eu não afirmo isso em nome da Estre, não. Se pegar o mapa da Cetesb de resíduos, lá que fala isso daí, o mapa de... **“Sr. Presidente Willian Souza”**: A Estre não foi ouvida, então, Mimo? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**”: Não, quem fala é o mapa da Cetesb, tá? **“Sr. Presidente Willian Souza”**: O mapa da Cetesb, mas a Estre não foi ouvida nessa questão? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**”: Não sei... **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Se eles têm capacidade de ampliação, de uma geração melhor? Não, eu digo pela Consimares, inclusive: Vocês não ouviram a Estre, em nenhum momento, para dizer: “Olha, nós podemos implantar aí, já usar o terreno de vocês, fazer uma parceria, uma ampliação”? Vocês, em nenhum momento, chegou conversar com a Estre de uma possível parceria para não precisar abrir mais um aterro na região? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**”: Na verdade, acho que até pode ser até que aconteça isso, mas a situação jurídica que está a Estre hoje, de recuperação judicial, eu acho até difícil hoje você tentar fazer alguma situação, hoje, a nível de consórcio, né? **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Claro, ela está numa recuperação judicial, mas eu digo-- [*Falas sobrepostas*] **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**”: Eu acho que deve sair em breve, porque já tem outro empreendedor que está investindo lá-- [*Falas sobrepostas*] **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Sim. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**”: --mas eu acho que é uma questão que a gente torce para isso que aconteça, viu, porque... **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Então, mas vamos esquecer, é como se eu, por exemplo, fosse comprar a sua casa e você tivesse separando da esposa, eu não tenho nada a ver com isso. Você está lá, então, tá. Eu não vou entrar na recuperação judicial, agora, da Estre, porque está lá e nós temos outras iniciativas de recuperação judicial, mas que a gente pode discutir com o novo empreendedor, com o novo grupo que vai comprar, tal. A pergunta é: A Consimares tentou, alguma vez, ao invés de criar projeto novo, discutir com a Estre uma possibilidade de utilizar, de qualificar, de fazer toda essa questão que vocês estão apresentando, utilizando o próprio terreno e as margens que tem potencial de crescimento, ou nunca teve uma conversa com a Estre? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**”: A Estre, eu tive uma conversa acho que há muito tempo atrás com eles, né? E nesse caso desse empreendimento, foi a empresa que ofereceu o estudo, entendeu? **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Tá. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**”: É ela que ofereceu o estudo não foi nós, não é nós que estamos produzindo o estudo, é ela, é a empresa que ofereceu o estudo para nós. Mas assim, a Estre... [*Falas sobrepostas*] **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Foi a empresa, claro, ela tem total interesse, então, ela oferece o estudo, né? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**”: É. **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Mas não foi conversado com a Estre então, para não, para a gente não precisar abrir um novo aterro? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**”: Inclusive, nós temos um estudo de concepção, que é de 2013, 2014 que aponta outros lugares sem ser a Estre, que tem os cálculos lá, todas as situações desses estudos de concepção, depois eu posso passar para você para tentar entender. Mas a Estre... **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Ótimo! **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**”: A Estre, em si, eu não sei se ela, assim, eu converso muito pouco com o pessoal da Estre, mas a gente sabe que eles, na questão de aterros, eles são muito bons no que fazem. Isso, para dizer que... **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Tá. Ô Mimo, aproveitando isso, quando foi concedido a Estre, quando ela foi feita a concessão para a região, a promessa também era de uma geração de energia (isso está nos documentos iniciais) que pouca gente sabe disso. Apresentaram-se para a região e para vários grupos uma possibilidade de trazer, de fora do país para a região, uma possibilidade de geração de energia e todas as questões. Vocês têm conhecimento desses documentos iniciais, já sabiam disso? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**”: O que eu tenho de conhecimento da Estre é a produção do CDR deles, que eu falei [*Ininteligível*] em 2013, que eu estive visitando lá, e a única coisa que eu vi isso; e numa época que falecido o Ângelo Perugini queria conhecer o sistema, entrei em contato com o

pessoal para ele viabilizar a visita dele lá, para visitar a produção do CDR lá. O único contato que eu tive com eles. E o Projeto em si, de aprovação da Estre, eu não tenho conhecimento, e eu acho que isso não consta na licença deles, tá? Na licença ambiental, porque eu tenho lá a licença ambiental da autorização de receber resíduos e não consta isso. Enquanto o aterro de Americana-- *[Falas sobrepostas]* **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Tá. Os municípios... **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: --enquanto o aterro de Americana, lá na licença ambiental, ele tem condicionantes de reaproveitamento de materiais antes do descarte final. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Tá. Os municípios não vão mais pagar pela destinação final? **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Os municípios, não, quem vai pagar é o consumidor, é o contribuinte. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: O próprio morador? **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: O próprio morador. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Tá. Então, vamos lá, vamos fazer esse exercício só para mim entender: Hoje quem paga para fazer a destinação final do lixo é os municípios, correto? **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Sim, ele recebe a taxa do contribuinte e paga. E isso tem que ser por aquela questão que nós discutindo, a questão do marco, tem que estar definido: o que é coleta e o que é destinação. O que é coleta, tratamento e destinação. São algumas etapas da questão do manejo de resíduos. Do manejo de resíduos, então, vamos lá, são cinco etapas, tá? Coleta, transbordo, tratamento e destino final de rejeito. Vamos lá, quando a gente fala em tratamento, quando você fala de coleta seletiva, ela é coleta, depois quando eu falo de cooperativa, segregação, já é um tratamento, tá? Só para, só para entender que isso tem que estar, por exemplo, a questão que os municípios, porque na Lei de Saneamento e no próprio Plano Nacional de Resíduos, no Planares, fala: “Quando você tem a cooperativa, você vai ter que pagar pelo serviço prestado por ela”. Então, assim, só para você ter uma ideia, por isso que eu falo, é importante organizar as cooperativas porque elas têm muito a receber. Então, se eu pago R\$ 80,00 para colocar no aterro, a Prefeitura paga lá, ela vai, a cooperativa, o Poder Público pode fazer um contrato com ela para pagar esses R\$ 80,00 para ela, tá? É uma coisa que-- *[Falas sobrepostas]* **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Ok. Ótimo, *[Ininteligível]*, ótimo. *[Falas sobrepostas]* **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: --é para incentivar. *[Falas sobrepostas]* **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Mas assim, só mim, só para a gente fazer um exercício muito rápido aqui. Hoje quem paga, então, é a Prefeitura-- **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Prefeitura. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: --então, o meu lixo, que eu saio aqui em casa, jogo, a destinação final, que ele chega na Estre, quem paga por mim é a Prefeitura; e o dinheiro que ela recarda de mim é pelo IPTU, enfim, um monte de... questão, onde com a taxa que foi implantada, não é isso? **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Sim. Sim. Então, nessa parte-- *[Falas sobrepostas]* **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Eu que vou passar a pagar agora? **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Sim, você vai começar a pagar só a destinação final, a coleta você continua pagando para a Prefeitura. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Tá. E quando for implantado esse projeto que a Consimares está colocando, eu, eu passo a pagar, não a Prefeitura mais, eu pago diretamente? **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Exato. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Para quem que eu pago? **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Você paga para o empreendedor. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: O empreendedor, a Consimares? **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: É. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Por ora. **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Por ora, sim. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Tá. Então, hoje, essa taxa que já está inclusa no monte de imposto, a gente vai pagar mesmo. *[Falas sobrepostas]* **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Que vai descontar e vai... desculpa, vai diminuindo da sua taxa e vai para lá, porque ela não vai fazer parte da composição. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Vai descer-- **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Certo? **Sr. Presidente “Willian Souza”**: --vai descer lá para a Consimares. Sumaré hoje gera, Mimo, se eu não me engano, cerca de 200 toneladas por dia de

lixo, correto? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Exato. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Essas 200 toneladas geradas por Sumaré, transforma Sumaré na cidade mais importante de coleta de lixo e destinação da região que abrange Consimares, correto? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Sim. Em quantidade, sim. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Em quantidade e a arrecadação financeira, consequentemente, né? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Sim. E aí é proporcional à população, né? Sumaré, Hortolândia, Santa Bárbara e no... [Falas sobrepostas] **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Sim, é porque, para mim não falar com o número de população, vou transformar ele em lixo para chegar aonde a gente quer, né? Então, se, a gente arrecada 200 toneladas por dia, a gente dá o destino final para ela, para 200 toneladas por dia, o que transforma Sumaré a mais importante do consórcio, a mais importante para que esse negócio aconteça e, sobretudo, também a que mais vai investir financeiramente para que tudo isso aconteça, não é isso? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Sim. Teoricamente é a população de Sumaré quem mais vai investir. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Isso. A população de Sumaré sem... retirando toda essa questão - bom, depois eu volto nessa porque eu tenho outra pergunta - a CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz), embora nós sabemos que pela regra existe: os leilões, existe as distribuições, a discussão com o Ministério de Minas e Energia (que terá que ser feita), os leilões das distribuições e outorgas de Governo Federal, as agências reguladoras (que serão colocados); mas quem gerencia a energia da nossa região é a Companhia Paulista de Força e Luz. Foi conversado com eles em algum momento, Consimares teve alguma reunião? Alguma Audiência Pública? Houve alguma conversa? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim, eu posso responder isso porque foi, nós fizemos isso junto com o Consimares, né? O Consimares emitiu um Ofício para a CPFL, pedindo uma análise de conexão, tá? E a CPFL falou que sim, pode ser feita essa conexão, não tem nenhum problema para o sistema elétrico da CPFL, tá? E que os custos dessa conexão ficarão por conta do empreendedor, tá? Ou seja, aquele que ganhar a licitação vai ter que pagar essa conexão. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Sim, vai ter que pagar. Ok. Com quem foi conversado na CPFL? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Com o Departamento da Engenharia, tá? Da CPFL. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Vocês conseguem o nome responsável e gerência, se recordam? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Sim, eu até consigo sim. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Não, pode, pode buscar, não tem problema, para a gente fazer registro e depois conversar também com o pessoal. A pergunta, nós temos aqui uma Legislação que adere ao consórcio nas cidades da região, certo? Aí o Mimo acho que vai ter mais propriedade. A pergunta é o seguinte, entre os artigos colocados, o artigo... logo no início quando você faz aquele, é o contrato, né, do manejo de resíduos que foi aprovado pelas Câmaras, pelas cidades, assinados pelos Prefeitos. Quando a gente acompanha aqui na Sessão primeira, das finalidades gerais, na cláusula sexta, que são finalidade do consórcio, nós observamos aqui... no item 8º que: “promover a gestão de recursos financeiros, oriundos de convênios e projetos de cooperação bilateral e multilateral dá o poder para a Consimares fazer a gestão de recursos financeiros, oriundos de convênios, projetos de cooperação bilateral e multilateral”, certo? Então, nós temos aqui. Mimo, é possível que a Consimares administre toda a taxa de resíduos sólidos da região? Que ela cobre e gere o carnê, que ela faça toda a gestão dessa taxa? Com o possível acordo feito com o município, após aprovar a Lei na Câmara, pode ser transferido do município essa gestão toda para a Consimares? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Eu acho que isso, a gente pode estudar no Edital e ver se isso é vantajoso ou não, tem que analisar isso aí. Eu entendo (no meu modo que) o consórcio pode fazer isso. Mas será que é atrativo isso para o empreendedor? Nós temos que pensar. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Mas pode, a partir da aprovação da Lei da Câmara vai poder, não é isso? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Sim. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Tá. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Presidente, posso, posso só colocar rapidamente uma questão

aqui? **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Claro, claro. **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Esse tipo de... se você gerar um órgão, por exemplo, Consimares cobrando essa taxa, pode ser que a inadimplência, ela fique muito alta, tá? Você cobrando isso numa conta de luz ou numa conta de água, a inadimplência é baixa, e isso-- **Sr. Presidente “Willian Souza”**: É, obriga a população a pagar. *[Falas sobrepostas]* **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: --obriga a população a pagar. Então, e... o-- *[Falas sobrepostas]* **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Exatamente, mas é como, eu entendi. *[Falas sobrepostas]* **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: --custo é absolutamente o mesmo, entendeu? **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Claro, eu entendi, engenheiro, mas é que eu não estou com fins comerciais, né, eu estou pensando outra questão. Bom, vamos lá, sobre, aqui na Prefeitura, a Lei de... poderia, com esse convênio, com essa autorização, este empreendedor e a Consimares ou o ganhador gerenciar os cemitérios da região? **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Eu acho que... *[Risos]* para fazer isso teria que mudar a questão do protocolo do consórcio também, né? Não sei se... **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Não sei, eu estou perguntando se poderia dentro dessa licitação se há possibilidade. *[Falas sobrepostas]* **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: É, poderia. Não, nessa licitação, se quiser colocar lá e alterar o protocolo do consórcio, acho que pode. Porque acho que não é a finalidade do consórcio fazer isso, mas-- **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Ok, ok. Não, eu sei que vocês aí vão discutir, mas eu estou perguntando só se poderia, eu estou supondo tudo para tirar todas as dúvidas da minha cabeça. É melhor eu dormir sem dúvida do que com dúvida, acredite! **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Assim, tem um... tem um consórcio que está perto de nós aqui, que eles fazem a gestão da nomeação pública dos sete municípios que fazem lá e... para vocês terem uma ideia, eles estão próximos a nós aqui, tem o município de Matão que aproveita eles, né? Mas de iluminação pública, tá? Que é outra coisa que pode se pensar em fazer, e outras especificações, que a gente sabe toda a dificuldade que é na questão *[Falha no áudio]* aí dos municípios. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Quem fará a licitação, quem fará a licitação da, do empreendedor novo? **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: A Consimares vai fazer essa licitação. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: É a Consimares, não será as Prefeituras? **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Não, mas antes de fazer isso, é por isso que nós temos que ter todo isso pessoal... se vai, os Prefeitos vão, vão ter que decidir juntamente com os Vereadores. “Vai fazer? Vai, então vamos fazer”. Agora vamos fazer uma análise jurídica completa, porque essa análise jurídica quem faz, o consórcio não tem uma equipe jurídica, nós vamos ter que contratar uma análise jurídica para se fazer uma análise muito bem-feita dessa análise jurídica *[Ininteligível]*. *[Falas sobrepostas]* **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Mas quem faz o processo licitatório será a Consimares? **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Amparado por essa, por essa... pelo corpo jurídico. *[Falas sobrepostas]* **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Pelo corpo técnico, mas quem vai presidir-- *[Falas sobrepostas]* **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Pelo corpo jurídico. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: --mas quem vai presidir solicitação será o Consimares. **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Será o Consimares. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: A fiscalização a partir do momento da aprovação da Lei, tomando como base a Lei aprovada na cidade de Elias Fausto, no Art. 8º da Lei, diz que: a fiscalização e a autonomia (e agora já respondendo um pouco), ficaria para a Consimares e não para as Prefeituras. Se eu quiser reclamar, por exemplo, por exemplo, eu, Prefeitura, quero reclamar de algo, eu teria que passar para a Consimares, para a Consimares (como gestora do contrato) fazer a atuação é isso? **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Entendo que sim, mas a Prefeitura, ela faz parte do Consimares automaticamente, né? **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Sim, mas ela faz parte como membro, mas aí a Consimares que, aí seria o conselho, por exemplo. *[Falas sobrepostas]* **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Sim, com os sete Prefeitos. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Como foi

falado pelo engenheiro: “Vocês podem criar um órgão, uma Agência Reguladora”, claro, nós podemos, temos a autonomia do Município. Mas hoje a ARES-PCJ, por exemplo, ela administra o recurso. Então, ela vai aumentar a tarifa de água, a gente tem um membro lá na ARES, mas eles aprovam e a gente só fica com a água no valor a que chegou, 13,7%. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Então... ô Presidente, eu não sei, porque, na verdade, quando você faz essa questão, eu não acompanho muito a concessão da questão de Sumaré, no finalmente, eu não sei. Quanto que é de investimento e quanto que é de serviço nessa taxa de 13%? Alguém tem, alguém tem, eu não sei se tem isso aí, eu não consegui, eu não pesquisei, esses dias não deu tempo de pesquisar essa situação; quanto que é de investimento e quanto que é de serviço? O senhor tem essa ideia? **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Quanto que é de investimento da concessionária de água e esgoto? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: É, porque... não, não, quanto, porque essa tarifa, a ARES-PCJ, ela aprovou o 13,7, né? **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Isso. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: E quanto, desses 13,7... **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Questão de ordem, só um pouquinho, Mimo. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Opa, desculpa. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Presidente, dá uma olhada aí no Expediente aí se tem que prorrogar ou não. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Solicitar que abra o painel para que eu possa olhar? Sim, tem que prorrogar. Eu peço permissão ao Plenário para prorrogar por até mais uma hora o Expediente: os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Está prorrogado por até mais uma hora. Ô Mimo, voltando aqui na questão, então, nós temos aqui, eu não tenho a composição, até tinha de manhã, mas agora não vou... **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: É porque aí, isso, isso é... **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Eu não vou conseguir encontrar aqui, eu estava até olhando aqui, porque. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Porque... **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Pode falar. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Porque quando a gente fala que, o investimento aqui é só investimento, entendeu? E, quer dizer, no início é um investimento e depois aqui é só a prestação de serviço, no modo geral. Então, vai ser só pela concorrência, isso, é lógico que eu vou colocar no Edital, ter que estudar todo esse Edital para a gente colocar dessa maneira. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Não, claro, eu entendi, mas é, a minha preocupação, deixa eu tentar-- **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Deixa eu tentar só falar, que acho que na concessão da-- **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Ata, desculpa. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Ah desculpa, na concessão, na concessão do DAE, lá tinha investimento e serviço junto que acaba se misturando, né? E por isso que dá toda essa, essa confusão aí que, eu acho que vocês foram muito corretos no que fizeram aí. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Claro, mas a minha pergunta é porque, aqui no Art. 8º, no Art. 9º (no Art. 8º e no Art. 9º) da Lei aprovada em Elias Fausto, que ainda não veio para a Câmara, então, não foi elaborado, o Prefeito é muito diplomático e sempre dialoga com a gente antes de mandar qualquer coisa para a Câmara, conversa os assuntos, nós não temos nenhum problema de relação, embora os Poderes sejam independentes, a gente tem uma harmonia muito grande. Mas no Art. 8º e no Art. 9º da Lei aprovada em Elias Fausto, ele dá total poder para o Consimares, para poder fazer a fiscalização dos serviços e também o acompanhamento como uma Agência Reguladora, é essa questão, assim, que eu queria ser evidente, é isso, né? É o que está na Lei de Elias Fausto, vocês fazem a licitação e vocês são os responsáveis por todo o negócio, é isso? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Sim. E eu não posso fazer, e eu não posso fazer o papel da Agência Reguladora, tá? **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Tá. Claro, claro, claro. A Agência Reguladora, ela vai cumprir outra tarefa. Não a cidade-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Ou cria se outro-- **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Oi? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: --Ou se cria-se outra agência ou usa o que tem. Porque atualmente, a questão de resíduos automaticamente, quem a ARES-PCJ, água e

esgoto, a questão de resíduos hoje, hoje, por exemplo, hoje que como tem uma taxa em Sumaré, o contrato já vai para a Ares fiscalizar também, tá? Fiscalizar, a taxa continua, o Poder Público que faz, se fosse tarifa ela poderia falar se vai subir ou não, como é taxa, quem fala é o município com a autorização da Câmara. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Isso. **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Questão de resíduos, certo? De resíduos. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Na cidade de, na cidade de Capivari, no Art. 2º, foi votado uma Lei também sobre essa questão do Plano Intermunicipal de Gestão, né? E no Art. 2º desse Projeto de Lei, diz que: “Fica o Município de Capivari autorizado a incluir as propostas orçamentárias anuais vindouras, dotações suficientes a cobertura de suas responsabilidades financeiras decorrentes do disposto dessa Lei, cujos recursos deverão ser transferidos à Consimares para a execução do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos”. Mimo, você pode me explicar um pouquinho sobre isso, sobre colocar no orçamento um valor e destinar à Consimares para fazer esse Plano Intermunicipal de Gestão de Resíduos? O município terá que pagar para, nesse projeto, nesse plano, o município terá que pagar à Consimares para o corpo técnico que vai contratar para a licitação? O que é que é? O que é que significa esse Art. 2º dessa Lei aprovada em Capivari? **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Essa Lei foi aprovada quando, Presidente? **Sr. Presidente “Willian Souza”**: 2014. **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Então, tá. O que acontece, o Consimares, se eu, Consimares, por exemplo, se eu fizesse a coleta, destinação final; todo esse trabalho, vocês têm a LDO, a LOA, tudo isso... o PPA, tudo isso parte disso aí, teria que passar para a dotação orçamentária do consórcio. Ela autoriza, se o consórcio fizesse isso, isso aí é colocado lá na... nos orçamentos deles e vai transferir para gerar rubrica para o consórcio fazer esse tipo de pagamento, porque o consórcio em si, eu só recebo conta de rateio, certo? Para pagar as coisas. Se eu... realizasse alguma operação, se eu, consórcio, eu faço a coleta lá em Capivari e Sumaré, os municípios têm que pegar a rubrica deles e repassar para o consórcio Consimares para criar a rubrica deles, para poder abrir a licitação e pagar as empresas. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Existe possibilidade do consórcio colocar para o empreendedor a coleta também? **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Não é o objeto desse projeto. Não é o objeto desse projeto. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Mas ficará alguma abertura para isso ou não tem possibilidade, continuará cada município fazendo a licitação, não tem possibilidade de inclusão? **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Não, esse projeto não tem possibilidade, agora pode-se criar outro projeto, ou alguém, vamos se dizer, por exemplo, tem a Agrega aqui em Sumaré “Ô, quero fazer um projeto pelos sete municípios do consórcio... do consórcio para fazer a coleta. Fazer a coleta seletiva, tudo”. Ora, apresente o projeto, a gente apresenta, apresenta, entra com o pedido, a gente apresenta para os Prefeitos, né? Eles aprovam como foi feito e ele apresenta o projeto, se a gente concordar, os Prefeitos concordarem e tiver a autorização das câmaras, a gente pode fazer isso também. Mas não é o objeto do consórcio não, até é objeto do consórcio, mas até hoje nunca foi comentado assunto desse tipo de... **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Sobre o manuseio não foi comentado? **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: Da coleta não. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Tá. Mimo, o que Sumaré ganha com isso, de recursos de arrecadação, de algo do tipo? Tem alguma entrada financeira econômica para a Cidade de Sumaré ou só a cidade de Nova Odessa ganharia com isso, por ora? **Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani**: No primeiro momento sim, alguns impostos vai ficar só lá, que eu falei, até comentei, que é a questão do ICMS verde, que é todos os municípios do consórcio vão ter; e uma outra situação que a gente está aqui se analisando, que é a questão do consórcio pode ser criado um fundo, parte de essa empresa investir nesse fundo para a gente trabalhar com as entidades dos municípios. Essa é uma situação que vai ser analisada e discutida amplamente, mas-- [Falas sobrepostas] **Sr. Presidente “Willian Souza”**: No projeto, no projeto está incluso política pública, educacional ou ambiental para as escolas, para o município, para

as cidades aqui? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Sim, está previsto, né? Todas as cidades, apesar que eu falo para vocês, gente, assim, nós já fizemos alguns estudos da questão ambiental dentro dos municípios, das escolas municipais, essa questão é muito bem tratada na questão das escolas municipais, é nós, adultos (eu falo assim, nós que somos um pouco mais velhos, né, vocês talvez) não foi muito bem treinado, mas crianças hoje, nas escolas, essa questão de resíduos, ela é muito bem trabalhada, tá? E por isso que eu falo, nós temos que incentivar as políticas públicas que foi falado aqui na questão dos catadores, das cooperativas, dos Ecopontos, tudo isso é coisa que a gente tem que avançar muito nos municípios. E tudo isso favorece a gestão dos resíduos, tá? **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Ok. Ô Mimo, nós temos, nós temos pronto já, nós temos pronto o Edital ou o Termo de Referência? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Não, isso só depois da análise jurídica, né, vai ter completo. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Não tem pronto isso? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Não. Não, não, tem, o que foi apresentado pela empresa eu tenho, mas não foi analisado pelo jurídico nosso, porque isso que eu falei para você, é um custo alto e a hora que tiver a aprovação, porque se não for, vamos dizer que não vai ter o projeto, disse: “Não, Sr. Prefeito, não queremos, não...”. Então, não vou gastar um dinheiro para uma análise jurídica, que não é tão barato, né? Sendo que um projeto que não vai ser... que não foi aprovado, né? **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Tá. Então, já tem um termo, já tem um Edital, mas ainda não, ainda não foi avaliado, é isso? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Sim, exatamente, não foi avaliado juridicamente, por isso que não torna ele público, mas se vocês quiserem isso aí não tem problema nenhum, mas é a questão de confiabilidade, né? Para não tornar público antes da análise jurídica, né? **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Claro. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Pode ser que tenha coisas que lá ele tenha que se corrigir. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: É evidente, né, vai ter toda uma alteração. Ô Mimo, sobre a questão da escolha da área, nós temos aqui pontual e aqui no Rima, a gente coloca aqui que várias áreas de Sumaré foram cogitadas para poder fazer essa construção, né? Mas que tiveram vários pontos que foram sendo discutidos e foi colocado de fora. Foi feito uma conversa com a Secretaria de Planejamento de Sumaré, porque no Plano Diretor está para vir para a Câmara, foi conversado com a Secretaria de Planejamento para poder saber o que é que se pretende fazer (claro que tem que aprovar pela Câmara, Audiência Pública, lálálá), mas a preliminar o que é que se pretende Sumaré fazer de declarar nesse zoneamento, bem na divisa com esse empreendimento da coleta, o que é que Sumaré pensa em fazer? Foi conversado sobre isso? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Eu conversei muito antes, tá? Quando a Mili(*) estava aqui, a gente conversou muito sobre a questão de resíduos, quando ela estávamos analisando o plano mas depois que ela saiu do escritório(*) não conversei mais sobre isso, especificamente não, por exemplo, no Município de Nova Odessa, eles estão fazendo a discussão do Plano Diretor lá, e eles incluíram o Consimares como uma parte que, a gente está na discussão lá do Plano Diretor de Nova Odessa. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: É porque, no Rima, no item 2, ele fala que está completamente colado na Cidade de Sumaré, né? Quando a gente continua seguindo o Rima, a gente vê o potencial, 200 toneladas por dia, nós vemos também o potencial aqui que, que a gente pode identificar em vários pontos dele, falando aqui também sobre, sobre a influência, né, que Sumaré é uma das áreas que mais teria a influência colocada; nós vemos a citação aqui também do IBGE, como que vai colocando as situações de quantas pessoas tem banheiro, esgoto tratado, todos os, as pontuações; a questão do ar da região, Sumaré seria a área e Nova Odessa uma das áreas mais afetadas; nós temos a questão do ruído, que também Sumaré pode ser a área que mais seja atingida juntamente com a cidade de Nova Odessa. Então, eu não, eu não, eu não, você sabe, está bem na divisa, colado, né? Como foi dito aí pelo engenheiro, um passo você está em Sumaré, um passo você está em Nova Odessa, é um risco ali imaginário que a gente coloca, por tudo que está aqui

caracterizado. Vocês verificaram o zoneamento que está enquadrado Sumaré na área que divide?

“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”: Viu, na verdade, eu falo para vocês, a gente analisou, eu pensei em muitas áreas em Sumaré, mas todas elas na área rural, essa linha da Bandeirantes, se a gente pensasse, se tivesse zoneamento ali, seria o local, talvez, ideal as margens da Bandeirantes, se existisse o zoneamento, sabe? Conheço várias regiões que poderia ser ali, mas, assim... falar, mas assim, como o zoneamento era de Nova Odessa, nós estudamos o zoneamento na era de Nova Odessa. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Vocês não olharam, então, nada do zoneamento paralelo conosco, por exemplo, se lá é área rural, se é industrial, não? *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”:** Olhamos outras áreas. Mas Sumaré é industrial ali, né? Ah não, as áreas de Sumaré é, que a gente analisou era tudo industriais, tá? **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Não, não, mas a área que divide lá, vocês viram lá, vocês estão colocando uma área industrial, e para a gente ali também seria, está no nosso plano atual que-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”:** É mista, né, é mista. Ela é mista. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** É mista. Agora na zona mista nossa, né, uma empresa, uma empresa gostaria de se localizar ao lado desse empreendimento de resíduo sólido, ao lado, colado, vamos supor que a Samsung, vou dar um exemplo de celular, a Nokia, a Claro, enfim, né, enfim, não vou aqui falar o nome para fazer propaganda, essa empresa gostaria de ir para o mesmo local, você acha que gostaria? **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Posso responder essa, Presidente? **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Claro, claro. **“Sr. Antônio Bolognesi”:** Não só gostaria, como adoraria, tá? Esse empreendimento, ele é todo, todo sonho, vamos dizer assim, de uma empresa que queira realmente fazer um projeto sério, tá? Esse empreendimento que nós podemos chamar de, ele atende todos os aspectos do ESG, tá (que é a palavra da moda agora, né?), em todos os aspectos, tá? Então, ele vai ser um polo de atratividade, principalmente para Sumaré e Nova Odessa, tá? Aquela região ali, ela vai ser um polo de atratividade, porque todo mundo vai querer estar perto dela, porque ela não incomoda outras indústrias e nem mesmo a população, a prova disso está no mundo inteiro, as outras 2500 plantas que estão espalhadas pelo mundo afora, tá? Então, sim, muitas empresas gostariam sim de estar lá do lado e isso o senhor pode consultar outras empresas por aí, tá? Que não tem, ao contrário, tá, esse tipo de impedimento, ele atrai investimentos de outras indústrias. Isso é dessa forma, no mundo todo, tá? **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** É possível que a gente diga que 65%, mais ou menos, dos resíduos vão passar dentro de Sumaré para ser entregue? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”:** Não, porque se você, se o planejamento, se Hortolândia, ela já faz hoje para o Estre, Anhanguera; Santa Bárbara, Anhanguera, tá? Capivari, vem pela Anhanguera, Capivari já vem para o Estre hoje, que praticamente é o mesmo caminho, ela pega a Washington, Luiz de Queiroz e Anhanguera, né? Então, eu acredito que não. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** E aí Mimo, você que as empresas, você conhece bem lá, né? Eu vou aí falar um pouquinho da fala do Vereador Caverna, ela vem pela Anhanguera, ela pagaria duas vezes pedágio para poder colocar lá? Depositar o resíduo? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”:** Então, aí que eu volto naquilo que o Vereador Silvio falou, da gente poder colocar o que foi discutido aqui com o Joel, a gente poder colocar isso como obrigação, para não impactar. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Tá bom, mas é obrigado hoje, vamos supor, a gente pode colocar no contrato, mas é a obrigação de você passar pelo pedágio, e muita gente corta o pedágio, isso, colocar no contrato que é obrigação não vai impedir. Você acha que, vamos fazer uma lógica, você acha que a empresa vai pagar dois pedágios por caminhão, por eixo, por peso, passando em balança, ou ela vai cortar para entrar em Sumaré? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”:** Eu acho que se a gente colocar isso bem definido, definir essa questão aí, fazer uma exigência no contrato disso aí, e... o que eu posso falar é isso, eu tenho que deixar bem claro isso, que vai ter que se usar esse caminho para poder destinar ali. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Ô Mimo, nesses

estudos, você acompanhou de perto a questão dos estudos de conversa com a sociedade civil, com os catadores, que foi citada pelo engenheiro e que está no Rima? Você acompanhou alguma conversa como essa da nossa região? Na Cidade de Sumaré, tinha alguém incluso nisso? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: De catadores sim, inclusive, foi indicação minha, de catadores, de cooperativa não só daqui, como da região-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Mas de Sumaré, você pode citar alguma? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Ah, eu... eu posso falar para vocês, olha, foi conversado com a cooperativa Verdes Mares, que aqui só tem essa cooperativa, né? Agora, catador avulso eu não vou falar, com entidades foi conversado, várias entidades. **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Qual entidade? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: A Acias, por exemplo, foi uma que foi conversado. A Associação dos Engenheiros foi conversado – Quem mais? Deixa eu ver -, a Sofic foi conversado. Eu não vou lembrar o nome de todas as entidades. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Não, tudo bem, não tem problema nenhum. Bom, eu acho que por ora é isso, por ora, eu estou satisfeito, não sei se algum Vereador tem mais pergunta. Não lembro, para mim eu estou satisfeito das perguntas, algum Vereador tem mais pergunta? **“Vereador Gilson Gomes Ferreira”**: Questão de ordem, Presidente. **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Questão de ordem do Vereador Caverna. **“Vereador Gilson Gomes Ferreira”**: Eu estava aqui pensando aqui, ô Presidente, uma coisa aqui, chegando 30 anos, a gente não quer mais a concessão, o que é que a gente vai tocar? Os maquinários daqui 30 anos vai ficar tudo detonado, e ela vai entregar os maquinários com manutenção ou a gente que vai pegar, que vai fazer a manutenção? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Ela tem a obrigação de entregar operando, tá? Operando. Então, quanto a isso, como fala, estará escrito no Edital, tá? Então, daqui há 30 anos, ela estará operando. Você fala assim: “Ela vai durar mais 30?”, aí é outro problema, então, obviamente, para durar mais 30, você vai ter que fazer alguma modernização, alguma coisa desse tipo, tá? Mas ela vai funcionar ainda, por uns bons anos, como eu falei para vocês, né, na França, tem usinas funcionando há mais de 50 anos, tá? Originais, tá? Só foi feita alguma modernização de automação, alguma coisa assim que é absolutamente marginal, né, o investimento. Mas a usina em si, o original dela, está funcionando há mais de 50 anos. **“Vereador Ulisses Nunes Gomes”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Questão de ordem do Vereador João Maioral. **“Vereador João Maioral”**: Sr. Presidente, tinha duas perguntas a ser feita e foi, e foi contemplada umas das perguntas que o senhor fez aí para o Mimo e para o engenheiro aí. Então, eu agradeço agora. Obrigado. **“Vereador Ulisses Nunes Gomes”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Vereador João Maioral”**: Eu fui contemplado e fui bem respondido. **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Questão de ordem do Vereador Ulisses. **“Vereador Ulisses Nunes Gomes”**: Eu queria fazer uma pergunta, eu queria que vocês relembresse que eu já, no debate aqui eu já me perdi um pouco. Quantas pessoas (ou habitantes) vai ser atendido nessas sete cidades por essa usina? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Novecentos, é quase um milhão. **“Vereador Ulisses Nunes Gomes”**: Um milhão? Um milhão, um milhão. Dá até para entender que é um milhão de cliente, né? Para a empresa, né? Então, um milhão de cliente. **“Vereador Joel Cardoso da Luz”**: Ô Mimo... **“Vereador Ulisses Nunes Gomes”**: Não terminei ainda. **“Vereador Joel Cardoso da Luz”**: Desculpa, desculpa. **“Vereador Ulisses Nunes Gomes”**: *[Risos]*. Não terminei ainda. Eu já continuo aqui e já passo aí, Vereador. **“Sr. Presidente Willian Souza”**: Fica à vontade, Vereador. **“Vereador Ulisses Nunes Gomes”**: Eu só fiz a, levantei isso aqui para entender me um pouco, né? Que é um milhão de clientes que está aí envolvido nessa empresa, que qualquer desequilíbrio financeiro, esses um milhão clientes tem que assumir esse desequilíbrio financeiro, que é o que acontece aí com a BRK. Mas eu queria fazer uma outra pergunta, né? Acredito que vai ter Audiência Pública, eu queria fazer essa pergunta tanto para o Mimo, tanto para o Antônio: A LBR vai participar

dessa Audiência Pública? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: De qual você fala, do EIA/Rima? **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Vai ter Audiência Pública para vocês poderem apresentar o projeto, não vai ter? Tentaram fazer uma, nós conseguiu cancelar. Eu acredito que vocês vão-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Não, quem participa é o empreendedor. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Eu acredito que vocês vão fazer outra Audiência Pública, eu estou perguntando porque o engenheiro está aqui e não responde pela LBR. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Nós vamos participar também. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Eles vão participar. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Não responde, né? E quem está fazendo essa consulta desse projeto é a LBR? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Sim. **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Eu só estou perguntando se ela vai participar dessa Audiência Pública. Que tem algumas perguntas que tem que ser feita a ela. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Aham. Tá, entendi. **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Por isso que eu estou perguntando se ela vai participar dessa Audiência Pública. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, ela, veja bem, não tem nenhuma assim, eu estaria lá como representante dela, tá? Mas não seria, não poderia responder determinadas perguntas, como algumas que vocês fizeram aqui, eu não poderia responder, tá? Aí, inclusive, foge ao escopo da Audiência Pública do, porque lá é uma questão ambiental, tá? Então, se você perguntar, por exemplo, de processos que tiveram no passado ou sei lá, ou alguma outra característica da própria empresa, eu acredito até que o Consema responderia que falar que isso não é objeto do, do EIA/EIA/Rima, tá? **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Eu só estou fazendo essa pergunta e estou afirmando ela, porque durante toda a conversa aqui hoje, desde o começo, o Antônio chegou a dizer que não responde pela, ele não está aqui respondendo pela LBR. *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, eu posso, o senhor perguntou se a LBR poderia estar representada lá sim. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: É, e aí eu estou perguntando porque tem algumas perguntas que não consigo responder aqui, que ela vai ter que responder, ela precisa responder. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Sim, mas não em uma Audiência Pública de EIA/Rima, ela pode vir aqui responder para o senhor. **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Ah, então, lá ela não vai participar? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, ela não vai, veja bem, lá, ela-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Essa pergunta, só estou fazendo essa pergunta, *[Ininteligível]* é objetivo. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Veja só, ela contratou pessoas para fazer o EIA/Rima lá, que é a Manancial, tá? A Manancial vai estar lá e ela vai responder todas as perguntas, nós vamos lá, nós (eu e o Mimo provavelmente) estaremos lá para dar suporte, mas quem vai responder é a Manancial, tá? É muito... **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Então, o senhor já respondeu: a LBR não vai participar da Audiência Pública. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, ela não estará lá na Audiência Pública, tá? Quem vai estar lá é quem responde, é o empreendedor (que é o Mimo que vai estar lá), e quem vai responder também é quem fez o estudo, que é a Manancial-- **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Estudo de impacto ambiental **“Sr. Antônio Bolognesi”**: --isso é a regra. A LBR para qualquer feito, ela não existe lá no Consema. **“Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Tudo bem. Eu só queria saber se ela vai participar, o senhor está dizendo que ela não vai participar, então, está respondido à pergunta. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Presidente... **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Ok. Vereadores, temos mais alguma pergunta-- *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Só uma, só uma pergunta. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: --que não tenha sido feita? **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Essa não foi feita. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Vereador Joel, pois não. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: O senhor acredita, Sr. Antônio, que a empresa vencedora, então, deva ser estrangeira ou brasileira? Pelo que o senhor já disse desde o começo, que tem que ser uma tecnologia estrangeira, que não tem nacional, ninguém consegue tocar essa usina. O que é que o senhor me fala? **“Sr.**

Antônio Bolognesi”: Eu não tenho como responder isso, tá? Porque eu não sei quem vai participar da licitação, né? Porque isso é aberto, é público. Mas eu posso dar a minha impressão, tá? Eu diria para você que existe uma grande possibilidade de ter empresas brasileiras e estrangeiras em consórcio, tá? Eu diria para você que, eu não vou dizer, garantir 100% da chance, tá? Mas todas as empresas estrangeiras, elas precisam de ter alguém local, tá? **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Tá. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Dificilmente alguém vai vir para um outro país sem ter um suporte local. Então, eu diria para você que, não vou dizer que é 100% de chance, mas é uma grande probabilidade de ter empresas estrangeiras e brasileiras participando juntas em consórcio. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Tá bom, obrigado, Sr. Antônio. Presidente, é só isso. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Vereadores, alguém tem mais alguma pergunta? **“Vereador “João Maioral”**: Sr. Presidente, embora eu suspendi as perguntas, eu posso só uma coisinha rápida para perguntar para o Mimo? **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Claro, claro, Vereador. **“Vereador “João Maioral”**: Ô Mimo, é o seguinte, nas suas respostas aí, eu fiquei meio numa dúvida, hoje, por exemplo, o município tem a Lei que o pessoal paga já a taxa do resíduo sólido, e parece que na resposta sua ocorreu qualquer coisa que poderá ser cobrado uma outra taxa na água, fora essa ou a mesma passaria para ser cobrada na água? Essa dúvida me pairou. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Sim, sim, pode ser cobrada na água, a Lei hoje permite, o marco do orçamento permite que-- **“Vereador “João Maioral”**: Sim, mas essa mesma taxa seria transferido para ser cobrado, ah sim, não é que criaria outra não? Ah entendi, tá ok, obrigado. Só isso, obrigado. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Questão de ordem, Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Vereador Rudinei Lobo com a palavra. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Só a última pergunta aqui para encerrar a minha parte. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Sim. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Eu tenho ido em algumas Audiências e assistido, e acompanhado, e eu não tenho percebido a presença dos Secretários de Meio Ambiente das cidades, porque é que eles não vão? Para estar acompanhando, porque é interesse das Secretarias, né? Às vezes tem à vontade do Prefeito, mas às vezes não tem a orientação do Secretário de Meio Ambiente, porque eu acho que um Secretário é um pilar bom para dar um parâmetro para o Prefeito poder tomar a sua decisão. Obrigado. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Rudinei, esse processo, ele passou toda essa questão do Covid, você vê a dificuldade. Então, os próprios Prefeitos, para participar, assim, para nós mesmos, eles confessam muita coisa que não gosta, assim, que é a questão da segurança mesmo, assim. Mas assim, o plano nosso, por exemplo, de resíduos - o plano estou falando - plano de resíduos, a gente fez muita discussão, muita visita, muita reunião on-line, tudo, é um desafio, viu? É um desafio, e outra, eu falo para vocês, os Secretários são atarefados, cara. Essa área de resíduos aí, a gente vê que todos os municípios são, assim, nós estamos discutindo um plano digital para absolver planos digitais, tá? E eu não consigo, precisava fazer uma reunião com o pessoal, isso vai facilitar muito para o contribuinte, para ele poder lançar os planos, o pessoal da saúde está cobrando muito essa questão, eu não consigo porque a Monte Mor, Capivari, eles estão com a cabeça em outro lugar, que é a questão das enchentes que eles tiveram lá que também teve. Mas lá é uma dificuldade, fora essa questão do... **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: É, eu, assim, cada um pensa de um jeito, né? Eu vejo, assim, às vezes o Prefeito vai lá (ou o nosso, ou outro de outra cidade), participa da reunião, né? Acha uma coisa bacana, mas às vezes ele não tem tempo de compartilhar com o Secretário. E o Secretário geralmente é uma pessoa técnica (igual você já foi Secretário de Sumaré), então, assim, a pessoa tem uma técnica, que ele então está respaldado por uma pessoa que presta, que está no Governo dele, né, e tem total confiança dele, para ele poder tomar aquela decisão que ele tem que tomar. Aí eu tenho ido lá e eu não vejo Secretário, não vejo nem o nosso, nem de outra cidade, eu vejo os Prefeitos querendo muito isso aí, né? Até um dia eu fui meio chato com o Prefeito lá de Capivari, acho que fui, falei assim: “Põe na

sua cidade aí, né?”, falei para ele, né? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: *[Risos]* Acho que foi o Brischi, né? **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: É, acho que foi. Então, assim, eu não vi o Secretário, então, é uma coisa que preocupa, porque por mais que os Prefeitos tenham uma boa vontade de querer fazer a implementação do empreendimento, às vezes ele não tem aquele entendimento do meio ambiente, porque ninguém é conhecedor de tudo, né? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Sim, mas a gente tem, a gente troca muita informação com os Secretários, tá? Aqui em Sumaré especificamente não está só no meio ambiente, né, aqui que tem a Secretaria de Serviços Públicos, né? Que... que é o Cido, até o Cido falou, assim, que queria estar aqui hoje, mas no fim foi tão corrido que eu nem convidei ele, e... **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Ele está com Covid. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Ah, ele está com Covid? Vixe. Eu não sabia. Mas assim, a gente tem conversado muito com esse pessoal também, tá? A gente troca muito informações, assim, tem municípios que participam mais, mas assim, eu vou... se a gente começar muito a levar técnico na reunião com os Prefeitos, o volume é grande e a gente tem medo dessa questão do Covid, espero que acabe logo aí e ocorra tudo bem aí. **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**: Tá bom, obrigado. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: E vão se vacinar, né, gente? **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Vamos lá, mais algum Vereador? Para que a gente *[Falha no áudio]* encaminhar? **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Quem, quem está pedindo? **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Questão de ordem, Sr. Presidente, Vereador Hélio. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Vereador Hélio. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Nobres Vereadores, quero dizer que fui na missão lá, na entrega dos documentos, lá do Jardim Casa Verde, em nome da Câmara Municipal, representando a Câmara Municipal. E voltando agora, eu gostaria de fazer três perguntas apenas, eu tenho um questionário de 19, mas é para não se estender muito, eu vou fazer três perguntas. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Só um minutinho, Hélio, você pode fazer as três perguntas, e depois se você quiser a gente para debater mais assuntos, fica à disposição, tá? **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Sim, lógico, com certeza, pode ter certeza que se tiver que debater a gente vai debater, fica... *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Não, assim, depois, depois, quiser ir no consórcio, tudo, ficamos à disposição sua, tá? **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Tá, tá bom. Olha: Os colaboradores da administração e operacional da empresa serão recrutadas em qual percentual, dentro do Município de Sumaré? Essa é uma das perguntas. Quer responder uma ou quer que eu já pergunto as três? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, vamos responder uma por vez. Não existe essa subdivisão, na verdade, isso vai ser feito de acordo com as necessidades, tá? Estima-se que ao longo da, a construção da obra pode se chegar a mil empregos num determinado pico da obra, tá? Na operação da planta (que vai ser durante 30 anos, né?), deve-se contratar pessoas da região, tá? E certamente vai ser pela qualificação, então, não vai ter, falar: “Não, tem que ser de Sumaré, tem que ser de Hortolândia, tem que ser...”, não! Vai ser pela qualificação, veja bem, eu só estou falando isso, eu estou me colocando na posição do empreendedor, tá? Que eu estou recebendo, porque já tive muita experiência em outros projetos por aí, tá? Mas a gente não acha que seja adequado fazer uma divisão por município, porque tem que ser por qualificação e não por município. Pode ser que, por ser o Município de Sumaré, o município mais desenvolvido da região, é possível que a grande maioria dos trabalhadores venha de Sumaré, estou dizendo que assim é uma grande probabilidade, tá? Então, é isso que eu posso dizer, não haverá, não existe nenhuma garantia desse tipo, tá? Seria uma imposição muito forte para o empreendedor isso daí, não tem como. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Não é garantido no caso, né? Não é garantido, né? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não tem como garantir isso. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Tá. Com vistas no Art. 10 e 18, já existe prevenção de

obtenção de recursos junto ao Poder Federal? Qual seria esse valor e para qual finalidade? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Não, não... o recurso é 100% privado, tá? O empreendedor vai buscar esse recurso onde ele quiser. Se ele quiser buscar no BNDES, muito bem; se ele quiser buscar fora do Brasil, o problema é dele; ele quiser assumir os riscos do... já o Vereador Joel fez exatamente essa pergunta, tá? E se ele quiser correr o risco do câmbio, o problema é dele, tá? Ou seja, o empreendedor, ele por ser privado, ele é livre para escolher aonde ele vai buscar o recurso. Esse recurso que o senhor está mencionando é um recurso para investimento público; esse investimento não será público, ele será 100% privado. Então, o empreendedor vai buscar dinheiro onde ele quiser.

“Vereador “Hélio Pereira da Silva”: Tá. É Antônio, né? **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Isso.

“Vereador “Hélio Pereira da Silva”: Lembrei o seu nome. Na realidade, como eu não estava presente, eu fiz a pergunta que eu tinha decifrado aqui. Eu agradeço ao Vereador Joel por já ter feito essa pergunta, né? **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Não, não, fique à vontade. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: É bom reforçar. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Mas... Tá. Qual a estrutura de publicidade/divulgação para que a população colabore com a coleta seletiva, para que as empresas proporcionem a logística reversa? E qual a estrutura de equipamentos de coleta previstos para o município? Ou seja, em geral, todos os municípios que estão dentro do programa. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Do consórcio. Dentro do consórcio a empresa vai ter que investir na construção de barracões e equipar esses barracões para a coleta seletiva. Em todos são 16 ou 19, agora, barracões que ela vai ter que construir em todos os municípios do consórcio, é lógico que os municípios maiores vão receber mais, e os municípios menores vão receber menos. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Para mim entender, desculpa, é 16 a 19...? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Barracões de coleta seletiva equipados com isso aí, vai estar no Edital. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Isso em todas as cidades? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Em todas as cidades. A soma é total. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Ou cada uma? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Não, a soma total disso. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Soma total. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Por exemplo, Elias Fausto, 22 mil habitantes, é um; Capivari seria dois, eu não tenho isso daí, mas-- **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: É por população? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: É pela população, baseado na população, isso aí está no plano de resíduos nosso, no Plano Intermunicipal de Resíduos, quanto que vai ter que colocar. *[Falas sobrepostas]* **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Média quantos barracões por população? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Olha, se não me engano... eu sei que são, nós calculamos na faixa de 30 cooperados por barracão, isso que nós calculamos, para investir, mas a faixa de ... eu não vou lembrar a média população, mas eu acho que Sumaré seria cinco barracões, tá? Sumaré que é um município maior, cinco barracões. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Cinco barracões dividido por 300 mil habitantes. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: 60 mil habitantes. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: 60 mil habitantes. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: É, que vai dar mais ou menos o... o Capivari e Monte Mor que está beirando dois, dá certo, beirando que tem essa população, dois barracões. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Eu falei três, mas deixa eu só... **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: E a questão da coletiva seletiva é um investimento que vai ter ser feito na educação ambiental, viu, Hélio? Muito forte, viu? **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Não entendi. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: A questão da coleta seletiva, que nós vamos ter que investir muito, tem o plano nacional, onde a gente vai ter que seguir o plano nacional de coleta seletiva, tá? Desviar todo esse material de acordo com que o plano nacional fala. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Vereador Hélio, o senhor me permite um parte rapidinho nessa fala? **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Sim, lógico, Vereador. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: A gente falou de ter esses barracões, provavelmente

seria as pessoas que fazem essa coleta na rua. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Nós temos que incorporar eles lá. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Sei. E os intermediários? Como é que ficam essas pessoas que tanto ajudam, né, hoje em dia, fazendo a compra desses materiais, vocês chegaram a pensar? Vocês podem ajudar de alguma forma ou simplesmente coloca esse barracão, recolhe diretamente e não olha para essas pessoas? Porque hoje eles geram impostos, geram recursos e até ajuda muito desses catadores que acabam recolhendo o que está na rua por falta de Ecopontos, vem até no ponto e falar o seguinte, né, Mimo: Vocês aí no Consimares disse para mim que, disse para o Alan, principalmente, disse para todos os Vereadores que vocês trabalham com a prevenção, com planejamento. E uma matéria de vocês aqui, somente duas cidades (das sete) têm Ecopontos, tem esse trabalho, está numa matéria do Jornal Tribuna Liberal do dia 8. Durante todo esse período que vocês estão à frente do Consimares - bom, aqui eu só estou replicando o que está na matéria, se quiser eu até te passo. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: São quatro cidades que tem? **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Estão dizendo aqui na matéria, que somente Hortolândia e Sumaré tem o trabalho, perdão, Hortolândia e Nova Odessa tem o trabalho de Ecoponto. A Consimares não vem fazendo o trabalho há um tempo com as outras demais cidades, vocês estão pensando nesses, nesses intermediários aí? Seria essas duas questões em cima do que o Hélio falou. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Então vou corrigir a matéria, Ecoponto tem em Santa Bárbara, Nova Odessa, Hortolândia e Capivari. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Não, eu só estou replicando o que está na matéria, então, eu não sei se foi consultado vocês, é importante. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Eu não lembro de... mas eu acho que foi consultado, mas pode ser que... **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Inclusive, tem uma matéria, inclusive, tem um Vereador de Santa Bárbara do Oeste que fez um questionamento à Prefeitura que os Ecopontos estavam fechados, tem a matéria também aqui, não vinham funcionando. Mas assim, a questão que eu queria saber se a Consimares vai fazer algum trabalho, porque até isso ficar pronto vai demorar um certo ponto, um certo tempo. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Não, mas Ecoponto não entra no escopo da empresa, tá? **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Mas vocês não vão criar os barracões para que recebam? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Os barracões sim, os barracões sim. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Mas o que eu falo é assim, nesse período todo e até isso ficar pronto, será que não seria o ponto da Consimares já estar pensando nisso? Porque assim, essa questão ela pede socorro há muito tempo já, não é de hoje, né? E a questão dos intermediários, vocês não pensaram nessa população, nesses micro pequenos empresários? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: A questão da comercialização do material que vai para a cooperativa, ela que é a responsável, nós não podemos intervir, né? Não queremos direcionar venda para A ou para B, esses intermediários pode ser um comprador, eu não... quem decide é a cooperativa em si para, quem ela vai vender. Eu sei de, por exemplo, essa de Santa Bárbara que eu falei que era uma cooperativa exemplo, eles trabalham em comercialização de rede, sabe? Então, eles fizeram uma coisa interessante lá que eu achei, assim, como começou a aparecer muitos catadores avulsos, porque nessa questão da pandemia começou a aparecer, questão de desemprego, começou aparecer muito catador avulso, e tem o pessoal que não queria. Então, eles, a cooperativa lá começou a fazer um trabalho com eles, de eles vender esse material para a cooperativa, e a cooperativa comercializar em rede. Aí, isso não é eu que estou falando, mas posso mostrar para vocês lá, assim, tipo assim: “Espera aí, mas porquê que você quer comprar o meu papelão? Quanto você vende? Quanto você vai me pagar?”, “Eu vou pagar um real”, “Mas você está louco, eu estou vendendo a 60 centavos”. Quer dizer, então, você começa a diminuir a exploração desse coisa, eu não estou falando que o intermediário faz isso, mas quando você comercializa em rede, você consegue outros valores, e lá eles conseguiram porque, que eu falei a

você, teve o aumento no material dos recicláveis, teve um aumento, agora aumentou o valor do número de catadores, o que está acontecendo agora? Os preços dos materiais estão caindo, e esse pessoal está ficando, por isso que eu falo, nós temos que incorporar esse pessoal dentro das cooperativas, para eles poder ter essa segurança. Porque o catador avulso, acontece isso, hoje ele tem o material que vale alguma coisa, mas daqui 30, 40 dias, esses materiais variam muito, tá? A questão dos Ecopontos, por exemplo, Sumaré, isso é uma discussão com o pessoal de Sumaré para tentar montar Ecopontos aqui. Então, a gente, assim, a gente dá ferramentas para os municípios fazer, dá estudos, agora, se o município vai querer implementar ou não, a maneira que ele vai querer trabalhar, não é nós que decidimos, entendeu? É uma questão, cada município tem uma maneira de trabalhar. Hortolândia tem 13, 13. Sabe, então, assim, e lá eles chamam de Leve, né, que não leva o nome Ecoponto, é Leve, mas é 13. Então, facilita a gestão da questão de resíduos dentro do município isso, isso eu não estou falando para vocês que não é só aqui que tem isso aqui, né, eu tive a oportunidade de estar fora do país, em cidades da Itália tem Ecoponto, na Suécia eu vi Ecoponto, tudo isso é uma ferramenta muito importante na questão de... da gestão de resíduos, tá? E é uma ferramenta interessante. Hélio, fique à vontade, Hélio, desculpa se me alonguei aqui. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Vereador Hélio, enquanto você vai fazendo, eu só vou fazer uma pergunta. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Tudo bem, Joel. **“Vereador “Joel Cardoso da Luz”**: Eu acho que não vai estar contemplado lá, pelo que eu... Aí não ia entrar caçambeiro, caçambeiro vai ficar apartado disso aí? **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Não, a construção civil não entra nesse projeto, tá? No projeto Consimares pode entrar, que no projeto Consimares a gente montar um processo sim, é que no passado a gente tentou montar um processo, aí tem uma Prefeita que não quis fazer, sabe? Conseguiu acabar com o projeto nosso, aí daqui a pouco ela montou uma usina sozinha, que era para o consórcio fazer tudo em comum. Mas não quero citar nomes. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Sr. Presidente. Questão de ordem, Sr. Presidente **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Oi, Excelência, fique à vontade. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Eu estou satisfeito. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Obrigado, mais algum Vereador? Não tendo mais Vereador inscrito para fazer a palavra, eu finalizo com duas perguntas pontuais aqui para a gente poder finalizar, de fato. No ponto aqui eu ia falar, eu estou revezando todas as minhas falas aqui enquanto coloca. Fala aqui sobre... o Vereador Rudinei apontou isso, o Vereador Silvio também, e eu li uma parte: “o empreendedor tem um plano de melhorias com as realizações das obras, como pavimentação de vias, devido ao tráfego a ser gerado pelo empreendimento”. A minha pergunta, no mapa, depois quando faz a apresentação do slide, que o engenheiro apresentou o slide, lá no momento da localização, se a gente observar no momento da localização, a gente aproximar uma lupa no próprio, na própria apresentação do slide, nós temos lá também um detalhe colocado, posso até ver aqui a primeira, segunda, terceira, quarta. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Sr. Presidente, travou a voz do senhor. *[Manifestação fora do microfone]* **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Voltou, né, Vereadores? Deve ser o sinal da internet. A pergunta é, eu até encontrei aqui no slide colocado, quando a gente aproxima no mapa da localização, também tem a mesma mensagem: “a infraestrutura viária será readequada para atender o empreendimento”. Vocês têm alguma, algum croqui disso, algum documento, o que é que seria, onde seria essas melhores infraestruturas de estrada, vocês teriam em algum lugar? Porque eu não consegui encontrar; se puder dar alguma referência, eu agradeço. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Essa foi uma solicitação da Prefeitura Municipal de Nova Odessa, tá? No documento que ela deu as diretrizes, né? Chama - não lembro agora o nome do documento - diretrizes viárias, qualquer coisa do gênero, né? Inclusive, esse documento foi uma exigência do processo da Cetesb, tá? E está anexo no processo, né, do EIA/Rima. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Então, nenhuma melhoria seria para Sumaré, seria só para Nova Odessa? **“Sr.**

Antônio Bolognesi”: Não, se tiver... Não se tiver algum trânsito adicional para Sumaré, sim, mas pelo que... **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Mas, por ora, não está previsto nenhuma melhoria para Sumaré? **“Sr. Antônio Bolognesi**”: É, pelo o que a gente está vendo aqui já pelas várias colocações aqui, eu acredito que Sumaré hoje já está sendo impactado, né, de alguma forma, né? Essa é uma oportunidade de melhorar essa questão para Sumaré, né, começar a desviar da cidade qualquer coisa do gênero, tá? Mas Sumaré só se tiver, eu não me lembro agora, me desculpa, realmente eu não me lembro quais as vias que são ser submetidas a essa melhoria, né? Mas certamente é a estrada de frente do empreendimento e as vias de acesso ali que são todas elas que vão ter que ser melhoradas, com certeza, tá? Pode ser que algum trecho fique dentro da Cidade de Sumaré, isso eu não saberia te dizer agora, nesse momento, tá, precisaria estudar o plano viário lá que foi incorporado nos estudos. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Ok. Por fim, eu agradeço a presença de vocês, eu agradeço o Fábio, o Mimo, e o engenheiro e, sobretudo, eu finalizo dizendo o seguinte: com tantos exemplos que deram errados, citados nas entrelinhas da fala do engenheiro no Brasil (que ele citou aí diversos), e tendo um exemplo aqui da Estre o por que é que esse daria certo? Qual que é a grande chave, qual é o grande segredo? Porque teve vários exemplos que deu errado e no Brasil não tem nenhum, qual que seria, por que é que esse dá tão certo assim? Por que é que vai ser-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Bom... **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: --o pioneiro e falar assim, o Brasil inteiro vai olhar para cá e vai falar assim: “Esse deu certo!”, qual que é X, onde que está esse segredo? Ou é igual o molho do McDonald's que ninguém descobre os ingredientes-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Não. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: --e como é que faz? **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Esse está bem transparente, não, o grande segredo desse aí, primeiro é o seguinte: nós estamos num momento diferente criado pelo Marco Legal de Saneamento, esse é o primeiro ponto, bastante importante; segundo ponto importante: a revisão recente agora da Política Nacional de Resíduos Sólidos, também, é importante; uma série de novas regulações criadas pela Anel nos últimos dois anos, tá? Isso também, são motivos importantes, vamos dizer, toda a parte regulatória e legal, ela se transformou nos últimos dois anos, né, e isso é um motivo muito importante para que a gente possa dizer que esse empreendimento é diferente de outras tentativas no passado, tá? Outro ponto importante: estruturação do projeto, realmente esse projeto foi estruturado de uma forma muito consistente, tá? Onde a gente consultou fornecedores de nível mundial, tudo isso está exposto no trabalho que foi entregue pelo Consimares, né, toda essa preocupação com as questões ambientais, toda essa preocupação com as questões de viabilidade econômica do empreendimento, tá? Toda... todo esse aparato que a gente criou em termos de projeto, tá, e de consistência lógica desse empreendimento, né? Eu diria para você que esse empreendimento, ele foi desenvolvido num padrão igual ao que se desenvolve na Europa, tá, exatamente da mesma forma. Então, existem poucas empresas no mundo que fazem esse nível de desenvolvimento de projeto, tá? E isso dá uma credibilidade(*) muito grande, tá, nós aqui, que estamos aqui, vamos dizer assim, no dia a dia, né, dessa discussão, né, com todas as, bancos que procuram, com investidores que procuram, com fornecedores que procuram a gente e tudo mais, tá, a gente percebe que eles sentem firmeza e eles sentem que esse projeto realmente faz diferença, tá? Ele é um projeto que vai se viabilizar porque ele tem consistência no seu desenvolvimento, tá, ele não foi feito de forma leviana, e ele considera tecnologias completamente provadas e consistentes no mundo a fora, tá? É só por isso que nós temos certeza que, se aprovado, né (se aprovado, obviamente) esse empreendimento vai sair do papel e ele vai se transformar numa referência nacional, tá, porque ele vai ser o primeiro do Brasil feito no formato de consórcios. Eu diria para vocês que vocês vão cansar de dar entrevistas a respeito desse empreendimento que vai ser um *case* nacional. **“Sr. Fábio Chagas Orsi**”: Coisas boas, né? **“Sr. Antônio Bolognesi**”: Eu não vou dizer um *case* mundial. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Eu

espero. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Porque existem outros empreendimentos similares no mundo, tá? Eu posso até citar, quem quiser pesquisar, pesquisa o empreendimento da Lipor, que é na cidade do... na Grande Porto, tá, a Lipor é um projeto muito grande parecido com esse daqui, só que a diferença lá é que o empreendimento foi feito pelo... *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: *[Ininteligível]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Pelo consórcio público, tá? Porque lá tem dinheiro da comunidade europeia, então, a comunidade europeia praticamente pagou, deu dinheiro para eles construírem lá, né? Aqui não, aqui como não tem dinheiro, o dinheiro público aqui é muito escasso, né, vamos ter que depender realmente da iniciativa privada, tá? Essa é a última diferença, mas os empreendimentos são muito próximos-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Presidente “Willian Souza””**: Ok. **“Sr. Antônio Bolognesi”**: --muito próximos, tá? **“Sr. Presidente “Willian Souza””**: Tá bom. Ok, muito obrigado! **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Presidente... **“Sr. Presidente “Willian Souza””**: A gente finaliza aqui... Oi Mimo. **“Sr. Valdemir Aparecido Ravagnani”**: Eu só vou falar para vocês, eu estou praticamente há 13 anos trabalhando nisso, e vários projetos, várias oportunidades, várias coisas apareceu no consórcio. E, assim, não estou falando que vai ser aprovado ou não, tem que fazer todas as análises ainda e, assim, eu confio no projeto, tá, assim, de coração. E fico feliz assim de ter ouvido vocês aqui e fico à disposição (como eu, eles também), ficamos à disposição dessa Câmara queira ou não queira, aqui... eu moro aqui em Sumaré, né, minha família é daqui, tudo; e fico à disposição dessa Casa aqui, sempre que tiver necessidade para dar esclarecimento aí a vocês, tá? E fico muito feliz mesmo de poder ter tentado chegar assim... ter tentado responder no máximo o que vocês, que você, que a gente conseguiu responder para vocês e o que não puder a gente vai *[Ininteligível]* LBR queremos colocar à disposição. Que nem a questão da planilha, ficamos à disposição para a gente estar mostrando. E o Vereador Hélio, estamos à disposição lá para atender tudo que você, que você quis fazer três perguntas por causa do *[Ininteligível]*, ficamos à disposição de vocês aí, tá bom? Obrigado, gente! *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Obrigado, também. **“Sr. Presidente “Willian Souza””**: Ok, muito obrigado, muito obrigado, Mimo-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Obrigado, viu!? **“Sr. Presidente “Willian Souza””**: Obrigado, engenheiro, obrigado, Fábio, muito obrigado! Eu estou aqui pensando na frase do engenheiro, né, ele fez uma frase (e eu acabei ficando pensando aqui) que a gente vai dar muitas entrevistas, essas coisas, quero dizer, Mimo-- *[Falas sobrepostas]* **“Sr. Antônio Bolognesi”**: Eu tenho certeza disso, viu? **“Sr. Presidente “Willian Souza””**: --que eu tenho um grande respeito por... é, eu tenho um grande respeito por ti, Mimo, e o considero, respeito, e também, pelo seu trabalho, pelo talento, mas o que me preocupa não é a pessoa do Mimo Ravagnani, e sim, por tudo que está por trás, por tudo que a gente tem que discutir amplamente, e vai ser necessário noites de muito trabalho e dedicação. Eu espero que a gente de muitas entrevistas mesmo, mas eu *[falha no áudio]* um pouco isso, porque quando fizeram a concessão da Odebrecht falaram que a gente ia dar, que a gente ia dar muitas entrevistas de esgoto tratado, e a gente teve que dar entrevista dos esquemas de corrupção da Cidade, então, eu pretendo esperar para a gente poder cantar essa bola antes, né? De repente a gente quer dar entrevista para pedir música no Fantástico e, de repente, acaba dando entrevista para responder onde que está o dinheiro que estava aqui, né? Mas vamos lá, continuando a Sessão agora, eu peço permissão ao Plenário para poder prorrogar o Expediente por até mais uma hora, e peço permissão, na mesma votação, para passar a Sessão do dia seguinte, do dia 8 para o dia 9. Então, eu peço permissão ao Plenário para isso: os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Está aprovado por toda essa Casa, sem nenhum voto contrário. Nesse sentido, eu solicito ao Exmo. Vereador André, na condição de 1º Secretário, que faça a leitura da Moção da noite, da primeira *[Falha no áudio]*. **“1º Secretário “André da Farmácia””**: Moção n. 19/2022: “Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sumaré,

Moção de Congratulação, Aplausos, Louvor e Parabenização, apresento a essa Egrégia Casa de Leis a presente Moção de Congratulação, Aplausos, Louvor e Parabenização ao Sr. Marcelo Alves Pereira, pelo serviço público prestado na Cidade de Sumaré. Marcelo Alves Pereira (apelido Fininho), tem 42 anos de idade, morador da região do Matão, filho de um pedreiro, Sr. Antônio Alves Pereira (que infelizmente não está mais em vida), e a senhora Alira Prates Pereira, também conhecida como tia Lira, doméstica. De uma família tradicional, conhecida no bairro e na comunidade católica, é constituída por seis irmãos, sendo cinco homens: Nilson, Nilton, Marcos, Márcio e o caçula Marcelo; e uma mulher: Maria Armélia – perdão – Maria Armelina. Marcelo foi funcionário concursado do antigo Departamento de Água e Esgoto de Sumaré. Estudou em escola pública e através do Enem conseguiu ingresso... ingresso na faculdade, sendo formado em ciências jurídicas (no Direito). Já trabalhou nas áreas da saúde – Falou, vai com Deus! Tudo de bom para o senhor! - Já trabalhou na área da saúde Posto Unidade Santa Clara, alguns anos na Polícia Civil desse Município, e atualmente está prestando serviço na Justiça do Trabalho de Sumaré. Marcelo tem o respeito de muitos advogados desse Município, pois sempre trata todos com carinho e respeito. É com imensa honra que presto esta homenagem em reconhecimento à importância do trabalho desenvolvido pelo Marcelo, aquele menino pobre e morador da área verde do Santa Clara, Matão, que venceu sempre com o apoio da família, sua sobrinha Mariane Santos Pereira (*in memoriam*) e a Deus por essa trajetória. Pelo exposto, Sr. Presidente, requeiro, na forma regimental e, depois de ouvido o Plenário, que conste na Ata desta Sessão a referida Moção de Congratulação, Aplausos, Louvor e Parabenização ao Sr. Marcelo Alves Pereira. Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 2022. Sirineu Araújo, Vereador”. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: A Moção de n. 19/2022, de autoria do Vereador Sirineu de Araújo, está em discussão. Não havendo oradores, está em votação. Painel de votação, por gentileza. Declaro encerrada a votação: 16 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está aprovada a Moção por esta Casa. Solicito ao 1º Secretário que faça a leitura da próxima Moção, por gentileza. **“1º Secretário “André da Farmácia”**: Moção 21/2022: “Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sumaré, é com grande alegria, honra e satisfação, que venho diante desta Egrégia Casa de Leis apresentar a presente Moção de Congratulação e Aplausos à cantora Sabrina Oliveira Costa, pelo lançamento, no último sábado, dia 05 de fevereiro, de seu novo vídeo. Nascida em 09 de março de 1999, na Cidade de Sumaré, Sabrina é filha do Sr. Rogério da Silva e da Sra. Angélica da Silva. Filha amorosa, cristã dedicada, amada e admirada por todos que a conhecem, Sabrina é, também, mãe e esposa. Casada há quatro anos com o Sr. Miqueias Costa, é mãe da pequena Lorena, de dois anos de idade. Vinda de uma família profundamente religiosa e atenta aos valores cristãos, Sabrina desde cedo teve seu dom para a música despertado, tendo começado a cantar na igreja por volta dos 3 anos de idade. Membro da Igreja Assembleia de Deus Ministério Belém, Sabrina sempre buscou louvar a Deus, colocando seu dom exclusivamente a serviço da evangelização dos irmãos, que através da sua voz, sentiam-se profundamente tocados pelo poder do Espírito de Deus. Logo ficou claro que tamanho dom estava destinado a ser dividido com todas as pessoas. Sendo assim, incentivada pelos familiares e amigos, especialmente por seu irmão Diego, que também é músico instrumentista, Sabrina começou a fazer vídeos caseiros, que postava em suas redes sociais e em seu canal no Youtube. Rapidamente, seus vídeos ficaram conhecidos em diversas outras igrejas do Município, que passaram a convidá-la para cantar em seus cultos. Seu dom para a música tocou e evangelizou centenas de irmãos em nossa Cidade. Logo, seu talento chamou a atenção de uma produtora de vídeos profissional, a Todah Covers, com sede em São Paulo, que a convidou para gravar em videoclipe as canções de seu repertório musical. Assim, através desta parceria, foi lançado no último sábado, dia 05 de fevereiro, o videoclipe da música “Existe Vida Aí”, cover da música da cantora gospel Sued Silva. Com centenas de

visualização – perdão – com centenas de visualizações, o vídeo vem ganhando uma imensa repercussão junto à comunidade evangélica de nossa Cidade, e Sabrina tem recebido diversas mensagens de carinho e incentivo. A voz forte e harmoniosa, o talento e a convicção na Palavra de Deus tornaram-se evidentes para todos que a escutam e, assim, seu trabalho vem ganhando cada vez mais destaque dentro do cenário musical de Sumaré. Desta maneira, é com enorme senso – perdão - desta maneira, é com enorme sucesso que Sabrina entra para o rol dos talentos cantores gospel de nosso Município. Sua música, exclusivamente dedicada a divulgar a Palavra de Deus, tem sido o propósito de ganhar vidas para o Senhor, sendo um agente transformador na vida das pessoas. Hoje, com sua voz, Sabrina é uma importante propagadora da Palavra, não só em sua igreja e sua comunidade, como em todo o nosso Município. Seu trabalho de evangelização através da música conforta e incentiva nossos irmãos na fé, além de abrilhantar ainda mais o nome de Sumaré, levando para milhares de lares em todo o país, o talento de nossa cidadã. Artistas como Sabrina, que colocam a serviço de toda a comunidade os dons que receberam de Deus, são aqueles que elevam e engrandecem o nome de nosso Município, construindo a cada dia, um futuro mais brilhante para Sumaré. Que este seja apenas o primeiro de muitos outros vídeos de sucesso desta brilhante artista e que, da mesma maneira que sua música conduz as pessoas a Deus, seu sucesso incentive e guie a carreira dos talentos da nossa Cidade. Desta forma, através desta singela homenagem, deixamos nossos aplausos e mais profunda admiração a esta brilhante cantora, que com talento, fé e dedicação, vem agraciando com seu dom, a vida de centenas de membros da nossa população. Isso, pelo exposto, requeiro, na forma regimental e, após ouvido o Plenário, conste na Ata a presente Moção de Congratulação e Aplausos à cantora Sabrina Oliveira Costa. Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 2022. Exmo. Vereador Lucas Agostinho”. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** A Moção de n. 21/2022, de autoria do Exmo. Vereador Lucas Agostinho, está em discussão. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”:** Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** Questão de ordem do Vereador autor da Moção. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”:** Presidente, por conta do horário não vou estender a minha fala, mas essa Moção é uma singela homenagem para a nossa amiga Sabrina que, uma música, né, sumareense que está entrando aí no rol nacional, e só para mim, para a gente destacar tanto a pessoa da Sabrina, mas o músico no geral que ajuda muito não só no nosso Município, mas no nosso país, no desenvolvimento de crianças, enfim, de modo geral. Obrigado, Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”:** A Moção continua em discussão. Não havendo mais oradores, em votação. Declaro encerrada a votação: 18 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está aprovada a Moção por essa Casa. Solicito ao Secretário que faça a leitura da próxima Moção, por gentileza. *[Falha no áudio]*. **“1º Secretário “André da Farmácia”:** Moção 22/2022. Moção n. 22/2022: “Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sumaré, Moção de Apelo ao Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, para a retomada das cirurgias eletivas de catarata na Rede Pública Estadual. O mundo vem sofrendo com uma série de desafios desde que foi deflagrada a pandemia de Covid-19. O foco do atendimento em saúde, como não poderia deixar de ser, ficou todo direcionado a esse mal que se abateu sobre todas as nações e que, no Brasil, fez mais de meio milhão de vítimas fatais. Fato é que, diante do quadro da pandemia, o atendimento de outros males na saúde pública foi protelado em vários aspectos: consultas, exames e, principalmente, cirurgias eletivas de catarata. E entende-se que, face ao problema de grandes dimensões que passamos, isso se fez necessário. Acontece que o atual momento, embora não seja de total tranquilidade, atesta uma regressão no número de casos e do sucesso no enfrentamento do novo Coronavírus pela conscientização da necessidade de seguir os protocolos de segurança e, claro, da vacinação em massa da população. Por isso, considerando o avanço da vacinação e a redução no número de casos, entendemos ser necessário que o Governo do

Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, volte a olhar também para outros problemas e viabilize o retorno das cirurgias eletivas como o de catarata no Sistema Único de Saúde (o SUS) a fim de atender pessoas que aguardam a mais de um ano pelo procedimento. São pessoas que vêm passando por dificuldades diante de quadros crônicos que se agravam ao longo da pandemia, justamente em virtude de se protelar as cirurgias. Doentes que precisam do atendimento para que possam voltar a ter uma vida com qualidade, alguns até retornarem ao mercado de trabalho e garantirem o sustento das famílias, algo que ficou ainda mais difícil depois da Covid-19. Ante o exposto, e atendidas as formalidades de praxe, requeremos, que fique constando na Ata da Sessão Ordinária, Moção de Apelo ao Governador do Estado de São Paulo e à Secretaria de Estado da Saúde, encaminhando cópia desta Moção ao Palácio dos Bandeirantes, na Avenida Morumbi, 4500, Morumbi, São Paulo, CEP: 05650-905; e à Secretaria de Estado da Saúde, na Avenida Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 188, Cerqueira César, São Paulo, CEP: 05403-000. Sala das Sessões, 07 de Fevereiro de 2022. Exmo. Vereador Ney do Gás”. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: A Moção de n. 22/2022, de Apelo ao Governo do Estado de São Paulo, de autoria do Exmo. Vereador Ney do Gás, está em discussão. **Vereador “José Adilson Pereira dos Santos”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Vereador Pereirinha. **Vereador “José Adilson Pereira dos Santos”**: Peço permissão para poder falar aqui. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Concedido, Excelência. **Vereador “José Adilson Pereira dos Santos”**: Quero parabenizar o Vereador Ney do Gás, Nobre Vereador, por essa Moção e dizer que eu sou testemunha (até com familiares), Vereador, mais de três anos esperando essa cirurgia nessa fila; e pedir autorização para o senhor para estar subscrevendo essa Moção. **Vereador “Valdinei Pereira da Silva”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do autor da Moção. **Vereador “Valdinei Pereira da Silva”**: Sr. Presidente, eu vou ser bem breve devido ao horário. Primeiramente, eu quero pedir o apoio dos Nobres Pares, com voto favorável. Como eu já tinha dito antes, eu fiz a Moção com o nome de todos os Vereadores se vocês puderem subscrever para estar engrossando esse pedido, e como o Nobre Vereador Pereirinha falou já há algum tempo, alguns anos (dois, três anos) que a situação está mais difícil, né, mais precária, as cirurgias está mais difícil, os moradores, dois, três, quatro anos na fila esperando, então, nós somos cobrados geralmente (eu, como Vereador, vocês também), e nós não temos muito o que fazer, porque é um fila Cross do Estado, onde nós não temos acesso nem para verificar como é que está o andamento, por isso que fizemos essa Moção, para solicitar ao nosso Secretário Estadual de Saúde e ao nosso Governador João Dória para que olhe com carinho para o nosso Município, para nossa população, para que disponibilize essa cirurgia o mais rápido possível, talvez da forma até de mutirão, para zerar um pouco essa fila. Então, eu conto com o voto favorável dos Nobres Pares e, mais uma vez, obrigado! **Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Questão de ordem, Presidente. Quero dar os parabéns para o Nobre Vereador Ney do Gás, eu não sei se o senhor viu que em Nova Odessa começou o mutirão da catarata, e não sei porque Sumaré não consegue, e Nova Odessa já está fazendo o mutirão da catarata, Vereador. E peço autorização para mim assinar essa Moção. Obrigado, Vereador. Obrigado, Presidente! **Sr. Presidente “Willian Souza”**: A Moção continua em discussão. Não havendo mais oradores, está em votação. Declaro encerrada a votação: 17 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está [Falha no áudio] aprovada a Moção por essa Casa. Solicito ao Exmo. Vereador-- [Falas sobrepostas] **2º Secretário “Rodrigo Dorival Gomes”**: Questão de ordem, Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Oi, Vereador Rodrigo. **2º Secretário “Rodrigo Dorival Gomes”**: Presidente, desculpa, a maquininha aqui não funcionou, meu voto é favorável. Perdoa. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Imagina, Excelência. Acho que é porque o senhor está sentindo falta da minha presença ao seu lado. **2º Secretário “Rodrigo Dorival**

Gomes”: Isso com certeza, eu não queria falar, mas já que o senhor falou. *[Risos]* **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**”: Questão de ordem, Presidente. **“2º Secretário “Rodrigo Dorival Gomes”**”: Faz muita falta! **“Vereador “Rudinei Olívio Lobo”**”: É que é o aniversário dele. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**”: Hoje temos dois aniversariantes em Plenário: Vereador Rodrigo e Vereador Ney do Gás. Parabéns, felicidades e vida longa a vocês! **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**”: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**”: Questão de ordem do Vereador Lucas. **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**”: Corrigindo a fala do senhor, hoje só tem um, porque nós já estamos dia 9. *[Risos]* **“Sr. Presidente “Willian Souza”**”: Ah, é verdade, já passou aí, né? **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**”: Dia 8 foi dois. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**”: É verdade, é verdade. Corrigindo então, a votação-- *[Falas sobrepostas]* **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**”: Hoje é o meu. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**”: --18 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está aprovada-- *[Falas sobrepostas]* **“1º Vice-Presidente “Lucas Vieira Agostinho”**”: Dia 9 sou eu. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**”: --por toda essa Casa. Solicito ao 1º Secretário que faça a leitura da próxima Moção. **“1º Secretário “André da Farmácia”**”: Moção n. 23/2022: “Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sumaré, tenho a honra e a satisfação de apresentar a essa Casa de Leis a presente Moção de Congratulação e Aplausos para a Defesa Civil de Sumaré por todo o trabalho desempenhado ao nosso Município, com muito profissionalismo na função de prevenir acidentes naturais e em ocorrências que vão desde casos de erosão, danos estruturais como pontes, taludes, residências, vias públicas, quedas de árvores, sinistro em áreas não consideradas de risco e enchentes como aconteceu em nosso Município, onde os bairros Três Pontes, Basilicata, Primavera e Vila Diva foram atingidos. No caso de enchentes, a Defesa Civil faz um acompanhamento onde as famílias são orientadas desde antes das águas chegarem às residências, com um trabalho preventivo. Assim que há um índice de chuva acumulada, a equipe da Defesa Civil inicia o acompanhamento das famílias das áreas mais vulneráveis a enchentes, e que para todo procedimento seja feito com eficiência, toda a equipe de profissionais passam por treinamentos da Defesa Civil Estatual e do IG (Instituto Geológico e de Meteorologia) de seis em seis meses. Por tudo isso, parabenizo toda a equipe da Defesa Civil do nosso Município pelo trabalho e dedicação feito aos munícipes da nossa Cidade, estando sempre prontos e preparados para prestar assistência em situações extremas. Os responsáveis por esse conjunto de ações em prol a segurança da nossa população são: Demétrio Moreira, Superintendente; João Carlos da Silva, Coordenador; Paulo Roberto Serra, Agente Robson Rodrigues, Agente; Mayara Silva Leal, Agente Daniel Biribilli Pulcinelli, Agente; Sebastião Cícero Pereira, Agente; Agnaldo da Silveira, Agente; Alberto Ferreira, Agente. Esses profissionais são merecedores do nosso reconhecimento pelo trabalho valoroso que desempenham e devem ser tratados como exemplo de dedicação e amor ao próximo. É muito gratificante entregar essa Moção mais que merecida a esta equipe que se dedicam tanto para prevenir acidentes e salvar vidas com tanto profissionalismo. Portanto, Sr. Presidente, para reconhecer a força e a capacidade desses profissionais da nossa Cidade, requeiro, na forma regimental e, após ouvido o Plenário, que seja encaminhada a referida Moção de Congratulação e Aplausos à toda equipe da Defesa Civil acima mencionados. Sumaré, 08 de Fevereiro de 2022. Gilson Caverna, Vereador”. **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**”: Questão de ordem, Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**”: A Moção de n. 23/2022, de autoria do Vereador Gilson Caverna, está em discussão. Com a palavra o autor da Moção. **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**”: Eu peço autorização para falar daqui mesmo, Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**”: Concedido, Excelência. **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**”: Eu quero falar aos Nobres Vereadores que assina junto nessa Moção aí, que são os nossos defensores da Defesa Civil. Muito obrigado e bom dia! **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**”: Questão de ordem, Presidente. **“Sr.**

Presidente “Willian Souza”: Eu vou passar a V. Exa., mas eu quero aqui antes dizer que dia 8 havia dois aniversariantes mesmo, e o aniversariante praticamente no dia 9 fez uma Moção de Apelo e eu não entendi, fui insensível; mas eu quero parabenizar aqui no dia 9 já de fevereiro a meia-noite e dez, Vereador Lucas parabéns pelo seu aniversário, felicidades, muitos anos de vida e vida longa, bons pensamentos e boas ideias para continuar [falha no áudio] cuidando do nosso povo! Vereador Alan, com a palavra. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: Quero parabenizar o Vereador Caverna por essa Moção, Vereador, e quero pedir autorização para subscrever. **“Vereador “Gilson Gomes Ferreira”**: Está aberta a toda Casa. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: A Moção continua em discussão. Não havendo mais oradores, em votação. Declaro encerrada a votação: 18 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está aprovada a Moção por esta Casa. Moção de n. 24. Solicito ao Secretário que faça a leitura. **1º Secretário “André da Farmácia”**: “Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sumaré, tenho a honra e a grata satisfação de apresentar a esta Casa de Leis a presente Moção de Congratulação ao Sr. Felipe Alberto Verza Ferreira, novo Presidente da Acias, bem como aos demais membros da nova Diretoria Executiva, pelo compromisso assumido frente a esta tão renomada e importante entidade de nosso Município. A Acias (Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Sumaré) é uma entidade de classe, sem fins lucrativos, que presta serviços aos seus associados e à população em geral. Sua missão é integrar empresas e comunidades, mantendo permanentemente o mais alto grau de qualidade e profissionalismo, prestando serviços aos associados e ao empresário, atuando de forma ética no desenvolvimento local. A cerimônia de posse da nova diretoria aconteceu aos 27 de janeiro de 2022, marcando o início desta nova fase da entidade, que será presidida pelo Sr. Felipe Alberto Verza Ferreira durante o triênio 2022-2024. Felipe Alberto Verza Ferreira é advogado formado pela Universidade Metodista de Piracicaba, em 2004, especializado em Direito Comercial pela PUC/São Paulo, sendo autor de diversos artigos acadêmicos na área do Direito e de um livro sobre recuperação judicial de empresas. Atuou por mais de 16 anos na área do Direito Empresarial, possuindo ainda vasta experiência em diversos segmentos do mercado, o que fez dele um profissional proativo e multifacetado, qualidades essenciais para a Presidência da Acias. Estendendo minhas congratulações aos demais membros da nova Diretoria Executiva, Sr. Aparecido Ângelo Gonçalves, 1º Vice-Presidente; Sra. Deborah Aparecida Rodrigues Rovai, 2º Vice-Presidente; Sr. Juarez Pereira da Silva, 1º Tesoureiro, Sr. Cidney Frizzarini Júnior, 2º Tesoureiro; Sr. Cristiano Anselmo da Silva, 1º Secretário; e Sr. Rodolfo Azevedo Germano, 2º Secretário. A Acias merece nosso reconhecimento e apoio, sobretudo, pelo seu papel fundamental no desenvolvimento de nossa Cidade, contribuindo para o fortalecimento do comércio, da indústria e das empresas prestadoras de serviços. Da igual maneira, a nova Diretoria da entidade é digna de destaque e de nossas congratulações, fortalecendo nossos vínculos e estreitando nossos laços pelo crescimento e progresso de nossa Sumaré. Sendo assim, solicito apoio aos meus Nobres Pares pela aprovação da presente homenagem ao Sr. Felipe Alberto Verza Ferreira, novo Presidente da Acias, bem como aos demais membros da nova Diretoria Executiva da entidade, solicitando também, caso aprovada esta Moção, que seja transmitido seu inteiro teor aos homenageados. Sem mais para o momento, aguarda-se a aprovação da presente nos termos regimentais. Sala das Sessões, 08 de fevereiro de 2022. Exmo. Vereador Silvio Cesar Coltro”. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: A Moção está em discussão. Não havendo oradores, está em votação. Enquanto vota, Vereador Silvio, eu quero parabenizá-lo por essa Moção tão importante, e quero pedir permissão a V. Exa. para subscrever. Dr. Felipe Verza é uma pessoa que eu tenho na minha lista de admiração e de respeito inenarrável, uma pessoa de conduta ilibada e que tem muito a nos ensinar cotidianamente, merecidamente sua vitória na Acias e a sua atuação. Ele está entre pessoas da Cidade de Sumaré que merece toda a homenagem e toda a honraria. Parabenizo a V. Exa. por essa sensibilidade e por essa

Moção de tanta importância! **“2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Está aberta a toda a Casa, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Declaro encerrada a votação: 18 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está aprovada a Moção. Solicito ao 2º Secretário, Vereador Rodrigo Dorival Gomes, que continue a leitura das Moções, por gentileza. **“2º Secretário “Rodrigo Dorival Gomes”**: Moção n. 25/2022: “Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sumaré, temos a honra e a grata satisfação de apresentar a esta Egrégia Casa de Leis a presente Moção de Congratulação para o Exmo. Deputado Estadual Dirceu Dalben pelo anúncio da recuperação das estradas vicinais Rodovia Walter Manzato (Sumaré/Nova Odessa) e Estrada Norma Marson Biondo (Sumaré/Monte Mor). A pedido do Deputado Dirceu Dalben, Sumaré será beneficiada com mais duas melhorias por meio do programa ‘Novas Vicinais’. O investimento para recuperação da Rodovia Walter Manzato e Norma Marson Biondo será de R\$ 9.874.826,85. A licitação foi aberta na última segunda-feira de janeiro. As estradas escolhidas (Walter Manzato e Norma Marson Biondo) são consideradas fundamentais para ligação entre Sumaré e Nova Odessa e Sumaré e Monte Mor. Com a modernização as vias terão melhores condições de viabilidade e segurança para mobilidade urbana e rural. O investimento em infraestrutura viária se soma aos realizados na Estrada Mineko Ito, Rodovia Adauto Campo Dall’orto e a estrada MOR-433. Todas conquistas proporcionadas pra Sumaré por meio da atuação parlamentar do Deputado Dirceu Dalben. Assim, enxergamos a notória atuação do Deputado, contribuindo com a gestão do Prefeito Luiz Dalben em situações necessárias e fundamentais para o nosso Município. Sobretudo, evidenciando a importância de um representante na Alesp para os avanços em Sumaré. Portanto, Sr. Presidente, pelo anúncio da recuperação das estradas vicinais Rodovia Walter Manzato (Sumaré/Nova Odessa) e Estrada Norma Marson Biondo (Sumaré/Monte Mor), requeiro, na forma regimental e, após ouvido o Plenário, que seja encaminhada a referida Moção de Congratulação para o Exmo. Deputado Estadual Dirceu Dalben. Sala das Sessões, 08 de fevereiro de 2022. Willian Souza, Vereador Presidente”. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Não havendo oradores, está em votação. Enquanto vota, quero parabenizar o Deputado Dirceu Dalben pela atuação que tem feito na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e no Governo do Estado de São Paulo. O programa “Novas Vicinais” não estaria chegando a nossa Cidade de Sumaré se não fosse pela sua atuação, tendo em vista que, ao longo do tempo, muitos programas já foram anunciados pelo Governo do Estado de São Paulo e nenhum deles (ou quase nenhum) chegou a Cidade de Sumaré. A atuação parlamentar do Deputado, com o seu jeito municipalista, com a sua atuação exemplar, como já foi Presidente da ARMC, Prefeito da Cidade de Sumaré, Presidente da Câmara, Secretário de Governo conhece como ninguém essa Cidade. Parabenizo o Deputado Dalben por este investimento importante que tem chego à nossa Cidade! Declaro encerrada a votação: 17 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está aprovada a Moção por esta Casa. Solicito ao Exmo. Vereador Rodrigo que continue a leitura das Moções, por gentileza. **“2º Secretário “Rodrigo Dorival Gomes”**: Moção n. 26/2022: “Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sumaré, tenho a honra e a satisfação de apresentar a esta Egrégia Casa de Leis a presente Moção de Congratulação para o time Unidos do Virgílio Basso pela conquista da Copa dos Campeões Stamp Cores. A disputa final ocorreu no último domingo 06 de fevereiro de 2022, às 9h, no Centro Esportivo Vereador José Pereira, entre os times: União Bom Retiro e Unidos do Virgílio Basso. A disputa foi acirrada para ambos os times e findando-se o tempo normal em 1 X 1, sendo assim a decisão foi para os pênaltis, a qual o Unidos do Virgílio Basso consagrou-se campeão. Ressalta-se, ainda, à brilhante organização e comprometimento aos responsáveis pela Copa dos Campeões Stamp Cores, e a todos os times participantes. Deste modo, é a presente Moção para congratular o time Unidos do Virgílio Basso pela louvável participação na Copa dos Campeões Stamp Cores, e por se consagrar campeão da referida Copa. Portanto, requeiro na forma regimental e,

após ouvido o Plenário, que seja encaminhada a referida Moção de Congratulação a meu gabinete, para que, pessoalmente, possa entregar a diretoria do Unidos do Virgílio Basso. Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 2022. Raí Stein Sciascio (Raí do Paraíso) Vereador”. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: A Moção de Congratulação de n. 26/2022, de autoria do Vereador Raí Stein, está em discussão. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Vereador Rodrigo Digão. **“Vereador “Everton Rodrigo dos Santos”**: Sr. Presidente, esse Vereador, e Vereador Valdir de Oliveira, e Vereador Alan, também, tem uma Moção no mesmo sentido, se pudesse ser lido e votado em bloco. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: O pedido de V. Exa. é uma ordem! Nesse sentido, eu peço ao 2º Secretário que faça a leitura da Moção n. 28/2022, que é de autoria dos Vereadores: Digão, Alan Leal e Valdir de Oliveira, para que a gente possa votar em bloco. **“2º Secretário “Rodrigo Dorival Gomes”**: Moção n. 28/2022: “Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sumaré, é com imensa alegria, honra e satisfação que vimos diante desta Egrégia Casa de Leis apresentar esta Moção de Congratulação e Aplausos aos finalistas ao Título da Copa dos Campeões de 2022, Unidos do Virgílio Basso e União Bom Retiro, que aconteceu no último domingo (dia 06/02), no Centro Esportivo Vereador José Pereira, em Sumaré, em especial ao campeão Unidos do Virgílio Basso. O União Bom Retiro chegou à final credenciado com o título da tradicional Copa Área Cura, onde venceu o Derbi diante do Sport Bom Retiro. Na semifinal, venceu o Nova Terra (campeão da Copa Matão Ronaldo Mendes), pelo placar de 2 a 0. O Unidos do Virgílio Basso (campeão da Copa Messias Mendonça ‘Jabuti’), eliminou na semifinal o Furacão, campeão da João Havelange, pelo placar de 3 a 1, com destaque para atuação de Jade, que foi escolhido o melhor jogador da partida. Sendo assim, requeremos, na forma regimental, que, após ouvido o Plenário, conste na Ata a presente, e que seja enviada uma cópia aos homenageados, a Moção de Congratulação e Aplausos aos finalistas ao Título da Copa dos Campeões de 2022, Unidos do Virgílio Basso e União Bom Retiro, que aconteceu no último domingo (dia 06/02), no Centro Esportivo Vereador José Pereira, em Sumaré, em especial ao campeão Unidos do Virgílio Basso. Sala das Sessões, 08 de fevereiro de 2022. Digão, Vereador, Alan Leal, Vereador, Valdir de Oliveira, Vereador”. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: As Moções de n. 26/2022, de autoria do Vereador Raí Stein Sciascio (o Raí do Paraíso), e de n. 28/2022, de autoria do Vereador Rodrigo Digão, Alan Leal e Valdir de Oliveira, estão em discussão. Não havendo oradores, em votação, as duas Moções. Eu peço permissão aos Exmos. Vereadores para subscrever as Moções. **“Vereador “Raí Stein Sciascio”**: Está autorizada a toda a Casa. **“Vereador “Alan dos Santos Leal”**: Está aberto a toda a Casa, Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Declaro encerrada a votação: 18 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está aprovada as Moções por essa Casa. Solicito ao 2º Secretário que faça a leitura da próxima Moção, por gentileza. **“2º Secretário “Rodrigo Dorival Gomes”**: Moção n. 27/2022: “Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sumaré, é com imensa alegria, honra e satisfação que vimos diante desta Egrégia Casa de Leis apresentar esta Moção de Congratulação e Aplausos AO Centro de Treinamento de Jiu-Jítsu VPFT Carlson Gracie Jiu-Jítsu, a toda sua equipe e alunos, em nome do treinador, Sensei, Faixa Preta e Campeão Brasileiro Fernando dos Santos Rosa, 36 anos (mais conhecido como Rock), pelo o excelente desempenho que a equipe vem apresentando em competições regionais em todos os níveis. O Centro de Treinamento de Jiu-Jítsu VPFT Carlson Gracie Jiu-Jítsu localizado no bairro Bom Retiro, em Sumaré, treina e prepara competidores de Jiu-Jítsu em todos os níveis, de acordo com a faixa (branca, azul, roxa, marrom e preta), para que possam participar das competições regionais e estaduais, e vêm conquistando vários pódios, como na mais recente Edição do Premium Cup de Jiu-Jítsu, 8ª Edição de 2022, realizada no último domingo (dia 06 de fevereiro), na cidade de Vinhedo, onde o professor Rock foi campeão e dedica a sua

medalha a todos da equipe e a seus alunos, pela dedicação nos treinos. O Jiu-Jítsu é uma das modalidades de artes maciais que mais vêm ganhando espaço e adeptos, graças também aos benefícios que o esporte proporciona aos praticantes, além do desenvolvimento do senso de trabalho em equipe. O Centro de Treinamento de Jiu-Jítsu VPFT Carlson Gracie Jiu-Jítsu, vem ajudando na disseminação do esporte na Cidade de Sumaré, dando bom exemplo durante os treinos, sendo um esporte que precisa de colaboração em equipe de todos, para que possam evoluir. O Treinador Fernando, membro da equipe Blaster Team Carlson Gracie, trabalha como técnico mecânico e segue uma rotina semanal entre trabalho, treino e preparação física para as competições sem deixar de dar todo apoio aos seus alunos, conquistando assim, merecidamente todo reconhecimento pelo seu trabalho e pela condução do CT e seus alunos, e equipe. Sendo assim, requeremos, na forma Regimental, que, após ouvido o Plenário, conste na Ata presente e que seja enviada uma cópia aos homenageados, Moção de Congratulação e Aplausos ao Centro de Treinamento de Jiu-Jítsu VPFT Carlson Gracie Jiu-Jítsu, a toda sua equipe e alunos, e em nome do treinador, Sensei, Faixa Preta e Campeão Brasileiro, Fernando dos Santos Rosa, 36 anos (mais conhecido como Rock), pelo o excelente desempenho que a equipe vem apresentando em competições regionais em todos os níveis. Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 2022. Digão, Vereador”. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: A Moção de Congratulação e Aplausos de n. 27/2022, de autoria do Vereador Rodrigo Digão, está em discussão. Não havendo oradores, em votação. Com 17 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está aprovada a Moção. Solicito ao 2º Secretário que faça a leitura da próxima Moção, por gentileza. **2º Secretário “Rodrigo Dorival Gomes”**: Moção n. 29/2022: “Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sumaré, São Paulo, tenho a honra e a grata satisfação em apresentar esta Moção de Congratulações ao Presidente Samuel Dias da Silva, extensivo à toda a diretoria da Associação dos Moradores e Agricultores do Assentamento I João Calixto da Silva. A Associação de Moradores do Assentamento I foi criada 06 de julho de 2019, com o objetivo de unir os moradores em torno de objetivos comuns, no sentido conquistar ainda mais benefícios em prol de todos. A diretoria fundadora da entidade assume para um mandato que terá pela frente grandes desafios, assim como foi a história dos fundadores do Assentamento, lá nos idos da década de 1980. O Assentamento I nasceu na luta de trabalhadores e trabalhadoras que migraram de várias regiões do Brasil para o Estado de São Paulo. Cada um com sua história, buscando novas oportunidades, entre outras situações que fizeram o homem do campo vir em massa para as grandes metrópoles, que não comportou toda essa população vinda do campo. Depois da desilusão da grande metrópole, liderados por religiosos das comunidades eclesiais de base, juntamente com o apoio de sindicatos e movimentos estudantil, esses homens e mulheres foram em busca da terra prometida. Após muita luta, resistência e diálogo chegaram ao horto florestal de Sumaré, essa área tinha muitos eucaliptos abandonados que serviam para desmanche de carros. Hoje cada família possui em média de sete hectares. A produção é diversificada e predominam alimentos como: banana, hortaliças, manga, milho verde, mandioca, quiabo, abobrinha, entre outros. Os alimentos produzidos pela agricultura familiar no assentamento são vendidos no município, em feiras livres, restaurantes, mercados, venda direta nas roças e venda para programas governamentais, atualmente entregando em nove municípios do Estado de São Paulo. O assentamento I, que há 22 anos promove a Festa da Mandioca, atraindo milhares de pessoas da região inteira, recebe também várias visitas de escolas, universidades, comitivas internacionais, compostas por diversos representantes de estado que buscam conhecer sobre a reforma agrária, questão fundiária e seus conflitos. Assim sendo, Sr. Presidente, como representante da população sumareense, quero expressar minha mais profunda gratidão às cidadãs e cidadãos desta entidade, pela importância de sua missão e amor pelas coisas da terra, e da agricultura. Sem mais para o momento, aguarda-se a aprovação do presente nos termos regimentais.

Sala das Sessões-- [Falas sobrepostas] **Sr. Presidente “Willian Souza”**: A Moção... **Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: --8 de fevereiro de 2022. Ulisses Gomes, Vereador”. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: A Moção de n. 29/2022, de autoria do Vereador Ulisses, está em discussão. **Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do autor da Moção. **Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: É bem rapidinho, só quero pedir o apoio dos Nobres Pares nessa Moção, é Moção de grande importância para a nossa comunidade. Então, eu gostaria de pedir o voto dos Pares, Nobres Vereadores que aprovassem essa Moção. Muito obrigado, Sr. Presidente! **Sr. Presidente “Willian Souza”**: A Moção de n. 29/2022, está em discussão. Não havendo mais oradores, em votação. Peço permissão ao autor para subscrever essa importante Moção para a nossa Cidade. **Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: É um prazer receber a sua assinatura, essa Moção a comunidade vai agradecer e está à disposição de toda a Casa, Sr. Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Declaro encerrada a votação: 18 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está aprovada a Moção por esta Casa. A Moção de Pesar, de n. 20/2022, de autoria do Exmo. Vereador Sirineu Araújo, está aprovada pela Mesa Diretora desta Casa. Eu pergunto ao 1º Secretário se há Vereador inscrito no Expediente. **1º Secretário “André da Farmácia”**: Não, Sr. Presidente. **Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Vereador Ulisses. **Vereador “Ulisses Nunes Gomes”**: Pelo bom andamento da Sessão, peço para que a gente pudesse passar direto para a Ordem do Dia? **Sr. Presidente “Willian Souza”**: O pedido de V. Exa. é regimental, eu consulto ao Plenário. Peço permissão à passagem direta da Ordem do Dia: os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Está aprovado por toda esta Casa, sem nenhum voto contrário. Não tendo Vereador inscrito no Expediente, declaro encerrado o Expediente à 00h35. Autorizo a abertura do painel de chamada. Com quórum suficiente para a reabertura dessa Sessão, declaro reaberta a Sessão Ordinária do dia 09/02/2022 e 08/02/2022, à 00h36. Ordem do Dia, o Item primeiro da Ordem do Dia é: Discussão e votação do Projeto de Lei 173/2021, de autoria do Exmo. Sr. Vereador Valdir de Oliveira, que: “Dispõe sobre a criação do mês de doador de sangue e dá outras providências”. Eu solicito ao 1º Secretário que faça a leitura dos Pareceres do Projeto. **1º Secretário “André da Farmácia”**: Justiça e Redação e Redação Final: Favorável, Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Com os Pareceres Favoráveis, eu coloco o Projeto em discussão. Não havendo oradores, em votação. **Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Vereador Hélio. **Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Sr. Presidente, enquanto faz a votação, eu gostaria, aqui registrar, para a reunião de amanhã de Justiça e Redação e Redação Final para às 14h. Obrigado, Sr. Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Registrado o pedido do Presidente da Comissão de Justiça e Redação. **Vereador “Sirineu de Araújo Santos”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. O meu voto é favorável. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Vereador Sirineu Araújo, consignado o voto de V. Exa. Declaro encerrada a votação: 20 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está aprovado o Item 1 da Ordem do Dia. Item 2º da Ordem do Dia: Discussão e votação do Substitutivo n. 1 ao Projeto de Lei 288/2021, de autoria do Vereador Alan Leal, que: “Institui no Calendário Oficial do Município de Sumaré o Dia Municipal do Ciclista e dá outras providências”. Solicito ao 1º Secretário, Exmo. Vereador André, que faça a leitura dos Pareceres do Projeto. **1º Secretário “André da Farmácia”**: Justiça e Redação e Redação Final: Favorável, Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Com os Pareceres Favoráveis, eu coloco o Projeto em discussão. Não havendo oradores, em votação. **Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Exmo. Vereador Hélio Silva. **Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Sr. Presidente, eu queria aqui dizer que eu falei

que é amanhã, mas, na verdade, é hoje às 14h, porque já passou da meia-noite. Só corrigindo. *[Falas sobrepostas]* **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Registrado. Registrado o pedido de V.Exa. **Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Obrigado. **2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Sr. Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Vereador Silvio. **2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: Eu votei errado aqui, saiu “não”. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Pode corrigir-- **2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: É a hora! **Sr. Presidente “Willian Souza”**: --Excelência. **2º Vice-Presidente “Silvio Cesar Coltro”**: É a hora! **Sr. Presidente “Willian Souza”**: É a hora! Pode corrigir, fique à vontade. Declaro encerrada a votação: 20 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está aprovado o Item 2º da Ordem do Dia. Item 3º da Ordem do Dia: Discussão e votação do Projeto de Lei 298/2021, de autoria do Vereador Ulisses Gomes, que: “Institui a Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Rural no Município de Sumaré e dá outras providências”. Solicito ao 1º Secretário que faça a leitura dos Pareceres do Projeto. **1º Secretário “André da Farmácia”**: Meio Ambiente: Favorável; Justiça e Redação e Redação Final: Favorável, Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Com os Pareceres Favoráveis, eu coloco o Projeto em discussão. Não havendo oradores, em votação. Declaro encerrada a votação: 20 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está aprovado o Item 3º da Ordem do Dia. Item 4º da Ordem do Dia: Discussão e votação do Projeto de Lei 300/2021, de autoria do Exmo. Vereador Silvio Coltro, que: “Autoriza a criação do Programa Consumo Responsável da Água no Município de Sumaré”. Solicito ao 1º Secretário que faça a leitura dos Pareceres do Projeto. **1º Secretário “André da Farmácia”**: Meio Ambiente: Favorável; Justiça e Redação e Redação Final: Favorável, Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Com os Pareceres Favoráveis, eu coloco o Projeto em discussão. Não havendo oradores, em votação. 20 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está aprovado o 4º Item da Ordem do Dia. 5º Item da Ordem do Dia: Discussão e votação do Projeto de Lei 353/2021, de autoria do Vereador Willian Souza, que: “Dispõe sobre a proibição da divulgação das informações de contato do ou da aluna, ou do aluno matriculado ou matriculada na Rede Municipal de Ensino, bem como dos pais ou responsáveis para terceiros e dá outras providências”. Solicito ao 1º Secretário que faça a leitura do Projeto. **1º Secretário “André da Farmácia”**: Educação e Saúde: Favorável; Direitos Humanos: Favorável; Justiça e Redação e Redação Final: Favorável, Presidente. **Sr. Presidente “Willian Souza”**: Com os Pareceres Favoráveis, eu coloco o Projeto em discussão. Não havendo oradores, em votação. Enquanto os senhores votam, eu peço o voto de V. Exas., que muitos pais e muitas mães recebem ligações indesejadas com oferecimento de cursos, recebem cartas em casa, recebem mensagens pelo WhatsApp, contatos de empresas que querem vender livros, que querem vender cursos, que querem vender uma série de questões. Fora isso, outros serviços mais que são oferecidos ou outras questões, mesmo que seja de diversas denominações religiosas. Esse Projeto, ele prioriza para que vete completamente os dados, dados na matrícula para escola, para que ninguém tenha acesso a isso a não ser as autoridades escolares. Então, fica a partir da aprovação e sanção do Prefeito proibido que tenha os dados escolares passados para qualquer pessoa que não seja por ordem judicial; protegendo o dado dos alunos, dos responsáveis e evitando que sejam incomodados indevidamente por qualquer empresa ou por qualquer pessoa que queira vender algo indesejado pelos pais. Declaro encerrada a votação: 20 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto, muito obrigado pelo voto dos Vereadores! Item 6º da Ordem do Dia. O Item 6º da Ordem do Dia: Discussão e votação do Projeto de Lei 358/2021, de autoria do Exmo. Vereador Hélio Silva, que: “Denomina a Rua 1 do loteamento Jardim Casa Verde, no Município de Sumaré, de Rua Antônio Carlos Gregório Ojeda. Está... eu solicito ao 1º Secretário que faça a leitura dos Pareceres do Projeto. **1º Secretário “André da Farmácia”**: Justiça e Redação e Redação Final: Favorável; Obras e Serviços Públicos, também

favorável, Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Com os Pareceres Favoráveis, eu coloco o Projeto em discussão. Não havendo oradores, em votação. Registro em Ata o meu voto favorável ao Projeto. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Questão de ordem do Vereador Hélio. **“Vereador “Hélio Pereira da Silva”**: Sr. Presidente, eu agradeço o voto da V.Exa., e também desde já agradeço o voto de cada um Vereador que se faz necessário votar favorável. Obrigado. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Declaro encerrada a votação: 21 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está aprovado o Item 6º da Ordem do Dia. Item 7º da Ordem do Dia é: Discussão e votação do Projeto de Lei 360/2021, de autoria do Vereador Lucas Agostinho, que: “Dispõe sobre a denominação da Rua 2 da Vila Industrial Bandeirantes I”. E solicito ao 1º Secretário que faça a leitura dos Pareceres do Projeto. **“1º Secretário “André da Farmácia”**: Obras e Serviços Públicos: Favorável; Justiça e Redação e Redação Final: Favorável, Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Com os Pareceres Favoráveis, eu coloco o Projeto em discussão. Não havendo oradores, em votação. Declaro o meu voto favorável ao Projeto. Declaro encerrada a votação: 21 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei. Item 8º da Ordem do Dia: Discussão e votação do Projeto de Lei 375/2021, de autoria do Vereador Rodrigo Digão: “Institui no Município de Sumaré o Programa Municipal de Promoção e Incentivo ao Esporte Adaptado e dá outras providências”. Solicito ao 1º Secretário que faça a leitura dos Pareceres do Projeto. **“1º Secretário “André da Farmácia”**: Direitos Humanos: Favorável; Educação e Saúde: Favorável; Justiça Redação e Redação Final: Favorável, Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Com os Pareceres Favoráveis, eu coloco o Projeto em discussão. Não havendo oradores, em votação. Declaro encerrada a votação: 20 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está aprovado o Item 8º da Ordem do Dia. Item 9º (e último) da Ordem do Dia: Discussão e votação do Projeto de Lei 06/2022, de autoria do Vereador João Maioral: “Institui no Calendário Oficial do Município de Sumaré o Dia do Aposentado, a ser celebrado no dia 24 de janeiro de cada ano”. Solicito ao Secretário que faça a leitura dos Pareceres do Projeto. **“1º Secretário “André da Farmácia”**: Direitos Humanos: Favorável; Justiça e Redação e Redação Final: Favorável, Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Com os Pareceres Favoráveis, eu coloco o Projeto em discussão. Não havendo oradores, em votação. Declaro encerrada a votação: 20 votos favoráveis, nenhum voto contrário, está aprovado o Item 9º da Ordem do Dia. Pergunto ao 1º Secretário se há Vereador inscrito na Explicação Pessoal. **“1º Secretário “André da Farmácia”**: Não, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Willian Souza”**: Não havendo Vereador inscrito na Explicação Pessoal e não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada a Sessão Ordinária à 00h51. Muito obrigado a todos e a todas!

“Nada mais havendo a tratar, a Presidência dá por encerrada a presente Sessão Ordinária, cuja ata, se aprovada, irá assinada pela Mesa Diretora dos Trabalhos. Câmara Municipal de Sumaré, 08 de fevereiro de 2022.....

Presidente

1º Secretário

2º Secretário